

Relatório de Atividades



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

2018



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018

São Luís
2019

Organização

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial - SEPLAG

Shirley Serrador de Assis

Assessor Técnico - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Chefe de Seção – SEPLAG

Jéssica Cristina Almeida Leite

Estagiária - SEPLAG

Supervisão editorial e Normalização

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Jéssica Cristina Almeida Leite

Samyr de Jesus Cutrim

Shirley Serrador de Assis

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau

CEP: 65.076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219 1600 - (98) 3219 1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão “Ed. Dra. Aurora Correia Lima”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1998

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2018. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2019.

260 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2018

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luiz Gonzaga Martins Coelho

Procurador-Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Sousa

SubProcurador-Geral de Justiça para Assuntos

Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos

Administrativos

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marco Antonio Anchieta Guerreiro

Subcorregedor-Geral do Ministério Público

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira

Chefe de Gabinete da PGJ

Justino da Silva Guimarães

Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

Rita de Cassia Maia Baptista

Ouvidora do Ministério Público

Ana Teresa Silva de Freitas

Márcio Thadeu Silva Marques

Diretores da Escola Superior do Ministério Público

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Michelle Adriane Saraiva Silva Dias

José Frazão Sá Menezes Neto

Coordenadores do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

Cláudio Rebelo Correia Alencar

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade

Administrativa

Lana Cristina Barros Pessoa

Cássius Guimarães Chai

Coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

Ilma de Paiva Pereira

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

Érica Éllen Beckman da Silva

Sandra Soares de Pontes

Coordenadoras do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação

Gabriele Gadelha Barboza de Almeida

Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto

Coordenadoras do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

Nacor Paulo Pereira dos Santos

Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor

José Cláudio Almada Lima Cabral Marques

Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares

Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim

Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Carmen Lígia Paixão Viana

Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

MEMBROS DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO/MA

Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues

Marcos Valentim Pinheiro Paixão

Klycia Luíza Castro de Menezes

GAECO REGIONAL IMPERATRIZ

Frederick Bacellar Ribeiro

Raquel Chaves Duarte Sales

Ossian Bezerra Pinho Filho

GAECO REGIONAL TIMON

Fernando Evelim de Miranda Menezes

Fernando Antonio Berniz Aragão

Francisco Fernando de Morais Menezes

COORDENADORIAS

Jerusa Capistrano Pinto Bandeira

Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadora de Administração

Ivoneide Queiroz Santos

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Tatiana Alves de Paula

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Macedo Medeiros

Coordenadora de Comunicação

Alan Robert da Silva Ribeiro

Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadora de Processos

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenador de Serviços Gerais

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenador da Folha de Pagamento

Vicemir Teixeira Mota Fontenelle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSESSORIAS

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Maria Emília Martins Silva

Assessora-Chefe da Assessoria Técnica da Administração

Walter da Conceição Andrade Braga

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

Lucas Araújo Duailibe Pinheiro

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefe de Cerimonial

APRESENTAÇÃO

Com o propósito do cumprimento da missão institucional de *“Servir a Sociedade e Garantir a Cidadania, com base na Promoção da Justiça e Defesa da Democracia”*, o Ministério Público do Estado do Maranhão elaborou seu Planejamento Estratégico – PE 2016/2021 e, para tanto vem implementando sistematicamente as melhorias estruturais e de capital humano que nos permitiram dar um salto de qualidade na sua gestão administrativa e financeira.

Promovemos a ampliação e estruturação do Ministério Público maranhense com maior foco na atuação extra jurisdicional e em busca de resolutividade, visando a efetividade, eficiência e eficácia de suas ações. A atuação firme contra as organizações criminosas e as investigações sobre corrupção são exemplos de quanto fizemos e de quanto ainda poderemos fazer com o valoroso trabalho de membros e servidores que puderam contar com um Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas) mais fortalecido e presente, com a criação dos Gaecos regionais sediados nos municípios de Imperatriz e Timon, Grupos de Atuação Especializada da Probidade Administrativa e dos Núcleos de Assessoria Técnica em diversas regiões. Aliado a tudo isso foi criado e instalado o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), que vem permitindo ampliar e inovar técnicas de investigação de ações das organizações criminosas e de crimes de corrupção.

Seguimos prestando contas para a sociedade e nunca nos distanciando dela. Alcançamos a excelência na transparência, galgando o 1º lugar no ranking do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Fortalecemos a atuação e aperfeiçoamento de promotorias contra a violência doméstica, improbidade administrativa, infância e juventude, idoso e pessoa com deficiência, consumidor, e implantamos as primeiras Promotorias Regionais da Ordem Tributária, que já estão em pleno funcionamento e propiciaram uma maior organização e celeridade nos processos de combate à sonegação fiscal no Estado.

O Ministério Público timbira, nos últimos três anos, avançou em termos de profissionalização administrativa e gestão estratégica. Desenvolvemos um Plano Geral de Atuação que foi premiado por dois anos consecutivos (2017/2018) em primeiro lugar pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria Redução da Corrupção, com os projetos *“Ministério Público contra a Corrupção e a Sonegação Fiscal”* e *“O dinheiro do Fundef é da Educação”*, além dos projetos *“Ler, escrever e Pensar”*, *“Integração e Tecnologia”* e *“Pau de Arara Nunca Mais”*, que receberam o segundo lugar em 2018, nas categorias redução da corrupção, redução da criminalidade e defesa dos direitos fundamentais, respectivamente.

Em nível nacional recebemos, ainda, premiação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), bem como do Município de Forquilha/SC, nas áreas de sustentabilidade e de proteção à infância e adolescência. A boa governança vem nos permitindo superar o modelo de estado burocrático por um modelo profissional de administração pública, que se pauta por resultados efetivos e prima pela eficiência nos serviços públicos.

Este modelo, numa perspectiva de indicadores de desempenho e impacto social, orienta-se por alguns fundamentos: liderança, motivação dos recursos humanos, desenvolvimento de uma cultura organizacional, comunicação e introdução de novas tecnologias.

Por meio de convênio com a UEMA, estamos trabalhando sobre a parte estrutural, regimento interno, clima organizacional, fluxo de processos, tudo com vista à implementação do Programa de Gestão por Competências. Assim, buscou-se qualificar e reforçar nossa atuação preventiva, investindo-se em pesquisa e tecnologia, com a aquisição do B.I. (*Business Intelligence*), que proporcionou ao Ministério Público uma maior agilidade na análise e processamento de dados, subsidiando tomadas de decisão que melhor atendam nossas metas e objetivos.

Dessa forma, o Ministério Público maranhense seguirá sendo inegavelmente independente e comprometido com os reais interesses públicos, com a defesa de direitos sociais e individuais, sempre trabalhando na valorização da Instituição, dos membros, servidores e colaboradores para que possam prestar, com independência, melhores serviços à população.

A grandeza e a importância do MP estão no que fazemos, em tudo o que podemos realizar. Pretendo continuar o trabalho para modernizar cada vez mais o MP, elegendo prioridades, metas e alcançando os melhores resultados para a sociedade. Servir a sociedade é a razão de ser do MP e também o que justifica sua essencialidade. O meu compromisso é o de conservar a nossa unidade e capacidade de enfrentamento das questões atuais, olhando para o futuro e sem retrocessos. Avante MPMA!

Luiz Gonzaga Martins Coelho

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.....	10
2	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	12
	2.1 Procuradoria Geral de Justiça.....	12
	2.2 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.....	14
	2.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.....	15
	2.4 Colégio de Procuradores de Justiça.....	18
	2.5 Conselho Superior do Ministério Público.....	19
	2.6 Corregedoria Geral do Ministério Público.....	21
	2.7 Procuradorias de Justiça.....	22
	2.8 Promotorias de Justiça.....	24
3	ÓRGÃOS AUXILIARES.....	63
	3.1 Escola Superior do Ministério Público.....	63
	3.2 Ouvidoria do Ministério Público.....	82
4	ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	86
	4.1 Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.....	86
	4.2 Assessoria Técnica (ASTEC).....	90
	4.3 Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA).....	92
	4.4 Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM).....	99
	4.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD).....	103
5	CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOp).....	105
	5.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor).....	105
	5.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim).....	107
	5.3 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC).....	111
	5.4 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO).....	114
	5.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPD).....	117
	5.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd).....	119
	5.7 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde).....	122
	5.8 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA).....	124
	5.9 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ).....	126
6	DIRETORIAS.....	130

6.1 Diretoria Geral (DG).....	130
6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST).....	134
6.3 Secretaria Administrativo-Financeira (SAF).....	138
6.4 Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).....	139
7 COORDENADORIAS.....	150
7.1 Coordenadorias de Administração (CAD).....	150
7.2 Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF).....	165
7.3 Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP).....	170
7.4 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP).....	176
7.5 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA).....	194
7.6 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG).....	199
7.7 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB).....	204
7.8 Coordenadoria de Comunicação (CCOM).....	210
7.9 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).....	215
7.10 Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI).....	227
7.11 Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	232
7.12 Chefia de Cerimonial (CER).....	234
8 PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA.....	245
9 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GAECO).....	248
10 ATOS NORMATIVOS - 2018.....	257

INTENÇÃO ESTRATÉGICA

MISSÃO

- Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e da defesa da democracia.

VALORES

- Acessibilidade
- Celeridade
- Compromisso com o capital humano
- Eficiência, eficácia e efetividade
- Ética e integridade
- Proatividade
- Transparência

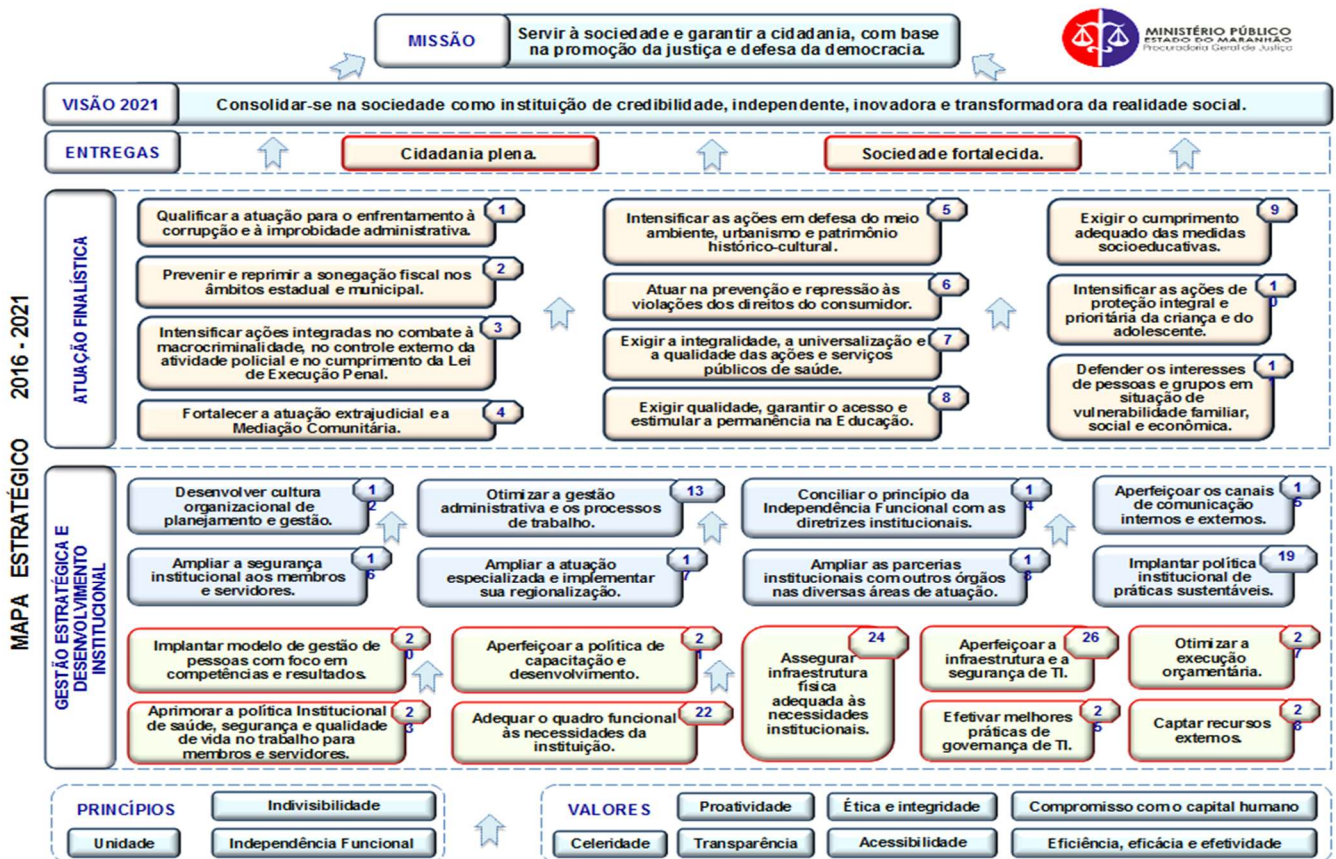
VISÃO 2021

- Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

- Unidade
- Indivisibilidade
- Independência Funcional

MAPA ESTRATÉGICO



1 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

Administração Superior do MPMA:

- Procuradoria Geral de Justiça
- Colégio de Procuradores
- Conselho Superior do Ministério Público
- Corregedoria Geral do Ministério Público

Administração:

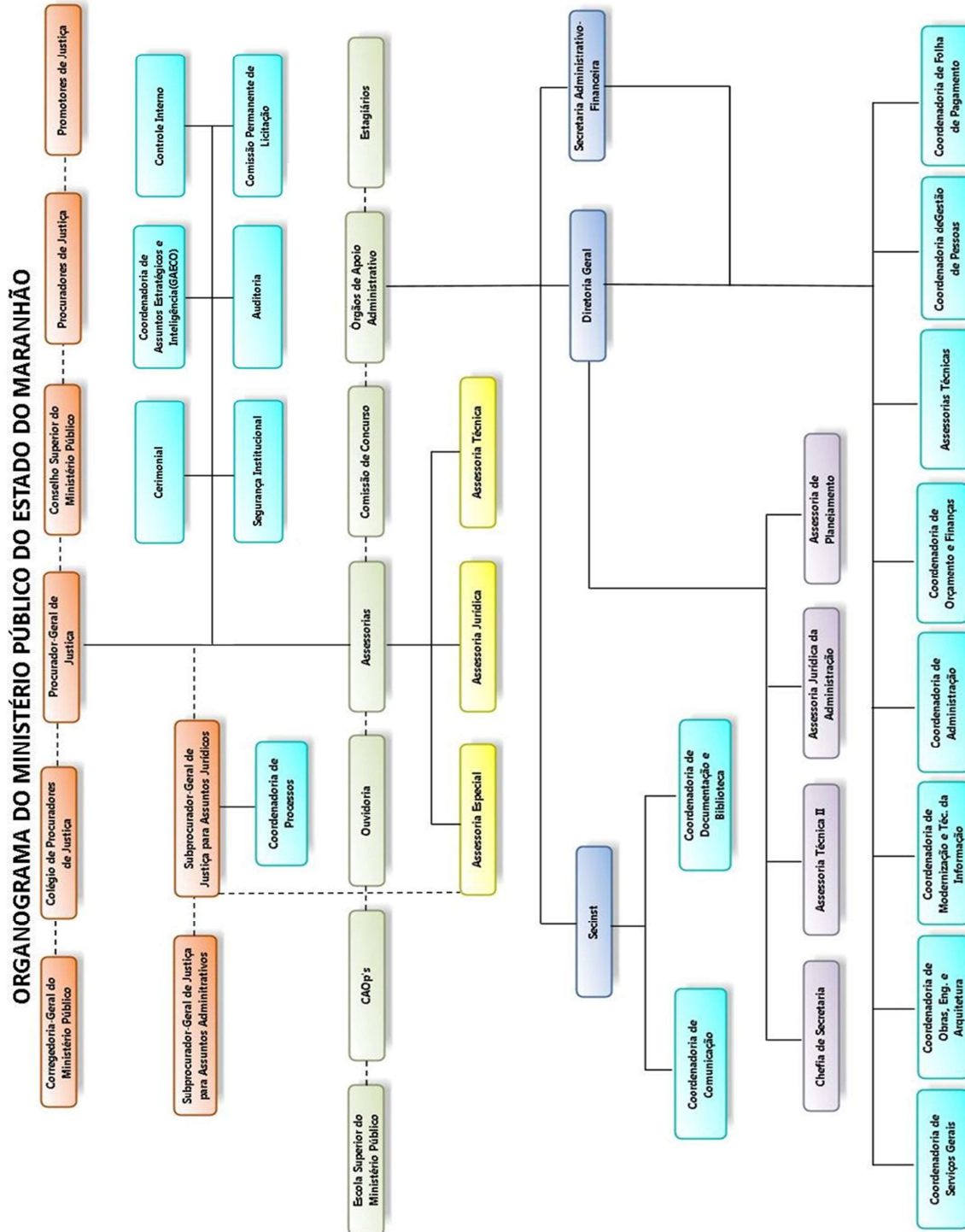
- Procuradorias
- Promotorias de Justiça

Execução:

- Procurador-Geral
- Conselho Superior
- Procuradores e Promotores de Justiça
- Centros de Apoio Operacionais

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Destaque-se que essas atividades são imprescindíveis à disponibilização dos meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

ORGANOGRAMA



* Conforme Ato Regulamentar Nº 020/2008, Lei Complementar Nº 013/1991, e Ato Regulamentar Nº 02/2012, Lei Nº 9.688/2012
 Elaboração: Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão com revisão da Diretoria Geral.

2 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



Membros da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

2.1 Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, reeleito para o mandato/biênio 2018-2020, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça)¹.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Em 2018, contou com um quadro de apoio técnico composto de 13 (treze) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Fabíola Faheína Fernandes Ferreira, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

¹ Art. 51. A Procuradoria Geral de Justiça tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça e compreende:

- I – o **Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**; (grifou-se)
- II – a SubProcuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;
- III – a SubProcuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete do Procurador-Geral de Justiça:

Tabela 1 - Critérios da Consulta - Ano 2018

Gabinete do Procurador Geral de Justiça	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Processos Abertos	551	504	550	746	602	514	623	699	598	704	462	324	6877
Processos Recebidos / Entradas	766	937	1058	1340	1771	1677	1432	1438	1350	990	981	548	14288
Processos Arquivados	47	134	125	175	168	139	181	187	129	111	109	154	1659
Processos Encaminhados / Saídas/SIMP/DIGIDOC/CSMP	1327	1335	1559	1926	2341	2009	1929	2020	1842	1501	1232	1025	20046
Total	2691	2910	3292	4187	4882	4339	4165	4344	3919	3306	2784	2051	42870

Fonte: GAB-PGJ, 2018.

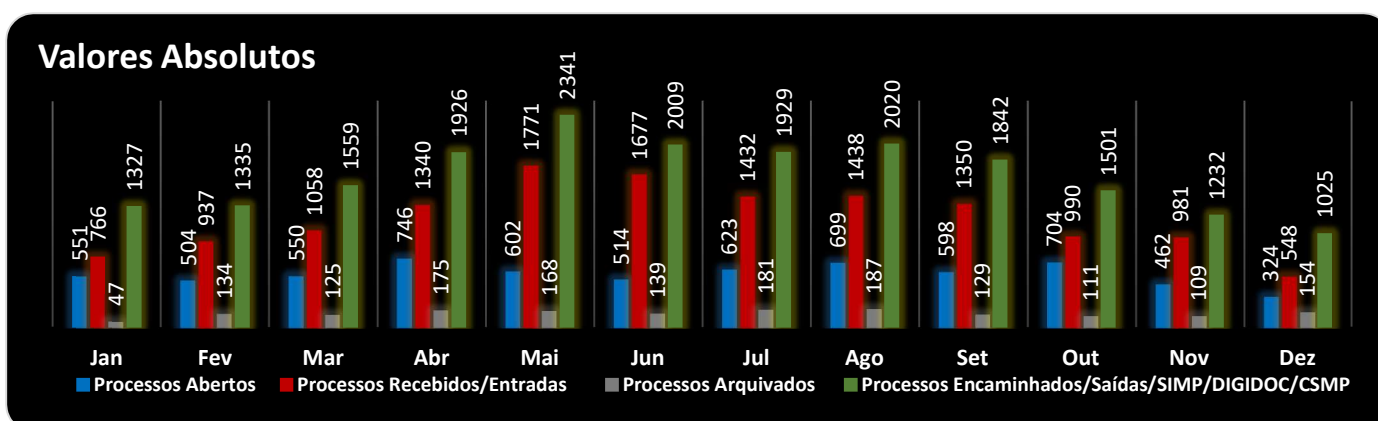


Gráfico 1 – Movimentação processual do GAB/PGJ

Fonte: GAB-PGJ, 2018.

Tabela 2 – Comparativo da movimentação processual 2017/2018

Gabinete do Procurador Geral de Justiça	2017	2018
Processos Abertos	7.444	6.877
Processos Recebidos/Entradas	13.545	14.288
Processos Arquivados	1.632	1.659
Processos Encaminhados / Saídas/SIMP/DIGIDOC/CSMP	17.905	20.046
Total	40.526	42.870

Fonte: GAB-PGJ, 2018.

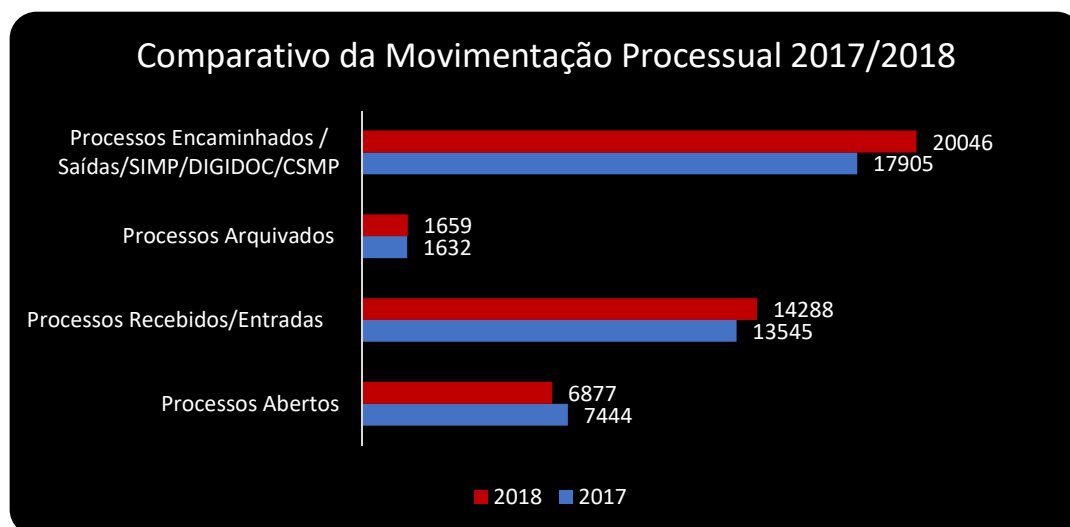


Gráfico 2 – Movimentação processual do GAB/PGJ

Fonte: GAB-PGJ, 2018.

2.2 Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, e ainda interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Suas atribuições também alcançam a representação do Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008. Cabe, ainda, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos, eventualmente e sempre que necessário.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

- Ao longo de 2018, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **18 (oito) Audiências**, sendo: 13 (treze) de Instrução; 02 (duas) de Conciliação, 02 (duas) de Preliminares e 01 (uma) Audiência Pública;



O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representando o PGJ em evento Institucional.

- O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **46 (quarenta e seis) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça**, sendo: 24 (vinte e quatro) Sessões Jurisdicionais e 22 (vinte e duas) Sessões Administrativas.
- **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos**, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino; substituindo Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário.
- **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado.
- **Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição.
- **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias e demais afastamentos legais**, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias.

No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram por esta Subprocuradoria Geral de Justiça, para análise e despacho, **491 processos judiciais de Segunda Instância, 1076 processos judiciais de Primeira Instância e 3.966 movimentações (entre processos e documentos administrativos)** pelo DIGIDOC.

2.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando o Chefe da Instituição no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça. Compete também a substituição do Procurador-



Reunião sobre o E-Social promovida pela Subprocuradoria Geral de Justiça p/ Assuntos Administrativos

Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição.

Esta unidade ministerial tem atuação destacada nas análises dos mais diversos assuntos administrativos, como adiantamentos, diárias, progressão e promoção funcional, adicionais de qualificação e estágio não obrigatório.

Tabela 3 - Análises de pedidos administrativos

Descrição	Quantidade	Valor
Adiantamentos	350	R\$ 518.781,63
Diárias	1850	
Progressão e Promoção Funcional	363	
Adicionais de Qualificação	42	
Estágio não obrigatório	80	

Fonte: SUBADM-PGJ, 2018.

Foram firmados **doze Termos de Convênios** com diversas Prefeituras Municipais, disponibilizando **35** (trinta e cinco) servidores cedidos, a fim de atender aos diversos pedidos para melhor estruturação do quadro de servidores, conforme segue: Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim, São Domingos do Azeitão, Joselândia, Turilândia, Porto Rico, São José de Ribamar, Belágua, Zé Doca, Cajari, São Luís, Santo Antônio dos Lopes, Olinda Nova do Maranhão.

Da mesma forma, foram disponibilizados um total de **20 (vinte) policiais militares da Reserva Remunerada**, a fim de incrementar o potencial de segurança institucional de Promotorias de Justiça do interior do Estado e da Capital, além de **03 (três) Policiais Militares da Ativa**, a fim de compor o Gabinete de Segurança Institucional desta PGJ.

Controle Correccional

No que toca à **Política Local de Gestão de Pessoas**, esta Subprocuradoria Geral de Justiça impulsionou importante prática que resultará em ganhos para esta Instituição, tanto na parte orçamentária/financeira, quanto na celeridade e efetividade de processos de caráter disciplinar, com a adoção dos mecanismos de **autocomposição** como ferramentas regulares na resolução de conflitos na esfera administrativa-correccional do Ministério Público do Estado do Maranhão no que diz respeito a condutas que possam ser encaradas como faltas funcionais de menor abrangência, **nos casos em que seja possível a aplicação de tal via alternativa, tendo em vista conveniência, oportunidade administrativa e todas as demais balizas constitucionais que regem o funcionamento da Administração Pública.**

No ano de 2018, das oito notícias/reclamações recebidas, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos produziu um total de 02 (duas) composições, ou seja, **25% (vinte e cinco)** tiveram solução alternativa, resultando no arquivamento dos respectivos processos, sem a necessidade de instauração de sindicância punitiva e/ou Processo Administrativo Disciplinar.

Já em relação aos demais casos, em que se optou pela instauração do respectivo processo disciplinar, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, decidindo sempre com base nos princípios norteadores da Administração Pública, tendo sido aplicado **três penalidades de demissão** a três servidores, por práticas de infrações disciplinares, cujos processos foram devidamente instaurados e conduzidos por esta unidade ministerial.

De maneira resumida, podemos listar a produção desta Subprocuradoria Geral de Justiça com os seguintes números:

Tabela 4 – Produtividade da SUB/ADM 2018

Análise e elaboração de documentos	Quantidade
Documentos Administrativos produzidos	7408
Processos Autuados	4458
Processo de caráter disciplinar instaurados	5
Punições aplicadas	03 (demissão)
Progressões Funcionais	300
Promoções	63
Adicionais de Qualificação	42
Termo de Convênios Assinados	12
Homologação de Estágio Probatório	8
Adiantamentos concedidos	R\$ 518.781,63

Fonte: SUBADM-PGJ, 2018.

Importa destacar, finalmente, que durante o levantamento do **Diagnóstico Situacional** - passo inicial que norteará as ações dos Programas do Plano de Trabalho do Projeto de Pesquisa - convênio Ministério Público do Maranhão – MPMA e Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, esta Subprocuradoria Geral de Justiça obteve a melhor avaliação entre todas as unidades pesquisadas.

2.4 Colégio de Procuradores de Justiça



Reunião do Colégio de Procuradores

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares.

Tabela 5 - Atividades Administrativas do Colégio de Procuradores de Justiça

Discriminação	2017	2016	2018
Sessões Realizadas	20	19	21
Processos Administrativos	24	6	23
Recursos Administrativos	4	3	6
Resoluções Aprovadas	10	5	16

Fonte: CPJ/PGJ, 2018

2.5 Conselho Superior do Ministério Público



Reunião do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

No biênio **2015-2017** integram o Conselho: Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho (Presidente do CSMP e Procurador-Geral de Justiça), Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Corregedor-Geral), Dra. Domingas de Jesus Froz Gomes (Procuradora de Justiça); Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa (Procurador de Justiça); Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa (Procuradora de Justiça); Dra. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf (Procuradora de Justiça) e Dr. Carlos Jorge Avelar Silva (Procurador de Justiça).

Em 2018, nas 31 sessões do CSMP, foram apreciados **3.468 processos, 112 por sessão, em média.**

Resumo Estatístico das Sessões – Ano 2018

Tabela 6 - Processos do Sistema DIGIDOC

Descrição	Quantidade
Pedidos de Prorrogação de Prazo	1164
Arquivamento de P.A na origem (Resolução 174, CNMP)	808
Relatórios (Trimestrais e os da Corregedoria)*	612
Autorização para Afastamento	25

Processos de Remoção / Promoção (concluídos)	64
TOTAL PROCESSOS DIGIDOC	2673

Fonte: CSMP/PGJ, 2018.

* *Observação: No item "Relatórios" constam: Relatórios trimestrais de atividades; Relatórios da Corregedoria; Relatórios de Mestrado.*

Tabela 7 - Processos Julgados (nas Sessões)

Descrição	Quantidade
Arquivamento Homologado	687
Encaminhamento ao MPF	56
Devolução à Promotoria de origem	18
Relatórios de Vitaliciamento	13
Sindicâncias e PAD	10
Convertidos em Diligência (nas Sessões)	11
TOTAL PROCESSOS JULGADOS	795

Fonte: CSMP/PGJ, 2018.

Tabela 8 - Distribuição Processual 2018

Conselheiro	Distribuídos	Julgados	Diligência	Ag. Pauta	Saldo
Carlos Jorge Avelar Silva	159	135	4	5	15
Domingas de Jesus Froz Gomes	155	106	6	23	20
Francisco das Chagas Barros de Sousa	160	136	3	1	20
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	37	23	0	0	14
Mariléa Campos dos Santos Costa	156	136	2	3	15
Luiz Gonzaga Martins Coelho	159	145	0	0	14
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	89	78	10	0	1
Total	915	759	25	32	99

Fonte: CSMP/PGJ, 2018.

2.6 Corregedoria Geral do Ministério Público



Reunião dos membros integrantes da Corregedoria Geral do MPMA com o Procurador-Geral de Justiça em exercício

A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 9 – Atividades Administrativas da Corregedoria

ATIVIDADES	2017	2018
Correições	102	199
Inspeções	26	34
Sindicâncias	8	7
Vitalicamento	21	13
Estágio Probatório	32	15
Recomendações	1	1
Exercício de Magistério	19	18
Ofícios Expedidos	537	475
Ofícios Circulares	13	21
Memorandos	456	576
Processos Despachados	3494	4703
Provimentos	2	1
Total	4711	6061

Fonte: CG/PGJ, 2018.

2.7 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

Tabela 10 - Mapa de Distribuição de Processos Cíveis da Procuradoria Geral de Justiça – Jan a Dez/2018

	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst.	Ap. Civ.	Rem. Neces.	A Resc.	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Rec. Ext.	Out
1ª Turma Cível														
1ª Procuradoria de Justiça Cível	1362	1354	8	23	266	976	31	2	4	0	2	0	1	57
9ª Procuradoria de Justiça Cível	1416	1461	-45	26	296	979	36	2	2	0	1	0	1	73
12ª Procuradoria de Justiça Cível	1396	1427	-31	32	280	973	39	3	1	0	2	0	0	66
2ª Turma Cível														
4ª Procuradoria de Justiça Cível	1546	1547	-1	27	288	1087	44	3	6	1	6	0	1	83
8ª Procuradoria de Justiça Cível	1373	1315	58	25	231	1003	37	3	5	3	2	1	1	62
17ª Procuradoria de Justiça Cível	1960	1945	15	40	291	1346	32	6	1	1	1	0	0	242
3ª Turma Cível														
2ª Procuradoria de Justiça Cível	1801	1802	-1	40	317	1299	33	3	6	3	4	2	1	93
3ª Procuradoria de Justiça Cível	1392	1360	32	29	306	938	26	3	7	1	6	0	1	75
14ª Procuradoria de Justiça Cível	2301	2228	73	43	397	1602	45	5	2	4	9	1	1	192
15ª Procuradoria de Justiça Cível	1316	1325	-9	19	241	777	31	1	3	0	1	1	0	242
4ª Turma Cível														
5ª Procuradoria de Justiça Cível	1564	1488	76	21	215	1213	33	5	4	5	2	2	3	61
7ª Procuradoria de Justiça Cível	1740	1665	75	26	273	1119	36	5	2	2	5	0	0	272
10ª Procuradoria de Justiça Cível	3101	3045	56	51	552	2226	107	6	6	2	4	0	0	147
5ª Turma Cível														
11ª Procuradoria de Justiça Cível	2031	1993	38	28	325	1292	46	13	6	4	6	3	1	307
13ª Procuradoria de Justiça Cível	1958	1958	0	26	344	1411	52	10	13	2	4	4	0	92
16ª Procuradoria de Justiça Cível	2346	2099	247	35	393	1448	47	6	3	1	10	1	1	401
6ª Turma Cível														

6ª Procuradoria de Justiça Cível	1271	1172	99	27	215	948	26	1	4	1	3	2	2	42
18ª Procuradoria de Justiça Cível	1923	1934	-11	38	347	1400	56	2	5	0	1	1	3	70
19ª Procuradoria de Justiça Cível	2879	2883	-4	55	479	1970	71	7	3	1	5	0	0	288
SEM TURMA														
Assessoria Especial	1764	1771	-7	593	6	19	0	15	0	0	0	0	0	1131
Órgão Especial	6	2	4	1	2	0	0	2	0	0	0	0	0	1

Fonte: CG/PGJ, 2018.

Tabela 11 - Mapa de Distribuição de Processos Criminais da Procuradoria Geral de Justiça – Jan a Dez/2018

	Rec.	Dev.	Atual	HC	AP. Crim.	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Rec. Ext.	Out
1ª Turma Criminal													
2ª Procuradoria de Justiça Criminal	1494	1494	0	367	785	143	0	19	4	6	11	2	157
3ª Procuradoria de Justiça Criminal	326	313	13	84	119	10	0	5	0	0	1	0	107
5ª Procuradoria de Justiça Criminal	1693	1812	-119	267	459	44	0	25	3	8	6	1	880
7ª Procuradoria de Justiça Criminal	643	633	10	197	288	55	0	16	2	2	6	1	76
2ª Turma Criminal													
1ª Procuradoria de Justiça Criminal	1096	1098	-2	315	531	55	0	38	0	2	18	0	137
4ª Procuradoria de Justiça Criminal	1265	1287	-22	441	552	72	0	26	6	4	9	1	154
6ª Procuradoria de Justiça Criminal	1031	1032	-1	306	501	80	0	36	0	0	15	0	93
8ª Procuradoria de Justiça Criminal	1254	1255	-1	347	658	82	0	37	2	3	12	0	143
3ª Turma Criminal													
9ª Procuradoria de Justiça Criminal	813	813	0	242	402	45	0	20	4	8	12	1	79
10ª Procuradoria de Justiça Criminal	775	776	-1	234	364	41	0	22	5	2	1	0	106
11ª Procuradoria de Justiça Criminal	1690	1693	-3	556	768	87	0	54	4	8	17	2	194
12ª Procuradoria de Justiça Criminal	626	626	0	190	294	42	0	13	2	0	7	2	76
SEM TURMA													
Assessoria Especial	1309	1314	-5	28	5	4	0	37	10	14	11	6	1194
Órgão Especial	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: CG/PGJ, 2018.

2.8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 12 - Distribuição das Promotorias de Justiça – 2018

ENTRÂNCIA	Nº DE COMARCAS	Nº DE PROMOTORIAS	Nº DE PROMOTORES
FINAL	4	126	123
INTERMEDIÁRIA	36	116	112
INICIAL	69	69	60
SUBSTITUTOS	-	-	7
TOTAL	109	311	302

Fonte: CG/PGJ, 2018.

Quadro 1 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Final – 2018

ENTRÂNCIA FINAL

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS DE SÃO LUÍS	
1ª Cível	1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cível
2ª Cível	3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cível
3ª Cível	5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cível
4ª Cível	7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal
10ª Cível	1º Promotor de Interdição e Sucessões, Tutela e Ausência
12ª Cível	2º Promotor de Justiça da Família, 1ª Vara da Família
13ª Cível	3º Promotor de Justiça da Família, 2ª Vara da Família
14ª Cível	4º Promotor de Justiça da Família, 2ª Vara da Família
15ª Cível	5º Promotor de Justiça da Família, 3ª Vara da Família
16ª Cível	6º Promotor de Justiça da Família, 3ª Vara da Família
17ª Cível	7º Promotor de Justiça da Família, 4ª Vara da Família
18ª Cível	8º Promotor de Justiça da Família, 4ª Vara da Família
19ª Cível	9º Promotor de Justiça da Família, 5ª Vara da Família
20ª Cível	10º Promotor de Justiça da Família, 5ª Vara da Família
21ª Cível	11º Promotor de Justiça da Família, 6ª Vara da Família
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS DE SÃO LUÍS

<i>1ª a 14ª Criminais</i>	Varas Criminais
<i>15ª a 17ª Criminais</i>	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
<i>18ª Criminal</i>	1º, 2º, 3º, 4º e 5º Promotor de Investigação Criminal
<i>19ª a 22ª Criminais</i>	1ª e 2ª Vara de Entorpecentes
<i>23ª a 26ª Criminais</i>	Tribunal do Júri
<i>27ª a 30ª Criminal</i>	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
<i>31ª a 34ª Criminal</i>	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS DE SÃO LUÍS

<i>1ª e 2ª Especializada</i>	Fundações de Interesse Social
<i>3ª Especializada</i>	Registro Público e de Massas Falidas
<i>4ª e 5ª Especializada</i>	Defesa da Educação
<i>6ª Especializada</i>	Justiça Militar
<i>7ª e 8ª Especializadas</i>	Meio Ambiente
<i>9ª e 10ª Especializadas</i>	Defesa do Consumidor
<i>11ª Especializada</i>	Defesa dos Direitos Humanos
<i>12ª Especializada</i>	Itinerante
<i>14ª e 15ª Especializada</i>	Defesa da Pessoa com Deficiência
<i>16ª e 17ª Especializada</i>	Defesa do Idoso
<i>18ª a 20ª Especializadas</i>	Defesa da Saúde
<i>21ª e 22ª Especializadas</i>	Defesa da Mulher
<i>23ª a 25ª Especializadas</i>	Controle Externo da Atividade Policial
<i>26ª e 27ª Especializadas</i>	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
<i>28ª a 36ª Especializadas</i>	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
<i>37ª a 43ª Especializadas</i>	Defesa da Infância e Juventude
<i>44ª e 45ª Especializadas</i>	Conflitos Agrários
<i>2ª e 3ª Substituição Plena</i>	1ª a 24ª Promotorias Cíveis
<i>4ª a 7ª Substituição Plena</i>	1ª a 14ª Promotorias Criminais
<i>9ª Substituição Plena</i>	15.ª a 18.ª Promotoria de Justiça Criminais – 1.º a 3.º Juizados Especiais Criminais
<i>10ª Substituição Plena</i>	19.ª a 22.ª Promotoria Criminais – 1.ª a 4.ª Entorpecentes
<i>11ª e 12ª Substituição Plena</i>	1.ª a 8.ª Promotorias do Júri
<i>13ª Substituição Plena</i>	1.ª a 4.ª Promotorias de Execuções Penais
<i>14ª Substituição Plena</i>	1.ª e 2.ª Promotoria de Fundações, Entidades de Interesse Social, 1.ª e 2.ª Defesa da Educação, 1.ª e 2.ª Itinerante
<i>15ª Substituição Plena</i>	1.ª e 2.ª Promotoria Defesa do Meio Ambiente, 1.ª e 2.ª Defesa do Consumidor, 1.ª e 3.ª Defesa da Saúde
<i>16ª Substituição Plena</i>	1.ª e 2.ª Defesa do Idoso, 1.ª e 2.ª Defesa da Pessoa com Deficiência, 1.ª e 2.ª Defesa da Mulher, Defesa dos Direitos Humanos
<i>18ª Substituição Plena</i>	1.ª e 4.ª Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

<i>19ª e 20ª Substituição Plena</i>	1.ª e 6.ª Defesa da Criança e Adolescente
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	
<i>1ª Cível</i>	1ª Vara
<i>2ª Cível</i>	2ª Vara
<i>3ª Cível</i>	3ª Vara
<i>1ª Criminal</i>	1ª Vara Criminal
<i>2ª Criminal</i>	2ª Vara Criminal
<i>1ª Especializada</i>	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor
PAÇO DO LUMIAR	
<i>1ª Paço do Lumiar</i>	1ª Vara
<i>2ª Paço do Lumiar</i>	2ª Vara
<i>3ª Paço do Lumiar</i>	3ª Vara
RAPOSA	
<i>Raposa</i>	Única

Fonte: CG/PGJ, 2018.

Quadro 2 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Intermediária – 2018

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		
<i>Açailândia</i>	1ª Cível	1ª Vara Cível
	2ª Cível	2ª Vara Cível
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Defesa do Consumidor, dos Direitos Fundamentais e do Controle da Atividade Policial
	2ª Especializada	Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa / Defesa da Ordem Tributária e Econômica / Defesa da Saúde
	3ª Especializada	Fundações e Entidade de Interesse Social/Defesa do Meio Ambiente/Controle Externo da Atividade Policial Militar
<i>Araioses</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
<i>Bacabal</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
<i>Balsas</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
<i>Barra do Corda</i>	1ª	1ª Vara

<i>Barreirinhas</i>	2ª	Infância e Juventude
	Única	Única
<i>Buriticupu</i>	1ª Buriticupu	1ª Vara
<i>Buriticupu Brejo</i>	2ª Buriticupu	2ª Vara
<i>Caxias</i>	Única	Única
	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Saúde
	5ª	Defesa da Mulher
	6ª	Juizado Especial Cível e Criminal
<i>Chapadinha</i>	7ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Codó</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Coelho Neto</i>	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Colinas</i>	2ª	Infância e Juventude
	Única	Única
<i>Coroatá</i>	1ª	1ª Vara
<i>Estreito</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Grajaú</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Imperatriz</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª Cível	1ª Vara da Família
	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal
	8ª Criminal	Júri
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público e Probidade Administrativa

	7ª Especializada	Infância e Juventude
	8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	9ª Especializada	Defesa da Criança e Adolescente
	10ª Especializada	Ordem tributária e Econômica
<i>Itapecuru-Mirim</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
<i>João Lisboa</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
<i>Lago da Pedra</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
<i>Maracaçumé</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
<i>Pedreiras</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
<i>Pinheiro</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
<i>Porto Franco</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
<i>Presidente Dutra</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
<i>Rosário</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
<i>Santa Helena</i>	Única	Única
	1ª	1ª Vara
<i>Santa Inês</i>	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
<i>Santa Luzia</i>	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
<i>Timon</i>	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Infância e Juventude
	2ª Especializada	Juizado Especial Cível e Criminal
<i>Tuntum</i>	Única	Única
<i>Viana</i>	1ª	1ª Vara

<i>Vitorino Freire</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
<i>Zé Doca</i>	2ª	Infância e Juventude
	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

Fonte: CG/PGJ, 2018.

Quadro 3 – Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Inicial – 2018

ENTRÂNCIA INICIAL

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	
<i>Alcântara</i>	Olho D' Água das Cunhãs
<i>Alto Parnaíba</i>	Olinda Nova
<i>Amarante do Maranhão</i>	Paraibano
<i>Anajatuba</i>	Parnarama
<i>Arame</i>	Passagem Franca
<i>Arari</i>	Pastos Bons
<i>Bacuri</i>	Paulo Ramos
<i>Barão de Grajaú</i>	Penalva
<i>Barreirinhas</i>	Pindaré
<i>Bequimão</i>	Pio XII
<i>Bom Jardim</i>	Poção de Pedras
<i>Buriti</i>	Raposa
<i>Buriti Bravo</i>	Riachão
<i>Cândido Mendes</i>	Santa Luzia do Paruá
<i>Cantanhede</i>	Santa Quitéria do Maranhão
<i>Carolina</i>	Santa Rita
<i>Carutapera</i>	Santo Antônio dos Lopes
<i>Cedral</i>	São Bento
<i>Cururupu</i>	São Bernardo
<i>Dom Pedro</i>	São Domingos do Azeitão
<i>Esperantinópolis</i>	São Domingos do Maranhão
<i>Gov. Eugênio de Barros</i>	São Francisco do Maranhão
<i>Gov. Nunes Freire</i>	São João Batista
<i>Guimarães</i>	São João dos Patos
<i>Humberto de Campos</i>	São Luís Gonzaga
<i>Icatu</i>	São Mateus do Maranhão
<i>Igarapé Grande</i>	São Raimundo das Mangabeiras
<i>Itinga do Maranhão</i>	São Pedro da Água Branca
<i>Joselândia</i>	São Vicente de Férrer
<i>Loreto</i>	Senador La Roque
<i>Magalhães de Almeida</i>	Sucupira do Norte
<i>Matinha</i>	Tasso Fragoso
<i>Matões</i>	Timbiras

<i>Mirador</i>	Turiação
<i>Mirinza</i>	Tutóia
<i>Monção</i>	Urbano Santos
<i>Montes Altos</i>	Vargem Grande
<i>Morros</i>	Vitória do Mearim

Fonte: CG/PGJ, 2018.

Quadro 4 – Distribuição das Promotorias de Justiça por Regiões – 2018

1ª REGIÃO – COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS (01 Comarca)

<i>São Luís (Capital)</i>	Raposa
<i>Paço do Lumiar</i>	São José de Ribamar

2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas)

<i>Buriticupu</i>	Pindaré Mirim
<i>Bom Jardim</i>	Santa Inês
<i>Cândido Mendes</i>	Santa luzia do Paruá
<i>Carutapera</i>	Santa luzia
<i>Governador Nunes Freire</i>	Turiação
<i>Maracaçumé</i>	Zé doca
<i>Monção</i>	

3ª REGIÃO – BAIXADA (16 Comarcas)

<i>Alcântara</i>	Olinda Nova
<i>Bacuri</i>	Pinheiro
<i>Bequimão</i>	Penalva
<i>Cururupu</i>	Santa Helena
<i>Cedral</i>	São Vicente Ferrer
<i>Guimarães</i>	São João Batista
<i>Matinha</i>	São Bento
<i>Mirinza</i>	Viana

4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas)

<i>Barão de Grajaú</i>	Passagem Franca
<i>Buriti bravo</i>	Presidente Dutra
<i>Caxias</i>	Paraibano
<i>Codó</i>	Parnarama
<i>Colinas</i>	Santo Antônio dos Lopes
<i>Coroatá</i>	São Francisco do Maranhão
<i>Coelho neto</i>	São João dos Patos
<i>Dom Pedro</i>	São Domingos do Maranhão
<i>Governador Eugênio Barros</i>	Sucupira do norte
<i>Matões</i>	Timbiras
<i>Mirador</i>	Timon
<i>Pastos Bons</i>	Tuntum

5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas)

<i>Arari</i>	Paulo Ramos
--------------	-------------

<i>Anajatuba</i>	Pedreiras
<i>Bacabal</i>	Pio XII
<i>Barra do Corda</i>	Poção de Pedras
<i>Esperantinópolis</i>	São Mateus
<i>Igarapé Grande</i>	São Luís Gonzaga
<i>Joselândia</i>	Vitorino Freire
<i>Lago da Pedra</i>	Vitória do Mearim
6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas)	
<i>Araioses</i>	Morros
<i>Barreirinhas</i>	Magalhães de Almeida
<i>Brejo</i>	Rosário
<i>Buriti</i>	Santa Rita
<i>Cantanhede</i>	Santa Quitéria
<i>Chapadinha</i>	São Bernardo
<i>Humberto de Campos</i>	Tutóia
<i>Icatu</i>	Urbanos Santos
<i>Itapecuru-Mirim</i>	Vargem Grande
7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas)	
<i>Açailândia</i>	Itinga do Maranhão
<i>Arame</i>	João Lisboa
<i>Amarante do Maranhão</i>	Montes Altos
<i>Estreito</i>	Porto Franco
<i>Grajaú</i>	Senador La Roque
<i>Imperatriz</i>	
8ª REGIÃO – SUL DO MARANHÃO (08 Comarcas)	
<i>Alto Parnaíba</i>	Riachão
<i>Balsas</i>	São Domingos do Azeitão
<i>Carolina</i>	São Raimundo das Mangabeiras
<i>Loreto</i>	Tasso Fragoso

Fonte: CG/PGJ, 2018.

2.8.1 Dados Estatísticos da Atuação Funcional das Promotorias de Justiça – 2018 Resolução Nº 74/CNMP

Tabela 13 - Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil e Procedimento Preparatório)

Classes: Inquérito Civil, Procedimento Preparatório

Assuntos	Estatísticas				Movimentos						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	25	15	10	30	0	0	1	0	0	12	1
Controle Externo da Atividade Policial	6	36	20	22	10	0	6	1	0	24	0
Direito da Criança e do Adolescente	197	126	77	246	20	0	32	2	19	80	1
Direito do Consumidor	97	58	31	124	9	1	9	2	2	43	2
Direito Eleitoral	53	40	21	72	2	1	5	1	1	18	0
Direito Militar	6	3	6	3	0	0	2	0	0	3	0
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	52	22	11	63	3	0	6	0	0	34	2
Educação	89	78	38	129	10	0	9	0	5	51	4
Improbidade Administrativa	1.330	873	433	1.770	128	2	129	8	92	524	15
Licitações	197	133	55	275	21	0	17	0	6	97	2
Meio Ambiente	224	140	57	307	17	1	25	3	6	196	7
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	125	89	41	173	5	0	12	2	0	59	3
Patrimônio Público	295	210	87	418	27	1	33	2	6	172	3
Pessoa Idosa	10	6	7	9	0	0	2	0	2	32	2

<i>Pessoa com Deficiência</i>	62	65	26	101	6	5	19	4	1	91	2
<i>Repasse Verbas Públicas</i>	11	9	3	17	0	0	1	0	0	0	0
<i>Repasse Verbas SUS</i>	1	3	0	4	0	0	0	0	0	3	0
<i>Responsabilidade Civil</i>	41	30	14	57	4	1	9	0	0	38	2
<i>Saúde</i>	178	142	81	239	15	1	43	1	25	226	6
<i>Servidor Público Civil</i>	60	53	18	95	5	0	5	0	27	36	0
<i>Acessibilidade</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	851	881	364	1	111	6	120	14	32	638	11

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 14 - Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Administrativo)

Classe: Procedimento Administrativo

Assuntos	Estatísticas				Movimentos						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
<i>Concurso Público</i>	6	9	6	9	1	0	0	0	0	7	1
<i>Controle Externo da Atividade Policial</i>	15	46	12	49	0	0	0	0	2	33	1
<i>Direito da Criança e do Adolescente</i>	516	487	365	638	43	0	32	0	45	334	5
<i>Direito do Consumidor</i>	57	69	31	95	11	0	0	1	6	35	3
<i>Direito Eleitoral</i>	68	93	35	126	2	0	1	0	3	16	0
<i>Direito Militar</i>	3	6	2	7	0	0	0	0	0	2	0
<i>Direitos Indígenas</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	75	115	52	138	8	0	1	0	8	57	6
<i>Improbidade Administrativa</i>	907	671	274	1.304	49	1	19	1	11	314	13
<i>Meio Ambiente</i>	82	86	54	114	6	1	1	1	1	46	7

<i>Minorias Étnicas</i>	3	3	0	6	0	0	0	0	0	0	0
<i>Ordem Urbanística</i>	18	35	6	47	0	0	1	0	2	17	0
<i>Patrimônio Público</i>	403	327	205	525	25	0	30	0	5	198	4
<i>Pessoa Idosa</i>	35	59	30	64	3	0	2	0	5	77	2
<i>Pessoas com Deficiência</i>	50	72	48	74	5	0	6	0	4	125	3
<i>Responsabilidade Civil</i>	9	13	6	16	0	0	0	1	0	6	0
<i>Saúde</i>	252	935	223	964	28	6	28	0	76	899	51
<i>Servidor Público Civil</i>	70	53	38	85	9	0	5	0	9	57	4
<i>Demais Assuntos</i>	1.791	2.314	967	3.138	134	10	65	6	77	1.260	77

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 15 - Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Peças de Informação)

Classe: Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação - PIC)

Assuntos	Estatísticas				Movimentos	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
<i>Concussão</i>	0	2	1	1	0	0
<i>Corrupção Ativa</i>	3	5	0	8	0	0
<i>Corrupção Passiva</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	44	23	1	66	1	4
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	29	35	0	64	0	0
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	76	66	1	141	1	1
<i>Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	7	1	0	8	0	0
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	61	62	1	122	2	4
<i>Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral</i>	21	39	1	59	3	3

<i>Peculato</i>	11	18	0	29	1	0
<i>Tráfico de Drogas e Condutas Afins</i>	2	8	0	10	0	0
<i>Tráfico de Pessoas e Correlatos</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Família</i>	6	4	0	10	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	1.220	1.147	155	2.212	60	73

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 16 - Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)

Classe: Procedimento Preparatório Eleitoral

<i>Assuntos</i>	Estatísticas				Movimentos						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
<i>Administração da Justiça Eleitoral</i>	0	5	2	3	0	0	0	0	0	7	0
<i>Alistamento Eleitoral</i>	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
<i>Diplomação</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Direitos Políticos</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Eleições</i>	42	75	34	83	1	0	0	0	0	27	0
<i>Execução</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Garantias Processuais</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Partidos Políticos</i>	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<i>Plebiscito</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Requerimento</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	44	82	37	89	1	0	0	0	0	34	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 17 - Atuação das Promotorias de Justiça (Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos)

Classes: Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos

Assuntos	Estatísticas				Movimentos									
	Saldo Ant.	Rec.	Dev.	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Agentes Políticos	1.067	921	1	1.987	3	524	8	25	39	2	14	32	0	0
Atos Administrativos, exceto Improbidade Administrativa	3.501	3.846	61	7.286	92	2.115	39	106	123	12	43	139	0	0
Direito do Consumidor	5.790	2.129	3	7.916	4	334	11	5	23	0	7	10	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	43.697	21.411	288	6.482	37	6.232	30	54	491	23	76	110	0	0
Ensino Superior e Ensino Fundamental e Médio	59	128	1	186	4	100	0	1	4	1	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	112	188	1	299	6	117	1	3	8	0	1	2	0	0
Improbidade Administrativa	2.257	2.939	60	5.136	91	2	36	103	85	7	27	136	0	0
Meio Ambiente	89	145	0	234	4	69	1	6	2	0	0	6	0	0
Militar	1.849	3.645	0	5.494	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	35	71	0	106	8	27	2	2	2	1	0	9	0	0
Patrimônio Público	3.317	2.931	5	6.243	18	2	7	18	20	1	10	12	0	0
Recursos Minerais	5	1	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<i>Responsabilidade da Administração Saúde</i>	907	478	0	1.385	1	131	0	0	1	0	0	0	0	0
<i>Servidor Público Civil</i>	5.349	4.192	26	9.515	5	3	0	0	15	3	2	5	0	0
<i>Sistema Nacional de Desporto</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	108.773	66.625	429	174.969	863	35.709	46	126	5.554	146	162	82	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 18 - Atuação das Promotorias de Justiça (Infância e Juventude – PI, Ato Infracional e Execução de MSE)

Classes: Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas

Assuntos	Estatística				Movimentos							
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Remissão ECA	Representação por Ato Infracional	Requerimento de Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência de Apresentação de Adolescente Infrator
<i>Contra a Administração da Justiça</i>	37	19	1	55	3	9	0	0	0	0	0	5
<i>Contra a Família</i>	2	4	0	6	1	1	0	0	0	1	0	0
<i>Contra Fé Pública</i>	49	22	0	71	7	3	0	0	0	0	0	0
<i>Contra a Honra</i>	171	70	0	241	17	19	0	4	0	0	0	4
<i>Contra a Incolumidade Pública</i>	52	20	0	72	1	4	0	2	0	0	0	2

<i>Contra a inviolabilidade de domicílio</i>	22	17	0	39	2	1	0	1	0	0	0	1
<i>Contra a liberdade pessoal</i>	465	291	0	756	38	83	0	16	1	0	0	10
<i>Conta a Paz Pública</i>	143	93	0	236	2	26	0	8	0	0	0	8
<i>Contra a Propriedade Intelectual</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Contra a Vida</i>	534	292	2	824	1	65	0	19	0	3	2	29
<i>Contra o Patrimônio</i>	4.762	3.137	13	7.886	154	907	1	258	5	7	7	206
<i>Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos</i>	3	1	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Contra a Dignidade Sexual</i>	230	269	1	498	3	51	0	22	0	2	3	22
<i>Contravenções Penais</i>	63	10	0	73	1	0	0	1	0	0	0	0
<i>Lesões Corporais</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Medidas Socioeducativas</i>	1.609	1.384	4	2.989	4	4	0	58	0	0	1	2
<i>Periclitaco da Vida e da Sade e Rixa</i>	13	5	0	18	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Previstos na Legislao Extravagante</i>	2.468	1.557	1	4.024	254	340	0	104	2	6	7	87

<i>De Tráfico Ilícito e uso indevido de Drogas</i>	1.573	979	1	3	204	229	0	65	2	2	3	82
<i>De Trânsito</i>	297	234	0	531	24	39	0	23	0	2	2	2
<i>Do Sistema Nacional de Armas</i>	542	308	0	850	27	74	0	17	0	2	2	4
<i>Demais Assuntos</i>	2.832	1.829	16	4.645	176	332	0	123	2	5	5	99

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 19 - Atuação das Promotorias de Justiça (Infância e Juventude – Seção Cível)

Classes: Seção Cível

<i>Assuntos</i>	Estatísticas				Movimentos									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
<i>Alimentos</i>	3.437	3.706	82	7.061	134	1.729	4	2	189	5	18	4	0	0
<i>Adoção</i>	672	630	2	1.300	7	446	5	0	63	2	1	0	0	0
<i>Guarda</i>	2.767	3.043	14	5.796	42	1.762	9	1	287	3	9	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	17.890	17.918	237	35.571	406	10.978	56	53	1.284	33	71	52	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 20 - Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Inquéritos Policiais)

Classes: Inquéritos Policiais

Assuntos	Estatísticas				Movimentos				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa de Inquérito Policial: Com diligência; sem diligência; e diligências	Manifestação	Transações penais oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento; com remessa ao judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncia; escrita; e oral
<i>Crime/Contravenção conta Criança/Adolescente</i>	65	61	0	126	7	57	0	2	11
<i>Crime/ Contravenção conta Idoso</i>	6	24	0	30	3	16	0	0	4
<i>Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Agrários</i>	1	2	0	3	0	4	0	0	0
<i>Crimes Contra a Administração da Justiça</i>	139	187	0	326	27	108	0	2	37
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	289	456	1	744	32	260	0	4	117
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	953	1637	2	2588	126	1165	1	21	370
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	9	13	0	22	0	11	0	0	3
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	573	893	0	1466	180	599	0	20	137
<i>Crimes contra a Honra</i>	753	824	2	1575	151	451	0	11	182
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	73	104	0	177	8	88	0	1	19
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	46	80	0	126	2	118	0	2	13
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	30	112	0	142	1	188	0	7	8
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	3	1	0	4	0	1	0	0	0
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	189	302	0	491	60	292	0	6	116
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	12	8	0	20	1	5	0	6	0
<i>Crimes contra a vida</i>	2278	2767	4	5041	193	1989	1	29	430

<i>Crimes Contra as Finanças Públicas</i>	0	1	0	1	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra as Relações de Consumo</i>	47	73	0	120	8	27	0	1	15
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	169	271	0	440	9	367	0	8	27
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	7118	8706	6	15818	988	5392	0	225	2868
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	6	10	0	16	0	6	0	0	1
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	0	4	0	4	2	5	0	0	0
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	3	12	0	15	1	16	0	0	2
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	96	120	0	216	5	110	0	1	6
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	3	2	0	5	0	2	0	0	0
<i>Crimes de Responsabilidades</i>	6	11	0	17	0	15	0	0	0
<i>Crimes de Tortura</i>	62	54	0	116	10	46	0	3	8
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso indevido de Drogas</i>	1312	2116	3	3425	137	1217	6	15	1106
<i>Crime de Trânsito</i>	1907	2542	3	4446	147	1670	5	24	828
<i>Crimes de Sistema Nacional de Armas</i>	1620	2088	4	4	198	1097	0	28	989
<i>Crimes Eleitorais</i>	145	146	4	287	5	128	0	2	7
<i>Crimes Falimentares</i>	0	1	0	1	0	1	0	0	0
<i>Crimes Militares</i>	175	394	0	569	19	337	0	6	88
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	199	406	0	605	36	301	0	7	110
<i>Crimes Previstos no Estatuto do idoso</i>	69	111	0	180	8	89	0	0	20
<i>Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor</i>	1	3	0	4	0	0	0	0	0
<i>Lesão Corporal</i>	2577	3983	2	6558	898	2392	2	46	970
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	4	7	0	11	0	16	0	0	0
<i>Violência Doméstica Contra a Mulher</i>	1004	1677	2	2679	118	841	0	8	564

<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	2792	2829	2	5619	338	1747	2	39	735
<i>Demais Assuntos</i>	6038	8613	17	14634	552	6141	1	143	2061

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 21 - Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Termos Circunstanciais)

Classes: Termos Circunstanciados

<i>Assuntos</i>	Estatísticas				Movimentos			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações penais oferecidas	Promoção de Arquivamento: arquivamento; com remessa ao judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncia; escrita; e Oral
<i>Crime/Contravenção contra a Criança/Adolescente</i>	6	26	0	32	27	0	0	5
<i>Crime/Contravenção contra Idoso</i>	13	17	0	30	11	1	2	3
<i>Crime/Contravenção decorrente do conflito fundiário coletivo</i>	0	2	0	2	0	1	0	0
<i>Crimes Agrários</i>	1	0	0	1	0	0	0	0
<i>Crimes Contra a Administração da Justiça</i>	273	206	1	478	135	2	3	14
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	1.477	1.380	6	2.851	825	28	24	120
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	39	47	0	86	32	2	0	7
<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	10	4	0	14	2	0	0	0
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	31	44	0	75	31	0	1	8
<i>Crimes contra a Honra</i>	2.685	1.875	7	4.553	835	15	14	53
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	66	66	0	132	17	0	1	2
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	0	2	0	2	2	0	1	0
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	2	2	0	4	3	0	0	1
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	9	5	0	14	3	0	0	0
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	12	24	0	36	13	1	0	1

<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	2	1	0	3	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Vida</i>	9	6	0	15	2	0	0	1
<i>Crimes contra as Finanças Públicas</i>	0	1	0	1	1	0	0	0
<i>Crimes contra as relações de Consumo</i>	23	5	0	28	4	0	1	0
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	354	504	0	858	437	8	22	38
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	862	802	1	1.663	507	14	10	41
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	1	0	0	1	0	0	0	0
<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes da Lei de Licitações</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	142	84	0	226	67	0	1	6
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	0	1	0	1	1	0	0	0
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes de Tortura</i>	6	0	0	6	0	0	0	0
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas</i>	346	839	0	1.185	475	43	17	154
<i>Crimes de Trânsito</i>	1.526	2.015	13	3.528	1.183	65	56	135
<i>Crimes do Sistema Nacional de Armas</i>	23	32	0	55	20	0	0	5
<i>Crimes Eleitorais</i>	43	40	0	83	34	0	0	0
<i>Crimes Falimentares</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Militares</i>	30	66	0	96	38	0	1	5
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	21	10	0	31	6	0	0	1
<i>Crimes Previstos no Estatuto do Idoso</i>	52	43	0	95	40	1	0	6
<i>Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor</i>	1	1	0	2	1	0	0	1
<i>Lesão Corporal</i>	2.590	2.052	4	4.638	1.172	33	22	128
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	0	0	0	0	0	0	0	0

<i>Violência Doméstica Contra a Mulher</i>	14	10	0	24	9	0	0	2
<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	3.384	2.431	5	5.810	1.439	46	14	156
<i>Demais Assuntos</i>	5.190	4.974	9	10.155	2.816	78	71	408

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 22 - Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Processos Criminais)

Classes: Procedimento Comum; Processo Especial; Recursos; e Ação Penal Eleitoral

Assuntos	Estatísticas				Movimentos									
	Saldo Ant.	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestações	Aleagaões Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
<i>Crime/Contravenção contra Criança /Adolescente</i>	40	36	0	76	24	3	0	0	3	0	0	2	0	0
<i>Crime/Contravenção contra Idoso</i>	12	13	0	25	4	3	0	0	0	1	0	1	0	0
<i>Crime/Contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Agrários</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Administração da Justiça</i>	135	122	1	256	57	14	0	0	3	0	0	6	0	0
<i>Crimes contra a Administração Pública</i>	666	612	20	1258	276	76	0	6	43	5	3	34	0	0
<i>Crimes contra a Dignidade Sexual</i>	1593	1224	8	2809	527	183	0	0	93	8	21	106	0	0

<i>Crimes contra a Economia Popular</i>	6	7	0	13	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0
<i>Crimes contra a Fé Pública</i>	535	417	0	952	188	82	0	1	52	5	8	33	0	0
<i>Crimes contra a Honra</i>	765	684	31	1418	295	59	0	5	48	3	10	15	0	0
<i>Crimes contra a Incolumidade Pública</i>	112	116	1	227	54	20	0	0	7	0	3	11	0	0
<i>Crimes contra a Ordem Econômica</i>	66	64	0	130	30	10	0	0	6	0	1	1	0	0
<i>Crimes contra a Ordem Tributária</i>	99	43	0	142	23	3	0	0	1	0	0	3	0	0
<i>Crimes contra a Organização do Trabalho</i>	1	4	0	5	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Paz Pública</i>	572	542	0	1114	484	131	0	2	52	9	7	80	0	0
<i>Crimes contra a Propriedade Intelectual</i>	28	11	0	39	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra a Vida</i>	5.315	3634	8	8941	2033	401	0	1	89	8	15	439	0	0
<i>Crimes contra as Finanças Públicas</i>	4	17	0	21	9	1	0	0	2	0	0	0	0	0
<i>Crimes contra as Relações de Consumo</i>	48	48	0	96	23	6	0	0	6	0	0	6	0	0
<i>Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético</i>	252	325	3	574	155	23	0	3	5	1	1	7	0	0
<i>Crimes contra o Patrimônio</i>	12203	8706	11	20920	4057	1629	0	17	1092	90	100	888	0	0
<i>Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional</i>	2	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

<i>Crimes contra portadores de deficiência</i>	0	3	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crime da Lei de licitações</i>	214	226	0	440	63	42	0	1	9	5	2	22	0	0
<i>Crimes de Abuso de Autoridade</i>	67	40	2	105	22	0	0	0	7	0	0	1	0	0
<i>Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores</i>	9	5	0	14	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes de Responsabilidade</i>	264	183	0	447	35	23	0	1	10	2	5	13	0	0
<i>Crimes de Tortura</i>	65	58	0	123	28	13	0	0	5	1	0	5	0	0
<i>Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas</i>	4.949	3.644	3	8.590	1.465	824	0	0	443	61	60	332	0	0
<i>Crimes de Trânsito</i>	1.736	1.483	1	3.218	882	144	0	19	102	9	6	41	0	0
<i>Crimes do Sistema Nacional de Armas</i>	3.246	2.699	4	5.941	1.247	515	0	8	362	32	32	197	0	0
<i>Crimes Eleitorais</i>	297	248	0	545	176	7	0	4	11	1	2	1	0	0
<i>Crimes Falimentares</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Militares</i>	227	339	1	565	246	74	0	0	36	1	4	40	0	0
<i>Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente</i>	152	206	0	358	119	51	0	0	39	1	2	28	0	0
<i>Crimes previstos no estatuto do Idoso</i>	48	52	2	98	19	10	0	0	5	0	0	6	0	0
<i>Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor</i>	2	5	0	7	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0

<i>Lesão Corporal</i>	2.794	2.500	4	5.290	1.240	329	0	3	157	14	40	76	0	0
<i>Parcelamento do solo urbano</i>	1	2	0	3	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
<i>Violência Doméstica contra a Mulher</i>	808	875	3	2	369	125	0	0	92	9	15	23	0	0
<i>Crimes Contra a Liberdade Pessoal</i>	1.969	1.748	12	3.705	860	240	0	1	154	11	33	58	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	9.664	8.494	47	18.111	4.111	1.071	0	10	645	45	92	507	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 23 - Atuação das Promotorias de Justiça na Área Criminal (Execução Criminal)

Classe: Execução Criminal

Assuntos	Estatísticas				Movimentos						
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
<i>Anistia</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<i>Comutação de Pena</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Conversão de Pena</i>	3	2	0	5	1	0	0	0	0	0	0
<i>Excesso ou Desvio</i>	1	1	0	2	1	1	0	0	0	0	0
<i>Indulto</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Superveniência de Doença mental</i>	1	1	0	2	1	0	0	0	0	0	0
<i>Transferência entre estabelecimentos penais</i>	43	35	0	78	34	1	0	0	0	0	0
<i>Unificação de penas</i>	3	6	0	9	2	0	0	0	0	0	0
<i>Execução da Pena</i>	2.670	2.772	2	5.440	2.522	51	0	4	4	0	0
<i>Execução Provisória</i>	86	139	0	225	174	1	0	0	0	0	0

<i>Execução de Medida de Segurança</i>	9	14	0	23	14	0	0	0	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	2.817	2.970	2	5.785	2.749	54	0	4	4	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 24 - Atuação das Promotorias de Justiça na Área Eleitoral

Classes: Processo Eleitoral, exceto Ação Penal Eleitoral Processos Cíveis/Eleitorais; Prestação de Contas; Registro de Candidatura; Recurso contra Expedição de Diploma; Representação; Propaganda Partidária; Recursos Eleitorais; e Consulta

Assuntos	Estatísticas				Movimentos									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Aleagações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2º Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
<i>Administração da Justiça Eleitoral</i>	11	48	1	58	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Alistamento Eleitoral</i>	129	37	1	165	17	0	0	0	2	0	1	0	0	0
<i>Diplomação</i>	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Eleições</i>	17.147	2.138	6	19.279	1.502	5	41	0	400	21	119	37	0	0
<i>Direitos Políticos</i>	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Execução</i>	47	1	0	48	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Garantias Processuais</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Partidos Políticos</i>	248	66	1	313	26	0	0	0	10	0	13	0	0	0

<i>Plebiscito</i>	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Requerimento</i>	120	26	0	146	21	0	0	0	3	0	0	0	0	0
<i>Prestação de Contas</i>	737	239	1	975	170	0	0	0	19	3	2	0	0	0
<i>Demais Assuntos</i>	1.033	360	4	1.389	290	0	8	0	50	2	8	1	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Tabela 25 - Atendimento ao Público

Atendimento	
Total realizado no período	31.205
Notícia de Fato	
Total de Instaurados no período	40.114
Atividade Não Procedimental	
Atendimento ao Público	Total
Audiência Pública Participante	2.542
Consulta	193
Convites	1.219
Curso	128
Diligências	39
Homologação de Rescisão Trabalhista	56
Inspeção	1
Notificações	124
Ofícios	85
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	1.124
Representação Institucional em Evento	19
Representação Institucional em Órgão Colegiado	105
Representação Institucional em Palestra como Palestrante/Debatedor	1
Representação Institucional em Projeto	107
Reunião	15
Termo de Ajustamento de Conduta	887
Visita	8
Vistorias	80
	34

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2018.

Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante

A Promotoria Comunitária Itinerante é um canal de aproximação do Ministério Público Estadual com os moradores de São Luís. Por meio da Promotoria Itinerante a instituição se aproxima ainda mais do cidadão, indo diretamente às comunidades mais carentes de políticas públicas para ouvir os moradores e suas lideranças, realizar visitas e vistorias, num autêntico processo de imersão social que permite conhecer *in loco* os problemas e seus reflexos na vida dos moradores.

Após tomar conhecimento da realidade, a Promotoria encaminha as demandas e inicia as discussões com os gestores responsáveis pelos serviços solicitados, visando construir soluções negociadas, desburocratizadas, que resultem na efetiva prestação dos serviços no menor espaço de tempo.

Locais de instalação em 2018

Em 2018, a Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante foi instalada nos bairros da Forquilha e São Bernardo e adjacentes. Na Forquilha, a instalação aconteceu após solicitação pela Associação Comunitária do Bairro da Forquilha (ASCOMFOR) e no São Bernardo, pela União dos Moradores do bairro.



Audiência Pública de instalação da PJ Comunitária Itinerante

A Promotoria Comunitária Itinerante foi instalada no bairro da Forquilha após reunião com representantes da Associação Comunitária e outras lideranças da área, realizada no dia 31 de outubro de 2017, na Igreja N. Sr^a das Graças. Na oportunidade, as lideranças comunitárias foram instadas, em reuniões setoriais, a identificar as principais demandas coletivas que deveriam ser

trabalhadas. Com base nessas demandas foram realizadas visitas nessas comunidades para conhecer a infraestrutura da região e os principais problemas vivenciados pelos moradores, fazendo inclusive os devidos registros fotográficos.

Ficou definido que o atendimento seria feito de 05 a 22/03/18 na *Forquilha* (Estrada da Maioba, em frente ao Residencial Ipês), e de 02/04 a 30/05/18 no *São Bernardo* (pátio da Unidade Mista de Saúde), para facilitar o acesso dos moradores das comunidades vizinhas como Parque Sabiás, Vila Brasil e Jardim São Cristóvão.

No início do mês de dezembro de 2017, a equipe da Promotoria recebeu as primeiras demandas, principalmente sobre disciplinamento de trânsito e saneamento básico, as quais foram enviadas aos respectivos órgãos prestadores dos serviços reivindicados. E, após a instalação da unidade móvel da PJ Comunitária Itinerante foram registradas **58 reclamações de ordem coletiva**, a maioria sobre *trânsito, transporte público, urbanismo (construção ou reforma de mercado municipal), limpeza urbana, infraestrutura de ruas (pavimentação, asfaltamento, drenagem, abastecimento de água), desenvolvimento social (implantação de um Restaurante Popular na região), saúde (precariedade da infraestrutura da Unidade Mista do São Bernardo), segurança pública, desporto e lazer (reforma e cobertura da Quadra de Esportes da Praça 40, conhecida como Praça do Forquilhão) e meio ambiente e recursos naturais (despoluição do Rio Paciência)*.

A partir desse diagnóstico foram iniciados o diálogo e a negociação direta com os gestores responsáveis pelos serviços reclamados, por meio de ofícios, e-mails, telefonemas e mensagens de

WhatsApp, solicitando providências e o envio de informações, para serem repassadas diretamente aos interessados.

O atendimento aos moradores foi realizado conforme cronograma definido nas reuniões preparatórias e as atividades na região foram encerradas no dia 07 de junho de 2018, com uma audiência pública na União dos Moradores do Bairro São Bernardo, quando foi feita a prestação de contas dos trabalhos realizados.

Atendimento Individual



População do bairro São Bernardo é atendida pela PJ Comunitária Itinerante

Durante a permanência da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante na região foram registrados **145** atendimentos que geraram **151** reclamações. Além das **58** questões coletivas, foco da atuação desta Promotoria, foram recebidas também **93** demandas de interesse individual, a maioria sobre *pensão alimentícia, divórcio e registro de nascimento*, que resultaram em orientações jurídicas, celebração de acordos ou encaminhamentos para outros órgãos

ou para assistência judiciária (quando necessário o ajuizamento de ações).

O atendimento direto nas comunidades é a forma que mais aproxima o Ministério Público da população, gerando maior confiança na instituição. O morador se sente respeitado e valorizado como cidadão de direitos, além de propiciar o conhecimento de fatos que dificilmente chegariam ao nosso conhecimento.

É o caso da senhora que veio pedir informações sobre sua Ação de Divórcio, movida em 2010 no Estado do Pará. Feita a consulta processual no sistema, foi verificado que a ação já tinha transitado em julgado, com expedição de carta precatória para o Cartório de Santa Helena (MA) para averbação do divórcio no registro de casamento. A interessada alegou não ter condições de se deslocar até aquela cidade/comarca, nem contato com moradores da mesma. A Promotoria de Santa Helena foi acionada e, por meio desta, foi obtida a nova certidão de casamento com o registro da averbação do divórcio, entregue à interessada.

Outro exemplo, foi uma composição amigável entre um casal para a celebração do divórcio consensual, bem como prestação de assistência judiciária na comunidade pelo advogado Danilo Bezerra

Lauande Fonseca, inclusive com o ajuizamento de 02 ações de reconhecimento de paternidade cumulada com alimentos.

A Promotoria representa cada vez mais um canal que amplifica a voz dos cidadãos e defende seus direitos, buscando promover a efetiva participação popular e o acesso aos serviços públicos e de Justiça, num autêntico exercício da cidadania.

Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)



Equipe do Gabinete de Mediação Comunitária

O Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) foi criado na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça por meio da Resolução Nº 28/2015, do Egrégio Colégio de Procuradores. Constitui o órgão gestor do Programa de Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público Estadual. Instalado, em março de 2017, com

uma estrutura constituída por uma coordenadoria e três servidoras, iniciou as atividades institucionais, tendo como prioridade a revitalização do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar, ocorrido em 23 de abril de 2018, no Território Sol e Mar, sito na cidade de São Luís/MA.

Para a implementação do citado Programa, foram tomadas as seguintes decisões:

- Construir desenho de uma gestão participativa, fundamentada nos princípios da intersetorialidade, transversalidade, parceria e descentralização;
- Construir e implementar o Plano Tático Operacional do GABMC, fundamentado no Planejamento Estratégico MP/MA 2017-2021;
- Priorizar a revitalização do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar, sito no bairro homônimo.

a) Destaques da atuação em 2018

- Mobilização dos mediadores voluntários em formação para a divulgação da reabertura do NMC Sol e Mar, em abril de 2018.

- Aproximação do Ministério Público com a comunidade do Sol e Mar, por meio das ações de divulgação promovidas pelo GABMC, o que permitiu a interação com o povo do território.
- Reabertura do Núcleo de Mediação Comunitária Sol e Mar, no dia 23 de abril de 2018, às 19h, na União de Moradores do Sol e Mar, com a participação do Procurador-Geral de Justiça, representantes de órgãos públicos, comunitários e mediadores em formação.
- Realização da experiência de imersão das servidoras do GABMC junto ao Programa Justiça Comunitária e ao Cejusc/Fam do TJDFT.
- Curso de Introdução à Mediação Social (24h/a), ministrado pelo professor Juan Carlos Vezzulla, envolvendo 16 Promotores de Justiça e 11 mediadores.
- Participação da coordenadora adjunta do PNMC, promotora de justiça Nadjá Veloso Cerqueira, e da servidora do GABMC, Claudett de Jesus Ribeiro, no II Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público, realizado no auditório do CNMP, nos dias 14 e 15 de junho de 2018.
- Construção do hotsite da Mediação Comunitária, com estratégia de divulgação interna e externa das ações realizadas pelo GABMC.
- Continuidade da rotina de planejamento e avaliação das ações do Gabinete de Mediação Comunitária, viabiliza a mensuração de resultados e indicadores.
- Registro de dados e informações sistematizadas nas notas técnicas facilitam a tomada de decisões por parte do GABMC.
- Realização de estudos para a construção das minutas (Ato de criação do NUPA/Timbira e revisão da Resolução nº 28/2015 – CPMP) estimulou a busca de parceiros para a implementação da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição, conforme Resolução nº 118/2014 – CNMP.
- Elaboração do Plano de Formação em Matéria de Autocomposição (2019), para envio à Escola Superior do Ministério Público.
- Realização de atividades dos Projetos Educação para a Cidadania e Tecendo Redes, em parceria com as instituições governamentais e da sociedade civil.
- Divulgação interna das ações realizadas pelo Gabinete de Mediação Comunitária, de acordo com o Plano Tático Operacional/GABMC/2018, por meio de contatos com integrantes da Secinst, Seplag, ESMP/MPMA, Caop/DH e Caop/IJ.
- Divulgação externa das ações realizadas pelo Gabinete de Mediação Comunitária, de acordo com o Plano Tático Operacional/GABMC/2018, por meio de reuniões com o Unicef, CRAS/Turu, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

(SEMCAS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem (CBMAE/MA).

b) Perspectivas e Recomendações para 2019

Perspectiva 01:

- Ampliação da atuação em matéria de autocomposição do MP/MA.

Recomendações:

- a) Criar e instalar os Núcleos: Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA Timbira), Núcleo Especializado de Práticas Restaurativas e Núcleo de Negociação e Conciliação (NECON), nas Promotorias Regionais, no âmbito do MP/MA.
- b) Implementar o Projeto relativo à criação do Núcleo de Mediação na Casa da Justiça da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), elaborado pela servidora Aládia Chaves.
- c) Oferecer suporte às Promotorias Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica, estabelecidas pela Resolução nº 57/2018 – CPMP, no tocante à realização da Mediação Tributária.
- d) Incentivar o conhecimento da experiência de implementação da Política de Autocomposição no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de visita técnica dos servidores do GABMC.
- e) Implementar ações definidas no Plano de Formação em Matéria de Autocomposição, no âmbito do MP/MA.
- f) Construir parcerias do MP/MA com o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA), com vistas ao desenvolvimento de ações relativas à mediação.
- g) Elaborar Projeto de Intervenção da dissertação mestrado da servidora Aládia Chaves Maia de Oliveira, voltado à temática da Mediação e Justiça Restaurativa nas escolas do Maranhão.
- h) Desenvolver ações previstas no Plano Tático Operacional/GABMC/2019, em parceria com os Centros de Apoio Especializados (Caop's).

Perspectiva 02:

- Sustentabilidade do Núcleo de Mediação Comunitária Sol e Mar.

Recomendações:

- a) Promover a divulgação contínua das ações do Núcleo de Mediação Comunitária, no território Sol e Mar e Adjacências.
- b) Sensibilizar e mobilizar as instituições parceiras, os mediadores comunitários e a comunidade do território para as ações do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar.
- c) Promover a formação continuada dos mediadores, em mediação comunitária.
- d) Implementar os Projetos Educação para a Cidadania e Tecendo Redes, no território do Sol e Mar e adjacências.
- e) Prover o NMC Sol e Mar de internet, linha telefônica e manutenção permanente de condições físicas.

Perspectiva 03:

- Expansão dos Projetos Educação para a Cidadania e Tecendo Redes.

Recomendações:

- a) Expandir as ações dos Projetos Educação para a Cidadania e Tecendo Redes nos territórios demandados, com vistas a alcançar o máximo de comunidades possível, por meio da atuação transversal em parceria com os Centros de Apoio Operacionais.

3 ÓRGÃOS AUXILIARES

3.1 Escola Superior do Ministério Público

Perfil Institucional

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, criada pela Lei Complementar nº 013 de 25 de outubro de 1991, como órgão auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, insere-se dentro da categoria de **Escola de Governo**, sendo a escola institucional incumbida da formação, capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional e cultural dos



Posse do novo Diretor da ESMP e sua equipe

Procuradores e Promotores de Justiça, servidores e estagiários.

Ademais, situa-se no âmbito de incidência de missão afeta à ESMP/MA, o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa na área jurídica; o zelo pelo reconhecimento e a valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado; o oferecimento do ensino de pós-graduação, de suporte técnico-jurídico e a extensão acadêmica, oportunizada também a outros componentes do macrosistema de justiça.

Constituem-se, também, tarefas desta Escola, suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os regionais; promovendo para tanto o intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com essa uma relação de reciprocidade.

Vale mencionar, que nas últimas gestões, a ESMP/MA vem concentrando esforços na utilização de novas tecnologias educacionais objetivando uma integração e um espaço de diálogo ainda maior entre esta Escola institucional, os Procuradores e os Promotores de Justiça, os servidores, os estagiários e a comunidade, através da utilização de ferramentas pedagógicas digitais, da plataforma Moodle/AVA, do EaD,

inclusive, com solicitação de previsão orçamentária para a instalação de um moderno estúdio de EaD, no exercício 2019.

Áreas de Atuação Acadêmica

A ESMP/MA implementa atuações acadêmicas nas áreas jurídicas, administração pública, políticas públicas e em temas transversais e interdisciplinares. Também, disponibiliza acesso aos seus processos formativos à profissionais de outros órgãos públicos do sistema de justiça e/ou da administração pública e da sociedade civil, bem como aos estudantes universitários, provendo uma interlocução da atuação do Ministério Público do Maranhão com a sociedade.

Dessa forma, a ESMP/MA vem atuando com a seguinte oferta de cursos ou vagas:

Quadro 5 – Cursos oferecidos em 2018

Cursos	Público alvo
Curso Preparatório e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão	Novos membros do MP/MA
Cursos de Aperfeiçoamento e Capacitação, Seminários, Congressos Programa de Pós-Graduação	Membros e servidores do MP/MA
Cursos de Capacitação	Estagiários do MP/MA
Produção de pesquisa com base nas linhas definidas para os trabalhos de conclusão dos cursos de Pós-graduação	
Conferências, seminários, congressos, palestras, debates, oficinas, debates, entre outros procedimentos didáticos que possibilitam a construção ou reconstrução do conhecimento de forma interativa e participativa	
Articulação com demais Escolas Superiores, Universidades e com o Conselho Nacional do Ministério Público para formalizar parcerias para inserção de membros e servidores em eventos formativos estaduais e nacionais	
Em 2018, a ESMP/MA promoveu seu credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação para oferecer a pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão e Governança em Ministério Público	

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Compromisso Social

As Escolas Institucionais dos Ministérios Públicos, rol no qual está inserida a ESMP/MA, são as instituições vocacionadas a potencializar a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, na sua missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis, perseguindo os objetivos republicanos de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com vista à erradicação da pobreza e da marginalização, das desigualdades sociais e regionais e à promoção do bem de todos, livre de preconceitos e discriminação.

Esse empoderamento das unidades sociais com escopo de dotá-las das ferramentas necessárias para comprometer-se com a transformação social das comunidades nas quais estão inseridas é pretendido através

de atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelas Escolas institucionais. Nessa vertente, de promoção dos interesses estratégicos da sociedade brasileira, é que a ESMP/MA preocupa-se em oferecer, por meio do credenciamento seu Programa de Pós-graduação lato sensu, um espaço mais amplo de ensino/aprendizagem visando a formação de um conhecimento crítico, com base filosófica e humanista, que possa aclarar e aproximar a compreensão do papel do Direito e das relações sociais.

O Programa de Pós-graduação da ESMP/MA tem como compromisso social direto a formação de um corpo de profissionais do MPMA com formação que o habilite para o desenvolvimento da sensibilidade necessária ao engajamento e à atenção dos problemas sociais.

Oferta de Capacitações –2018

a) Cursos de Formação Inicial

Tabela 26 - Cursos de Formação Inicial em 2018

CURSO	DATA	C/H
Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Maranhão	08 a 21/08	72h
Workshop de Perícias e Monitoração Eletrônica, em parceria com Caop Criminal (Imperatriz/MA)	20/02	08h
Oficina de Procedimentos Administrativos para os Promotores de Justiça Titulares das Promotorias de Justiça Especializadas da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da Capital, em parceria com Caop/Proad	26 e 27/02	14h
Oficina de Foco para Validação das Competências Comuns Preliminares (Imperatriz/MA)	27/02 a 02/03	36h
Workshop de Perícias e Monitoração Eletrônica, em parceria com o Caop/Criminal (Timon/MA)	02/03	8
Seminário 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa: conquistas, desafios e perspectivas, em parceria com o Caop/Proad	26 e 27/03	12h
Oficina “Técnicas de Investigação Utilizando a Rede Mundial de Computadores”, em parceria com o CAEI, AEI e Caop/Proad	27.03	04h/
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (São Luís)	02.04	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (Imperatriz/MA)	06.04	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (Timon/MA)	13.04	04h
Curso de Atualização de Júri	20.04	08h

Oficina “Rotinas Administrativas para Otimização das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude”, em parceria com o Caop/Infância e Juventude	26.04	04h
Diálogos do IBDFAM/MA 4ª Edição, em parceria com Caop/Infância e Juventude e o IBDFAM/MA	26 e 27.04	10h
Curso de Introdução à Mediação Social, em parceria com o Núcleo de Mediação	02 a 04.05	24h
Simpósio das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social, em parceria com a PJEFEIS do MPMA	04.05	08h
Seminário “30 Anos da Constituição Cidadã: o Ministério Público na Construção da Democracia	10 e 11.05	17h
Jornada de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	18.05	04h
III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública – Movimento Maranhão Contra a Corrupção, em parceria com a ESMAM	21.05	06h
Curso de Capacitação em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em Imperatriz/ MA	24 e 25.05	08h
Oficina “Políticas Públicas de Saúde e seu Alinhamento com as Diretrizes do CNMP”, em parceria com o Caop/Saúde e Corregedoria do MPMA	25.05	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com a Promotoria de Timon/MA	04.06	04h
Curso/Treinamento “Estratégias de Liderança para o Mundo Real” em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag)	21.06	08h
Oficina de Direito Eleitoral - “Acordo de Não Persecução Penal”	05.07	04h
Oficina de Direito Eleitoral “Apontamentos de Direito Eleitoral”	05.07	04h
Curso de Governança e Gestão da Estratégia, Processos e Projetos	06 a 10.08	40h
II Seminário de Inteligência e Segurança do MP/MA e Capacitação em Análise dos Seis Canais de Comunicação – Veracidade e Credibilidade	14 a 16.08	20h
Palestra – Instrução sobre Segurança Orgânica com Ênfase na Proteção de Documentos em Formato Físico e no Ambiente Digital	17.08	4h
Oficina Saúde: Atenção Básica, Ouvidorias Municipais do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	27.08	8h
Media Training – Imperatriz/MA	20 e 21.09	12h
Seminário Estadual de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	28.09	8h
Seminário Estadual de Proteção à Vida	31.10 e 01.11	16h
Videoconferência “Escolas de Conselhos”.	07.11	2h
Curso: Fontes Abertas (Imperatriz/MA)	07 a 09.11	
I Seminário da Ordem Econômica (Timon/MA)	19.11	8h
Planejamento em Saúde – O erro médico sob o olhar do Ministério Público: aspectos polêmicos, configuração dos crimes e fluxo da investigação	30.11	8h
Congresso do MP/MA	06 e 07.12	16h
Seminário da Saúde	10.12	8h

Formações realizados por Órgãos Externos e Outras Instituições, com a participação dos Membros e Servidores do MP/MA, por vagas disponibilizadas à ESMP/MA		
Curso de Sobrevivência Urbana, em parceria com o CAEI, BOPE PM/MA	23 e 24.03	12h
III Semana Estadual de Valorização da Mulher”, em parceria com TJ/MA e a Cemulher/MA	11 e 12.06	6h
Seminário de Direito Eleitoral Reforma e Crise Política: Desafios da Justiça Eleitoral, em parceria com o TRE/MA	21 e 22.06	9h30h
III Circuito Informal de Palestras: Mentres Criminosas, promovido pela INFOR/MA	18 e 19.10	40h

Fonte: ESMP/PJG, 2018.

b) Cursos de Aperfeiçoamento e Capacitação, Seminários, Congressos – destinado a membros, servidores do MP/MA.

Tabela 27 - Cursos de Formação Continuada em 2018

CURSO	DATA	C/H
Workshop de Perícias e Monitoração Eletrônica, em parceria com o Caop/Criminal (Imperatriz/MA)	20/02	08h
Oficina de Procedimentos Administrativos para os Promotores de Justiça Titulares das Promotorias de Justiça Especializadas da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da Capital, em parceria com Caop/Proad	26 e 27/02	14h
Oficina de Foco para Validação das Competências Comuns Preliminares (Imperatriz/MA)	27/02 a 02/03	36h
Seminário 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa: Conquistas, Desafios e Perspectivas, em parceria com o Caop/Proad	26 e 27/03	12h
Oficina “Técnicas de Investigação Utilizando a Rede Mundial de Computadores”, em parceria com o CAEI, AEI e Caop/Proad	27.03	04h/
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (São Luís)	02.04	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (Imperatriz/MA)	06.04	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com o Caop/Idoso e Pessoa com Deficiência (Timon/MA)	13.04	04h
Oficina “Rotinas Administrativas para Otimização das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude”, em parceria com o Caop/ Infância e Juventude	26.04	04h
Diálogos do IBDFAM/MA 4ª Ed., em parceria com o Caop/Infância e Juventude e o IBDFAM/MA	26 e 27.04	10h

Simpósio das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social, em parceria com a PJEFEIS do MP/MA	04.05	08h
Oficina de Direito Eleitoral - “Acordo de Não Persecução Penal”	05.07	04h
Oficina de Direito Eleitoral “Apontamentos de Direito Eleitoral”	05.07	04h
Curso de Introdução à Mediação Social, em parceria com o Núcleo de Mediação (Moradores do Sol e Mar)	05 a 08.05	21h
Seminário “30 Anos da Constituição Cidadã: O Ministério Público na Construção da Democracia	10 e 11.05	17h
Jornada de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes	18.05	04h
III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública – Movimento Maranhão Contra a Corrupção, em parceria com a ESMAM	21.05	06h
Curso de Capacitação em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, em Imperatriz/MA	24 e 25.05	08h
Oficina “Políticas Públicas de Saúde e seu Alinhamento com as Diretrizes do CNMP”, em parceria com o Caop/Saúde e Corregedoria do MPMA	25.05	04h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com a Promotoria de Timon/MA	04.06	04h
Curso/ Treinamento “Estratégias de Liderança para o Mundo Real”, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplog)	21.06	08h
Whorkshops sobre Perícias Criminais e Monitoração Eletrônica – Itapecuru-Mirim/MA	03.07	
Whorkshops sobre Perícias Criminais e Monitoração Eletrônica – Pinheiro/MA	05.07	
Curso de Governança e Gestão da Estratégia, Processos e Projetos	06 a 10.08	30h
Formalizando Inquéritos Civis: Anotação Práticas para Gestão de Secretaria – Imperatriz/MA	21 e 22.08	12h
Palestra “Governo Aberto e Transparência do Código Florestal” e “Reunião dos Procuradores Gerais de Justiça da Amazônia”	06.09	06h
Curso E-Social Complice e Inteligência Fiscal	17 a 25.09	56h
Seminário Estadual de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	28.09	8h
Seminário Estadual de Proteção à Vida	31.10 e 01.11	16h
Videoconferência “Escola de Conselhos”	07.11	2h
Curso Fontes Abertas	07 a 09.11	16h
Formalizando Inquérito	13 e 14.11	16h
I Seminário da Ordem Econômica	19.11	8h
Congresso do MPMA	06 e 07.12	6h

Fonte: ESMP/PJG, 2018.

c) Cursos de Capacitação – destinado a estagiários, estudantes e convidados do MP/MA.

Tabela 28 - Cursos, Oficinas, Seminários realizados pela ESMP/MA – 2018 com vagas para Estagiários, Estudantes e Convidados

CURSO	DATA	C/H
Workshop de Perícias e Monitoração Eletrônica, em parceria com o Caop/Criminal (Timon/MA)	02/03	8h
Seminário 25 Anos da Lei de Improbidade Administrativa: Conquistas, Desafios e Perspectivas, em parceria com o Caop/Proad	26 e 27.03	12h
Diálogos do IBDFAM/MA, 4ª Ed., em parceria com o Caop Infância e Juventude e o IBDFAM/MA	26 e 27.04	10h
Simpósio das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social, em parceria com a PJEFEIS do MP/MA	04.05	8h
Curso de Introdução à Mediação Social, em parceria com o Núcleo de Mediação (Moradores do Sol e Mar)	05 a 08.05	21h
Oficina de Direito Eleitoral - “Acordo de Não Persecução Penal”	05.07	4h
Oficina de Direito Eleitoral “Apontamentos de Direito Eleitoral”	05.07	4h
II Seminário de Inteligência e Segurança do MP/MA	17.08.2018	4h
Palestra – Instrução sobre Segurança Orgânica com Ênfase na Proteção de Documentos em Formato Físico e no Ambiente Digital		
Seminário “30 Anos da Constituição Cidadã: O Ministério Público na Construção da Democracia	10 e 11.05	17h
Jornada de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	18.05	4h
III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública – Movimento Maranhão Contra a Corrupção, em Parceria com a ESMAM	21.05.	6h
Curso de Capacitação Básica no Segmento das Pessoas com Deficiência, em parceria com a Promotoria de Timon/MA	04.06.2018	4h
Encontro Regional de Educação da Região Tocantina	20 e 21.08.2018	12h
O Princípio do Processo Equitativo no Âmbito da Convenção Europeia dos Direitos do Homem	27.08.2018	4h
I Fórum Estadual da Promoção da Qualidade de Produtos de Origem Animal	28.08.2018	8h
Palestra “Governo Aberto e Transparência do Código Florestal” e “Reunião dos Procuradores Gerais de Justiça da Amazônia”	06.09.2018	6h
Seminário Estadual de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	28.09.2018	8h
XII Colóquio Diálogos Críticos: Direitos Humanos, Identidades e Subjetividades, em parceria com o GEPE, DEDIR e PPGDIR/UMA	05,06 e 07.03.2018	30h
Seminário de Direito Eleitoral Reforma e Crise Política: Desafios da Justiça Eleitoral, em Parceria com o TRE/MA	21 e 22.06.2018	9h30h
Seminário Estadual de Proteção à Vida	31.10 e 01.11	4h

Curso de Capacitação em Mediação	20 e 21.11	16h
----------------------------------	------------	-----

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Educação a Distância

Desde de 2016 a ESMP/MA tem parceria com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP-SP) para realizar cursos na modalidade de Educação a Distância. A partir do Planejamento Estratégico 2016-2021, a ESMP/MA definiu como prioridade implantar e implementar uma Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para possibilitar aos membros e servidores do MP/MA um maior acesso aos cursos e disseminação de conhecimentos, visando assim o aperfeiçoamento e melhor desempenho nas atividades profissionais.

Foi formado um Grupo de Trabalho com o Corpo de Apoio Técnico da ESMP que apresentou relatório com sugestões que redundaram na atualização da tabela de honorários para docentes (já aprovado pelo conselho Pedagógico, com Resolução publicada), na proposta de um manual de EaD e na elaboração de um perfil do estúdio de gravação para a EaD.

Oferta de Cursos na Modalidade à Distância

Curso: NOSSO SUAS

Em parceria com o MPMO

Público: Membros 30 (trinta) e Servidores 30 (trinta)

Núcleos de Estudos Avançados e Contínuos

O Conselho Pedagógico da ESMP/MA, no dia 5 de outubro de 2018, em sessão ordinária, aprovou a criação dos Núcleos de Estudos, que tem como finalidade aprofundar discussões, incentivar pesquisas e disseminar conhecimentos em temas relevantes ao Ministério Público do Maranhão. Inicialmente sendo definido três Núcleos de Estudos, pelos seguintes temas:

Quadro 6 – Temas relevantes ao MPMA definidos pelo Conselho Pedagógico

Temas	Coordenação	Titulação
Inteligência artificial – o paradigma do projeto VICTOR, do STF e as aplicações possíveis para o Ministério Público	Promotor de Justiça Tibério Augusto Lima de Melo	Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (2005) e em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1996). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Potiguar e em Ciências Penais pela UNISUL.

Colaboração criminosa firmada pela polícia civil	Promotor de Justiça Joaquim Ribeiro Júnior	Especialista em Direitos Difusos e Gestão Fiscal.
As possibilidades de incidência do Ministério Público junto ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP e a Comissão Gestora de Precedentes, ambos do TJMA, na identificação de hipóteses de formação de jurisprudência em defesa de interesses difusos e coletivos e de sua legitimidade nessas ações por meio do Incidente de Assunção de Competência – IAC (CPC art. 947), do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR (CPC art. 976 e 987), ou na ativa indicação à Corte Estadual de recursos representativos da controvérsia a serem encaminhados ao STF e STJ (CPC, art. 1.036, §1ª).	Promotor de Justiça Cassius Guimarães Chai	Mestre e Doutor em Direito.
Princípios e práticas da Justiça Restaurativa no âmbito disciplinar, com foco na pacificação das relações, na reparação dos danos, na conscientização da responsabilidade de cada um dos envolvidos e no comprometimento pessoal.	Promotor de Justiça Carlos Henrique Rodrigues Vieira	Mestre em Direito Constitucional e Doutor em Direitos Humanos.
A Política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014 e os critérios subsidiários de heteroidentificação (e. g., a existência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada a dignidade da pessoa e garantidos o contraditório e a ampla defesa, a partir da ADC 14.	Promotora de Justiça Samira Mercês dos Santos	Especialista em Direito e Representante do MPMA no Comitê Estadual de Enfretamento à Homo-Lesbo-Transfobia – CEEH/Mae, como, suplente, no Conselho estadual dos Direitos Humanos – CEDDH.
A inconstitucionalidade formal e material do art. 4º da Lei nº 13.654/2018, que revogou a majorante do uso de arma branca no crime de roubo, e as possibilidades de sua arguição incidental, para denúncias e pedido de condenação, bem como de recomendação pelo indiciamento (Lei nº 12.830/2013, art. 2º, § 6º).	Promotora de Justiça Maria de Jesus Heilman	Mestra e Doutora em Direito
Limites da Designação de força-tarefa pelo Procurador-Geral de Justiça, para fins de instauração de Procedimento Investigativo Criminal, na forma do § 3º, do art. 3º da Resolução CNMP nº 181 e a investigação de suas consequências em face do art. 24 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de	Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro	Mestra e Doutora em Direito.

1991.

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Realização do 8º Congresso Estadual do Ministério do Estado do Maranhão



A Procuradora-Geral da República Raquel Dodge foi homenageada no 8º Congresso Estadual do MPMA

- **Período de realização:** 06 e 07/12/2018
- **Local do Evento:** Auditório da Procuradoria Geral de Justiça-MA
- **TEMA:** “O Ministério Público e os 70 anos da Declaração de Direitos Humanos”



Público presente no 8º Congresso Estadual do MPMA

Tabela 29 – Estatísticas do 8º Congresso Estadual do MPMA

Total inscritos	Membros	Servidores	Público externo	Presentes	Ausentes
471	105	64	302	265	206

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

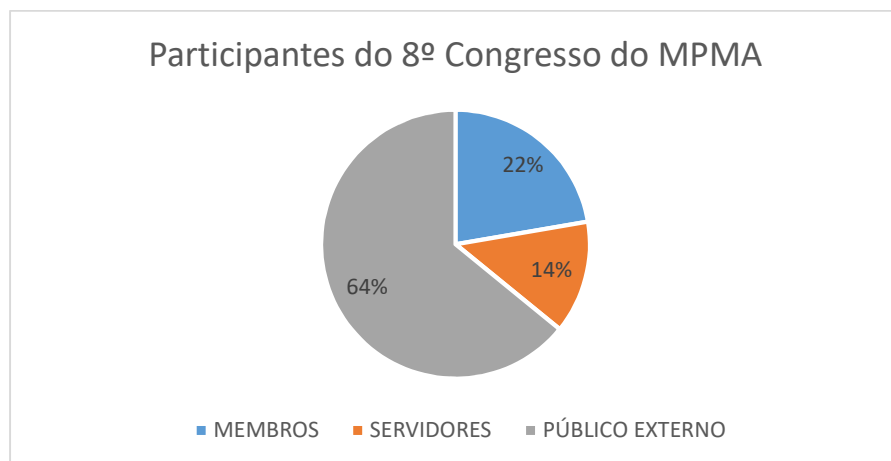


Gráfico 3 – Participantes 8º Congresso Estadual do MPMA

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Políticas de Pessoal

Foi realizado em 2018 a revisão do corpo docente, com a expedição de convite para membros e servidores disponibilizarem seus nomes para o banco de dados respectivo.

Tabela 30 - Corpo Docente

Quadro Permanente	Titulação			
	Pós Doutor	Doutor	Mestre	Especialista
Membros e Servidores	01	13	20	19
Docentes Colaboradores	02	31	05	05
Total	03	44	25	24

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Tabela 31 - Corpo Técnico-Administrativo

Servidores	Efetivo	Comissionado	Requisitado	Terceirizado
Auxiliar Ministerial	02			
Analista Ministerial	01			
Técnico Ministerial	01			
Assessor Técnico II		01		
Assessor Técnico IV		01		
Pedagogo			01	
Recepcionista				01
Copeira			01	

Serviços Gerais

Total

			01
04	02	01	02

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

Política de Qualificação do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

a) Políticas de Gestão da Infraestrutura

Realizou-se a mudança para sede própria localizada no antigo prédio da Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, 1366, Centro, São Luís/MA, com data de entrega prevista para o Dia Nacional do Ministério Público, em dezembro do corrente ano.

b) Infraestrutura Física e Tecnológica

A atual sede da ESMP/MA funciona com um andar exclusivo para a estrutura da escola, dividido em duas **salas de aula com capacidade para 45 e 35 alunos**, com sala do Diretor, espaço para reuniões, duas salas para a assessoria, secretaria, sala da coordenação pedagógica, sala de apoio administrativo, protocolo e reprografia, sala de orientação, sala de capacitação em tecnologia da informação com 35 lugares, espaço para convivência, galeria de ex-Diretores e biblioteca.

Registra-se que, a aquisição de **Estúdio de Ensino a Distância** e a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gravação e edição de imagens foram solicitados como despesas de prioridade 01, no Orçamento para o exercício de 2019, conforme veiculado no Ofício nº 149/2018 – ESMP/MA. Vale registrar que a especificação do equipamento de tecnologia de informação e a respectiva previsão orçamentária, consta de planilha própria, tendo sido enviada como anexo do aludido orçamento.

Ainda no âmbito da tecnologia da informação, dispõe-se de plataforma de EaD e plataforma de cursos e eventos, com controle de frequência por QR CODE (**2018**), estando em andamento o processo de digitalização do arquivo acadêmico relativo ao Programa de Pós-graduação da ESMP/MA, bem como a implantação do sistema eletrônico de controle acadêmico, também, do Programa de Pós-graduação da ESMP/MA, quanto a esse v. teor dos Processos nºs.1550/2018 e 16124/2018.

Está disponibilizado na página eletrônica da ESMP/MA, o **sistema de automação de bibliotecas – SIABI**, permitindo acesso público ao catálogo de acervo da biblioteca.

Relativo a estrutura organizacional, a ESMP/MA tem implantado e em atividade os órgãos descritos nos incisos II a VI do art. 3º da Recomendação, à exceção do especialista em administração e contabilidade.

Observando quanto ao Corpo Técnico que, o atual Diretor está elaborando, por meio de Portaria específica, o disciplinamento de seu funcionamento.

A estrutura de comunicação e de difusão cultural é realizada pela (o):

- a) Assessoria de Comunicação da Administração Superior (ASCOM);
- b) Plano editorial aprovado pelo Ato nº 02952018 – GPGJ, tendo sido orçado, para tanto, a publicação do boletim e eletrônico, uma revista eletrônica e uma impressa, além de duas obras impressas ao critério do conselho editorial; e,
- c) Página na internet com o seguinte endereço: mpma.mp.br, disponibilizada, também, através de acesso direto, digitando-se: <https://eventos.mpma.mp.br/>

O calendário anual de atividades da ESMP/MA tem como tônica a realização de atividades de formação com conteúdo programático direcionado a facilitar a atuação de membros e servidores, privilegiando a atuação preventiva, **os diagnósticos institucionais oriundos dos fóruns internos e do Ministério Público brasileiro**, e alinhados ao papel constitucional do Ministério Público.

Conquistas alcançadas:

- 1) Revisão do **organograma e dos fluxogramas** da ESMP
- 2) **Readequação do EaD**, com a elaboração de um relatório de avaliação por Grupo de Trabalho especialmente designado, resultando em atualização da tabela de honorários, minuta de manual e elaboração de projeto de instalação de estúdio para a produção de conteúdo próprio
- 3) Oferta de **novos cursos e atividades didáticas em EaD**, em parceria com o MPMG, o MPMGO e a Escola de Conselhos do Estado do Maranhão
- 4) Concretização da **mudança de sede** para o Centro Cultural e Administrativo do MPMA, economizando recursos públicos pela finalização da locação da sede anterior
- 5) **Adequação de processos de gestão internos**, no campo das substituições e da organização de tarefas e de pessoal
- 6) Criação dos projetos de extensão **ESMP LITERÁRIA e DIÁLOGOS REPUBLICANOS**, com início em 2019
- 7) **Apoio institucional** aos processos seletivos de estágio de pós-graduação e de graduação e de ensino profissional
- 8) Criação do **Plano Editorial da ESMP**
- 9) Criação de **Núcleos de Pesquisa**
- 10) Reestruturação do **Programa de Pós-Graduação** e solicitação ao Conselho Estadual de Educação
- 11) Definição do **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018/2021** e continuidade do processo de **elaboração do PPP** (Plano Político e Pedagógico Participativo da ESMP)

- 12) Estabelecimento de **parcerias operacionais** com a Escola Superior da Magistratura e a Escola Superior da Defensoria Pública, além de início da formalização de termo de cooperação com a Escola Superior da AGU
- 13) Início do processo de **revisão da legislação e das normativas internas da ESMP**

Tabela 32 - Estatística de Capacitações

NOME DO EVENTO	DATA	CARGA HORARIA	PÚBLICO ALVO	PARCEIROS	TOTAL INSCRITOS	MEMBROS	SERVIDORES	PÚBLICO EXTERNO
Workshop de Perícia e Monitoração Eletrônica - Imperatriz/MA	20/02/2018	8	Membros e Servidores do MP/MA, Membros do TJ/MA, Delegados de Polícia Civil e Federal, Policiais Militares, Defensores Públicos, Peritos Oficiais de natureza criminal, Técnicos da SEAP e Assessores dos respectivos órgãos.	CAOp/Crim	39	21	17	
Oficina de Procedimento adm. para Promotores de Justiça titulares das Promotorias de Justiça especializada da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da capital	26 e 27/02/2018	14	Membros e servidores	CAOp/Proad	13	4	9	
Oficina de foco para validação das competências comuns preliminares-Imperatriz	27/02 a 02/03/2018	36	Membros e servidores		58	19	39	
Curso de sobrevivência urbana - São Luís	23 e 24/03/2018	12	Membros	CAEI, BOPE e PM/MA	18	18		
Workshop de Perícia e Monitoração Eletrônica - Timon-MA	02/03/2018	8	Membros e Servidores do MP/MA, Membros do TJ/MA, Delegados de Polícia Civil e Federal, Policiais Militares, Defensores Públicos, Peritos Oficiais de natureza criminal, Técnicos da SEAP e Assessores dos respectivos órgãos.	CAOp/Crim	83	10	9	64
25 anos da Lei de Improbidade Administrativa: conquistas, desafios e perspectivas	26 e 27/03/2018	8	Membros, servidores e convidados	CAOp/Proad	313	100	90	123

Técnicas de investigação utilizando a Rede Mundial de Computadores	27/03/2018	4	Membros e assessores do MP	CAEI, AEI e Caop/Proad	51	42	9	
Capacitação básica no segmento das pessoas com deficiência-São Luís	02/04/2018	4	Membros, servidores e convidados	CAOp/PIPD	23	7	12	4
Rotinas administrativas para a otimização das promotorias da infância e juventude	26/04/2018	4	Membros e servidores	CAOp-IJ	61	30	31	
Diálogos do IBDFAM/MA-4ª edição-Alienação Parental	26 e 27/04/2018	12	Membros, servidores e público externo	CAOp/IJ e IBDFAM/MA	266	32	38	196
Curso de Introdução à Mediação Social	02 a 04/05/2018	24	Membros	Núcleo de Mediação	16	16		
Simpósio das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social	04/05/2018	8	Contadores de Entidades de Interesse Social	PJEFEIS do MP/MA	380	22	15	343
Curso de Introdução à Mediação Social	05 a 08/05/2018	21	Moradores do Sol e Mar e servidores	Núcleo de Mediação	36		2	34
30 Anos da Constituição Cidadã	10 e 11/05/2018	6	Membros, servidores público externo		279	73	48	158
Jornada de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente	18/05/2018	4	Membros, servidores e público externo	CAOp/IJ	161	17	17	127
III Seminário de Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública	21.05.2018	6	Membros, servidores e público externo	ESMAM	88	23	10	55
Programa da Capacitação em Sindicância e PAD - Imperatriz	24 e 25/05/2018	8	Membros e servidores do MP	Diretoria das Promotorias de Justiça de Imperatriz-MA	38	3	35	
Oficina de Políticas Públicas de Saúde e seu Alinhamento com as Diretrizes do CNMP	25/05/2018	4	Membros e servidores do MP	CAOp/Saúde e Corregedoria do MP	32	23	9	

Capacitação básica no segmento das pessoas com deficiência-Timon/MA	04/06/2018	4	Membros, servidores e público externo	CAOp/PIPD	23	7	12	4
Curso de Estratégias de Liderança para o Mundo Real	21/06/2018	8	Membros e servidores	SEPLAG	41	9	32	
Workshops sobre Perícias Criminais e Monitoração Eletrônica - Itapecuru-Mirim	03/07/2018	8	Membros e servidores do MP	CAOp/Crim	3	2	1	
Workshops sobre Perícias Criminais e Monitoração Eletrônica - Pinheiro	05/07/2018	8	Membros e servidores do MP	CAOp/Crim	5	1	4	
Oficina de Direito Eleitoral: Acordo de não persecução penal	05/07/2018	4	Membros, servidores e público externo		61	57	3	1
Capacitação em Análise dos Seis Canais de Comunicação-Veracidade e Credibilidade	14 a 16/07/2018	20	Membros e servidores do MP	GAECO	29	25	4	
Curso de Governança e Gestão Estratégia, Processos e Projetos	06 a 10/08/2018	40	Membros e servidores do MP	SEPLAG	108	13	95	
PALESTRA - Instrução sobre segurança orgânica com ênfase na proteção de documentos em formato físico e no ambiente digital	17/08/2018	4	Membros servidores e público externo	GAECO	70	31	36	3
Encontro Regional de Educação da Região Tocantina	20 e 21/08/2018	12	Membros, servidores e público externo	Diretoria das Promotorias de Justiça de Imperatriz	230	6	5	219
Formalizando Inquéritos Cíveis: anotação práticas para gestão de Secretaria - Imperatriz	21 e 22/08/2018	12	Servidores do MP	Diretoria das Promotorias de Justiça de Imperatriz	41		41	
O princípio do processo equitativo no âmbito da Convenção Europeia dos Direitos do Homem	27/08/2018	4	Membros, servidores e público externo		63	2	1	60

Oficina de Saúde: Atenção Básica, Ouvidorias Municipais do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	27/08/2018	8	Membros	CAOp/Saúde	43	43		
I Fórum Estadual da Promoção da Qualidade de Produtos de Origem Animal	28/08/2018	8	Membros e público externo	CAOp/Consumidor e CAOp/Proad	367	4		363
"Governo Aberto e Transparência do Código Florestal" e "Reunião dos Procuradores-Gerais de Justiça da Amazônia"	06/09/2018	6	membros, servidores e público externo	CAOp-Consumidor e CAOp-Proad	65	10	6	49
Curso e-Social	17 a 25/09/2018	56	Servidores do MP		76		76	
Media Training	20 e 21/09/2018	12	Membros	Procuradoria do MP/MA - CCOM-MP/MA	14	14		
Seminário Estadual de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	28/09/2018	8	Membros, servidores e público externo	CAOp/DHC	248	23	5	220
III CIRCUITO INFOR DE PALESTRAS: MENTES CRIMINOSAS 2	18 e 19/10/2018	40	Membros e servidores		32	8	24	
Formalizado Inquéritos Cíveis: anotações práticas para à Gestão de Secretarias-São Luís	13 e 14/11/2018	16	Servidores do MP		48		48	
Capacitação em Pesquisa em Fontes Abertas	07 a 09/11/2018	16	Membros e servidores	GAECO	24	9	15	
I Seminário de Defesa da Ordem Econômica e Social e dos Direitos do Consumidor: Combate a Formação de Cartéis e Crimes Tributários	19/11/2018	8	Membros, servidores e público externo		146	20	14	112
Planejamento em Saúde-Oficina de Saúde sobre Erro Médico e Planejamento em Saúde	30/11/2018	8	Membros		15	15		

8º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão	06 e 07/12/2018	6	Membros, servidores e público externo		471	105	64	302
Nenhuma mãe a menos; nenhum bebê a menos; muitas vidas a mais: Seminário de Saúde Materno Infantil	10/12/2018	8	Membros, servidores e público externo	CAOp/Saúde-UNICEF-Sec. Estado da Saúde	234	20	9	205
Capacitação em Mediação Tributária	20 e 21/12/2018	8	Membros, servidores, público externo		17	1	1	15
XII Colóquio Diálogos Críticos: direitos humanos, identidades e subjetividades	05,06,07/03/2018	30	Membros, servidores e público externo	Parceria Externa	400			
III Semana Estadual de Valorização da Mulher	11 e 12/06/2018	6	Membros	Parceria Externa	11	11		
Seminário de Direito Eleitoral Reforma e Crise Política: Desafios da Justiça Eleitoral	21 e 22/06/2018	8	Membros	Parceria Externa	10	10		
Curso EAD - Curso Nosso Suas	11/10/2018 até 23/11/2018				89	21	49	19
Curso EAD - Curso do SIMP					205	21	126	58
TOTAL					5.274	1.047	1.091	2.735

Fonte: ESMP/PGJ, 2018.

3.2 Ouvidoria do Ministério Público



Projeto Promotor Parceiro da Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 083, de 03 de junho de 2005, apresentando-se como um canal de interlocução da instituição com a sociedade, sendo um órgão estratégico e relevante para operar uma transformação permanente do Parquet, objetivando a efetivação de mudanças e ajustes nas suas atividades e nos processos em que atua, em sintonia com as demandas da população.

A Ouvidoria integra a estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça e detêm independência funcional, relacionando-se com os demais em regime de cooperação, sem relação de hierarquia.

Canais de Atendimento da Ouvidoria

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais de comunicação:

- **Pessoalmente**, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820;
- **Por correspondência**, enviada à sede da Instituição;
- **Por telefone**: (98) 0800-098-1600, 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738;
- **Por WhatsApp**: (98) 98224-6897;
- **Pelo site**: <https://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>;
- **Por e-mail**: ouvidoria@mpma.mp.br;
- **Pelo Facebook**: [facebook.com/pg/ouvidoriampma](https://www.facebook.com/pg/ouvidoriampma);
- **Pelo Instagram**: [ouvidoriampma_oficial](https://www.instagram.com/ouvidoriampma_oficial);
- **Pelo Twitter**: [ouvidoria_mpma](https://twitter.com/ouvidoria_mpma);
- **Pelo Aplicativo Móvel**: MPMA Cidadão.

Estatísticas da Ouvidoria em 2018

Tabela 32 - Classes das demandas

Tipo de Demanda	Quantidade	%
Reclamação	965	15%
Crítica	7	0%
Sugestão	4	0%
Elogio	0	0%
Pedidos de Informação	181	3%
Representações	5084	81%
Total das demandas	6241	100%

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 33 - Detalhamento das ações

Assunto	Quantidade	%
Acessibilidade	27	0,43%
Administração e funcionamento do Ministério Público	21	0,34%
Atuação de Membros e Servidores	45	0,72%
Concurso público	167	2,68%
Consultas e dúvidas jurídicas	3443	55,17%
Consumidor	41	0,66%
Controle externo da atividade policial	113	1,81%
Crimes	105	1,68%
Demandas alheias à competência do Ministério Público	65	1,04%
Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental	33	0,53%
Educação	134	2,15%
Eleitoral	35	0,56%
Execução penal	27	0,43%
Idoso	445	7,13%
Improbidade administrativa	545	8,73%
Infância e juventude	109	1,75%
Lei de acesso a informação	173	2,77%
Meio ambiente	110	1,76%
Outros	297	4,76%
Residência na comarca e lotação de Membros	0	0,00%
Saúde	187	3,00%
Serviços públicos	81	1,30%
Sindical e questões análogas	9	0,14%
Violência doméstica	29	0,46%
Total de demandas	6241	100,00%

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 34 - Situação das demandas

SITUAÇÃO DAS DEMANDAS	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Invalidadas	Encerradas
Reclamação	965	0	0	14	951
Crítica	7	0	0	0	7
Sugestão	4	0	0	0	4
Elogio	0	0	0	0	0
Pedidos de Informação	181	3	0	6	172
Representações	5084	319	0	92	4673
Total das demandas	6241	322	0	112	5807

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 35 - Meios de recebimento das demandas

Meios de Recebimento	Quantidade	%
Pessoalmente	409	6,55%
Cadastro de manifestação	825	13,22%
Disque Ministério Público (08000981600)	1626	26,05%
Correspondência	7	0,11%
E-mail (ouvidoria@mpma.mp.br)	863	13,83%
WhatsApp	1560	25,00%
Facebook	95	1,52%
Instagram	18	0,29%
Twitter	0	0,00%
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	90	1,44%
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	573	9,18%
Disque Denúncia Maranhão	2	0,03%
Aplicativo MPMA Cidadão	75	1,20%
Aplicativo CNOMP	4	0,06%
Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	94	1,51%
Total	6241	100,00%

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 36 - Informações sobre gênero de solicitante

Quanto ao gênero	Quantidade	%
Feminino	2.140	34,29
Masculino	2.392	38,33
Anônimo	93	1,49
Indefinido	1.616	25,89
Total	6.241	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 37 - Quanto à identificação das demandas

Identificação	Quantidade	%
Sigilosas	2.526	40,47
Não Sigilosas	3.415	54,72
Anônimo	300	4,81
Total	6.241	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Tabela 38 - Meios de resposta

Meios de resposta	Quantidade	%
E-mail	2.498	43,52
Telefone	1.887	32,87
Redes Sociais	1.046	18,22
Pessoalmente	309	5,38
Total de respostas	5.700	100,00

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2018.

Destaques da atuação da Ouvidoria

Ouvidoria do MPMA participa do Ação Global



A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão representou a instituição no Ação Global 2018, realizado no dia 26 de maio de 2018, no Multicenter Sebrae, em São Luís. A equipe da Ouvidoria recebeu diversas demandas da comunidade, dando os encaminhamentos necessários aos problemas.

Durante o evento, foram realizados 199 atendimentos. Entre os temas mais recorrentes estiveram questões

Foram registrados 199 atendimentos durante a Ação Global

relativas aos direitos do consumidor e relacionadas à prestação de serviços públicos. A Ação Global é um evento realizado desde 1995 pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e Rede Globo e tem o objetivo de oferecer serviços importantes e gratuitos à população. Em 2018, o evento reuniu mais de 100 entidades parceiras em São Luís, que ofereceram cerca de 200 serviços gratuitos. Entre as 8h e as 17h, mais de 22 mil pessoas passaram pelo Multicenter Sebrae e foram realizados mais de 53 mil atendimentos. O evento contou com a participação de 3.300 voluntários.



Equipe da Ouvidoria presente no Ação Social

4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

4.1 Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição. Dados estatísticos da Assessoria Especial:

Tabela 39 – Ações Interpostas em 2018

Quantidade de Interposições Ações em 2018	
Ação de Reintegração de Posse – STF	1
ADIN	6
Agravo em Recurso Especial	1
Agravo em Recurso Extraordinário	1
Agravo Interno	19
Contrarrazões	12
Contrarrazões – STF	1
Denúncias	9
Embargos de Declaração	11
Mandado de Segurança	3
Reclamação Constitucional (STF)	2
Recurso Especial	9
Recurso Extraordinário	4
Suspensão de Liminar – STJ	1
TOTAL	80

Fonte: ASSESP/PGJ, 2018.

Tabela 40 – Manifestações em Processos Judiciais em 2018

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS 2018	
Ação Civil Pública	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	13
Ação Penal	55
Agravo	1
Agravo de Instrumento em Recurso Especial	3
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário	1
Agravo Regimental	4
Apelação	1

Cautelar Inominada Criminal	1
Conflito de Competência	12
Conflito de Jurisdição	3
Crime de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência	1
Cumprimento de Sentença	1
Efeito Suspensivo	1
Embargos a Execução	1
Embargos de Declaração	27
Execução contra a Fazenda Publica	1
Execução de Incompetência	3
Habeas Corpus	6
Incidente de Deslocamento de Competência	1
Incidente de Inconstitucionalidade	3
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	4
Inquérito Policial	3
Intervenção em Município	1
Investigação Contra Magistrado	10
Mandado de Injunção	1
Mandado de Segurança	79
Medidas Investigatórias sobre Org. Criminosas	1
Medidas Protetivas (LMDP)	1
Precatórios/Sequestro	60
Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)	65
Procedimento Ordinário	1
Reclamação	7
Recurso em Sentido Estrito	1
Recurso Especial	10
Recurso Extraordinário	19
Representação Criminal/Notícia Crime	3
Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	18
Termo Circunstanciado	4
TOTAL	428

Fonte: ASSESP/PGJ, 2018.

Tabela 41: Atuação da Assessoria Especial na Área Administrativa

Descrição	Total
Manifestações em Processos Administrativos	2086

Processos Adm. transformados em Notícia de Fato	910
Notícias de Fato transformadas em Inquérito Civil	8
Saldo de Processos Administrativos	35

Fonte: ASSESP/PGJ, 2018.

Tabela 42: Atuação da Assessoria Especial na Área Criminal

Descrição	Total
Procedimentos Investigatórios Criminais Instaurados	63
Notícias de Fato Instauradas	226
Inquérito Civil	1
Denúncias	22
Saldo de Processos Judiciais	8

Fonte: ASSESP/PGJ, 2018.

Destaque da atuação

Projeto “De olho na Constituição”



Dr. Justino Guimarães apresentou o projeto

O projeto institucional “**De olho na Constituição – a autocomposição no controle da constitucionalidade**” foi lançado no dia 3 de abril de 2018, na Sala dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, por meio da assinatura do ato nº 119/2018, pelo Procurador-Geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Durante a solenidade, o chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino da Silva Guimarães, falou sobre a importância dos 30 anos da Constituição Federal de 1988 e dos avanços obtidos a partir dela, como o fortalecimento do Ministério Público e das demais instituições de controle, que têm atuado diretamente no

combate à corrupção.

Para o Promotor de Justiça, em uma sociedade plural, complexa e em constante mudança, é necessário que essas instituições trabalhem de forma proativa e resolutiva, primando pela autocomposição, que é o acordo entre as partes para a resolução de um conflito. De acordo com Justino Guimarães, essa tem sido a orientação do Conselho Nacional do Ministério Público e uma das bases do projeto lançado nesta terça.

Dentre as iniciativas do projeto estão: a proposição de adequação do inciso IX, do art. 147 da Constituição Estadual, extinguindo a possibilidade de que a publicação de leis, decretos e editais municipais ocorra com a simples afixação “na sede municipal, em lugar visível ao povo”.

Outra proposta é a alteração da Constituição Estadual, adequando-a ao disposto na Constituição Federal, que veda a atribuição do nome de pessoas vivas a logradouros e bens públicos, o que vai de encontro ao princípio da impessoalidade na administração pública.

Representando o governador Flávio Dino, o Procurador-Geral do estado, Rodrigo Maia Rocha, parabenizou o Ministério Público pela iniciativa pioneira, “que certamente trará muitos frutos para a sociedade maranhense”, além de observar a importância da presença de diversas instituições estaduais e federais, que reafirmam o seu papel de defesa do interesse público.

Rodrigo Maia afirmou que o Poder Executivo tem profundo entusiasmo pela iniciativa. Para ele, a solenidade dá início a um caminho virtuoso de defesa do interesse público. “Vocês têm o nosso total apoio para que possamos avançar, de forma harmônica e concertada, no aprofundamento democrático que é, em última instância, o que esse projeto representa”, garantiu.

O Procurador-Geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, afirmou que é dever do cidadão a defesa da Constituição. O projeto “De olho na Constituição” vem, justamente, para garantir o controle da constitucionalidade, com a participação ativa do cidadão e mecanismos de autocomposição que garantam celeridade e resolutividade das questões levantadas.

Luiz Gonzaga Coelho também ressaltou a importância da comunidade acadêmica para o sucesso do projeto, incentivando que o debate sobre a supremacia da Constituição seja incorporado como atividade acadêmica e de extensão. “Colocamos nossos promotores de justiça à disposição das universidades, para que possamos fazer essa discussão no âmbito acadêmico”.



Durante o lançamento foram assinados termos de adesão

O Procurador-Geral de justiça falou, ainda, sobre a adoção da tecnologia para facilitar ao cidadão o direito de recorrer ao Ministério Público quanto ao controle de constitucionalidade. “Em uma sociedade cada vez mais conectada, teremos um aplicativo que facilitará o acesso e a parceria do cidadão com o Ministério Público”, anunciou.

ACADÊMICO

Durante o evento, foram assinados termos de adesão com faculdades e universidades, que levarão o projeto para suas comunidades acadêmicas. Por meio de discussões e projetos de extensão, os professores e alunos poderão ser parceiros importantes na identificação de normas que vão de encontro ao texto constitucional.

Além do Procurador-Geral de justiça, assinaram os termos a Universidade Estadual do Maranhão, representada pelo coordenador do curso de Direito, Raimundo Campos Filho, e pela vice-coordenadora do mestrado em Direito, Edith Barbosa Ramos; o professor Alexandre Neto, da faculdade Instituto Master de Educação (Imec); a coordenadora do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), Taís Viegas; e a coordenadora do curso de Direito da Faculdade Estácio São Luís, Daniele Ribeiro Coelho.

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

4.2 Assessoria Técnica (ASTEÇ)

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Tabela 43- Manifestação em processos.

Pareceres	Quantidade
NATEC	626
Médicos	46
NATAR POLOCAP	232
NATAR Timon	115
NATAR Imperatriz	57
Total	1076

Fonte: ASTEC/PGJ, 2018.

Tabela 44 - Atividades Administrativas

Atividades Administrativas	Quantidade
MEMORANDOS	
NATEC	38
NATAR POLOCAP	35
NATAR Timon	0
NATAR Imperatriz	5
OFÍCIOS	
NATEC	376
NATAR POLOCAP	22
NATAR Timon	40
NATAR Imperatriz	41

Fonte: ASTEC/PGJ, 2018.

Tabela 45 - Atendimentos Diversos

Produção no Período	Quantidade
Cálculos Financeiros	
NATEC	25
NATAR POLOCAP	0
NATAR Timon	0
NATAR Imperatriz	1
Nota Técnica/Orientação Técnica	1
Atendimento a Consultas	
NATEC	14
NATAR POLOCAP	17
NATAR Timon	0
NATAR Imperatriz	0
Vistorias	
Timon	64
Imperatriz	37
Documentos referentes à Promotoria Itinerante	
GPI (Itapecuru-12 A 16/03-Vanessa e Tiago) Relatórios Técnicos	8

Fonte: ASTEC/PGJ, 2018.

Tabela 46 - Atividades de Capacitação

Participação em cursos, palestras, simpósios, congressos e seminários	Curso de Obras Públicas: Repercussões e Equívocos – 01 Servidor Congresso Internacional de SEPSE – São Paulo/SP - 01 Servidor Planilha de Custos e formação de preços – 03 servidores Congresso Internacional de HTLV – 1 servidor Curso de Gestão de Processos – 08 a 10/08/18 - 02 servidores Como Identificar irregularidades em licitações municipais– 6 servidores
Participação em comissões	Primeiro Trimestre: 02 Comissões – 01 Servidor Segundo Trimestre: 02 Comissões – 01 Servidor Terceiro Trimestre: 02 Comissões – 01 Servidor Quarto Trimestre: 02 Comissões – 01 Servidor
Audiências públicas e judiciais	Primeiro Trimestre: 01 audiência – 01 servidor Segundo Trimestre: 02 audiências – 01 servidor Terceiro Trimestre: 02 servidores
Estudos e sugestões	Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MP/MA – 01 servidor Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o planejamento estratégico 2016/2021. 01 servidor Presidente da Comissão de Inventário de Materiais Permanentes – Bens Móveis – 01 servidor Segundo Trimestre: Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MP/MA – 01 servidor

	<p>Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o planejamento estratégico 2016/2021. 01 servidor Presidente da Comissão de Inventário de Materiais Permanentes – Bens Móveis – 01 servidor Terceiro Trimestre: Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MP/MA – 01 servidor Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o planejamento estratégico 2016/2021. 01 servidor Presidente da Comissão de Inventário de Materiais Permanentes – Bens Móveis – 01 servidor Quarto Trimestre: Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MP/MA – 01 servidor Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o planejamento estratégico 2016/2021. 01 servidor Presidente da Comissão de Inventário de Materiais Permanentes – Bens Móveis – 01 servidor</p>
--	--

Fonte: ASTEC/PGJ, 2018.

4.3 Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

A nomenclatura “Assessoria de Controle Interno e Auditoria” passou a ser adotada em virtude da publicação, em 14/12/2016, da Lei Estadual nº. 10.539/2016, pela qual foram criados e transformados alguns cargos do quadro de apoio técnico-administrativo deste Órgão Ministerial e ainda se encontra em tramitação o Processo Administrativo nº. 8306AD/2015, destinado à readequação das atribuições desta Assessoria, no sentido de dar cumprimento às recomendações exaradas pelo CNMP em seu Relatório Conclusivo de Inspeção, emitido em 2014.

No que tange às atribuições regimentais, esta Assessoria permanece vinculada aos preceitos insculpidos no **Ato Regulamentar nº. 020/2008**, que dispõe sobre o **Regimento Interno** desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente no seu **artigo 91-A**, acrescentado pelo artigo 10 do Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ, *in verbis*:

Art. 91-A Compete à Assessoria de Auditoria Interna:

- I - assessorar a Administração Superior em matéria de sua atribuição;
- II - elaborar e submeter previamente ao Procurador-Geral de Justiça o Plano Anual de Auditoria Interna e promover sua execução;
- III - **realizar auditorias** nas áreas atinentes à Folha de Pagamento, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira, Procedimentos Licitatórios e Contratos Administrativos e em outras que guardem relação de pertinência com a matéria, **as quais terão como atividades**:
 - a) exame da fidedignidade das informações e registros contábeis e operacionais;
 - b) verificação da exatidão dos cálculos;

c) avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos mecanismos de controle interno das unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça;

d) promoção de diligências, visando à obtenção de informações e esclarecimentos para melhor fundamentar suas conclusões;

e) solicitação, quando necessário, de parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado acerca de questões que exijam conhecimento específico; e

f) **elaboração de relatórios**, de forma a expressar claramente suas conclusões, **recomendações** e providências a serem tomadas pela Administração Superior.

IV - acompanhar a implementação das recomendações, bem como as providências adotadas pelas unidades administrativas envolvidas;

V - observar as legislações, as normas e as instruções do Conselho Nacional do Ministério Público e dos Tribunais de Contas da União e do Estado, pertinentes à sua área de atuação;

VI - contribuir para o aperfeiçoamento das regulamentações internas relativas ao funcionamento das atividades institucionais, objetivando racionalizar as ações de controle;

VII - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna; e

VIII - exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria. (grifo nosso)

Principais atividades desenvolvidas no exercício de 2018

Foram executadas as atividades de auditoria previstas no **Plano Anual de Auditoria Interna – 2018** (MEMO-AUD-1/2018/DIGIDOC), dados o art. 91-A, II, e o art. 114-A, II, do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ.

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e, por corolário, pelo fortalecimento institucional, realizamos atividades tanto de **auditoria** como de **acompanhamento da implementação de recomendações**, nas seguintes áreas:

a) Administrativa:

a.1) Foco: **Diárias**; e

a.2) Foco: **Portal da Transparência**.

b) Gestão Patrimonial:

b.1) Foco: Inspeções in loco nos Almoxarifados (**Material de Consumo**);

b.2) Foco: **Material Permanente**; e

b.3) Foco: **Bens Imóveis**.

c) Licitações e Contratos Administrativos:

c.1) Foco: **Licitações e Contratos Administrativos**; e

c.2) Foco: **Contratação Direta**.

d) Contabilidade, Orçamento e Finanças;**e) Gestão de Pessoas, Foco: Ingressos de Membros e Servidores ocorridos em 2017.**

Tais atividades resultaram na elaboração de 10 (dez) Relatórios de Auditoria Interna, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

Assinale-se que o **acompanhamento da implementação das recomendações**, que pode ser formalizado em relatórios específicos, em manifestações presentes nos autos dos respectivos processos administrativos, ou em atas de reuniões técnicas com as unidades envolvidas, deriva da competência desta Assessoria prescrita pelo inciso IV do artigo 91-A do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ, acrescentado pelo artigo 10 do Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ:

Art. 91-A Compete à Assessoria de Auditoria Interna:

(...)

III - realizar auditorias [...], as quais terão como atividades:

a) [...];

(...)

f) elaboração de relatórios, de forma a expressar claramente suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela Administração Superior.

IV - acompanhar a implementação das recomendações, bem como as providências adotadas pelas unidades administrativas envolvidas; (grifo nosso)

Tal assertiva é mero corolário da constatação de que as atividades descritas ao longo das alíneas “a)” até “f)” do aludido inciso III deverão ser observadas quando da realização das auditorias, *não podendo, portanto, ser consideradas isoladamente ou fora do contexto específico de uma auditoria.*

Ainda quanto ao acompanhamento da implementação das recomendações submetidas por esta Assessoria à apreciação da Administração Superior, não é demasiado destacar que *os apontamentos consignados nos relatórios de auditoria emitidos devem ser compulsados em sua integralidade*, no intuito de que efetivamente sejam buscados os mecanismos de reparação das inadequações ali descritas.

Assim, considerando o poder discricionário da Administração Superior, na hipótese de tais recomendações não serem julgadas oportunas ou convenientes, impende que não se afaste o foco das questões que concretamente exijam o adequado tratamento saneador, sob pena do indesejável enfraquecimento institucional e do consequente distanciamento deste Órgão do alcance dos seus objetivos.

Feitas tais considerações, informamos que, além dos trabalhos de auditoria e acompanhamentos em questão – envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações,

diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão – as principais atividades realizadas por esta Assessoria, ao longo do exercício de 2018, seguem abaixo sucintamente descritas:

- 1) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 01/2018 – Área: Licitações e Contratos Administrativos**, conforme consta no Processo Administrativo nº. 5024/2018 (DIGIDOC), objetivando a verificação da observância, nos atos administrativos praticados, tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, com destaque às do egrégio Tribunal de Contas da União.
- 2) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 02/2018 – Área: Administrativa, Foco: Diárias**, conforme consta no Processo Administrativo nº. 5906/2018 (DIGIDOC), visando à verificação do cumprimento da normatização atinente à concessão e ao pagamento de diárias a membros e servidores, destinadas ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando do deslocamento para fora da sede, em estrita necessidade de serviço, assim como das diárias para Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro deste Ministério Público.
- 3) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 03/2018 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes**, produto dos trabalhos de auditoria realizados para verificar a legalidade e a correção dos procedimentos e registros afins, conforme disposto na normatização pertinente à matéria, especialmente quanto às prescrições do Ato Regulamentar nº. 03/2014-GPGJ.
- 4) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 04/2018 – Área: Gestão Patrimonial, com Inspeções in loco nos Almoxxarifados (Material de Consumo)**, conforme consta no Processo nº. 8487/2018 (DIGIDOC).
- 5) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 06/2018, Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência** (PA DIGIDOC nº. 11203/2018), visando à aferição do cumprimento, por este Ministério Público Estadual, da normatização atinente ao “Portal da Transparência”, instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando, assim, o correspondente devido controle social pelos administrados. À época, registrou-se que, mesmo verificando algumas oportunidades de aprimoramento, evidenciamos melhora significativa com relação ao cenário observado e descrito no Relatório de Auditoria Interna nº. 04/2015. Como reflexo e comprovação da aludida evolução, apontamos no

citado relatório que o Portal da Transparência do MPMA ficou em terceiro lugar entre todos os ramos do Ministério Público Brasileiro, de acordo com a avaliação realizada pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CCAF), divulgada no dia 15/05/2018, e relativa ao segundo semestre de 2017 (para maiores detalhes, ver link <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/14429-mpma-e-terceiro-colocado-em-avaliacao-de-portais-de-transparencia-do-cnmp>).

- 6) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 05/2018 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Imóveis**, contido nos autos do Processo DIGIDOC nº. 12123/2018.
- 7) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 07/2018 – Área: Contabilidade, Orçamento e Finanças** (contido no PA DIGIDOC nº. 18677/2018), produto dos trabalhos de auditoria realizados para verificar a legalidade e a correção dos procedimentos e registros afins, tendo em vista o disposto na normatização pertinente à matéria, especialmente quanto às prescrições da Lei Federal nº. 4.320/1964 (estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) e da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
- 8) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 08/2018 – Área: Gestão Patrimonial**, com Inspeções *in loco* nos Almoxarifados (**Material de Consumo**), conforme consta no Processo nº. 19082/2018 (DIGIDOC).
- 9) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações julgadas cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 09/2018 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta**.
- 10) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório de Auditoria Interna nº. 10/2018 – Área: Gestão de Pessoas, Foco: Ingressos de Membros e Servidores Ocorridos em 2017**, conforme consta no PA DIGIDOC nº. 769/2018.
- 11) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área **Administrativa**, Foco: **Serviços Gerais – Transportes**.
- 12) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Folha de Pagamento**, Foco: **Membros do MP**.
- 13) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Licitações e Contratos Administrativos**.

- 14) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Licitações e Contratos Administrativos**.
- 15) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área **Administrativa**, Foco: **Diárias**.
- 16) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Gestão Patrimonial**, Foco: **Bens Imóveis**.
- 17) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Gestão Patrimonial**, Foco: **Bens Permanentes**.
- 18) Realização de **atividades de controle interno e acompanhamento da implementação de recomendações** na Área de **Gestão Patrimonial**, Foco: **Inspeções in loco nos Almoxarifados**.
- 19) Elaboração do **Relatório de Gestão Fiscal** deste Ministério Público, referente ao **3º. quadrimestre de 2017, 1º. quadrimestre de 2018, 2º. quadrimestre de 2018**, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/envios: edição nº. 020/2017 do **Diário da Justiça – Poder Judiciário**, de 29/01/2018; Recibo de Entrega de Relatório nº. 1517227152822, emitido pelo **TCE/MA**, confirmando envio via **FINGER**, em 29/01/2018; e Recibo de Código: 02.1D.68-P, comprovando envio do relatório, em 29/01/2018, via **SICONFI**, para a Secretaria do Tesouro Nacional – **STN**.
- 20) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas do Fundo Especial do Ministério Público - FEMPE** (Exercício Financeiro de **2017**);
- 21) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do **Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça** do Estado do Maranhão (Exercício Financeiro de **2017**);
- 22) Análise e manifestação, via PARECER-AUD - 2/2018, acerca da **Proposta de Recomendação** apresentada em 18/12/2017 pelo Conselheiro Gustavo do Vale Rocha, da Proposta de Resolução do Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho, datada de 23/06/2015, ambas do **Conselho Nacional do Ministério Público**, bem como da Resolução nº. 171, de 01/03/2013, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange à **criação e/ou adequação de unidades de Controle Interno e Auditoria Interna** no Ministério Público brasileiro, conforme consta no Processo nº. 1640/2018 (DIGIDOC);
- 23) Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna;

- 24) Participação nos estudos destinados ao **aperfeiçoamento da regulamentação** deste Ministério Público relativa à **concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento**, tendo em vista o DESPACHO-DG – 13632017, por meio do qual foi encaminhado a esta Assessoria o PA (Digidoc) nº. 156692017, acerca da alteração do Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ (regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão), em virtude do MEMO-GSPGJAAD - 1632017, da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
- 25) Participação nos estudos destinados à **elaboração do Ato Regulamentar nº. 20/2018-GPGJ**, que dispõe que as **provisões de encargos trabalhistas** a serem pagas pela Procuradoria Geral de Justiça às empresas contratadas para prestarem serviços de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Ministério Público, quando for conveniente para a Administração, sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial por meio de **conta vinculada**.
- 26) Início das atividades de auditoria interna na Área de **Gestão de Pessoas**, com Foco: **Verbas Indenizatórias de Servidores e Membros deste Ministério Público**, com o propósito de verificar, conforme normatização pertinente à matéria, a existência dos mecanismos próprios de controle interno das unidades administrativas afins para, então, avaliar sua adequação e, conseqüentemente, a necessidade ou não de aperfeiçoamentos.
- 27) Início das atividades de auditoria interna na Área de **Folha de Pagamento**, com Foco: **Servidores**, para verificação da observância, nos atos administrativos praticados – notadamente no contexto das implantações das verbas ocorridas no exercício de 2018 – tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo.
- 28) Expedição de 63 (sessenta e três) documentos administrativos diversos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, pareceres técnicos, manifestações, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria.

4.4 Assessoria Técnica da Administração (ASTECADEM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa-se a se chamar Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões.

Dando cumprimento ao ATO REGULAMENTAR nº 020/2008, Inciso II, Artigo 91, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2018, foram emitidas, por esta Assessoria Técnica da Administração, manifestações sobre os mais variados objetos:

1. Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento);
2. Abono de Permanência;
3. Adesão a Ata de Registro de Preço;
4. Aditivo Contratual;
5. Ajuda de Custo;
6. Auxílio Moradia;
7. Celebração de Contrato;
8. Concurso;
9. Convênio;
10. Dispensa de Licitação;
11. Fase Interna de Licitação;
12. Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária;
13. Inexigibilidade;
14. Locação de Imóvel;
15. Pagamento de Obras, Materiais e Serviços;
16. Prestação de Contas do FEMPE;
17. Reajuste Contratual;
18. Repactuação Contratual;
19. Regularização de prestação de Contas do Adiantamento;
20. Reconhecimento de Dívidas;
21. Solicitação de Empenhos;
22. Verbas Indenizatórias; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos **1.983 (mil novecentos e oitenta e três)** manifestações durante o exercício de 2018, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 47 - Número de Manifestações/Pareceres discriminados por assunto – 2018

Assunto	Quantidade
Abono Permanência	6
Adesão SRG	10
Aditivo Contratual	84

Ajuda de Custo	10
Auxílio Moradia	2
Celebração de Contratos	1
Concurso	2
Convênio	1
Dispensa de Licitação	18
Fase Interna de Licitação	83
Incorp. Desin. e Averbação de Tempo de Serviço e Cont.	5
Inexigibilidade de Licitação	34
Locação de Imóvel	15
Outros	4
Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços	930
Prestação de Contas de Adiantamento	317
Prestação de Contas do FEMPE	7
Reajuste Contratual	11
Reconhecimento de Dívidas	1
Regularização de Prestação de Contas Adiantamento	13
Repactuação Contratual	5
Solicitação de Empenhos	307
Verbas Indenizatórias	117
TOTAL	1.983

Fonte: ASTECADM/ PGJ, 2018.

A tabela seguinte fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2018 as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e outros:

Tabela 48 - Manifestações/Pareceres discriminados por grupo

GRUPO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Execução Orçamentária	231	413	370	560	1.574
Gestão de Pessoas	19	49	34	38	140
Licitação	53	67	69	75	264
Outros	2	3	-	-	5
TOTAL	305	532	473	673	1.983

Fonte: ASTECADM/ PGJ, 2018.

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à **Gestão de Pessoas**, tivemos:

Tabela 49 - Pareceres relativos à Gestão de Pessoas/2018

ASSUNTO	TOTAL
Verbas Indenizatórias	117
Ajuda de Custo	10

Abono de Permanência	6
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	5
Auxílio Moradia	2
TOTAL	221

Fonte: ASTECADM/ PGJ, 2018.

Quanto a estes, podemos destacar o seguinte:

- Os processos administrativos (PA) referentes ao pagamento de verbas indenizatórias (por motivo de exoneração ou aposentadoria) prevaleceram sobre os demais tipos.
- Na análise dos PA de verbas indenizatórias nos deparamos com algumas dificuldades: i) ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcional; ii) processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativamente ou até mesmo judicialmente, mesmo que seja somente para prestar esclarecimentos.

A respeito dos processos administrativos relativos à Licitação, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 50 - Pareceres relativos à Licitação/2018

ASSUNTO	TOTAL
Inexigibilidade de Licitação	34
Locação de Imóvel	15
Celebração de Contrato	1
Reajuste Contratual	11
Repactuação/Reequilíbrio Contratual	5
Fase Interna de Licitação	83
Aditivo contratual	84
Dispensa de Licitação	18
Adesão SRG	10
Concurso	2
Convênio	1
TOTAL	264

Fonte: ASTECADM/ PGJ, 2018.

Quanto a estes, conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos abaixo listados que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos:

- 1) Edição da Ordem De Serviço N° 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
- 2) Edição do Ato Regulamentar N° 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
- 3) Edição do Ato Regulamentar N° 10/2013 – GPGJ, de 09 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada.
- 4) Edição do Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 51 - Número de Pareceres relativos à Execução Orçamentária/2018

ASSUNTO	TOTAL
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	930
Solicitação de Empenho	307
Regularização de Prest. de Contas Adiantamento	13
Prestação de Contas de Adiantamento	317
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	7
TOTAL	1.574

Fonte: ASTECADM/ PGJ, 2018.

No tocante as solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento, destacamos:

- a) Considerando a necessidade de padronização de rotinas neste Ministério Público, a fim de dar celeridade aos atos administrativos por sugestão desta Assessoria Técnica da Administração, foi adotado formulário padrão para solicitação de adiantamento, pela Administração Superior, com a edição do Ato Regulamentar nº 05/2014, no entanto várias foram as solicitações atendidas em desacordo com os Atos Regulamentares nº 04/2013 e 05/2014;
- b) Aplicação de recursos diversa da finalidade solicitada (pronto pagamento; reparo, manutenção conservação e adaptação de bens móveis e imóveis e material permanente);
- c) Aplicação de recursos em elementos de gasto diverso do solicitado (material de consumo, material permanente, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica);
- d) Aplicação de recursos fora do período estabelecido na concessão.

Sugestões da Unidade para possibilitar o aumento da produtividade dos membros do setor:

- a) Adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;
- b) Criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, de forma a tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e as consequentes tomadas de decisões.

4.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição. As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração (AJAD), referente ao exercício de 2018, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

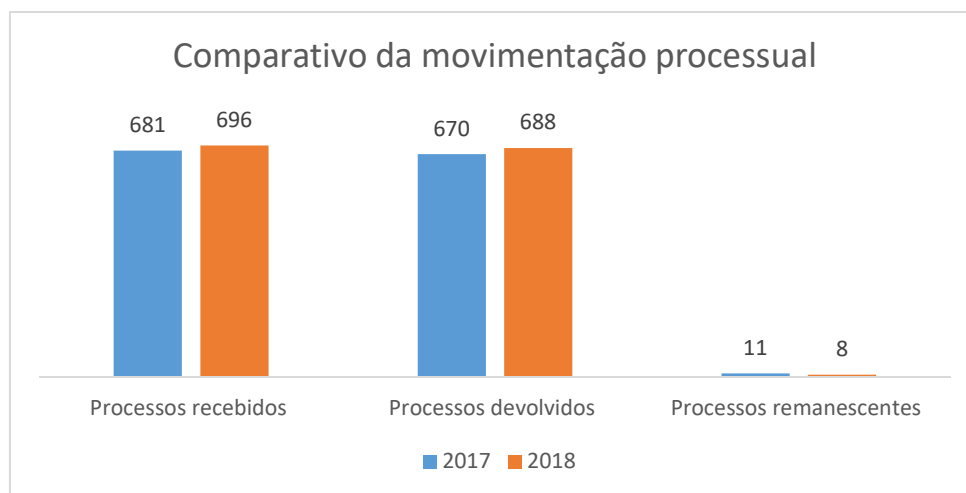


Gráfico 4: Movimentação processual da AJAD 2017 e 2018

Fonte: AJAD/ PGJ, 2018.

Os processos supracitados de 2018, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, exigindo análise minuciosa dos autos, em especial do Edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”. Além das apreciações dos referidos processos, a AJAD atendeu inúmeras consultas formais e informais formuladas principalmente pelas Coordenadorias do Órgão Ministerial, acerca dos procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Da mesma forma, a AJAD se fez presente sempre que solicitado, no gabinete da Diretoria Geral para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados. Ademais, como integrante da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA e do grupo da ECOLIGA do Estado do Maranhão, participou ativamente de diversas reuniões e várias atividades foram desenvolvidas para implementações de programas e ações institucionais de responsabilidade socioambiental.

Por fim, no ano de 2018, destaca-se, ainda, a elaboração de novas minutas padrões de termos de referência, projeto básico, edital, contratos e aditivos, visando a celeridade dos processos licitatórios.

5 CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOp)

5.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor está organizado de maneira horizontalizada, cuja coordenação é compartilhada pelo Coordenador Estadual e pelos Coordenadores Regionais das seguintes regiões: Baixada Maranhense, Balsas, Lençóis Maranhenses, Imperatriz/ Açailândia (Tocantina), Sertão/Cocais, Santa Inês e de São Luís, possibilitando a identificação dos problemas locais e regionais, assim como a exportação das boas práticas às outras regiões do Estado do Maranhão.

Em 2018, o CAOp Consumidor executou os projetos “**Nota Fiscal Integral**” que objetiva estimular o cumprimento da legislação quanto à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal ao consumidor, bem como da garantia dos direitos básicos do consumidor, com especial atenção à proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços e “**Educação Financeira: instrumento de cidadania**” que objetiva promover educação aos consumidores para que utilizem os seus recursos financeiros com responsabilidade e equilíbrio. Para tal, o CAOp realizou várias reuniões junto as autoridades competentes, bem como firmou Termos de Ajustamento de Conduta.

Destaques da atuação

1º Fórum Estadual da Promoção da Qualidade de Produtos de Origem Animal

O objetivo do encontro, realizado dia 28 de agosto de 2018, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi informar os prefeitos sobre as implicações jurídicas pela falta de regularização dos locais de abate e propor, aos chefes do Poder Executivo municipal, a construção de unidades que atendam às exigências sanitárias.

A necessidade de intervir, de forma urgente, foi discutida, pois há 372 abatedouros clandestinos e apenas 11 com condições mínimas de funcionamento. No Maranhão, apenas 35 cidades aprovaram lei estabelecendo a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que estipula os procedimentos de fiscalização e inspeção sanitária em estabelecimentos de produção de origem animal destinados ao consumo humano.



Evento foi realizado na sede da PGJ

Destaque-se, ainda, que o Estado do Maranhão tem o segundo maior rebanho bovino da Região Nordeste e o abate irregular necessita ser resolvido com a construção de unidades, pelos municípios, que atendam às especificações técnicas. O coordenador do CAOp Consumidor, Nacor Santos, apresentou “Soluções jurídicas e políticas para os

problemas relacionados aos matadouros públicos municipais”.

O evento foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAOp Consumidor) e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), em parceria com a Federação dos Municípios do Maranhão (Famem), Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Aged) e Sindicato dos Servidores da Fiscalização Agropecuária do Maranhão (Sinfa). Participaram do encontro prefeitos, gestores municipais, promotores de justiça, agentes de fiscalização agropecuária e demais profissionais da área.

Projeto sobre educação financeira premia estudantes

No dia 16 de agosto, o Ministério Público do Maranhão premiou 12 estudantes do município de Passagem Franca participantes do projeto “Educação Financeira: instrumento de cidadania”.

Os alunos da rede de educação pública produziram redações com a temática “Como administrar o meu dinheiro” e tiveram seus trabalhos reconhecidos na cerimônia realizada no Balneário Clube, em Passagem Franca.



Estudantes receberam certificado e um tablet

O projeto foi organizado e executado pela Promotoria de Justiça de Passagem Franca e pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAOp Consumidor). O objetivo é promover a reflexão sobre o consumo consciente, evitar o endividamento e estimular o planejamento financeiro dos cidadãos, por meio de atividades lúdicas ou abordagem nas disciplinas com temas transversais.

Participaram da solenidade, autoridades do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, Polícia Militar, conselheiros tutelares, professores e profissionais da educação e representantes da sociedade civil. Os alunos premiados receberam um certificado de participação e um tablet.



12 alunos foram premiados

O projeto é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 29 de agosto de 2017, entre o MPMA, o Município de Passagem Franca e Poder Legislativo

municipal estabelecendo a criação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor. Em outro acordo, firmado na mesma data, o Poder Executivo municipal aderiu ao projeto “Educação financeira: instrumento de cidadania”, realizado na rede pública de educação.

Premiados - Thassylla Alvana Souza Pereira (Escola Heloisa Maria de Sousa Almeida), Kleidiane de Sousa Reis e Thauanny Haana Silva Duarte (Escola Getúlio Vargas), Yasmim da Silva Rocha (Escola Nossa Senhora das Graças), Kauã Santos Cardoso (Escola Afonso Costa), Jamilly de Sousa (Escola Professora Maria José Reis), Luana Fernandes de Sousa (Escola Professor Raimundo Masculo), Carlos Eduardo Oliveira Santos (Escola Isabel Cristina Porto), Thaylan Carvalho de Oliveira (Escola Cel. Germano Cardoso), Jaqueline Tavares Mota (Escola Estado do Paraná), Ananda Sarah Alves Oliveira (Escola Raimundo Veríssimo) e Kaillany Alves Pereira (Escola Raimundo Diogo).

5.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução Nº 02/1997-CPMP – posteriormente alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP –, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, através da remessa de informações e orientações técnico-jurídicas, além de possuir o condão de promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social, com atribuições em todo espaço territorial do Estado.

Dentre outras atividades, no ano de 2018 o CAOP Criminal executou 2 projetos, sendo estes:

1. **Projeto "Promotorias Especializadas de Segurança Pública"**, visa implementar, no âmbito do MPMA, um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de

estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade, para tal faz-se necessária a revisão da estrutura atual das Promotorias de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e a ampliação, dentre as atribuições institucionais, do olhar sobre a segurança pública numa perspectiva de tutela coletiva.

2. **Ações integradas e Ordenamento Urbano-Segurança Pública**, este programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente os de segurança pública (Secretaria Estadual de Segurança Pública, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Prefeitura Municipal de São Luís, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Urbanismo, Blitz Urbana, Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Saúde (por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária) e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN), objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação – e, se necessário, repressiva – aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e autuações ao representante do Ministério Público –, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo, civil e penal. Por meio dessas ações integradas, busca-se a preservação da ordem pública, exercendo os serviços de fiscalização e proteção, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

Com vistas a melhoria na coleta/análise de dados o CAOP Criminal colaborou e desenvolveu alguns sistemas, sendo estes:

- a) **Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIGS (Georreferenciamento de CVLIs e CVNLIs) com Diagnóstico Criminal**, tendo como resultado a divulgação das estatísticas do ano de 2018 (Meses: janeiro a novembro) contabilizando **378** mortes resultantes de Crimes Violentos Letais Intencionais e **108** assaltos a ônibus, com ênfase nos bairros de periferia.
- b) **Projeto de Integração do Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service**, em fase de conclusão, esse sistema visa garantir a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informações disponíveis pelo Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Departamento Estadual de

Trânsito-DETRAN e Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação, através da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública.

- c) Sistema de Controle de Inquéritos do CAOp-Criminal (IPOL)
- d) Informatização do controle de inspeções de inquéritos;
- e) Otimizar o processo de pesquisa e retorno de informações;
- f) Utilização de Banco de Dados informatizados para substituição de planilhas convencionais;
- g) Geração de relatórios.

Destaque da atuação

Projeto de redução da criminalidade ganha o 2º lugar no Prêmio CNMP 2018

O projeto *“Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade”*, desenvolvido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOP Crim), recebeu o segundo lugar no Prêmio CNMP 2018, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria *Redução da Criminalidade*.



MPMA foi premiado na categoria Redução da Criminalidade

Iniciado em outubro de 2016, o projeto busca desenvolver e implementar ações integradas com órgãos que têm poder de polícia para combater a criminalidade urbana. Para isso, busca-se o controle de condutas socialmente danosas, integração de órgãos públicos, compartilhamento de informações e, conseqüentemente, a redução da criminalidade e da violência.

Entre os parceiros estão a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Polícia Militar, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Blitz Urbana, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, além dos Centros Integrados de Operações de Segurança (CIOPs).

São etapas do projeto a fiscalização dos órgãos expedidores de licenças e alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais e outras atividades e a verificação do cumprimento desses alvarás e licenças; e a realização de operações, com órgãos de segurança pública, para promover o ordenamento urbano da cidade, visando ao

combate à criminalidade. Todas as fases estenderam-se até dezembro de 2018.

Em quase dois anos de existência, o “Integração e tecnologia na prevenção e redução da criminalidade” conseguiu alcançar diversos objetivos. Um deles foi a realização do georreferenciamento e diagnóstico da segurança pública na ilha de São Luís, analisando a violência e identificando os principais fatores de risco e oportunidades para a solução dos problemas, mobilizando atores governamentais e não-governamentais para a implementação de estratégias de intervenção.

Nesse contexto, foi criada uma série temporal com dados da violência desde 2015, com análise dos casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e Crimes Violentos Não Letais Intencionais (CVNLI) para elaboração de mapas temáticos e de análise situacional da violência. Entre 2016 e 2017, foi verificada uma redução de 26,57% na criminalidade na Ilha de São Luís.

Em paralelo, foi desenvolvida uma ferramenta de integração de informações que promove a interoperabilidade dos sistemas de informações de diversos órgãos, como o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretarias de Estado de Governo, Segurança Pública e Administração Penitenciária e Detran. Outro sistema em operação é o de Supervisão de Monitoração Eletrônica, que acompanha os apenados que utilizam tornozeleiras eletrônicas.



Workshop de perícia criminal em Pinheiro/MA

Internamente, o CAOP Crim desenvolveu um sistema que permite o cadastramento de inquéritos e a realização de consultas dinâmicas a partir de diversos parâmetros. O sistema permite, ainda, o controle dos prazos dos inquéritos policiais abertos e concluídos nas diversas delegacias. Também foram criados dois Núcleos de Mutirões de Inquéritos com o objetivo de reduzir o passivo de inquéritos nas delegacias de polícia de São Luís.

Outras ações realizadas, foram palestras e rodas de conversa sobre monitoração eletrônica, além de workshops de perícia criminal de monitoração eletrônica. Ainda como parte da iniciativa, já está prevista no Planejamento Estratégico do MPMA a criação de Promotorias de Justiça de Segurança Pública. Há, ainda, uma proposta de integração dos órgãos do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, que está em tramitação na Câmara Federal.

5.3 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)

Criado pela Resolução nº 03/2006 do Egrégio Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp/DHC é órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

O CAOp/DHC presta apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o gerenciamento dos projetos e ações do Ministério Público relacionados a área de Direitos Humanos.



Equipe do CAOp/DH entrega cartilha ao PGJ

No ano de 2018 o CAOp/DHC executou os seguintes projetos:

- Projeto *Viva a Vida, Não Julgue*: Tem o objetivo de promover a integração de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na sociedade, tendo em vista ser este grupo historicamente marginalizado e desamparado pelas políticas públicas. Busca-se garantir a defesa dos seus direitos fundamentais através de ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra LGBT.
- Projeto *Conhecendo a História*: Busca criar meios para a implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da temática “história e cultura africana, afro-brasileira e indígena” no currículo oficial da rede de ensino.
- Programa Interinstitucional *Juntos pela Valorização da Vida*: O Programa é desenvolvido por um Grupo de Trabalho e Estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato do suicídio. Um dos planos é a criação de um Centro de Valorização da Vida.
- Projeto “Minha Terra, Meu Quilombo”: Desenvolver mecanismos de combate à discriminação às comunidades quilombolas, estabelecendo meios para regularização de áreas consideradas historicamente como quilombos. A efetivação do projeto visa ao

ajustamento de ações realizadas pelos diversos Órgãos e Instituições, de forma a atingir maiores e melhores resultados, fortalecendo as ações até então realizadas por cada instituição.

- Projeto *Religião Livre*: Projeto iniciado em 2015, visa estabelecer estreitamento com representantes de religiões de matriz africana, permitindo o livre exercício de suas crenças, através da busca de meios para garantir o seu direito de livre e pacífica realização de culto.
- Projeto *Morar na Rua não é legal*: Promover a proteção da população em situação de rua, alertando a sociedade para a sua vulnerabilidade, objetivando minorar as carências inerentes ao meio, ajustando sua inserção aos direitos básicos de cidadania (moradia, saúde, educação, alimentação, mercado de trabalho, entre outros).

Destaque da atuação

CAOp/DH debate conflitos agrários em áreas quilombolas



Equipe do CAOp/DHC e promotores realizaram reunião sobre conflitos agrários

Como parte das ações do Projeto Viva Quilombola, pelo idealizado Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC), foi realizado no dia 13 de abril/18, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, um debate visando a elaboração de propostas para pacificação de conflitos agrários em comunidades quilombolas no Maranhão, com a presença de entidades representantes das comunidades remanescentes de quilombos, instituições públicas estaduais e federais com atribuições na área de conflitos agrários

e membros do Ministério Público do Maranhão.

Os participantes deliberaram pela realização de um amplo diagnóstico com a identificação das áreas que apresentam maiores possibilidades de casos de violência devido à disputa pela posse de terra. Também foram relatadas as ações que estão sendo efetivadas no âmbito das instituições participantes do debate, bem como denúncias acerca dos conflitos agrários em territórios quilombolas maranhenses.

O titular da Promotoria Especializada em Conflitos Agrários de São Luís, o Promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito defendeu a necessidade de promover a cultura de mediação dos conflitos como forma de pacificar a sociedade.

Na reunião, o MPMA também esteve representado pelos promotores de justiça Júlio Aderson Magalhães Segundo (de Matinha) e Frederico Bianchini Joviano (de Mirinzal), que informaram sobre os principais conflitos em andamento nas suas comarcas.

Seminário de prevenção ao suicídio

O “Seminário estadual de prevenção ao suicídio e valorização da vida”, promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DHC) e diversas instituições parceiras no Fórum de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida, foi realizado no dia 28 de setembro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

Na abertura dos trabalhos, a promotora de justiça Lana Cristina Barros Pessoa, coordenadora do CAOp/DHC, falou sobre o trabalho desenvolvido pelo Fórum há aproximadamente dois anos, passando pela sensibilização das diversas instituições para chegar a um resultado voltado à sociedade. Um dos avanços apontados por ela foi a instalação do Centro de Valorização da Vida (CVV) em São Luís.

Destacou a necessidade da união de esforços para o enfrentamento do grave problema que aflige toda a sociedade, que é o suicídio. Na oportunidade foram apresentados dados preocupantes sobre o suicídio no mundo e no Brasil e ressaltado que a questão não pode ser estigmatizada mas, sim, discutida de forma séria e transparente.

Na programação, foram discutidos temas como: “Rede de Cuidados e Valorização

da Vida”, pelo psicólogo Marcio Henrique Silva Menezes; o presidente do Núcleo de Valorização da Vida de Bacabal, José Ribamar Cardoso Lima; a psicóloga Lorena Maria Rocha, diretora Geral do CAPS II; e a enfermeira e diretora do CAPS II, Liziane de Oliveira Castro Almeida; “Vulnerabilidade Familiar em Tentativas de Suicídio”, abordado, respectivamente, pela terapeuta familiar Socorro Maria Coelho Araújo e pela médica Jana Cristina Freire, ambas do CAPS, e pelo



Integrantes de várias instituições participaram do seminário

secretário-adjunto de Proteção Social da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, Rodrigo Barbalho Desterro e Silva.

O tema “Prevenção ao Suicídio em Multicontextos” foi

a última mesa do evento abordado pela tenente-coronel Cristiane Castro da Silva, psicóloga e coordenadora do Programa de Prevenção ao Suicídio Policial PMMA, abordou a prevenção em meio militar. O viés da prevenção do suicídio nas escolas foi tratado pela psicóloga e supervisora de Educação e Saúde da SAPPE/SEDUC e o médico Carlos Frias, professor do Departamento Saúde Pública da UFMA, discorreu sobre a atuação do médico do trabalho na prevenção do suicídio.

5.4 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, Órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Resolução nº. 12/2013- CPMP dentre suas atribuições legais ressalta-se atuar junto aos órgãos de execução ministerial, poderes legislativo e executivo e



Equipe Caop/EDUCAÇÃO em evento "Diálogos para Autocomposição"

sociedade civil na promoção de políticas públicas educacionais, de forma a promover as melhorias dos indicadores educacionais e sociais do Estado do Maranhão, utilizando-se de diversas estratégias e instrumentos legais e técnicos que favoreçam a elevação destes índices.

O Centro de Apoio, no ano de 2018 deu continuidade ao Programa Interinstitucional **“Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses”** como carro-chefe, cujo desdobramento apresenta projetos complementares que auxiliam na obtenção dos objetivos maiores propostos, que são:

- **“O dinheiro do FUNDEF é da educação: por uma educação de qualidade para todos os maranhenses”**: O projeto constitui-se como uma ação articulada com os diversos parceiros integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública, com vistas a monitorar e fiscalizar o uso dos recursos provenientes dos precatórios do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, garantindo a efetivação de uma educação de qualidade e, consequente transformação social mediante a melhoria das condições do ambiente escolar e do ensino, oportunizando a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação. Como consequência das ações desenvolvidas pelo projeto, o MPMA foi congratulado com a premiação em 1º Lugar, na categoria Redução da Corrupção, para referendar o empenho de todos os que contribuem para o êxito das atividades previstas e executadas.



Videoconferência do Município de Lajeado Novo

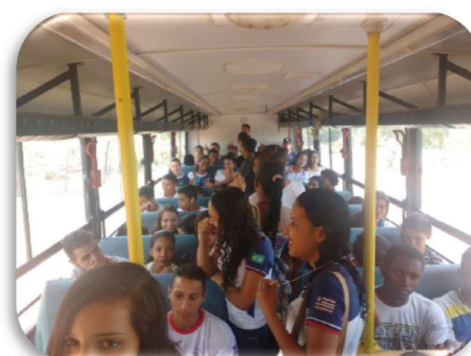


Foto do Prêmio CNMP 2018

- “Pau de Ara nunca mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade”:** Este Programa, foi desenvolvido com o propósito de assegurar a prestação adequada do serviço de transporte escolar para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, sendo fruto da parceria entre o Ministério Público Estadual/MPE, o Ministério Público de Contas/MPC e a Controladoria Geral da União-Regional Maranhão. Como consequência das ações desenvolvidas pelo projeto o MPMA foi congratulado com a premiação em 2º lugar do Troféu do CNMP, na categoria de Defesa dos Direitos Fundamentais, recebido em Brasília-DF.



Transporte pau-de-arara



Transporte pau-de-arara



Prêmio do CNMP 2018

- **Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação – SOMA:** Este sistema compõe mais uma ação integrada do projeto “EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: DIREITO DE TODOS OS MARANHENSES”, tendo como objetivo melhorar os indicadores educacionais em todo o Estado do Maranhão, através de uma plataforma instrumental tecnológica e social, que contará com informações referentes à situação da educação municipal e estadual, perpassando as áreas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, programas suplementares ao ensino, financiamento da educação e o acompanhamento das metas dos planos nacional, estadual e municipais de educação, a partir de informações encaminhadas pelos atores da Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão – REMAR.

- **Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão – REMAR:** A Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão – REMAR, foi criada no ano 2018, fruto da parceria entre o Ministério Público Estadual, o Governo do Estado do Maranhão, através da SEDUC (Secretaria de Estado da Educação), o Governo Municipal de São Luís, através da SEMED



Reunião com a Rede pela Qualidade da Educação no MA

(Secretaria Municipal de Educação de São Luís), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP), o Conselho Municipal de Educação de São Luís (CME), o Conselho

Estadual do FUNDEB/MA, a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Maranhão (SINEPE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com a finalidade de fortalecer a articulação entre os



Reunião REMAR

Órgãos e Instituições voltadas ao desenvolvimento e à defesa da educação, objetivando construir ações, em regime de colaboração, que visem à educação de qualidade para o Maranhão.

5.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp-PIPID)

No âmbito do Plano Geral de Atuação 2017/2018, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência desenvolveu os Projetos Institucionais “Adequando Currículos” e “Efetivando Conselhos”, cuja importância reside, respectivamente, em



Equipe CAOp/PIPID em visita a lar de idosos

propor adequação dos currículos escolares mínimos às necessidades especiais e contribuir com sua implementação; e promover a efetivação dos Conselhos Municipais do Idoso, da Pessoa com Deficiência e de Assistência Social.

Diante disso, ao longo do ano de 2018 foram realizadas várias atividades que deram suporte aos projetos, nos quais podemos destacar:



Capacitação para membros e servidores sobre atendimento às pessoas com deficiência



Membros de Entidades dos Direitos da Pessoa com Deficiência participaram do treinamento

- **Capacitação básica no segmento das pessoas com deficiência:** Treinamento ofertado aos membros e servidores do MPMA, no dia 02.04.2018, de iniciativa deste Centro de Apoio em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, que teve como objetivo aprimorar o

atendimento e recepcionar de forma adequada e correta as pessoas com deficiência. Além do treinamento na cidade de São Luís, visando à descentralização proposta pela Arquitetura Organizacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, as atividades foram estendidas para outros dois polos regionais, situados na Baixada e nas cidades de Imperatriz, realizado no dia 06.04.2018, e Timon, 04.06.2018.

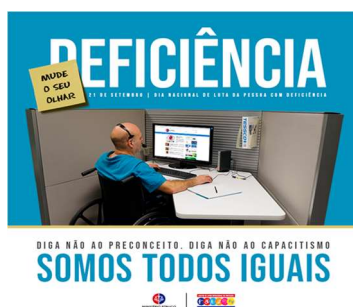
- **Curso “Nosso SUAS”** - Capacitação à distância promovida, no período de 15.10.2018 a 30.11.2018, por iniciativa do CAOP/PIPD em parceria com a ESMP/MA e Ministério Público do Estado de Goiás, ofertado a membros, servidores e estagiários do MPMA, com o objetivo oferecer conhecimento teórico sobre o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
- **Projeto Interinstitucional “LBI nas Escolas”**: No dia 05.02, ocorreu o lançamento do novo modelo de uniforme da rede estadual de ensino, com distintivo em braile.



Uniforme escolar com distintivo em braile

Campanhas em comemoração as datas alusivas aos temas dos projetos:

- “A diferença está nos olhos de quem vê”
- “Diga não ao preconceito. Diga Não ao Capacitismo. Somos todos iguais”
- “A juventude pode passar, os direitos não”
- “Alegria não tem diferença”





5.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOP-ProAd) possui, dentre outros, o objetivo de coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e na persecução penal dos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária consumados por agentes públicos em todo espaço territorial maranhense. No ano de 2018 gerenciou a execução dos seguintes projetos:

- **“Portal da Transparência”** - Com finalidade de promover ação integrada dos Promotores(as) de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público, foi alterado o check-list para 36 (trinta e seis) itens de consulta nos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Maranhão, de modo que, entre os dias 16.04.2018 a 10.10.2018 fora realizado 434 (quatrocentos e trinta e quatro) vistorias, concluindo-se que:
 - a) **99,54%** dos Portais da Transparência das Prefeituras Municipais foram implementados, destes, 64 Portais, isto é, 29,49% estão com informações atualizadas. Constata-se a existência 216 links de Portais da Transparência hospedado nas *homepages* das Prefeituras Municipais;
 - b) **75,57%** dos Portais da Transparência das Câmaras Municipais foram implementados, destes, 21 Portais, isto é, 9,67% estão com informações atualizadas. Constata-se a existência 164 links de Portais da Transparência hospedado nas *homepages* das Câmaras Municipais;
- **“Administração Pública Legal”** foi gerenciado as atividades inerentes às execuções das macroações deste Projeto, bem como, acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos

Promotores (as) de Justiça com atuação na Defesa do Patrimônio Público para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa, os quais, as medidas adotadas e encaminhadas para este Centro de Apoio foram:

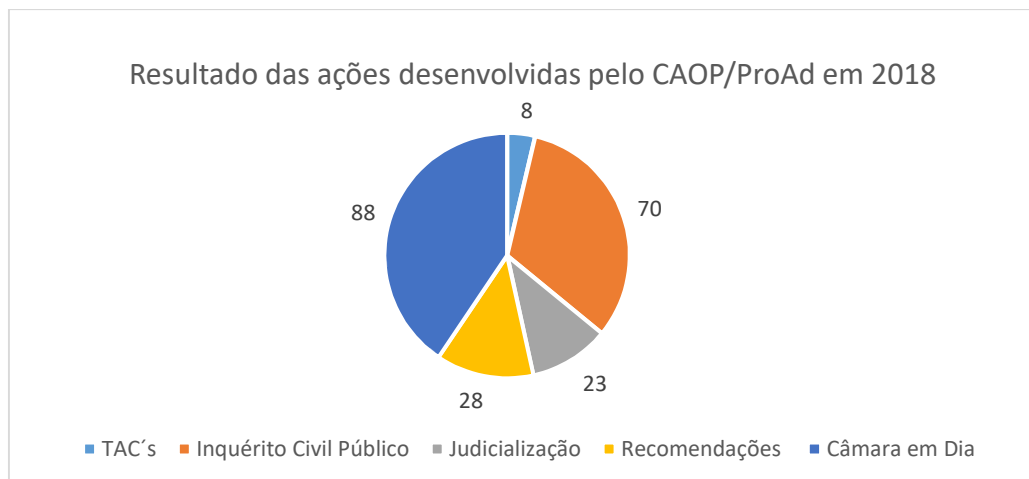


Gráfico 5 – Ações desenvolvidas pelo CAOP/ProAd (equivalente ao número de Recomendações + TAC's + Ações Cíveis ajuizadas contra gestores públicos por atos de improbidade administrativa)
Fonte: CAOP-ProAd/PGJ,2018.

- **“Capacitação para combate à sonegação fiscal”** - A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão colocou em sua programação: cursos, seminários, palestras e oficinas voltados ao aprofundamento técnico jurídico no combate à formação de cartéis e crimes tributários, bem como, capacitação em Mediação Tributária, por reflexo na Resolução nº 57/2018 – CPMP e Ato Regulamentar 13/2018 - GPGJ.
- Capacitação em Mediação Tributária, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2018 em Timon–MA.

Destaque da atuação

I Seminário de Defesa da Ordem Econômica e Social e dos Direitos do Consumidor: Combate a Formação de Cartéis e Crimes Tributários

No dia 19 de novembro de 2018, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, foi realizado o I Seminário de Defesa da Ordem Econômica e Social e dos Direitos do Consumidor, com o tema “Combate à formação de cartéis e crimes tributários”.

O evento foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio dos Centros de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e do Patrimônio Público e Probidade Administrativa, da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o MP de Contas do Maranhão.



Seminário visou promover a integração das instituições para o combate a crimes tributários

O seminário teve o objetivo de promover a integração das estratégias de atuação conjunta das instituições e o conhecimento de suas especificidades em atividades como o combate à formação de cartéis, crimes tributários e execuções das decisões dos tribunais de contas.

O superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, discorreu sobre “Atividade investigatória do Cade e formação de cartel”. Ele falou sobre a atuação do órgão no combate aos cartéis e na análise dos chamados “atos de concentração”, que são as fusões e incorporações entre grandes empresas. Reforçou que o desestímulo a essas práticas passa por penas duras e maior eficiência dos órgãos de controle em investigar e punir os contraventores.

Também discorreu sobre as características do cartel, diferenciando-o de outras atividades ilícitas como a indução de conduta comercial uniforme.

O palestrante abordou, ainda, os acordos de leniência firmados pelo Cade, diferenciando-os de instrumentos semelhantes utilizados pelo Ministério Público e Controladoria Geral da União (CGU), além de abordar os métodos de investigação utilizados pelo órgão, como estudos de mercado e outras ações de inteligência que podem indicar a existência de cartéis.

O I Seminário de Defesa da Ordem Econômica e Social e dos Direitos do Consumidor também contou com a palestra “Omissos tributários”, proferida pelo Promotor de Justiça Giovanni Andrei Franzoni Gil, do Ministério Público de Santa Catarina.



Membros e servidores do MPMA acompanharam as atividades

- **“MUNICÍPIO LEGAL: + RECEITAS + DIRETOS-** Programa Institucional da Ordem Tributária e Defesa do Patrimônio, com o objetivo de:
 1. Desenvolver ações extrajudiciais e judiciais no sentido de garantir a efetividade na instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação (Resolução CPMP nº 57/2018, art. 1º, § 5º, III).
 2. Combater a sonegação fiscal através de mecanismos de integração, de cooperação técnica e de comunicação regular, visando dar agilidade e efetividade na aplicação das Leis nº 8.429/92 e nº 8.137/90, para garantia da ordem tributária e a recuperação dos créditos fiscais no Estado do Maranhão (Convênio, Cláusula 1ª).

- **“Estruturação e criação das Promotorias de Justiça Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica”** - Com a instituição da Resolução nº 57/2018 - CPMP, publicada em 08.03.2018, foi aprovado pelo Colégio de Procuradores do Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão a criação de 04 (quatro) Promotorias de Justiça Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de Imperatriz, Timon, São Luís I (Unidade Fiscal Regional de Santa Inês e Unidade Fiscal Regional de São Luís) e São Luís II (Unidade Fiscal Regional de Bacabal e Unidade Fiscal Regional de São Luís), conforme Anexo Único da Resolução nº 57/2018-CPMP.

5.7 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde) possui importante papel de coordenação das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico nas matérias relativas a Saúde em consonância com a política institucional de atuação estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão no combate a toda e qualquer espécie de violação de direitos referentes às políticas públicas de saúde.

No ano de 2018, o CAOp/Saúde executou os seguintes projetos:

- **“Mediação Sanitária e Ministério Público”** busca, por intermédio do mecanismo de Mediação Sanitária, esgotar todas as possibilidades de obter o cumprimento da obrigação de acesso aos serviços e ações públicas de saúde pela via extrajudicial, atenuando a litigiosidade.
- **“Direito à Saúde e Ministério Público: Intersectorialidade e resolutividade das políticas públicas nas Regiões de Saúde”**, por seu turno, visa mobilizar, de forma proativa, todos os segmentos da sociedade na exigência da integralidade, a universalização e a qualidade das ações e serviços públicos de saúde, exigindo a disponibilização do Perfil Mínimo de cada Região de Saúde, em consonância com as Resoluções da CIB/MA e das Comissões Intergestores Regionais (CIRs).

Com o objetivo de capacitar os membros nas matérias afeitas a saúde, em especial Direito Sanitário, O CAOp Saúde promoveu os seguintes eventos:

- “Capacitação em Mediação Sanitária”;
- “Oficina da Saúde: Atenção Básica, Ouvidorias Municipais do SUS e Sistemas de Informação em Saúde”;
- “O Erro Médico sob o olhar do Ministério Público: aspectos polêmicos, configuração dos crimes e fluxo de investigação”;
- “Nenhuma mãe a menos; nenhum bebê a menos; muitas vidas a mais: Seminário de Saúde Materno Infantil”.

Destaque da atuação

MPMA realiza seminário sobre saúde materno-infantil

O Ministério Público do Maranhão realizou, no dia 10 de dezembro, o evento “Nenhuma mãe a menos; nenhum bebê a menos; muitas vidas a mais: Seminário de Saúde Materno Infantil”, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, voltado para promotores e procuradores de justiça, gestores municipais e regionais, coordenadores de atenção básica, professores e técnicos em saúde.

A iniciativa do seminário surgiu a partir de uma discussão com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a respeito do aumento de doenças como a sífilis congênita.

A promotora de justiça Ilma de Paiva Pereira, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde) ressaltou que a possibilidade de salvar vidas de mães e crianças está nas mãos de todos os que estão envolvidos com a saúde, desde as equipes dos hospitais até os gestores públicos e que o Ministério Público está disposto a colaborar, mas não vai abrir mão de

seu papel fiscalizador e buscar punições quando necessário.

O seminário abordou temas como: “Mortalidade



Coordenadora do CAOp/Saúde mediu mesa-redonda

Materna no Maranhão”, ministrado pela coordenadora do Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

Luzinéa de Maria Pastor Santos Frias; mesa redonda sobre violência obstétrica, com a médica e professora da UFMA Valéria Maria Sousa Leitão e a titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís, Maria da Glória Mafra Silva.

Outro tema debatido foi “Mortalidade infantil: visitando realidades e vivendo evidências”, pela enfermeira pediatra Francisca Georgina Macedo de Sousa, mestre e doutora do curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão.

A última palestra do seminário foi apresentada pela médica Ana Cristina Rodrigues, professora doutora da

Universidade Federal do Maranhão, que seminário foi encerrado com grupos de discorreu sobre a temática “Sífilis: uma discussão com o tema “O Maranhão e a saúde epidemia que desafia a saúde pública”. O materno-infantil”.

5.8 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. No exercício dessas e outras atividades, o Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA) assim como os demais centros de apoio operacional de meio ambiente, urbanismo e patrimônio cultural de todo o Brasil têm se empenhado na elaboração do planejamento das ações do Ministério Público buscando sua maior eficácia; na formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos.

Contemplando o Planejamento Estratégico 2016-2021 Ministério Público do Maranhão, em especial o objetivo estratégico “Intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural”, o CAO-UMA realizou as seguintes ações:

- “Seminário Regional Governo Aberto e Transparência do Código Florestal”;
- Reunião com Promotores de Justiça de Meio Ambiente da Região da Bacia do Rio Munim e Baixada Maranhense sobre a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e iniciativas de órgãos do Estado e de Municípios;
- Reunião com a participação dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente e representantes da AGED, INPEV e das associações de estabelecimentos de revenda de agrotóxicos, ASCAC, ARAMES, ACACEMA e ACAMS tendo como objetivo discutir a logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos;
- Reunião com Promotores de Justiça de Meio Ambiente do Estado do Maranhão com o objetivo de tratar sobre as ações propostas com relação aos Planos

Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e ao cumprimento do art.54 da Lei nº12.305/2010.

Destaque da atuação

Destinação de resíduos sólidos no Maranhão

No dia 6 de dezembro, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, o Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA) promoveu reunião para discutir a destinação e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos no Estado do Maranhão. Coordenou o encontro o Promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, coordenador do CAO-UMA.

A reunião discorreu sobre a logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos com a participação de promotores de justiça de Meio Ambiente e representantes da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev), além de associações de estabelecimentos de revenda de agrotóxicos.

Foram abordadas as providências para a criação de postos de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos nas regiões de Bacabal, Presidente Dutra, São João dos Patos, Colinas e Barra do Corda.

Os representantes das associações repassaram informações dos municípios relatando que existem estabelecimentos que não são regulares e que não estão

associados. As associações também enumeram dificuldades como falta de recursos e as pendências para a instalação das unidades de recolhimento de cada regional. A Aged sugeriu que as associações avaliassem a viabilidade de instalar a unidade de recebimento ou estabelecer o recebimento itinerante.



Temas ambientais foram alvo de debate

A reunião teve continuidade com os promotores de justiça do Meio Ambiente das comarcas de Governador Eugênio Barros, Carutapera, Cândido Mendes, Santa Luzia do Paruá, Maracaçumé, Zé Doca, Igarapé Grande, Açailândia, Olinda Nova do Maranhão e Santa Inês.

A finalidade foi discutir as ações propostas com relação aos Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e ao cumprimento do art.54 da Lei nº12.305/2010. Foram apresentadas pelo coordenador do CAO-UMA os dados gerais referentes à disposição final de resíduos sólidos, planos municipais de resíduos sólidos, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas.

Os promotores de justiça relataram a situação dos municípios e as ações desenvolvidas em cada cidade, entre as quais, o andamento dos termos de

ajustamento e das ações. Foi discutida a importância da elaboração dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, o fechamento dos lixões, a destinação e disposição final ambientalmente correta dos rejeitos e

resíduos sólidos. Por fim, foram feitos esclarecimentos jurídicos e técnicos das principais questões apresentadas no CAO-UMA e apresentados modelos para auxiliar nas atuações dos promotores de justiça.

5.9 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), órgão auxiliar da atividade funcional desta Instituição, em macro, atua em três grandes frentes: externamente, em articulação com variadas



CAOp-IJ em reunião com o PGJ

instituições, no sentido de planejar e atuar conjuntamente em demandas que afetem os direitos de crianças e adolescentes, realizando eventos e promovendo/comparecendo em reuniões, nacionais, estaduais e locais, com o fito a desdobrar encaminhamentos e atividades que impactem na atuação da Administração Superior e dos órgãos de execução ministeriais. Internamente, o CAOp/IJ atua nas atividades designadas pela Administração Superior, seja emitindo pareceres em demandas específicas, como também pensando ações institucionais, especialmente aquelas atreladas ao Plano Estratégico 2016-2021, definidas como objetivos estratégicos. Bem como, na emissão de pareceres às variadas demandas oriundas das Promotorias de Justiça, quando demandado, a título de sugestão de atuação, com orientações técnicas a partir dos casos concretos apresentados, que servem ainda como pilares norteadores para mapeamento de futuras atividades a serem desenvolvidas a nível estadual.

Em prol de fomentar o conhecimento, bem como propiciar a possibilidade de aprofundamento e debates, o CAOp/IJ em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP, promoveu os seguintes eventos:

- **Oficina de Rotinas Administrativas para Otimização das Promotorias de Justiça da**

Infância e Juventude.

- 4º diálogos do IBDFAM/MA – Desafios da prevenção e combate à alienação parental.
- **Jornada de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**

Com vistas ao cumprimento do Plano Estratégico 2016 – 2021 do Ministério Público do Maranhão, no ano de 2018 o CAOp IJ executou os seguintes projetos:

a) Família Acolhedora

O MPMA, através do CAOp/IJ, vem desenvolvendo a ação institucional “Família Acolhedora” desde 2015, com todos os Promotores de Justiça da Infância e da Juventude para dar cumprimento à previsão do §1º, do art. 31 c/c o art. 260, §2º, ambos do ECA, que instrumentalizam o acolhimento familiar como primeira alternativa após as tentativas de fortalecimento de vínculos familiares (ECA, arts. 19 e 23), afastamento de abusador (ECA, art. 130), ou, colocação em família extensa (ECA, art. 25 e parágrafo único). No sentido de fortalecer essa demanda, buscando uma estruturação mais prática, firmada parceria em prol dessa causa com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e com a Coordenadoria da Infância do TJMA, a fim de somar forças para esse objetivo comum.

Conforme levantamento realizado pelo CAOp/IJ, após a realização dos Encontros Regionais, foi computado um total de 55 municípios que encaminharam resposta, noticiando que desses 39 já deflagraram as atividades de alguma forma, seja realizando reunião com atores legais, expedindo recomendação aos gestores, propondo termo de ajustamento de conduta ou mesmo ação civil pública, tudo no sentido da implantação do serviço de família acolhedora nos municípios maranhenses.

Destaque da atuação**MPMA recebe Medalha Zilda Arns**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), recebeu no dia 24 de abril, a Medalha Zilda Arns de Boas Práticas da Primeira Infância.

A premiação foi realizada durante o 5º Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância, em Forquilha, Santa Catarina. O evento foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e



do Adolescente (CMDCA) de Forquilha, em parceria com Unicef e Pastoral da Criança.

Thadeu Silva Marques e a servidora Naisandra Mota representaram o MPMA na solenidade.

O Ministério Público do Maranhão foi premiado pela ação institucional Família Acolhedora, que integra o Planejamento Estratégico da instituição no período 2016/2021. O Promotor de Justiça Márcio

Na avaliação do coordenador do CAOp/IJ, Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, a medalha demonstra que os esforços empreendidos nas diversas ações e projetos em prol do público infanto-juvenil são exitosos.

b) Medidas Socioeducativas

O CAOp/IJ vem realizando acompanhamento da situação do sistema socioeducativo no Maranhão. Diagnosticando-se que o sistema socioeducativo no Maranhão vem passando por uma série de intervenções judiciais que culminaram em algum momento em interdições totais ou parciais nas unidades de atendimento, em delegacias especializadas, algumas perdurando até os dias atuais.

- Monitoramento permanente sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo (PMASE), sendo um levantamento feito constantemente e cobrado sistematicamente pelo CNMP, fechando o primeiro semestre de 2018 com um total de 96 municípios que começaram de alguma forma as atividades de elaboração do PMASE, dos quais 48 já possuem o PMASE com a elaboração finalizada.
- Foram emitidos quinze pareceres técnicos específicos sobre análise de PMASE, acerca da sua conformidade e condições de executabilidade.

c) Justiça Restaurativa

Na seara da Justiça Restaurativa, o CAOp/IJ vem atuando através da participação no Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa da Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU) e também compondo o quadro de facilitadores do Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR) do Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV) da capital. Além de atualmente estar incumbido de pensar um modelo de desenvolvimento da temática no âmbito do MPMA.

d) Disque 100

O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012; atividade realizada diariamente, mediante monitoramento constante e remessa das denúncias recebidas para as promotorias de justiça competentes; encaminhado memorando ao Gabinete da Procuradoria

Geral de Justiça relatando as dificuldades encontradas e solicitando intervenção para a melhoria do serviço (Memorando nº 02/2016–CAOp/IJ – PA nº 2180AD/2015), visando a composição de um plano de atuação, perpassando pela necessidade de capacitação dos servidores no manejo do sistema, o que inclusive se tornou um objetivo estratégico no Plano Estratégico 2016/2021.

e) Adoção

A respeito do Projeto “Adoção”, destacamos a articulação iniciada no CAOp/IJ que culminou na alteração do Código de Saúde do Estado do Maranhão, a partir da alteração legislativa trazida pela Lei nº 10.923, de 28 de agosto de 2018 (disponível no link http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10923), adequando-o ao Estatuto da Criança e do Adolescente, no tocante, em síntese, a procederem a serem adotados quando do manifesto desejo de gestantes/parturientes em entregar o filho à adoção. Assim, em curso parceria firmada com a Secretaria Estadual de Saúde, através da superintendência de vigilância sanitária – SUVISA, para impactar junto aos conselhos profissionais – medicina, psicologia, enfermagem e serviço social – como forma de contribuir com a maneira que essas usuárias são tratadas. Ainda conveniente dizer que essa é uma etapa preparatória para um segundo momento de sensibilização acerca da temática, junto ao Sistema de Justiça, especialmente envolvendo as Promotorias de Justiça e fortalecimento do uso do Cadastro Nacional de Adoção.

6 DIRETORIAS

6.1 Diretoria Geral (DG)

No ano de 2018, a Diretoria Geral continuou buscando oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições para o desempenho de suas atividades, de modo a refletir na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade. Por meio de investimentos em modernização dos processos, aperfeiçoamento do quadro de pessoal e controle das ações, os níveis de gestão foram otimizados, favorecendo a adoção de um modelo de gestão voltado para resultados efetivos. Destacamos as principais ações do período:

- Foram realizadas várias melhorias na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população;



Reinauguração do prédio das Promotorias da Capital

- No dia 15 de março de 2018 foi reinaugurado o prédio das Promotorias de Justiça da Capital, localizado na Av. Professor Carlos Cunha - Jaracati, em São Luís/MA, denominado Edifício Promotor Celso Magalhães. Trata-se de uma sede moderna que atende às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade. O prédio possui 4.370,62 m² de área construída e 3.094,58 m² de área urbanizada, distribuídos em três pavimentos, com todas as dependências adaptadas para pessoas com deficiência;



O Centro Cultural e Administrativo do MPMA destina-se ao estímulo da arte, da cultura e da história

- Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurado o Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, no prédio da antiga sede da PGJ, localizado na Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro, em São Luís/MA. Com área total de 4.825m², o novo prédio abriga, além do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, o Memorial do Ministério Público, a Escola Superior do Ministério Público, algumas Promotorias de Justiça e o Espaço Multimídia. Também há espaços destinadas para instituições parceiras, a exemplo do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Viva Cidadão e Procon. A nova unidade do MPMA, com foco na área cultural e histórica, tem a missão de dar visibilidade ao trabalho da instituição e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais;



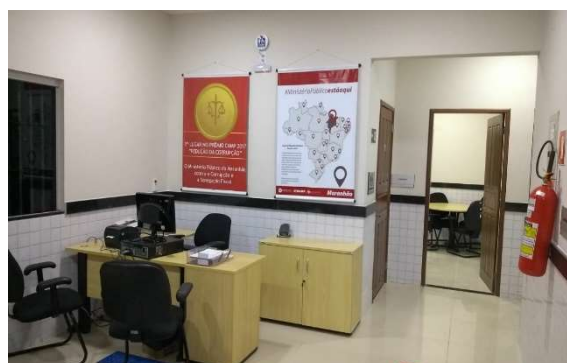
Fachada da Promotoria de Urbano Santos



Fachada da Promotoria de Matões



Fachada da Promotoria de Bequimão



Estrutura da Promotoria de Bequimão

- No ano de 2018 foram inauguradas as sedes próprias das Promotorias de Justiça de Urbano Santos, Matões e Bequimão e realizadas reformas grandes em Açailândia, Tutóia e São Bernardo. Foi finalizado o projeto da Promotoria de São José de Ribamar, cuja licitação foi concluída em dezembro de 2018 e existe a perspectiva de que no ano de 2019



Diretor Geral apresenta relatório da obra das Promotorias de Justiça da Capital

sejam elaborados os projetos das Promotorias de Coroatá, São João Batista e Lago da Pedra. Também foram finalizadas as licitações para as obras de Barra do Corda e Governador Nunes Freire e para a ampliação do estacionamento das Promotorias de Justiça da Capital. Seguem

em construção as novas sedes das Promotorias de Justiça de Santa Helena, Rosário, João Lisboa, Codó, Caixas, Timon, Coelho Neto;

- No prédio da Procuradoria Geral de Justiça foram instaladas placas de energia fotovoltaica para aproveitamento de energia solar, com conseqüente redução de custos na conta de energia elétrica;
- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos que refletem na modernização do Ministério Público, tais como a aquisição de 350 equipamentos portáteis do tipo *ultrabooks* para os membros do MP, aquisição de *webcams* e *headsets* para uso em gravação de oitivas de testemunhas e para reuniões através de recursos de videoconferência, aquisição de Solução de Backup e Recovery, aquisição de 200 novos *switches* para otimizar o acesso à rede lógica nas promotorias de justiça do interior do Estado;
- Ainda na área de TI houve a implantação de plataforma de *Firewall* para segurança da informação, protegendo a Instituição das ameaças atuais, desenvolvimento dos aplicativos MP Cidadão e CNOMP – Registro de denúncias, melhorias no Portal da Transparência, implantação da nova intranet e da Central de Serviços (Service Desk), esta última para atendimento remoto e presencial na Capital, implantação da ferramenta de gestão de contratos administrativos ContratosGOV. Teve início o projeto para implantação da rede própria de dados (fibra óptica) na Grande Ilha, contemplando todas as unidades do Ministério Público do Maranhão, localizadas na Capital e municípios do entorno;



30 veículos VW Gol foram adquiridos



25 novos Etios Toyota foram adquiridos

- No tocante a frota de veículos oficiais do MPMA, foram adquiridos 25 (vinte e cinco) veículos, modelo Etios Toyota, 30 (trinta) veículos modelo VW Gol e 5 (cinco) Chevrolet S10, objetivando atender as necessidades das diversas unidades ministeriais e renovação da frota;
- Em 2018, a Diretoria Geral expediu 87 (oitenta e sete) notificações, sobretudo destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano 08 (oito) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

Compete à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público; distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados na área jurídica; exercer o acompanhamento da produção legislativa de interesse institucional; auxiliar na elaboração de atos normativos internos; elaborar minuta de projeto de lei; secretariar o Fórum Permanente do Ministério Público, instância informal de consulta para subsídio não vinculativo do processo de decisão do Procurador-Geral de Justiça, dentre outras atribuições.

Atuação de Destaque

Tabela 52 – Total de processos movimentados e notícias publicadas

Movimentação Processual	Quantidade
Número de processos movimentados	1583
Número de documentos criados	583
Publicações no Portal Setorial	Quantidade
Decisões proferidas nos conflitos de Atribuição entre membros do Ministério Público do Maranhão	85
Decisões relativas aos casos de não confirmação de arquivamento de Inquérito Policial ou peças de informação	18
Principais ações divulgadas - notícias	93
Acessos ao Portal Setorial	1.000

Fonte: SECINST/PGJ,2018.

a) Gerenciamento do Portal da Transparência

Com o gerenciamento rigoroso da qualidade do Portal da Transparência, o MPMA, em 2018, foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país, com índice de transparência de 100,00%.

 COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2º Quadrimestre de 2018	
Unidade	%
AC	100,00
AP	100,00
BA	100,00
CE	100,00
CNMP	100,00
ES	100,00
MA	100,00
PB	100,00
PE	100,00
PI	100,00
RS	100,00
SC	100,00
SE	100,00
MPF	99,84
MPT	99,84

b) DIGIDOC, SIMP e PJE

No ano de 2018, sob a coordenação da Secinst, foi concluída a implantação do **Sistema DIGIDOC**, por meio de videoconferências, bem como do **SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público)**, economizando recursos significantes para a instituição, contando ainda com a expansão dos **Sistemas PJE**, através de diversos treinamentos.



Treinamento via videoconferência



Equipe da Secinst apoia implantação do SIMP

c) Auxílio na celebração de parcerias institucionais

No ano de 2018 o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Procuradoria Geral de Justiça, firmou **29 Termos de Cooperação Técnica** com várias instituições, dentre elas: o Ministério Público do Estado do Pará, de São Paulo, de Minas Gerais, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Secretaria de Transparência e Controle, Fundação Getúlio Vargas, Ministério Público Federal, dentre outros.

d) Rede de Controle

Durante o ano de 2018, a Secinst atuou no planejamento e desenvolvimento de diversas ações em parceria com a **Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Maranhão**:

- ✓ Ação social em alusão ao Dia Mundial de Combate à Corrupção com **“Passeio Ciclístico”**.
- ✓ **Formação de auditores sociais** pelo Estado do Maranhão, através da realização de audiências públicas de controle social e cidadania.
- ✓ O Diretor da Secinst representa a Rede no **“ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”** em eventos institucionais, inclusive apresentando, no ano de 2018, as ações desenvolvidas pela Rede no PNUD e na plenária final em Foz do Iguaçu.
- ✓ Parceria com a Secretaria de Educação e Defensoria Pública para fortalecimento das **Lei Brasileira de Inclusão – LBI**, culminando, inclusive, no lançamento de uniformes de escolas públicas com escrita em Braile.



Passeio ciclístico contra a corrupção



Ação social em alusão ao Dia Mundial de Combate à Corrupção

e) Apoio aos Programas e Campanhas Institucionais

- ✓ **Programa INTEGRAR**: 2º Lugar no Prêmio A3P do Ministério do Meio Ambiente;
- ✓ **“De olho na Constituição – a autocomposição no controle da constitucionalidade”**, em parceria com diversas instituições públicas e de ensino.
- ✓ **Programa Gestão Por Competências**; Realização de Oficinas de Grupos de Foco para etapa de validação das competências – Planejamento, Inovação, Orientação para Resultados e Integração e **pesquisa interna**, com obtenção de 466 respostas, visando

identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes, considerados mais importantes para o desempenho das atividades no MP;

- ✓ **“Diagnóstico da estrutura organizacional”**: Pesquisa Aplicada, por meio de convênio com a UEMA - Universidade Estadual do Maranhão, que tem como objetivo realizar uma análise da estrutura organizacional do MP, assim como revisar o Regimento Interno, mapear os macroprocessos administrativos, atualizar a descrição de cargos e funções, além de pesquisar a Cultura e o Clima Organizacional.



Membros e servidores do Projeto Integrar



Equipe do Projeto de Olho na Constituição



Reunião de equipe do Projeto Integrar

- ✓ **“LER, ESCREVER E PENSAR – conscientizar para transformar”**, que foi contemplado com o Selo Ação Íntegra do Encla e com a 2ª Colocação na Premiação CNMP.
- ✓ **O Dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses**, vencedor do Prêmio CNMP 2018.
- ✓ **“Pau de Arara nunca mais: o MP na defesa do transporte escolar de qualidade”**, também foram apoiados diretamente pela Secinst em articulação conjunta com o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação.



Cerimônia de premiação do Projeto Ler, Escrever e Pensar em Estreito/MA



O Dinheiro é do Fundef ganhou o 1º lugar no Prêmio CNMP 2018, na categoria Redução da Corrupção

f) Administração e apoio aos Eventos e Estágio Obrigatório

- ✓ Apoio aos eventos da Procuradoria de Justiça, Escola Superior e demais unidades do MPMA, desde a execução da solenidade através da Coordenadoria de Cerimonial, até a confecção de material de apoio pela Coordenadoria de Comunicação e assistência pela CMTI.
- ✓ Administração do Estágio obrigatório, recebendo e orientando os alunos interessados para formalizar e iniciar as atividades.

6.3 Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)

Ao Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira, por sua vez, cabe acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, destinação e alienação dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à execução de obras e serviços realizados pela Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades inerentes à aquisição, utilização, manutenção, consumo, controle e guarda dos veículos de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão de recursos humanos da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados da execução das atividades relacionadas à documentação, como ainda da aquisição, controle,

guarda e atualização do acervo bibliográfico da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento da Procuradoria Geral de Justiça; bem como exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

6.4 Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

No ano de 2018, em continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico 2016/2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão atuou especialmente no apoio à execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, bem como a fase inicial de elaboração do PGA 2019/2020.

Atividades de Destaque:

a) Programa MP Cultural

Um importante marco de atuação da SEPLAG no decorrer desse ano foi a participação ativa na implementação do **MP Cultural**, programa de caráter permanente, instituído pelo Ato nº272/2018-GPGJ, tendo como um dos objetivos utilizar ações e produtos culturais para difundir para toda a sociedade o



plano estratégico do Ministério Público, integrar a gestão de pessoas aos objetivos estratégicos do MPMA, fomentando a adaptabilidade, integração e espírito de equipe à instituição e aos seus integrantes, por meio do desenvolvimento pessoal e profissional e da melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida, oferecendo um espaço cultural de múltiplas linguagens, que promova interlocução diferenciada da sociedade com o Ministério Público do Maranhão, observando o interesse público, a eficiência, eficácia, efetividade e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

O MP Cultural desenvolve-se no prédio do **Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão**, que foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2018, na antiga sede da PGJ, tendo recebido esta denominação pelo Ato nº452/2018-GPGJ.

A nova unidade do MPMA, com foco na área cultural e histórica, tem a missão de dar visibilidade ao trabalho da instituição com base no planejamento estratégico e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais. O prédio abriga, além do Centro Cultural, a Escola Superior do Ministério Público, as Promotorias Especializadas e de Substituição Plena, os Centros de Apoio Operacional – CAOPs, o Memorial e outros órgãos da Administração Superior.

A SEPLAG, responsável pela **Curadoria do Centro Cultural**, desenvolveu e realizou uma programação cultural com diversas oficinas e atividades lúdicas durante a semana de inauguração, que contou com a participação de 40 crianças, sendo 20 da Instituição Solidariedade é Vida e 20 filhos de membros e servidores.

Quadro 7 – Programação de Inauguração do CCMP

<i>Data</i>	<i>Atividades</i>
17/12/2018 (segunda-feira)	Abertura e fala de boas-vindas com o Procurador-Geral de Justiça, membros e servidores do MPMA; inauguração da Exposição “Grandes Mestres” do artista plástico Waldemar Barros no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro; visita guiada pelo Diretor da Escola Superior do Ministério Público Márcio Thadeu às dependências do Centro Cultural (Espaço de Artes Ilzé Cordeiro, Memorial e Espaço Multimídia); realização de oficina de biscoitos e decoração natalina com uso de materiais recicláveis com a procuradora Therezinha Guerreiro oferecida a 40 crianças, sendo 20 oriundas da Instituição Solidariedade é Vida e 20 filhos de membros e servidores.
18/12/2018 (terça-feira)	Mostra de filmes infantis, saúde bucal e roda de capoeira.
19/12/2018 (quarta-feira)	Mostra de filmes infantis; oficina de brinquedos recicláveis com a servidora Márcia Rodrigues e aula de zumba.
20/12/2018 (quinta-feira)	Mostra de filmes infantis; oficina de brinquedos recicláveis com a servidora Márcia Rodrigues; pintura facial promovida pelo projeto social Nelson Andrade e contação de histórias com a servidora Márcia Montenegro.
21/12/2018 (sexta-feira)	Mostra de filmes infantis; contação de histórias com a servidora Márcia Montenegro.; pintura facial promovida pelo projeto Nelson Andrade; coral vozes do MP (aula cantada com participação das crianças) e certificação dos participantes.

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.



Oficina de brinquedos recicláveis



Oficina de capoeira



Aula de Zumba



Certificação das crianças participantes



Membros da Adm. Superior e equipe do CCMP participaram da certificação das crianças



Oficina de Biscoito com a procuradora Terezinha Guerreiro

b) Desenvolvimento do SIC – Sistema Integrado de Custos

No ano de 2018 foi dado prosseguimento a implementação do Sistema Integrado de Custos – SIC.

No mês de junho, foi concluída a 1ª Etapa com o mapeamento e estruturação de todos os custos diretos e indiretos das Promotorias de Entrância Inicial. As etapas seguintes são a conclusão do levantamento dos custos das Promotorias de Entrância Intermediária e, por fim as Promotorias de Entrância Final e Unidades Administrativas do Ministério Público do Maranhão (Procuradoria Geral de Justiça e Centro Cultural e Administrativo).

c) Mapa Social

Com o objetivo de subsidiar os promotores de justiça com informações técnicas e objetivas das localidades maranhenses foi construído o Mapa Social do MPMA, com informações do setor de Educação, Saúde e Segurança Pública. A primeira fase estrutural foi concluída, em 2019 o trabalho segue consolidando os dados iniciais e com inserção de novos setores de análise.

d) RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional

Foram realizadas reuniões com os Coordenadores e servidores dos Centros de Apoio Operacional para avaliação e revisão dos Planos Táticos Operacionais, oportunidade em que foram revisados os projetos existentes e sua execução, propostas de inclusão de novos projetos e suspensão de outros.

Participação em atividades realizadas pelo CNMP

a) Congresso Nacional do Ministério Público e Prêmio CNMP – Brasília / DF

A SEPLAG, assim como outros setores do MPMA, participou do Congresso Nacional do Ministério Público em Brasília. Durante o Congresso houve a cerimônia de entrega do Prêmio CNMP e o Ministério Público do Maranhão foi contemplado com 04 (quatro) premiações sendo:

- **1º lugar** na categoria redução da corrupção: *“O dinheiro do Fundef é da Educação”*;
- **2º lugar** na categoria redução da corrupção: *“Ler, Escrever e pensar: conscientizar para transformar”*;
- **2º lugar** na categoria redução da criminalidade: *“Integração e Tecnologia na Prevenção e Redução da Criminalidade”*;

- **2º lugar** na categoria defesa dos direitos fundamentais: “ *Pau de arara nunca mais: O MP na Defesa do Transporte Escolar de Qualidade*”;

b) Reunião do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP) - Brasília/DF

No mês de abril, a SEPLAG participou como membro integrante do GT - Planejamento, do Comitê de Gestão de Política Administrativa (CPGA) e da RAS (Representantes da Administração Superior). Na ocasião, foi apresentada aos membros da RAS a implantação do **SIC- Sistema Integrado de Custos** e suas aplicações, por meio da ferramenta BI, no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

c) Mostras de Projetos e Processos

Juntamente com a SECINST, participou da “**I Mostra de Projetos do Ministério Público Brasileiro – Inovação e Resultados**”, na cidade de Salvador/BA, apresentando o projeto “**Diversão Legal: com salário atrasado não tem festa**”

Em outubro, ocorreu a “**I Mostra de Processos do Ministério Público**”, na cidade de Recife/PE, participando como ouvinte. Foram apresentados casos de sucesso nas áreas administrativas e finalísticas das diversas unidades do Ministério Público brasileiro.

Em seguida, no mês de novembro, a SEPLAG apresentou o SIC na “**II Mostra Virtual de Projetos**”, coordenada pelo Assessor da SEPLAG, que atua como vice-presidente do GT – Planejamento.

d) Planejamento Estratégico Nacional

O MPMA sediou o “**5º Encontro Regional do Planejamento Estratégico Nacional**” liderado pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, com a participação dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão. Na oportunidade foram discutidos os Objetivos Estratégicos Nacionais, Temas de ações nacionais e/ou projetos nacionais para implementação da estratégia.

Atividades de Capacitação



Curso para Lideranças com Eduardo Shinyashiki

Em junho de 2018, a ESMP - Escola Superior do Ministério Público proporcionou uma palestra motivacional, que foi proferida pelo consultor organizacional Eduardo Shinyashiki onde foi abordado o tema: **“Estratégias de Liderança para o Mundo Real”**. O evento contou com a participação da Administração Superior, Coordenadores

dos setores administrativos e servidores.

Como parte do programa de capacitação da equipe SEPLAG, foi ministrado o **“Curso de Governança e Gestão Estratégica”**, pelo consultor Joel Azevedo, da empresa ProValore, extensivo aos membros da Administração Superior, coordenadores e servidores. Durante a semana de imersão, foi discutido o Plano Estratégico vigente e apresentadas ferramentas para avaliação e revisão, oportunizando aos setores discutir seus projetos e processos.



Capacitação em Governança e Gestão Estratégica

a) Programa Gestão por Competências

Participação nos Grupos de Foco, parte da metodologia do Programa Gestão por Competências, orientados pela professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto. Os grupos de foco foram realizados em Imperatriz e contou com participação dos Promotores de Justiça e servidores de Imperatriz e região, foram definidas as competências comuns e consolidado os CHAs (Conhecimento, Habilidades e Atitudes).

b) 8º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

A SEPLAG participou do **8º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão**, com a temática **“O MP e os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos”**. Na ocasião, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, proferiu a palestra de encerramento, enfocando “O

Ministério Público e a efetivação dos Direitos Humanos”. A Procuradora iniciou a palestra enaltecendo a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão em projetos que promovem o combate à corrupção, tendo sido reconhecidos nacionalmente, e neste ano, pelo segundo ano consecutivo, o MPMA foi o vencedor do Prêmio CNMP, na categoria Redução da Corrupção, com o projeto “O dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses”.

- c) Apresentação da Secretaria de Planejamento e Gestão para promotor que está ingressando na Instituição:

Composição da Equipe, principais atividades, Plano Estratégico 2016-2021, PGA 2017/2018, Projetos, etc.

- d) Intercâmbio com órgãos externos

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a Defensoria Pública para compartilhamento de práticas de gestão estratégica, projetos e campanhas institucionais;

Relatórios e Publicações

A SEPLAG teve importante papel na participação e condução de reuniões com os diversos setores administrativos para elaboração do Relatório de Transição e Planos de Ação, a fim de levantar os principais resultados alcançados, avanços e boas práticas, além de oportunidades de melhorias relacionadas ao quadro técnico, tecnologia da informação, comunicação, regulamentação, capacitação, dentre outros.

Quadro 8 – Publicações editadas pela SEPLAG em 2018

Publicação	Descrição	Destinatário
<i>Relatório Anual de Atividades MPMA/2017</i>	Consolidação dos relatórios enviados pelos setores administrativos, CAOPs e PGJ	TCE
<i>Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico</i>	Principais resultados alcançados do Planejamento Estratégico	CNMP
<i>Relatório de Gestão Estratégica - Biênio 2016-2018;</i>	Principais resultados alcançados durante a primeira gestão do PGJ	Público interno e externo
<i>Portfólio de Projetos</i>	Cartilha com os Projetos Institucionais	Público interno e externo
<i>Organograma da ESMP – Escola Superior do Ministério Público</i>	Representação gráfica do Organograma da ESMP por meio da ferramenta Bizagi	ESMP

<i>Início da construção da Página da SEPLAG no site do MPMA</i>	Publicação das principais atividades realizadas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico	Site MPMA
<i>Inscrição dos Projetos Institucionais</i>	Inscrição dos Projetos Institucionais no Banco de Projetos do CNMP e Fundo de Direitos Difusos	CNMP

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Reuniões e Comissões

- Participação em diversas Comissões e reuniões no âmbito do MPMA
- Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Curadoria do Centro Cultural do MP;
- Consultoria da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão para elaboração de diagnóstico, clima organizacional, mapeamento de Processos, etc.
- Gestão por Competências;
- Orçamento 2019;
- Implantação da CIPA;
- Implantação do E-Social;
- Calendário Institucional /2019;
- Cerimônia de Premiação para os destaques do ano 2018;

Monitoramento das ações do Plano Estratégico 2016-2021

O Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão, elaborado para o período 2016-2021, é uma importante ferramenta de gestão para dar suporte à Administração Superior na tomada de decisões. Vale registrar que durante a fase de elaboração do plano estratégico houve o envolvimento da grande maioria dos setores da Instituição e, atualmente, membros e servidores vêm participando ativamente das ações de desdobramento e monitoramento.

Nesse sentido, destacamos as principais atividades relacionadas ao monitoramento da execução dos objetivos, indicadores e metas estratégicos, que se desdobram em planos táticos-operacionais das áreas meio e finalística do MPMA, quais sejam:

- a) **Plano Geral de Atuação do MPMA 2017/2018** - entendido como um planejamento de curto prazo que se traduz nas prioridades extraídas dos demais instrumentos de planejamento de longo e médio prazos, estabelece os resultados a serem alcançados

por meios da execução de programas, projetos, iniciativas, indicadores e metas prioritizados para o biênio 2017/2018, assim identificados a partir do Plano Estratégico Institucional (PEI), definido para o período de 2016-2021. É composto por um portfólio de 19 Projetos classificados como prioritários para execução no âmbito do MPMA pela Administração Superior e os Coordenadores dos Centro de Apoio Operacional (CAOPs). O tema prioritário dos projetos no âmbito do PGA foi o combate à corrupção e o esforço empreendido pelos membros e servidores no desdobramento do tema, levou o Ministério Público do Estado do Maranhão a ganhar, pela segunda vez, o 1º Lugar na categoria Redução à Corrupção, no Prêmio CNMP, com o projeto “O Dinheiro do FUNDEF é da Educação”;

Estatísticas do Plano Estratégico

Tabela 53 - Cumprimento dos Objetivos Estratégicos até dez/2018

Situação dos Objetivos Estratégicos	Quantidade
<i>Total de Objetivos Estratégicos</i>	28
<i>Concluídos</i>	7
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	16
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	1
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	3
<i>Cancelados</i>	0

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Tabela 54 - Metas Estratégicas

Descrição	Quantidade
<i>Objetivos com metas e indicadores definidos</i>	28
<i>Metas Estratégicas definidos</i>	71
<i>Alcançadas</i>	22
<i>Em andamento com cronograma no prazo</i>	31
<i>Em andamento com cronograma em atraso</i>	2
<i>Não iniciadas com cronograma no prazo</i>	1
<i>Não iniciadas com cronograma em atraso</i>	4
<i>Cancelados</i>	0

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Tabela 55 - Projetos criados para desdobrar o Plano Estratégico

Descrição	Total
<i>Nº de Projetos criados</i>	126*

<i>Concluídos</i>	28
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	20
<i>Em execução com cronograma em atraso</i>	4
<i>Não iniciado com cronograma no prazo</i>	60
<i>Não iniciado com cronograma em atraso</i>	11
<i>Cancelados</i>	3

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

* 104 (criados na elaboração do Plano) + 21 (inseridos posteriormente pela CMTI) + 01 (inserido posteriormente: Ler, Escrever, Pensar)

Tabela 56 - Projetos priorizados para desdobrar o Plano Estratégico – PGA 2017/2018

Descrição	Total
<i>Nº de Projetos PGA</i>	19
<i>Concluídos – cronograma 2018</i>	7
<i>Em execução com cronograma no prazo</i>	12

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Quadro 9 - Projetos priorizados pela Adm. Superior no PGA 2017-2018

CAOP	NOME DO PROJETO
CAOp/Consumidor	1. Projeto Municipalização da Defesa do Consumidor
	2. Projeto Nota Fiscal Integral
CAOp/Crim	3. Projeto Ordenamento Urbano
CAOp/DH	4. Projeto Conhecendo a História
	5. Projeto Viva a Vida, não Julgue
CAOp/Educação	6. Projeto Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses
	7. Projeto Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça
	8. Projeto O Dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses
	9. Projeto Ler, Escrever e Pensar: conscientizar para transformar
CAOp/IJ	10. Projeto Execução de Medidas Socioeducativas
	11. Projeto Família Acolhedora
CAOp/PIPD	12. Projeto Adequação de Currículos
	13. Projeto Efetivando Conselhos
CAOp/PROAD	14. Portal da transparência
	15. Projeto Administração Pública Legal
CAOp/Saúde	16. Projeto "Mediação Sanitária e Ministério Público"
	17. Projeto Direito à Saúde e Ministério Público
CAO/UMA	18. Projeto Valorização de Resíduos
	19. Projeto Capacitação em Resíduos Sólidos
SECINST	20. Projeto Quem escolhe o seu caminho: Você ou as drogas?

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Outras Atividades

- Contribuição na elaboração do Planejamento Estratégico do CNOMP – Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.
- Participação na reunião sobre Subregistro Zero, representando o PGJ;
- Visita ao IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos em busca de dados para construção do Mapa Social;
- Palestra aos estudantes de direito da UNDB.
- Reunião com Secretário Municipal de Turismo

7 COORDENADORIAS

7.1 Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração da Procuradoria Geral de Justiça, tem por incumbências regimentais as atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

MISSÃO DA CAD - promover a aquisição, guarda e movimentação de materiais, gerindo de forma eficiente e sustentável os bens da Instituição, para que possa contribuir com a visão estabelecida para o Ministério Público.

Com o advento da Lei Estadual nº. 9.688/2012 e artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

a) Seção de Compras

Durante o ano de 2018, o setor de compras deflagrou 112 processos de compras, divididos em 24 processos licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, 04 processos de adesão e 07 dispensas de licitação. Com relação aos empenhos, foram abertos 55 processos de consumo e 22 de permanente.

Vale destacar a participação de Ministério Público na ECOLIGA, uma Rede, formada no Maranhão por oito Instituições Públicas, **MPMA, TJ, TRE, TRT, JF, UFMA, TCE, UEMA**, que visa a troca de experiência e a execução conjunta de ações que proporcionem a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Administração Pública maranhense.

Dentre as ações conjuntas, frisa-se a implantação do mecanismo de compra compartilhada, que terá como gestor a JUSTIÇA FEDERAL, que em sua versão piloto irá adquirir **papel A4 branco**, considerando ser um objeto comum a todas as instituições, resultando assim em uma economia

de larga escala, tendo em vista a celeridade do processo evitando entre outras coisas desperdício de mão de obra, estimando-se uma redução considerável no valor da aquisição.

Destacamos, também, o contínuo de aperfeiçoamento dos controles de compras junto com a CMTI e Almoxarifado, onde buscamos avanços nas melhorias implantadas no sistema GESP – COMPRAS.

As melhorias no sistema também proporcionaram uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

- **Pontos de Inclusão/Melhorias no Sistema GESP**

- Abertura do processo fase interna.
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário).
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apurações de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

- **Aquisição de material de consumo**

Foram empregados durante o exercício de 2018, para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, recursos no montante de **R\$ 1.669.721,41** (Um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), divididos conforme tabela anexa.

- **Aquisição de material permanente**

Tabela 57 – Aquisição de Material Permanente

Item	Quantidade	Valor Total (R\$)
Ar condicionado	172	290.132,40
Armário	183	140.040,00
Braçadeira	10	520,00

Busto Celso Magalhães	1	8.000,00
Cadeira	102	63.750,00
Cadeira de Rodas	116	48.069,24
Central de Choque	44	26.400,00
Central Telefônica	23	31.438,82
Colete Balístico	80	99.039,00
Computador	510	2.759.860,00
Cuba Ultrassônica	1	1.323,00
Estação de Trabalho	40	28.460,00
Estante	120	56.800,00
Estetoscópio	10	140,00
Extintor	100	12.700,00
Fotopolimerizador	1	1.441,00
Fragmentadora	30	29.520,00
Gaveteiro	183	66.600,00
Geladeira	2	3.628,32
Impressora	300	218.400,00
Leitor Biométrico	300	82.797,00
Maleta	350	41.650,00
Mesa	198	131.590,00
Monitor	162	185.400,00
Otoscópio	3	914,70
Painel	14	33.620,00
Painel de Satisfação	1	830,00
Pallet	60	16.980,00
Persiana	160	99.311,08
Poltrona	737	808.180,00
Prateleira	10	5.000,00
Quadro Branco	5	847,50
Quadro de Aviso	19	2.961,56
Scanner	200	218.998,00
Seladora de Papel	1	1.810,00
Servidor de Gerenciamento	1	54.780,00
Sistema de Segurança	4	818.950,00
Sofá	88	315.368,00
Suporte para CPU	13	1.287,00
Telefone	247	39.856,12
Televisão	21	81.375,00
Totem	14	56.698,80
Veículos	56	2.475.502,00
TOTAL	4.692	9.360.968,54

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

b) Seção de Patrimônio**• Gestão Patrimonial**

No decorrer do ano de 2018, a Administração Superior realizou inaugurações de várias Promotorias de Justiça que passaram por construções ou reformas nas suas sedes, dentre elas podemos destacar: *(Promotorias de Justiça da Capital, Centro Cultural Administrativo do Ministério Público, Promotoria de Justiça de Matões, Promotoria de Urbano Santos, Promotoria de Justiça de Bequimão, GAECO-Imperatriz e NATAR-Imperatriz)*, que demandou desta Coordenadoria providências para aquisições de móveis e equipamentos tais como: estações de trabalho, mesas, armários, condicionadores de ar, cadeiras, cafeteiras, centrais telefônicas, televisores dentre outros materiais.

Considerando que vários dos novos materiais que foram encaminhados às diversas unidades Ministeriais, substituíram os materiais que estavam em uso e já tinham atingido o prazo de sua vida útil, gerando a necessidade de aplicarmos os procedimentos de alienações para esses bens, quais sejam: doações ou inutilizações. Ao todo foram deflagrados **26 (vinte e seis)** processos administrativos resultando na baixa de **737 (setecentos e trinta e sete)** itens, beneficiando **16 (dezesseis)** Instituições dentre públicas e filantrópicas.

Os procedimentos mencionados acima, evidou esforços das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais desta Procuradoria Geral de Justiça-PGJ e das Promotorias de Justiça dos interiores do Estado, contribuindo para melhorar as estruturas das instituições donatárias, objetivando colaborar com os seus fins sociais, além do fato da PGJ, desonerar-se dos gastos decorrentes da utilização de espaço, recursos humanos e material para manutenção dos aludidos bens.

Ainda sobre a gestão patrimonial, podemos destacar a quantidade de materiais permanentes **solicitados** e registrados no sistema **GESP-Patrimônio**, foram **2.118 (Dois mil, cento e dezoito) itens**, gerando **atendimento de 1.549 (Hum mil, quinhentos e quarenta e nove)**, que envolveu toda uma **logística de aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, até a entrega efetiva do bem**.

Por fim, esta Coordenadoria em parceria com a Coordenadoria de Comunicação, desenvolveram e disponibilizaram na intranet vídeos explicativos do **GESP-Patrimônio**, dentre eles podemos destacar: **Como realizar pré-inventário, movimentação de bens, assinatura do termo de responsabilidade**, com o objetivo de dirimir as eventuais dúvidas que ainda possam existir na operacionalização do sistema.

- **Dos Imóveis Próprios**

Atualmente a PGJ possui **78 (setenta e oito) Imóveis Próprios com edificações e terrenos**, sendo **48 (quarenta e oito) prédios/sedes**, destes **18 (dezoito) imóveis estão averbados e 30 (trinta) pendentes de averbação**, o restante **30 (trinta) terrenos alguns com pendências documentais**.

Em 2018 foram averbados **3 (três) imóveis**, cujas edificações ocorreram há mais de 5 (cinco) anos, portanto essas regularizações ocorreram através do **Benefício da Decadência**, que isenta a PGJ de pagamento das respectivas CNDs das obras, sendo: **Alto Parnaíba, Chapadinha e São Bernardo**. Também obtivemos junto a Receita Federal, as CNDs das obras de outros 2 (dois) imóveis: **Carutapera e Bom Jardim**, aguardamos as emissões das respectivas Certidões de Averbação.

Com estas 5 (cinco) averbações via Decadência, a PGJ **deixou de pagar o total de R\$ 89.432,85 de valor devido do INSS**, conforme tabela abaixo (*dados COEA com base junho/2016*).

Tabela 58 – Comarcas com Averbações via Decadência

COMARCA	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR ISENTO CND
Alto Parnaíba	Rua Gov. José Sarney, s/n, Bairro Santa Cruz	171,51 m ²	R\$ 15.304,50
Bom Jardim	Rua Nova Brasília, s/n, Centro	165,05 m ²	R\$ 14.728,05
Carutapera	Rua Dep. Manoel Ribeiro, nº 966, Bairro Santa Luzia	158,00 m ²	R\$ 13.791,09
Chapadinha	Av. Coronel Pedro Mata, nº 32, Centro	311,21 m ²	R\$ 27.770,47
São Bernardo	Travessa Cléris Andrade Costa, nº 78, Centro	204,36 m ²	R\$ 17.838,74
TOTAL			R\$ 89.432,85

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

Atualmente estamos em tratativas com as promotorias das comarcas abaixo, no intuito de obtermos os HABITE-SE das obras dessas sedes, objetivando a regularização dos referidos imóveis através da averbação, **via Decadência, cuja isenção total de valor devido ao INSS é de R\$ 115.445,41**.

Tabela 59 – Lista de comarcas em tratativas para isenção de pagamento de Averbação

COMARCA	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR ISENTO CND
Arari	Rua Zuleide Bogéa, nº 159, Centro	220,21 m ²	R\$ 19.650,19
Grajaú	Rua Antonio Francisco dos Reis, nº 5, Centro	124,15 m ²	R\$ 11.078,38
Itapecuru Mirim	Praça João Lisboa, s/n, Centro	121,05 m ²	R\$ 10.801,76

Pres. Dutra	Trav. Frei Dionísio (esquina com a Altino Gomes, Bairro Vila Militar)	377,45 m ²	R\$ 33.681,32
São Mateus	Rua Benu Lago s/n, Qd. H. Lt. 17, Centro	165,05 m ²	R\$ 14.728,05
Vargem Grande	Rua Horácio Gonçalves, s/n, Bairro Rosalina	285,83 m ²	R\$ 25.505,71
TOTAL			R\$ 115.445,41

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

- **Dos Imóveis Cedidos**

Atualmente a PGJ possui **17 (dezessete) Imóveis Cedidos, 14 (quatorze) desses imóveis** têm como CEDENTE do Governo Estadual. A PGJ está em tratativas junto ao Governo Estadual, através da Procuradoria Geral do Estado – PGE, no intuito de recebermos esses 14 imóveis como **doação definitiva**. São eles:

Quadro 10 – Cessão de Imóveis

IMÓVEIS CEDIDOS AGUARDANDO DOAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL				
ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO	SITUAÇÃO	
			DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
1	ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
2	BACABAL	<i>Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro</i>	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
3	BALSAS	<i>Rua Dr. José Coelho Noleto, nº 155, Bairro: Potosi</i>	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
4	CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP (CENTRO)	Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
5	COROATÁ	Rua Senador Leite, nº 785, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
6	JOÃO LISBOA	Rua 15 de Novembro, Praça do Mercado	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
7	LORETO	Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>

8	MIRADOR	Avenida Francisco Luiz, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel. Imóvel encontra-se fechado (a sede funciona em imóvel locado).</i>
9	PASTOS BONS	Rua Joaquim Távora nº 111, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel. Imóvel encontra-se fechado (a sede funciona em imóvel locado).</i>
10	PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
11	PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel..</i>
12	SÃO JOÃO BATISTA	Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel..</i>
13	SEDE PGJ NOVA (CALHAU)	Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>
14	URBANO SANTOS	Rua da Graça nº 10, Centro	Termo de Cessão de Uso	<i>A PGJ aguarda decisão da PGE sobre a doação definitiva deste imóvel.</i>

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

Os outros **3 (três) Imóveis Cedidos**, são os citados abaixo:

Quadro 11 – Outros Imóveis cedidos

IMÓVEIS CEDIDOS

PROMOTORIA	ENDEREÇO	SITUAÇÃO	
		DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
CAJAPIÓ	Rua da Chapadinha, s/n, Centro	Termo de Cessão de Uso	Prazo de vencimento deste Contrato de Cessão é 31/12/2020, celebrado com a Prefeitura de Cajapió.

OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro)	Termo de Cessão de Uso	O prazo de vencimento deste Contrato de Cessão é 14/02/2026, celebrado com o Tribunal de Justiça do MA.
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro	Termo de Cessão de Uso	O Termo de Cessão deste imóvel é por prazo indeterminado. Houve a doação de um novo terreno para a construção da nova sede das promotorias desta comarca, mas na condição da PGJ devolver este imóvel à prefeitura municipal de São José de Ribamar.

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

c) Seção de Material

Em 2018, no SISTEMA GESP – módulo Materiais, levando em conta o Almoarifado Central – Monte Castelo e o Almoarifado da PGJ, foram atendidas um total de **3.370 (Três mil trezentos e setenta) requisições** de materiais de consumo e delas foram **fornecidas 269.620 (Duzentos e sessenta e nove mil seiscientos e vinte) unidades dos itens requisitados**. No quadro a seguir verificamos que, apesar do aumento do número de pedidos realizados em 2018, em relação a 2017, a quantidade de itens fornecidos foi significativamente menor. Essa redução já reflete os resultados desejados com a edição do **Ato nº 554/2017-GPGJ**, que estabeleceu pacote de medidas e ações com intuito de promover a gestão eficiente dos recursos ambientais e econômicos no âmbito do Ministério Público do Maranhão. Além da redução do número de itens de materiais no catálogo de pedidos, outras medidas adotadas colaboraram para que houvesse essa significativa redução na quantidade de itens fornecidos.

Tabela 60 – Fornecimento de Materiais

ANO	QUANT. DE PEDIDOS	QUANT. DE ITENS FORNECIDOS (POR UNIDADE DE FORNECIMENTO)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

Mesmo com todo esse volume de movimentação de materiais de consumo, os almoarifados encerraram o ano de 2018 sem apresentar qualquer diferença no controle dos

itens que se encontram em estoque, conforme inspeção realizada pela Comissão de Inventário e pela Auditoria Interna da PGJ.

O aperfeiçoamento dos controles se deve ao avanço nas melhorias implantadas no SISTEMA GESP – Materiais e aos procedimentos de controle adotados nos almoxarifados.

As melhorias no sistema também proporcionaram relatórios gerenciais que auxiliaram a gestão dos materiais e orientaram a tomada de decisão da Administração Superior no sentido de minimizar os custos relativos ao fornecimento de materiais de consumo.

- **Consumo**

Tabela 61 – Detalhamento do Fornecimento de Materiais de Consumo

TRIMESTRE	ALIMENTOS E BEBIDAS	EXPEDIENTE	IMPRESSÃO GRÁFICA	TONER	CAMISA	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1°	8.499,84	78.499,50	17.319,00	0,00	678,00	57.798,00
2°	6.600,00	147.112,06	282.859,85	16.542,00	15.977,00	269.239,00
3°	59.310,88	9.770,93	41.495,00	0,00	0,00	176.152,75
4°	5.401,92	129.046,03	87.579,68	0,00	0,00	259.839,97
SUB TOTAL	79.812,64	364.428,52	429.253,53	16.542,00	16.655,00	763.029,72
		TOTAL				1.669.721,41

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

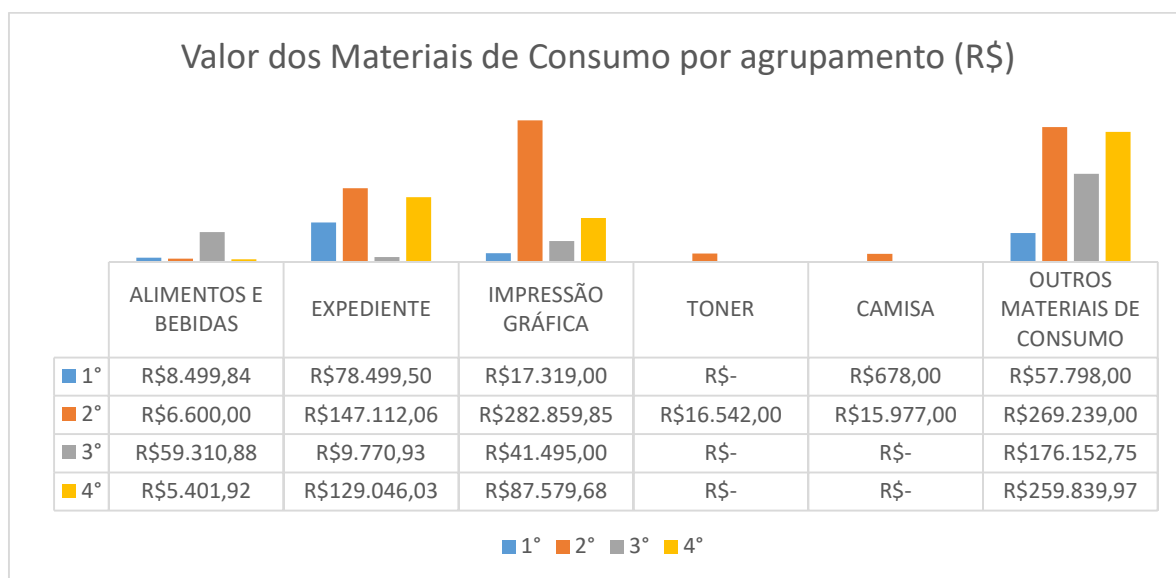


Gráfico 6: Valor dos Materiais de Consumo adquiridos

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

- **Permanente**

Tabela 62 – Detalhamento do Fornecimento de Materiais Permanentes

TRIMESTRAL	INFORMÁTICA	EQUIPAMENTOS ELETRO- ELETRÔNICOS	MOBILIÁRIO	VEÍCULOS	DIVERSOS
1°	2.968.550,00	328.146,38	350.245,76	1.102.450,00	1.677,80
2°	1.311.128,00	85.949,00	548.627,08	0,00	159.719,80
3°	82.797,00	65.070,96	318.570,00	1.373.052,00	13.260,48
4°	0,00	17.428,32	620.021,26	0,00	14.274,70
SUB TOTAL	4.362.475,00	496.594,66	1.837.464,10	2.475.502,00	188.932,78
		TOTAL			9.360.968,54

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

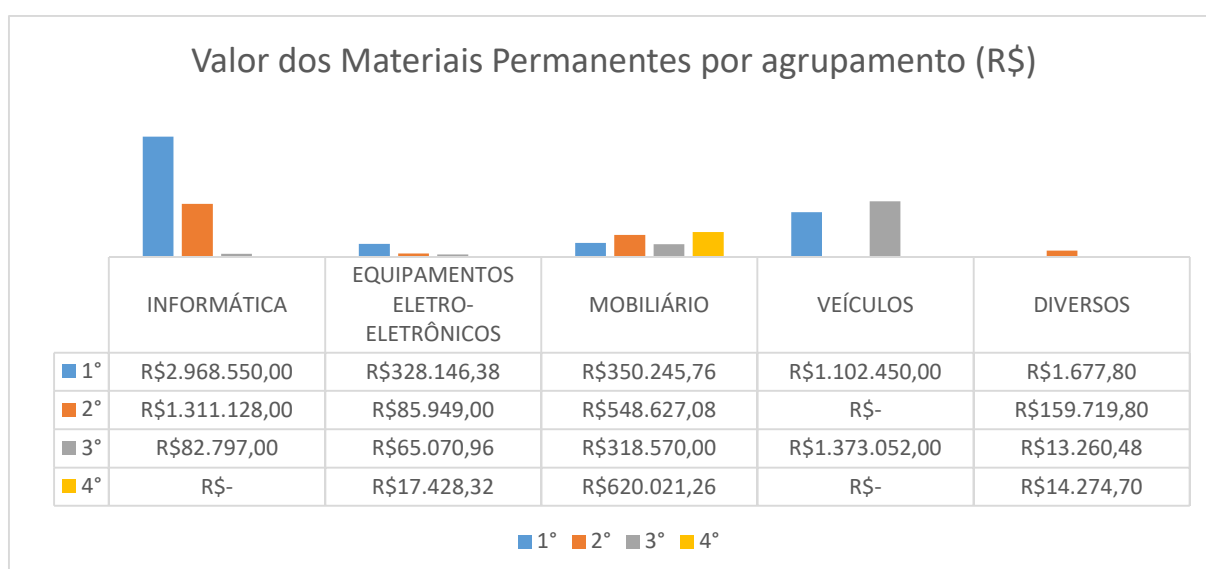


Gráfico 7 - Valor dos Materiais Permanentes adquiridos

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

- **Desafio Sustentável**

O Ministério Público do Maranhão instituiu, por meio do Ato Regulamentar n° 139/2017-GPGJ, o Programa Integrar: o Desafio Sustentável, que trata do consumo de água e energia de todas as unidades do MPMA, ao longo do ano. Seguem os resultados do programa:

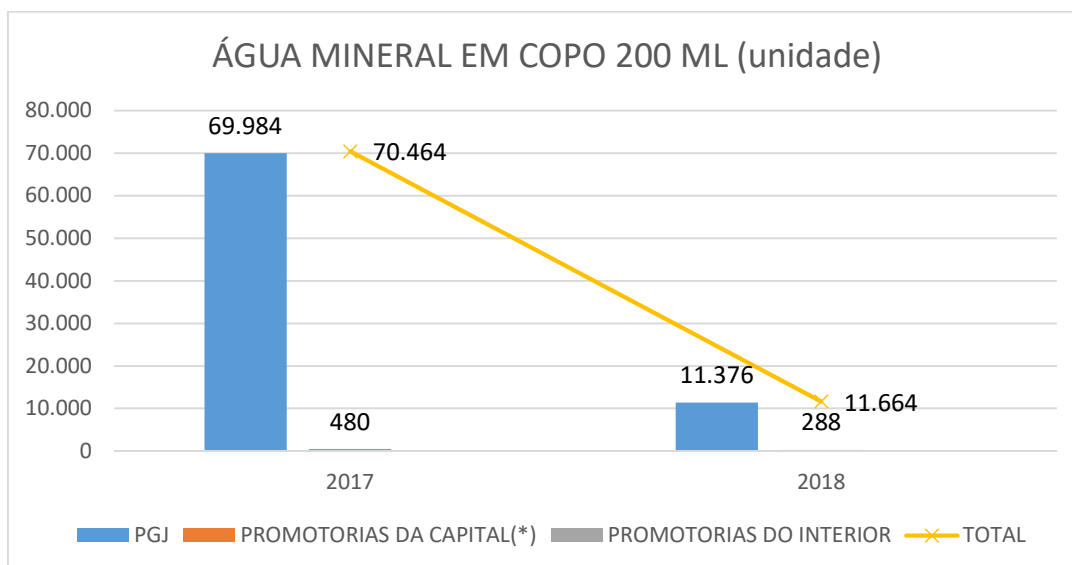


Gráfico 8 - Consumo de Água Mineral ano (comparativo 2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

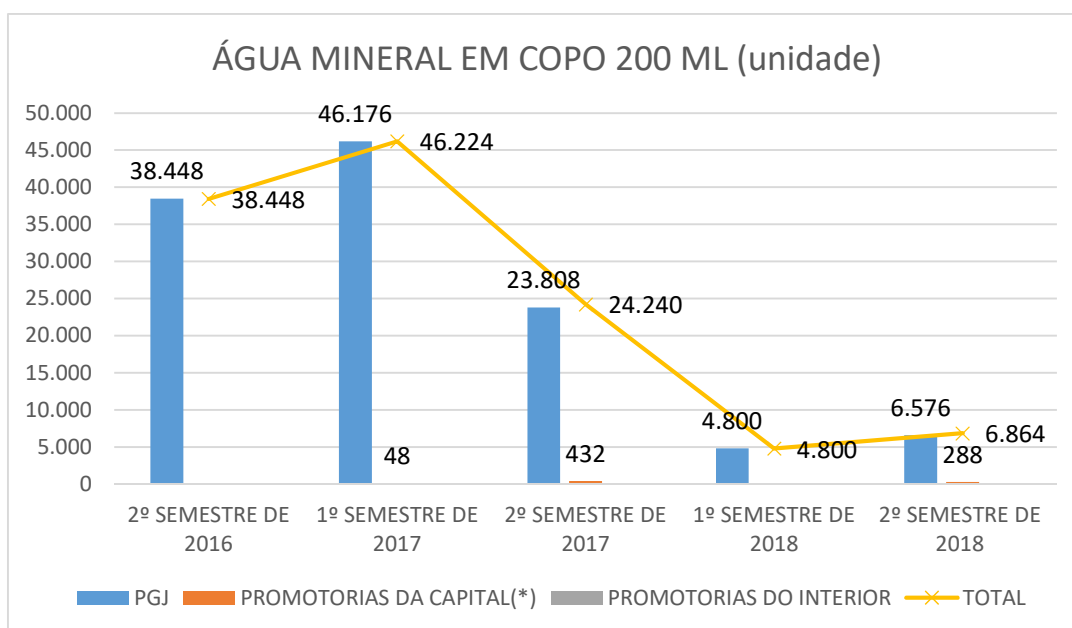


Gráfico 9 - Consumo de Água Mineral por semestre (comparativo 2016/2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

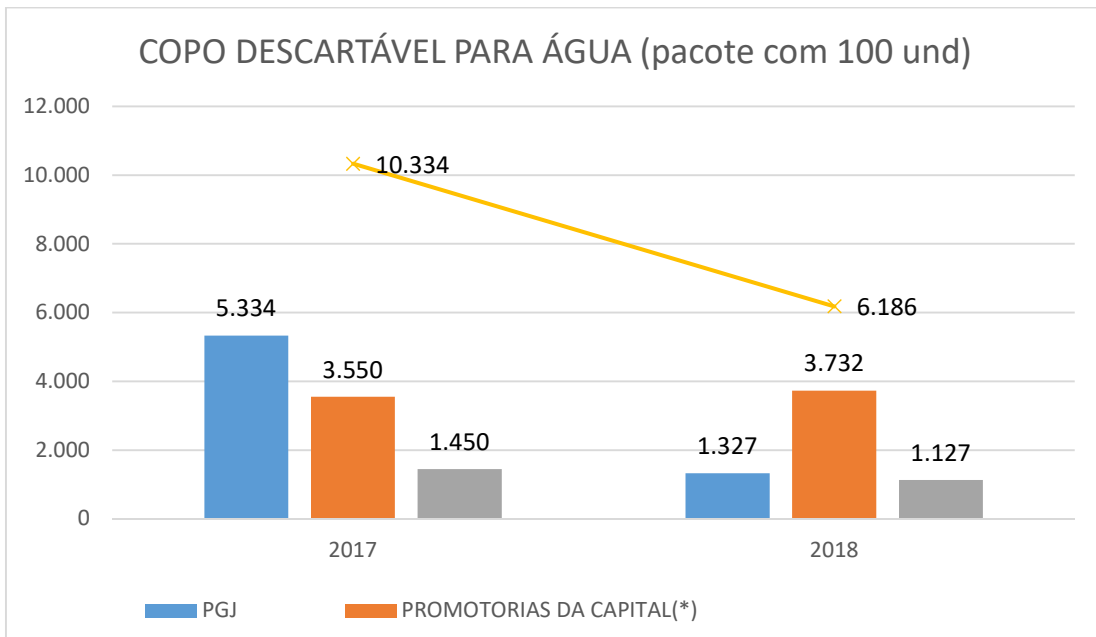


Gráfico 10 - Uso de Copo Descartável ano (comparativo 2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

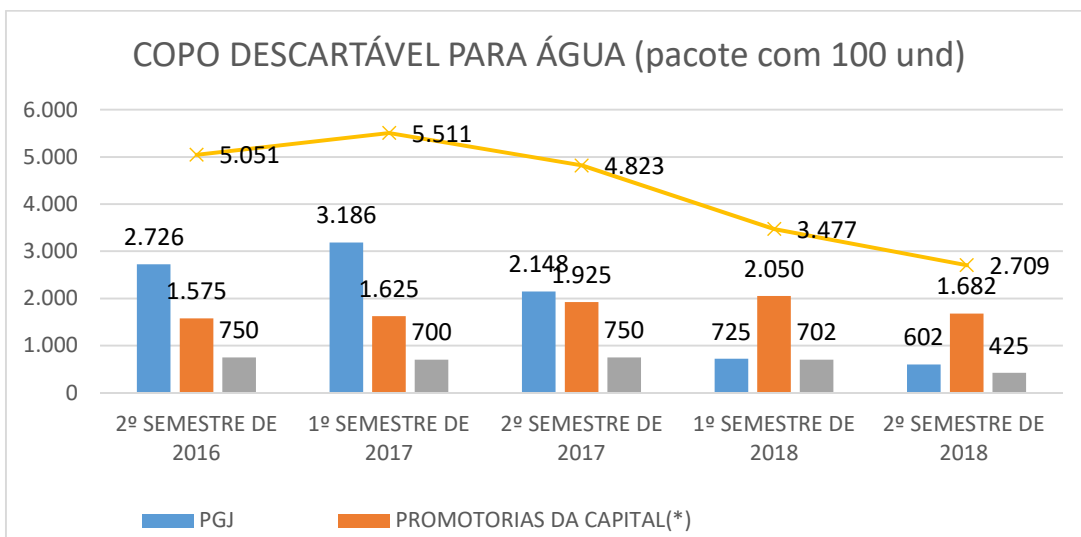


Gráfico 11 - Uso de Copo Descartável por semestre (comparativo 2016/2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

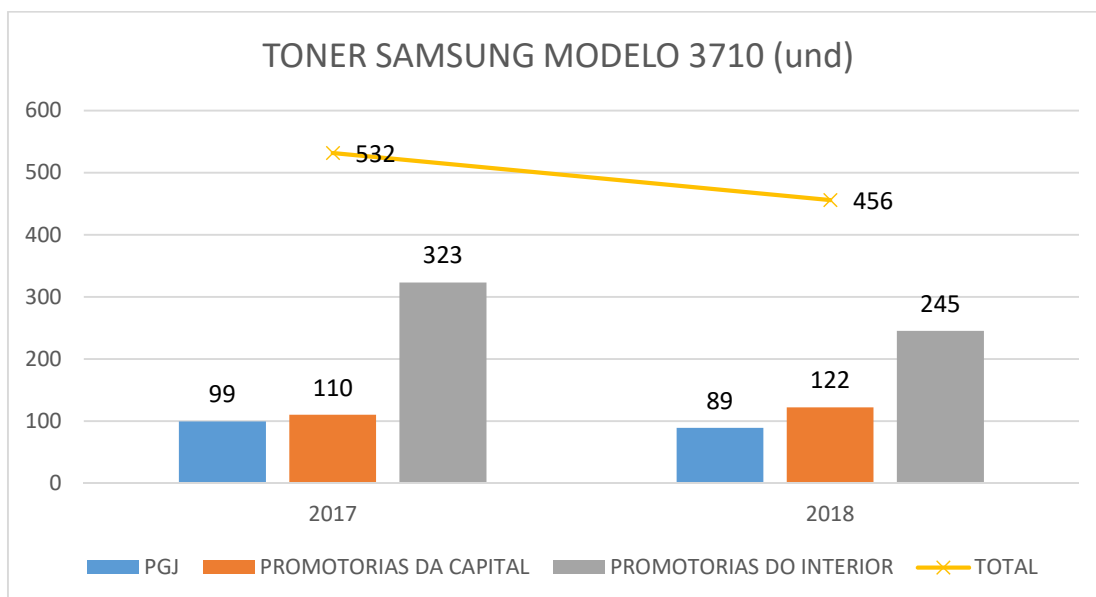


Gráfico 12 - Consumo de Toner de Impressora Laser ano (comparativo 2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

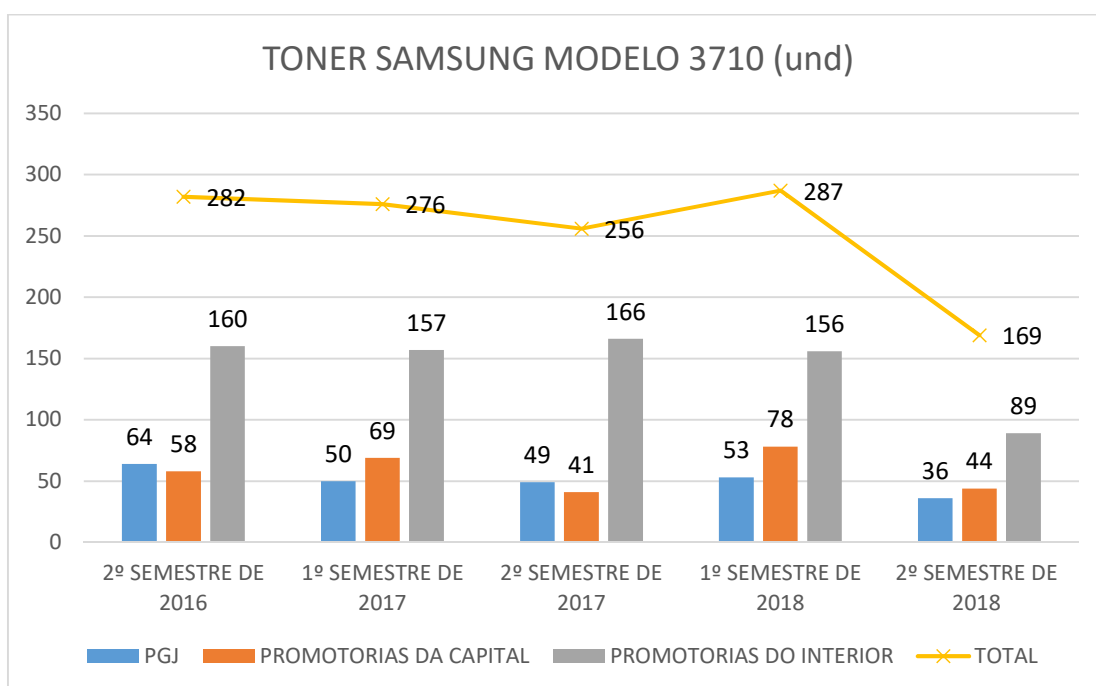


Gráfico 13 – Consumo de Toner de Impressora a Laser por semestre (comparativo 2016/2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

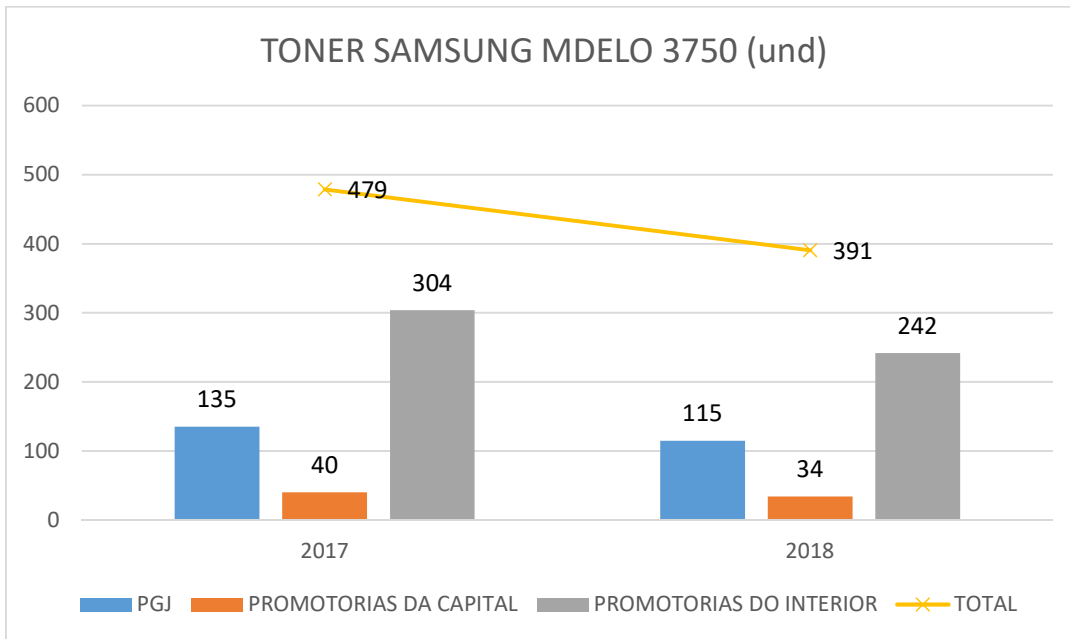


Gráfico 14 – Consumo de Toner de Impressora a Laser ano (comparativo 2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

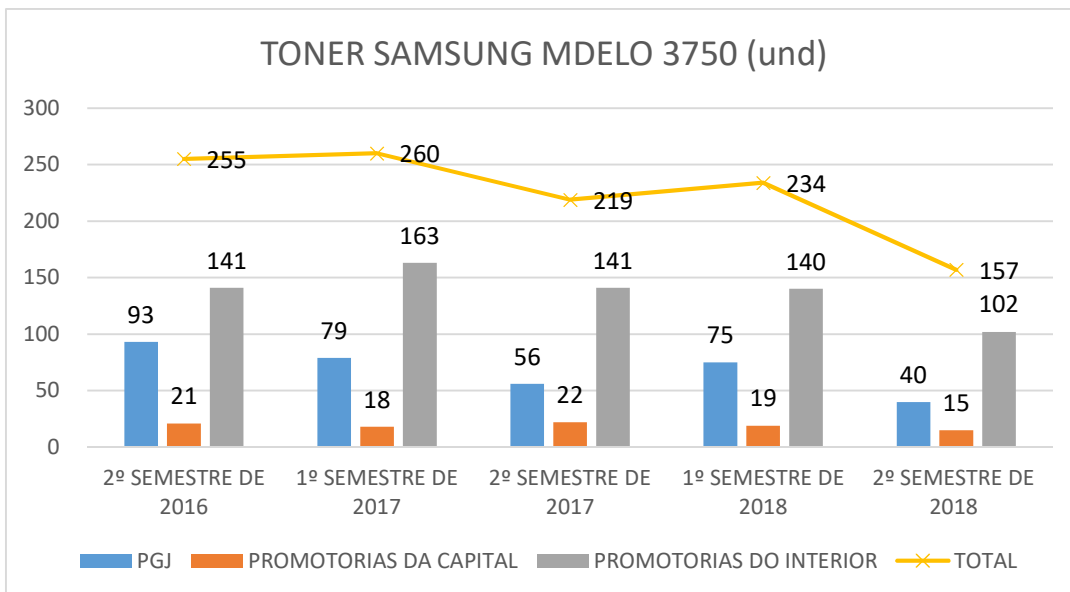


Gráfico 15 – Consumo de Toner de Impressora a Laser por semestre (comparativo 2016/2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

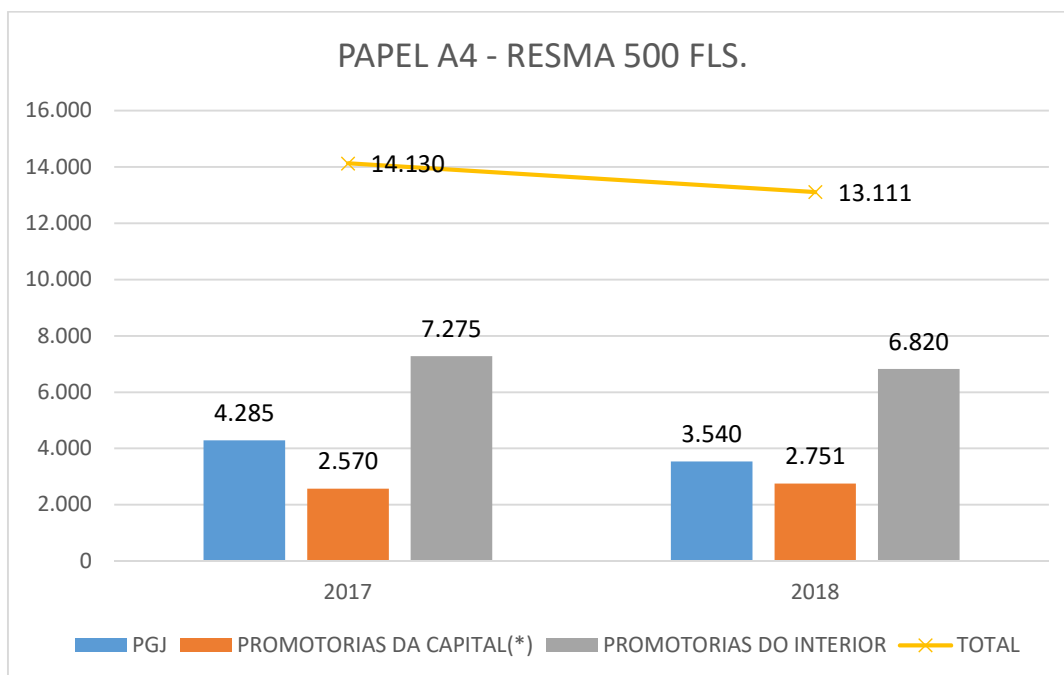


Gráfico 16 - Consumo de Papel A4 ano (comparativo 2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

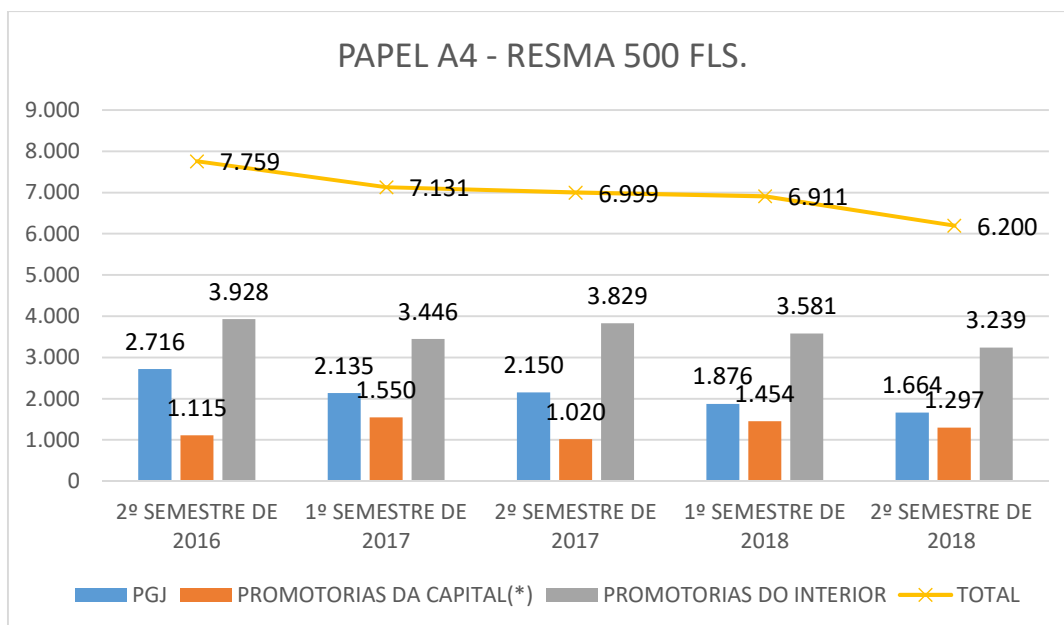


Gráfico 17 – Consumo de Papel A4 por semestre (comparativo 2016/2017/2018)

Fonte: CAD/ PGJ, 2018.

(*) Promotorias da Capital estão incluídas as Promotorias de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

7.2 Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2018, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de **R\$ 490.199.844,23**.

Do total aprovado, **70,99%** foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; **25,69%** a *Outras Despesas Correntes*, e **3,33%** com *Investimento*. No exercício de 2018, foram executados **99,44%** do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo **99,99%** com *Pessoal e Encargos Sociais*; **99,31%** com *Outras Despesas Correntes*, e **88,61%** com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 63 - Detalhamento da Despesa 2018

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	487.437.617,27
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	446.154.508,54
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	
Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	437.464.292,02
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	2.099.061,71
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	5.578.537,57
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	
Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	1.012.617,24
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo	
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	41.283.108,73
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	31.567.246,21

Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.715.862,52

Fonte: COF/PGJ, 2018.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 99,44%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 64 - Detalhamento da Execução Orçamentária 2018

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	490.199.844,23	487.437.617,27	99,44
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	448.916.734,23	446.154.508,54	99,38
0411 – Apoio Administrativo	41.283.110,00	41.283.108,73	100
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	490.199.844,23	487.437.617,27	99,44
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	448.916.734,23	446.154.508,54	99,38
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	438.363.251,00	437.464.292,02	99,79
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	2.099.062,00	2.099.061,71	100
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	7.415.885,23	5.578.537,57	75,22
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	1.038.536,00	1.012.617,24	97,50
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	41.283.110,00	41.283.108,73	100%

Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	31.567.247,00	31.567.246,21	100
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.715.863,00	9.715.862,52	100

Fonte: COF/PGJ, 2018.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 65 - Execução do Orçamento por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	490.199.844,23	487.437.617,27	479.440.699,54	99,44	97,81
1 - PESSOAL E ENCARGOS	347.971.875,00	347.934.282,41	347.934.282,41	99,99	99,99
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.913.712,00	125.047.617,42	123.602.009,65	99,31	98,16
4 - INVESTIMENTOS	16.314.257,23	14.455.717,44	7.904.407,48	88,61	48,45

Fonte: COF/PGJ, 2018.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 66 - Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	487.437.617,27	479.440.699,54
08 – AUXÍLIO MORADIA	25.328.830,56	25.328.830,56
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	295.450.019,00	295.450.019,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	41.283.108,73	41.283.108,73
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.934.512,71	1.934.512,71
16- AJUDA DE CUSTO	31.687,20	31.687,20
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.051.134,18	1.632.960,88
31 - PREMIACOES CULTURAIS,CIENT.DESPORTO E OUTROS	32.500,00	32.500,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	774.070,46	774.070,46
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	5.556.541,99	5.556.541,99
37 - LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA	9.849.577,93	9.849.577,93
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	31.675.488,67	30.648.054,20
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	29.232.493,35	29.232.493,35
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	79.095,47	79.095,47
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	10.161.777,31	5.156.677,88
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.993.501,25	2.447.290,72

91 - SENTENÇA JUDICIAL	294.057,50	294.057,50
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.035.291,00	19.035.291,00
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.673.929,96	10.673.929,96

Fonte: COF/PGJ, 2018.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2018.

Tabela 67 – Indicadores da Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,44
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,99
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	71,38
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,31
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	25,65
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	88,61
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	2,97

Fonte: COF/PGJ, 2018.

Através de sua *homepage* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Tabela 68 – Evolução da Execução Orçamentária

Evolução da Execução Orçamentária do MP-MA			
Ano	Orçamento Autorizado	Orçamento Executado	Varição
2015	473.397.826,44	468.049.317,02	-1,13%
2016	406.229.523,73	402.283.715,93	-0,97%
2017	473.397.826,44	468.049.317,02	-1,13%
2018	490.199.844,23	487.437.617,27	-0,56%

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2018.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2018.

Nome: Luiz Gonzaga Martins Coelho
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Promotor de Justiça
Período de Gestão: 14/06/2016 até a presente data
Matrícula: 651919
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 098 de 30/05/2016, no cargo de Procurador Geral de Justiça
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cargo: Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 02/09/2014 até a presente data
Matrícula: 387282
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 204, de 15/06/2016, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Cargo Efetivo: Promotor de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2016 até a presente data
Matrícula: 1064039
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 206 de 15/06/2016, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Carmen Lígia Paixão Viana
Cargo: Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira
Cargo Efetivo: Analista Ministerial
Período de Gestão: 02/02/2015 até a presente data
Matrícula: 1069541
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 049, de 02/02/2015, no cargo de Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula
Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)
Cargo Efetivo: Analista Ministerial
Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data
Matrícula: 470179
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Letícia de Cássia Cantanhede Fonseca
Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças
Cargo Efetivo: Chefe de Seção de Controle Contábil
Período de Gestão: 15/07/2016 a 28/08/2016
Matrícula: 1070893
Data da Publicação (Nomeação): Portaria nº 070/2017 – GPGJ, de 05//01/17
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

7.3 Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP)

- **Número de servidores**

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 69 – Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento

Ano	Mês	Categoria	Servidores	Obs: Em 2010	Crescimento Mês
2018	1	Comissionado	504	127	-
2018	1	Efetivo	628	499	-
2018	1	Membro	343	251	-
2018	1	Requisitado	331	227	-
		TOTAL	1806	1104	-
2018	12	Comissionado	506	128	0,40%
2018	12	Efetivo	622	499	-0,96%
2018	12	Membro	335	275	-2,33%
2018	12	Requisitado	344	224	3,93%
		TOTAL	1807	1126	0,06%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

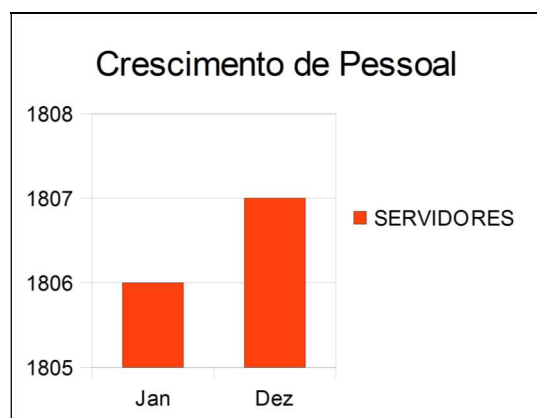


Gráfico 8 – Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Conclui-se que o número de servidores praticamente não se alterou no ano de 2018.

- **Contracheques impressos**

Em 2018, como no ano de 2017, publicamos 100% dos contracheques gerados pela Folha de Pagamento do Ministério Público no sítio eletrônico da instituição, tendo que imprimir uma quantidade ínfima de documentos dessa natureza.

- **Contracheques online**

Número expressivo de servidores utiliza o portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

- **Consignações**

Consignações Ativas (com base no último mês do ano):

Tabela 70 – Volume de empréstimos consignados

#	Empresa	Lançamentos	Valor R\$
1	ABEM -BRADESCO	5	368,26
2	AMPEM	506	502.992,10
3	ASFUPEMA	497	27.111,26
4	BANCO CRUZEIRO DO SUL	7	2.476,34
5	BRADESCO S/A	54	52.392,26
6	CEF/EMPRÉSTIMO	273	474.188,68
7	CONVÊNIO CONSIG 121498	442	872.419,34
8	COOMAMP SICREDI	381	266.019,08
9	FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	2	711,94
10	MONGERAL	7	1.682,91
11	RSPP PREVIDÊNCIA - INVESTPREV	13	103,38
12	SIN. VIGILANTE - SFPVEMA	1	1,36
13	SINDSEMP/MA	426	34.915,99
TOTAL VOLUME MENSAL		2.614	2.235.382,90

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Tabela 71 - Evolução das Consignações:

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos	Crescimento Valores
Jan	2.640	2.103.996,34	-%	-%
Dez	2.614	2.235.382,90	-0,99%	5,88%
TOTAL	-	4.339.379,24	-0,99%	5,88%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

O volume de consignações diminuiu e valor aumentou. Isso demonstra que volume de consignações quase não aumentou, porém, o ligeiro aumento do valor demonstra renovações.

- Evolução da Folha

Tabela 72 – Valores do Ano

Ano	Mês	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal Ass. Saúde	Patronal FEPA	Patronal Funben	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	Auxílio Moradia	Auxílio-saúde	Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais	TOTAL FOLHA
2018	Jan	23.704.436,41	774.551,47	3.935,90	2.348.867,37	37.098,78	26.868.889,93	2.411.988,92	1.479.674,44	585.465,49	1.653.907,56	32.999.926,34
2018	Fev	22.820.160,28	763.383,88	3.811,69	2.350.829,33	36.573,08	25.974.758,26	2.412.034,74	1.472.378,22	588.410,74	1.653.907,56	32.101.489,52
2018	Mar	23.258.796,31	763.905,55	3.696,01	2.354.241,00	35.606,14	26.416.245,01	2.413.888,02	1.470.918,98	590.747,03	1.653.907,56	32.545.706,60
2018	Abr	23.199.901,74	759.987,42	3.598,79	2.356.539,97	36.031,26	26.356.059,18	2.419.578,05	1.470.917,28	596.317,70	1.653.907,56	32.496.779,77
2018	Mai	23.683.137,66	768.910,48	3.577,70	2.358.993,49	36.740,57	26.851.359,90	2.414.601,62	1.470.917,28	845.505,57	1.653.907,56	33.236.291,94
2018	Jun	34.179.335,25	775.589,62	3.383,27	2.349.754,42	37.434,29	37.345.496,85	2.410.417,85	1.457.784,09	847.548,48	1.653.907,56	43.715.154,83
2018	Jul	22.839.728,05	765.203,97	3.286,06	2.353.604,45	38.104,61	25.999.927,14	2.406.765,17	1.462.161,82	844.006,07	1.653.907,56	32.366.767,76
2018	Ago	22.807.513,84	763.574,83	3.383,27	2.351.726,52	38.065,33	25.964.263,79	2.402.547,39	1.457.784,09	841.262,61	1.653.907,56	32.319.765,44
2018	Set	22.593.686,93	763.609,00	3.188,84	2.359.533,46	38.619,50	25.758.637,74	2.407.791,25	1.457.784,09	846.223,81	1.653.907,56	32.124.344,45
2018	Out	22.457.332,99	758.998,35	3.451,32	2.343.525,19	40.376,30	25.603.684,15	2.397.883,21	1.444.650,90	843.954,79	1.653.907,56	31.944.080,61
2018	Nov	22.148.812,82	756.005,53	3.451,32	2.344.421,60	40.875,31	25.293.566,59	2.399.682,84	1.462.161,82	846.396,26	233.007,68	30.234.815,19
2018	Dez	30.678.158,70	793.130,50	3.451,32	2.576.415,50	40.789,15	34.091.945,18	2.549.220,74	0,00	947.165,28	0,00	37.588.331,20
2018	13	12.419.003,79	706.617,61	-	2.569.360,81	-	15.694.982,21	0,00	0,00	0,00	0,00	15.694.982,21
TOTAL		306.790.004,77	9.913.468,21	42.215,48	31.017.813,14	456.314,32	348.219.815,92	29.046.399,80	16.107.133,01	9.223.003,83	16.772.083,30	419.368.435,85

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

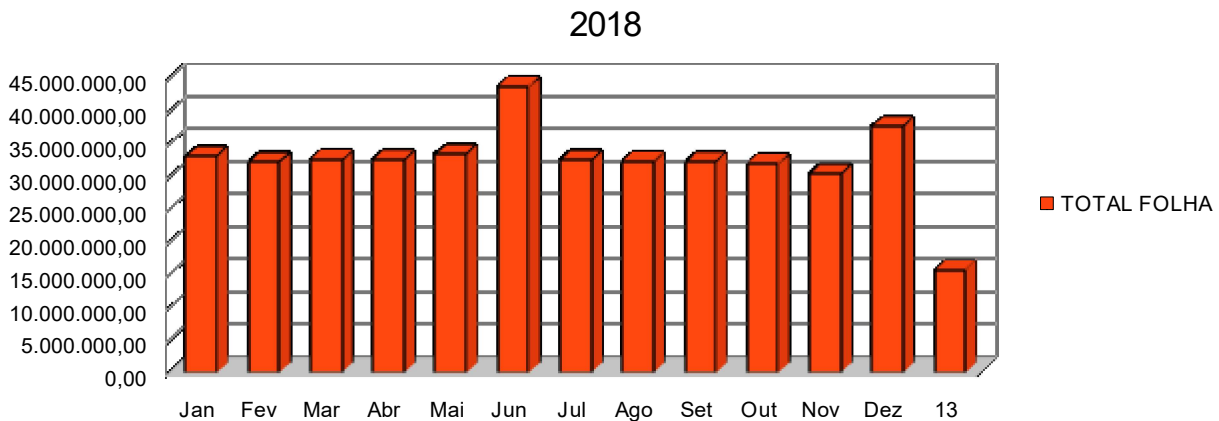


Gráfico 18: Evolução da Folha

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Tabela 73 – Evolução da Remuneração:

Categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
Comissionado	13.264.160,75	13.359.296,71	0,72%
Efetivo	24.829.353,96	26.291.477,22	5,89%
Membro	40.703.497,77	52.142.106,31	28,10%
Requisitado	1.274.874,48	1.341.721,14	5,24%
TOTAL	80.071.886,96	93.134.601,38	16,31%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

- Folhas Extras

Tabela 74 - Bolsa-Estágio

Ano	Mês	Estagiários	Valor	% Crescimento Estagiários	% Crescimento Valores
2018	1	183	187.151,40	-	-
2018	2	185	180.023,80	1,08%	-3,96%
2018	3	185	186.459,40	0,00%	3,45%
2018	4	180	179.366,40	-2,78%	-3,95%
2018	5	180	182.065,20	0,00%	1,48%
2018	6	176	181.857,60	-2,27%	-0,11%
2018	7	179	182.012,10	1,68%	0,08%
2018	8	186	185.118,40	3,76%	1,68%
2018	9	188	197.136,20	1,06%	6,10%
2018	10	188	198.105,00	0,00%	0,49%
2018	11	187	199.317,80	-0,53%	0,61%
2018	12	185	197.005,20	-1,08%	-1,17%
TOTAL			2.255.618,50	0,00%	0,49%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Tabela 75 - Policiais Reserva:

Ano	Mês	Policiais	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2018	1	48	142.988,63	-	-
2018	2	48	145.280,20	0,00%	1,58%
2018	3	48	143.322,96	0,00%	-1,37%
2018	4	48	137.766,98	0,00%	-4,03%
2018	5	46	138.282,33	-4,35%	0,37%
2018	6	46	170.815,91	0,00%	19,05%
2018	7	51	177.571,86	9,80%	3,80%
2018	8	54	192.703,01	5,56%	7,85%
2018	9	55	194.467,57	1,82%	0,91%
2018	10	60	206.102,26	8,33%	5,65%
2018	11	60	28.514,19	0,00%	-622,81%
2018	12	48	148.658,75	-25,00%	80,82%
TOTAL			1.826.474,65	0,00%	1,58%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Tabela 76 - Parcela Autônoma de Equivalência (PAE):

Ano	Mês	Servidores	Valor
2018	1	306	1.653.907,52
2018	2	306	1.653.907,52
2018	3	306	1.653.907,52
2018	4	306	1.653.907,52
2018	5	307	1.660.652,88
2018	6	307	1.653.907,50
2018	7	307	1.653.907,50
2018	8	307	1.653.907,50
2018	9	307	1.653.907,50
2018	10	307	1.653.907,50
2018	11	307	233.007,68
2018	12	0	0,00
TOTAL			16.778.828,14

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

Tabela 77 - Auxílio-Saúde Inativos:

Ano	Mês	Membros	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2018	1	0	0,00	-	-
2018	2	0	0,00	-	-
2018	3	0	0,00	-	-
2018	4	0	0,00	-	-
2018	5	84	248.761,40	100,00%	100,00%
2018	6	83	245.714,29	-1,20%	-1,24%
2018	7	83	246.401,80	0,00%	0,28%
2018	8	82	243.354,69	-1,22%	-1,25%
2018	9	82	243.354,69	0,00%	0,00%
2018	10	82	243.354,69	0,00%	0,00%
2018	11	82	243.354,69	0,00%	0,00%
2018	12	82	243.354,69	0,00%	0,00%
TOTAL			1.957.650,94	0,00%	0,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2018.

7.4 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

Conquistas/Avanços na área de Pessoal

O ano de 2018 apresentou-se como um ano de muitos acontecimentos na área de Gestão de Pessoas, tanto no provimento de cargos efetivos, comissionados e vagas de estagiários não-obrigatório, como em ações que visam a valorização de membros e servidores. Dentre esses avanços, citam-se:

- Aprovação da reposição de 5% (cinco por cento) referente às perdas inflacionárias na remuneração dos servidores;
- Fracionamento de férias para membros e servidores;
- Concessão do Plano de Assistência médico-social devido aos membros ativos e inativos;
- Melhoria salarial com a mudança de simbologia do cargo de Assessor de Promotor de Justiça, para a simbologia CC-06;
- Criação do Prêmio Servidor Destaque “André Arouche Fontoura”;
- Realização de diversas e importantes ações do Programa de Saúde e Qualidade de vida e no trabalho;
- Regulamentação da prestação de serviço voluntário;
- Titularização de 05 (cinco) Promotores de Justiça, Vitaliciamento de 15 (quinze) Promotores de Justiça, Remoção de 45 (quarenta e cinco) Promotores de Justiça;
- Homologação do estágio probatório de 08 (oito) servidores ocupantes dos cargos de Analista e Técnico Ministerial;

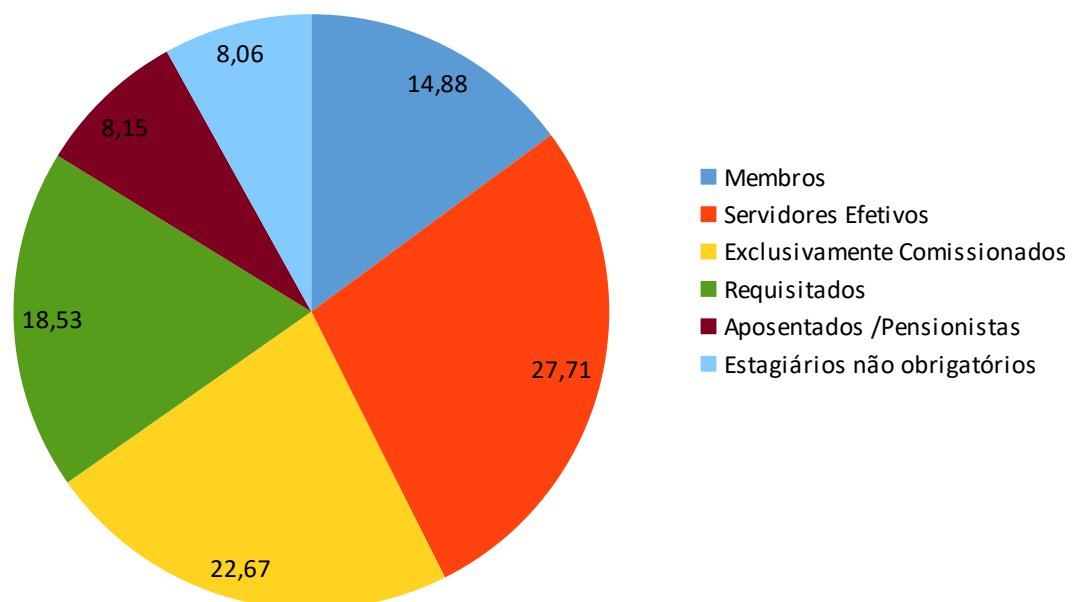
- Promoção/Progressão de 362 (trezentos e sessenta e dois) servidores efetivos;
- Continuidade das ações do Programa de Gestão por Competências com a implantação das competências comuns;
- Alteração no valor do subsídio mensal dos membros e vedação da ajuda de custo do Auxílio-moradia, a partir da implantação dos valores correspondentes ao novo subsídio dos membros do MPMA.

Tabela 78 - Quantitativo de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça:

Descrição	TOTAL em 31/12/18	% de participação
Membros	334	14,88
Servidores Efetivos	622	27,71
Exclusivamente Comissionados	509	22,67
Requisitados	416	18,53
Aposentados /Pensionistas	183	8,15
Estagiários não obrigatórios	181	8,06
TOTAL	2.245	100

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Distribuição quantitativo de Pessoal - MPMA

Gráfico 19 – Quantitativo de Pessoal
Fonte: CGP/PGJ, 2018.

- **Provimento de cargos efetivos**

Tabela 79 - Provimento de cargos Efetivos

PROVIMENTOS – CARGOS EFETIVOS	Quantidade de cargos providos - Efetivos								
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	1	13	13	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	1	22	8	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	1*	39	19	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	0	0	-	-	-
TOTAL	4	74	40	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

* Em 2018, 01 Técnico Ministerial foi reintegrada, por decisão liminar

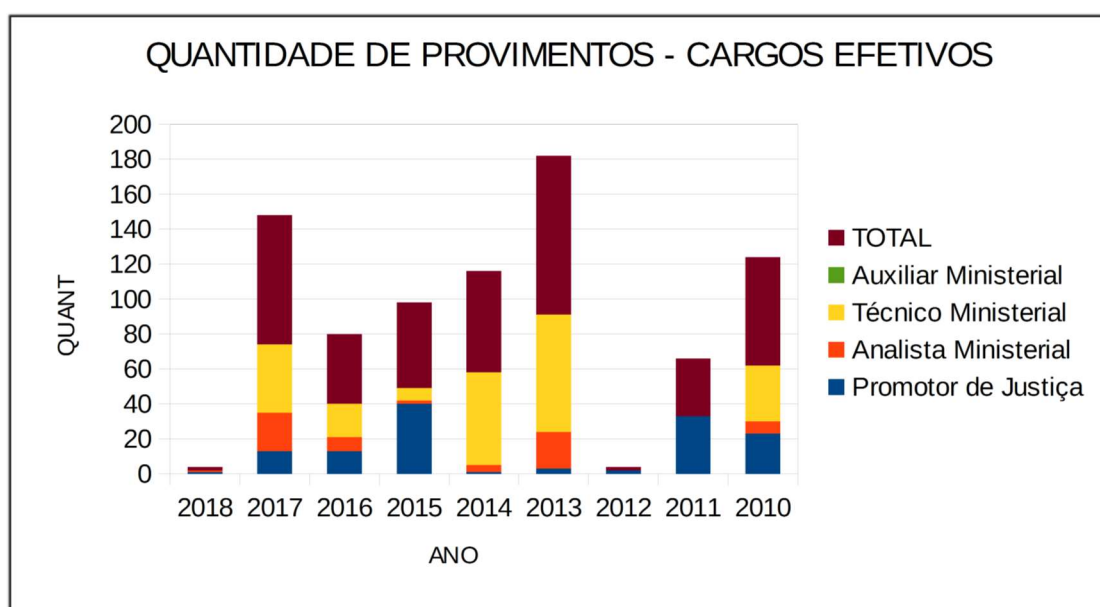


Gráfico 20 – Quantitativo de Provimento

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

- **Provimento de cargos comissionados**

Tabela 80 – Nomeação de Cargos em Comissão:

NOMEAÇÕES – CARGOS COMISSIONADOS	Quantidade de Provimentos – cargos comissionados								
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	40	31	47	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	16	39	25	43	28	87	33	44	37
De indicação de Promotor de Justiça	54	59	69	91	102	132	193	22	86
TOTAL	110	129	141	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;
 ** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos

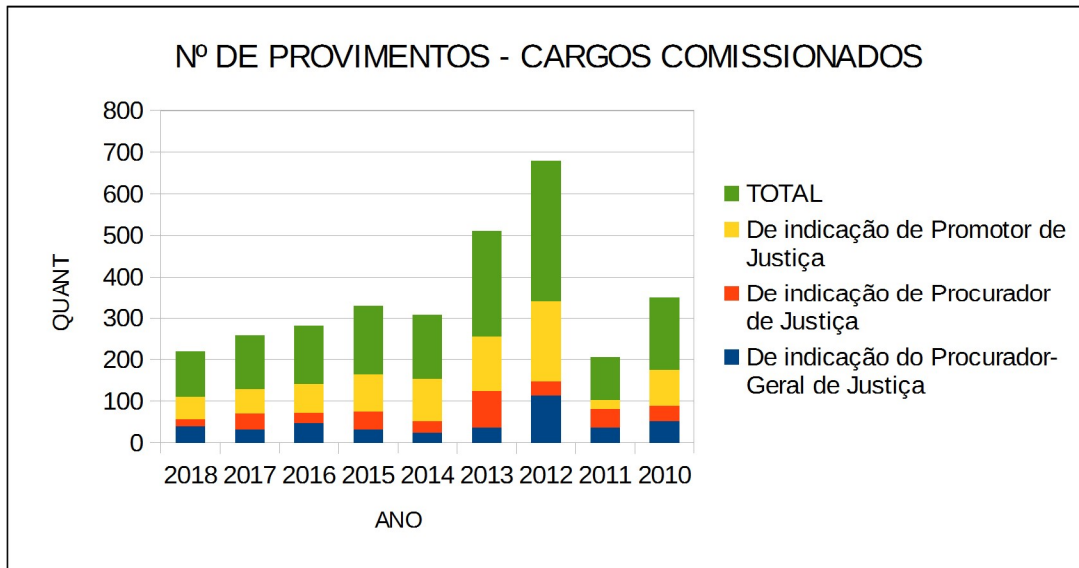


Gráfico 21 – Provimento Cargos Comissionados
 Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Ressalte-se que proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

- **Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria)**

Tabela 81 – Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

Cargo	Quantidade de Vacâncias – Cargos Efetivos									
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	
Procurador de Justiça	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Promotor de Justiça	10	5	12	1	1	3	5	3	3	
Analista Ministerial	0	2	2	1	4	1	-	3	6	
Técnico Ministerial	6*	9	6	10	16	6	7	12	29	
Auxiliar Ministerial	0	1	0	1	2	0	0	0	0	
TOTAL	16	18	20	13	23	10	12	18	38	

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

* em 2018, 03 Técnicos Ministeriais foram demitidos.

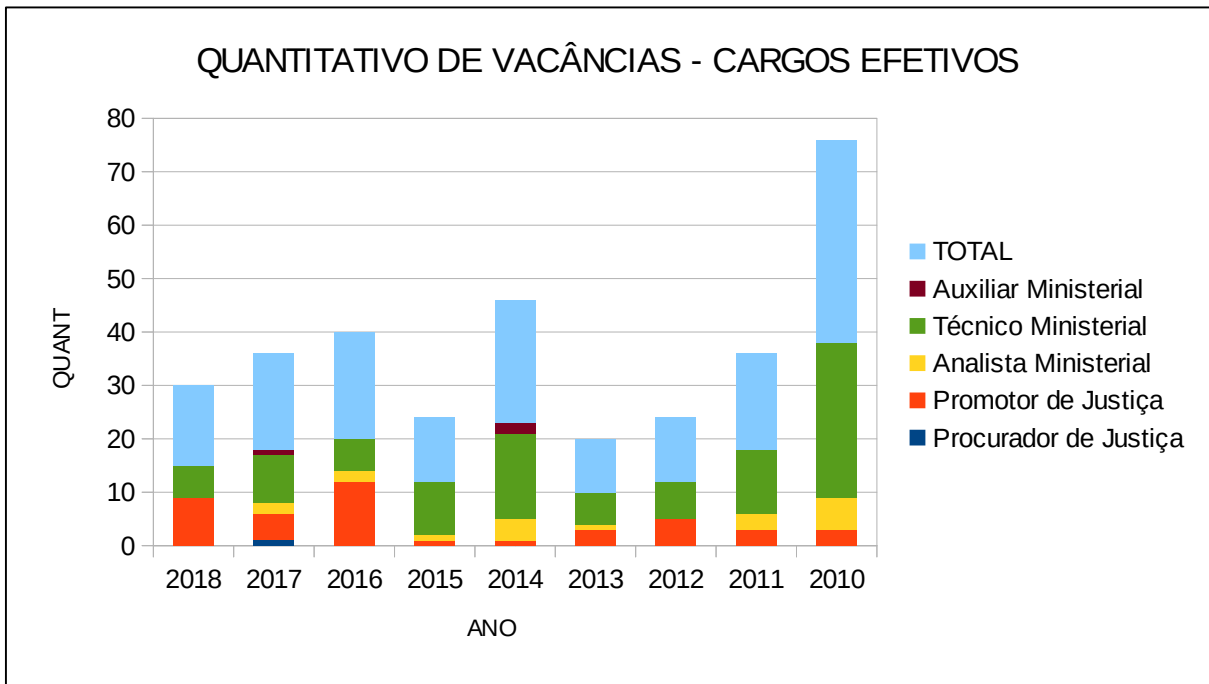


Gráfico 22 – Vacância Cargos Efetivos

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Tabela 82 - Vacâncias cargos comissionados

CARGO	Quantidade de Atos de Vacâncias								
	Cargos comissionados								
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	17	21	31	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	18	32	24	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	52	51	71	76	80	93	42	22	5
TOTAL	87	104	126	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça.

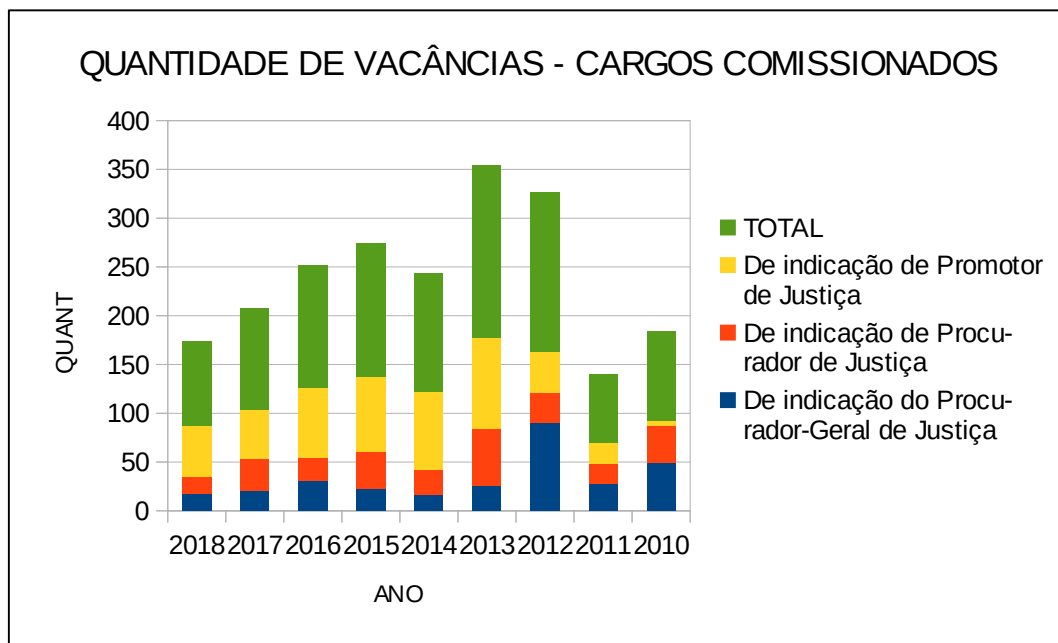


Gráfico 23 – Vacância Cargos Comissionados
Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Ressalte-se que proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

- **Movimentação na Carreira**

Tabela 83 - Movimentação na Carreira de Membros

Movimentação na carreira - Membros	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para Procurador de Justiça	1	0	0	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	19	0	4	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	5	8	7	38	3	1	26	22	16
Remoção	45	29	7	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	0	0	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria Promotor de Justiça	1	1	1	1	1	1	2	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

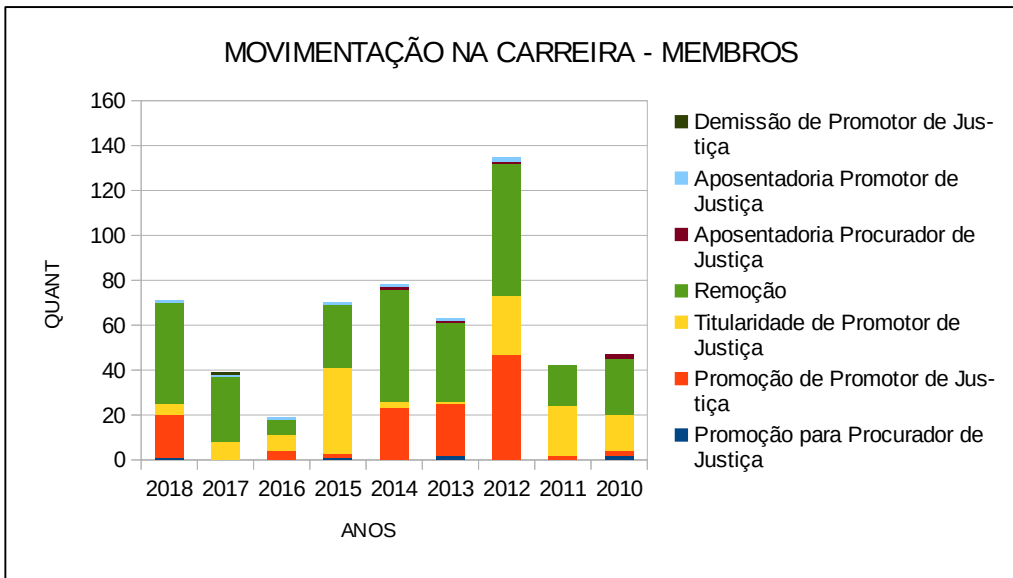


Gráfico 24 – Movimentação de Membros
 Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Tabela 84 - Movimentação na Carreira – Servidores:

Movimentação na carreira - Servidores	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Homologação de estágio probatório	8	115	0	0	1	34	17	38	182
Promoção + Progressão	362	470	279	271	312	437	528	325	403
Remoções	17	43	7	14	62	9	16	10	24

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

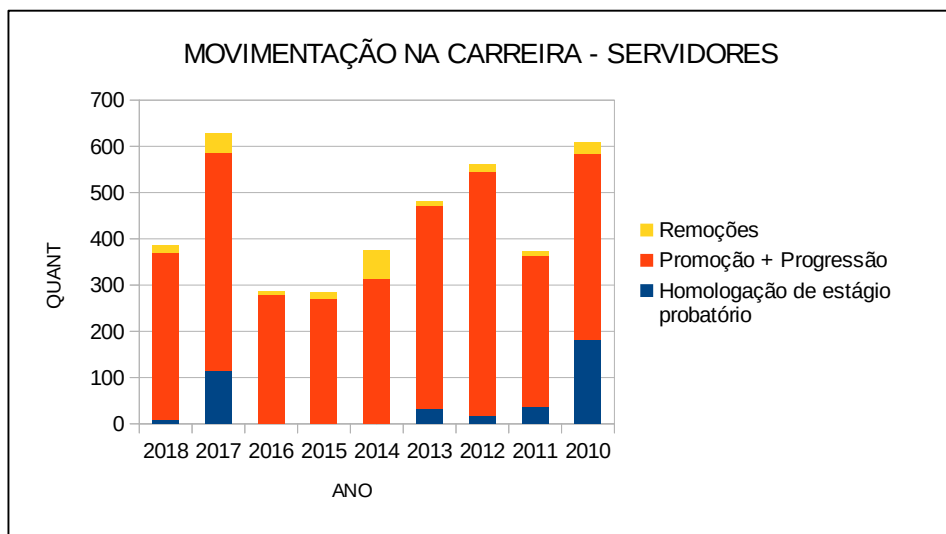


Gráfico 25 – Vacância Cargos Comissionados
 Fonte: CGP/PGJ, 2018.

a) Adicional de Qualificação - AQ

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, **foram concedidos 28 (vinte e oito).**

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla de 476 (quatrocentos e setenta e seis) servidores, correspondendo a 84,4% de um total de 564 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 85 - Quantitativo de Servidores estáveis com o Adicional de Qualificação 2013-2018

Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	3	184	4	191	40,13
Especialização	85	167	5	257	53,99
Mestrado	19	5	0	24	5,04
Doutorado	3	1	0	4	0,84
TOTAL de servidores com AQ	110	357	9	476	84,4
Cargos Providos servidores estáveis	119	423	22	564	

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Tabela 86 - Quantitativo de Servidores estáveis sem o Adicional de Qualificação 2013-2018

Descrição	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	119	423	22	564
Quantitativo de servidores estáveis sem AQ	9	66	13	88
% por cargo de servidores SEM AQ	7,56	15,6	59,09	15,6

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Por oportuno, descrevemos a seguir a escolaridade do quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça:

Tabela 87 – Nível de Escolaridade dos Servidores efetivos - 2018

ESCOLARIDADE SERVIDORES EFETIVOS – 2018					
NÍVEL	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
Ensino Fundamental			2	2	0,32
Ensino Médio		77	10	87	13,99
Graduação	24	209	5	238	38,26
Especialização	92	170	5	267	42,93
Mestrado	19	5	0	24	3,86
Doutorado	3	1	0	4	0,64
TOTAL de servidores	138	462	22	622	99,36

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

b) Gestão do Estágio Não-Obrigatório



Universitários durante a prova do seletivo



Membros da Comissão no início das provas

Tabela 88 – Gestão de Estagiários não-obrigatório de graduação, profissionalizante e pós-graduação

Descrição	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Legislação	Ato Reg 12/2018	Ato Reg 12/2017	Ato Reg 13/2015	Ato Reg 13/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011	Ato Reg 02/2010	Ato Reg 02/2010
Nº Estagiários Total	243	193	150	150	132	132	132	91	91
Admitidos	80	195	32	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	135	11	29	64	2	19	36	26	44
Desligados	82	61	98	56	18	41	61	64	33
Nº de estagiários em exercício em dezembro	181	183	49	115	127	15	52	86	79

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os aprovados no seletivo de 2016 foram admitidos em 2017.

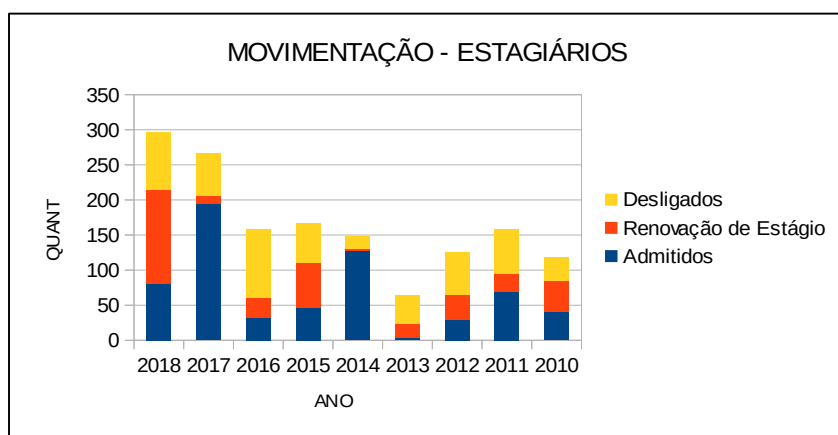


Gráfico 26 – Movimentação do Estagiários

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

c) Processos Seletivos para estagiário não-obrigatório:

- **De Pós-graduação**

Processo Seletivo (PA 989/2018) para estagiários não-obrigatório de Pós-graduação regido pelo Edital nº 01/2018, de 15 de janeiro de 2018, homologado pelo Edital nº 11/2018, de 18/05/18:

Tabela 89 – Processo seletivo de estagiário de pós-graduação

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas: São Luís	1
Nº de vagas	50
Nª de inscrições deferidas	78
Nº de Candidatos aprovados	21
Nº de Admitidos	16

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

- **De Ensino Superior e Profissionalizante**

Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório regido pelo Edital nº 01/2018, de 11 de outubro de 2018, a ser homologado até 31 de janeiro de 2019;

Tabela 90 - Resumo do Concurso de Estagiários

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas: São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Imperatriz, Santa Inês e Timon;	9
Nº de vagas	44
Nº de Inscritos	1616
Nª de inscrições deferidas	1164
Nº de Candidatos aprovados	370

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

d) Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis – 2018

Foram realizados e homologados 05 concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 15 Técnicos Ministeriais:

Tabela 91 – Concurso de Remoção

Itens	1º Concurso	2ª Concurso	3º Concurso	4º Concurso	5º Concurso
PA	1817/2018	8199/2018	12245/2018	15088/2018	21538/2018
Edital de Abertura	Nº 01/2018, de 14/03/18	Nº 02/2018, de 04/06/18	Nº 03/2018, de 19/07/18	Nº 04/2018, de 08/10/18	Nº 06/2018, de 06/12/18

Ato Homologação	145/2018, de 20/04/18	268/2018, de 21/06/18	350/2018, de 14/08/18	428/2018, de 07/11/18	482/2018, de 18/12/18
Nº de vagas	3 Técnicos, sendo: 2 Adm. e 1 Exec.	3 Técnicos, sendo: 2 Adm. e 1 Exec.	3 Técnicos, sendo: 2 Adm. e 1 Exec.	6 Técnicos, sendo: 3 Adm. e 3 Exec.	8 Técnicos, sendo: 6 Adm. e 2 Exec.
Nº Servidores Removidos	2 Servidores, sendo: 1 Téc. Adm. 1 Téc. Exec. Mand.	2 Servidores, sendo: 1 Téc. Adm. 1 Tec. Exec. Mand.	4 Servidores, sendo: 2 Téc. Adm. 2 Téc. Exec. Mand.	4 Servidores, sendo: 2 Téc. Adm. 2 Téc. Exec. Mand.	3 Servidores, sendo: 2 Téc. Adm. 1 Téc. Exec. Mand.

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

e) Acompanhamento dos Concursos Públicos para cargos efetivos

- **Concurso de Membros**

Concurso Público para o provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP, homologado em 12 de setembro de 2014, publicado no DJ de 16 de setembro de 2014 e prorrogado pelo Ato nº Ato nº 353/2016, de 15 de agosto de 2016, DJ de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016:

Tabela 92 – Processo seletivo de Membros

Descrição	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Aprovados	76	76	76	77	77
Nomeados	46	15	15	1*	77
Não tomaram posse/Fim de Fila	7	2	2	0	11
Exonerados	1	8	3	8	21
Em efetivo Exercício	38	43	53	45	45

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

* Nomeação do Igor Adriano Trinta Marques por decisão Judicial

f) Concurso cargos Servidores Efetivos

Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no DJ em 05 de novembro de 2013, prorrogado, por 02

(dois) anos, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no DJ de 06 de novembro de 2015, tendo encerrado seu prazo de validade em 05 de novembro de 2017:

Tabela 93 - Resumo dos provimentos pelo Concurso 2018

CARGO	Vagas Concurso Previsão Edital	Novas Vagas após o concurso	TOTAL DE VAGAS na vigência do concurso	Candidatos Nomeados	Em Efetivo Exercício	Cargos Vagos	Não tomaram posse/ não assumiram / Desistência Nomeação/ reprovado pericia / Fim de Fila	Exonerados
Analista Ministerial	22	19*	41	61***	41	-	15	5
Técnico Ministerial	86	52**	138	215	132	1	47	36
TOTAL	108	71	179	276	173	1	62	41

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Dados referente a dezembro de 2018.

* 04 vacâncias: 02 falecimentos, 2 exonerações a pedido e 15 cargos criados em 2016 e 01 Decisão

**52 Vagas: 14 novos cargos, 13 vacâncias e 25 cargos criados em 2016

*** 01 Analista Ministerial - Administrativa nomeada em 2018 por decisão judicial

Tabela 94 - Concessão de certificação digital:

Ano	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Quantidade	621	381	219	380	1.601

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

Tabela 95 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP:

ATIVIDADE	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Declaração de Margem de Consignação	746	694	586	831	854	676	788	815
Ofícios expedidos;	223	123	149	306	511	602	642	317
Memorandos expedidos;	467	227	284	436	594	542	456	317
Elaboração Atos de servidores e membros;	496	614	521	579	659	824	851	454
Elaboração Portarias de servidores e membros;	12.658	12.219	9.670	10.194	8497	7.686	6.903	6.150
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	13.268	12.833	10.191	10.773	9.156	8.510	7.843	6.682
Elaboração de Termos de Referência	34	33	29	42	51	53	65	49

Termos de Compromisso de Estágio	80	189	32	46	128	4	29	69
Termo de Renovação de Estágio	135	11	29	64	2	19	36	26
Termo de Desligamento de Estágios	82	58	98	56	18	41	61	64
Termo de Realização de Estágio	82	189	94	56	18	41	61	64
Editais de Convocação de Estágio	30	34	18	26	17	-	6	8

Fonte: CGP/PGJ, 2018.

g) Seção de Saúde Funcional

- **Programa “+ Saúde”** - Utilização de meios de comunicação institucional para divulgar as ações de Promoção da Saúde: E-mail institucional, Mídia Indoor, Whatsapp e murais.



• Programa Saúde para Todos



Campanha de doação de sangue



Atividades da Semana da Saúde

Quadro 12 - Prevenção da saúde para melhor qualidade de vida

Localidade	Atividades
Imperatriz	Dinâmica motivacional sobre Saúde Mental e clima organizacional – 27 participantes
Balsas	Roda de conversa sobre Saúde Mental e clima organizacional e Café da Manhã– 10 participantes
Coroatá, Timbiras, Codó Caxias, Matões, Parnarama Paço do Lumiar São José de Ribamar Raposa, Itapecuru Morros, Rosário Santa Rita, Santa Inês Pio XII	Exposição do programa para Membros e Servidores; Melhora no relacionamento Interpessoal; Confraternização no momento do café da manhã; Relaxamento - Terapia de Reflexologia podal; Orientação quanto aos serviços de saúde, verificação de glicemia capilar e verificação de pressão arterial; Reflexão sobre o papel funcional do servidor no ambiente de trabalho.

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

Quadro 13 – Realização de eventos em datas comemorativas

Eventos	Ações
Dia das Mulheres	Distribuição de rosas e de laços lilás, vendas de camisas referentes a Campanha de Combate ao Câncer de Colo de Útero (Março Lilás). Apresentação espetáculo de dança “Balé Femicídio”
Dia das Mães	Totem de fotos instantâneas+ palestra
Dia dos pais	Vídeos dos filhos e bolo
São João	Arraial do MP
Dia dos servidores	Café da manhã, vídeo, exposição de fotos, sorteios
Dia das crianças	Cineminha e entrega de lembranças para as crianças de uma escola pública

Eventos e Ações de Saúde

II Feirinha de Nutrição, I e II Semana de Saúde, Doação de Sangue, Cadastro para doação de medula, Sabadão + Saúde

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

- **Temas Diversos:**

- Janeiro Branco - “Quem cuida da mente, cuida da vida”;
- Março Lilás – Combate ao Câncer de Colo de Útero;
- Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial;
- Drogas: Não Podemos Fechar Os Olhos Para Essa Questão;
- Benefícios do coral Vozes do MP;
- Setembro Amarelo - Você não está sozinho;
- II Semana da Saúde – Um olhar para o cuidado integral;
- Outubro Rosa - Prevenção ao câncer de mama;
- Novembro Azul - Prevenção ao câncer de próstata.

- **Apresentação do Coral Vozes do MP em eventos internos e externos**

- Aniversário do PGJ;
- Posse PGJ;
- Dias Pais;
- Setembro amarelo;
- Lançamento do livro “O valor de cada um”;
- Apresentação na Corregedoria;
- Primeira participação do Coral Vozes do MP no FEMACO;
- Gravação vídeo institucional;
- Inauguração Centro Cultural;

- Apresentação da Polícia Militar;
- Terminais Cohab;
- Praia Grande e Distrito Industrial;
- Atividade com as crianças no Centro Cultural do MP.

• Palestras oferecidas

Quadro 14 – Realização de palestras sobre temas diversos para membros e servidores

Convidado	Tema
Dr. Ruy Palhano - Psiquiatra	“O que você não resolve na sua mente, seu corpo transforma em doença”
Emmanuella Bello Peixoto Promotora de Justiça	“Educação financeira para qualidade de vida e eficiência no serviço público”.
Marília Aranha – Servidora do MP	“Dicas de organização para viver melhor”, com a <i>personal organizer</i> .
Carol Alves - Nutricionista	Bate-papo com a nutricionista
Clayton Bezerra - Servidor do TJMA	<i>Stand Up Comedy</i> : “Servidor serve para quê? ”.
Hérica Soares - Servidora do MPMA	“Como ter um guarda-roupa eficiente”.
Eliandro – Psicólogo MP	Roda de Conversa com o tema: Desenvolvimento Pessoal e Carreira.
Dr. Prof. Gilberto Sousa Alves	“Dependência de crack: repercussões no desenvolvimento cerebral”
João Arnaud (Psiquiatra), Anize Angela da Silva Costa (Psicóloga) E Silvânia Carvalho (Assistente Social)	I Meeting de Saúde Mental
Fernando Ramos e Kallyne Bezerra	Diferença entre Fito e Floralterapia e Benefícios da Fitoterapia.
Glória Mafra – Promotora de Justiça	“16 anos de Outubro Rosa – O que mudou? ”

Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

• Outros Serviços

- Pilates (16 aulas), Tai Chi Chuan (06 aulas), Vacinação, Verificação de PA e Glicemia, Testes de Sífilis e Hepatites B e C, Barra de Acess, Serviços de Beleza, Ginástica laboral.



Prática de Tai Chi Chuan



Palestra sobre Qualidade de Vida

h) atendimentos Médicos e Odontológicos

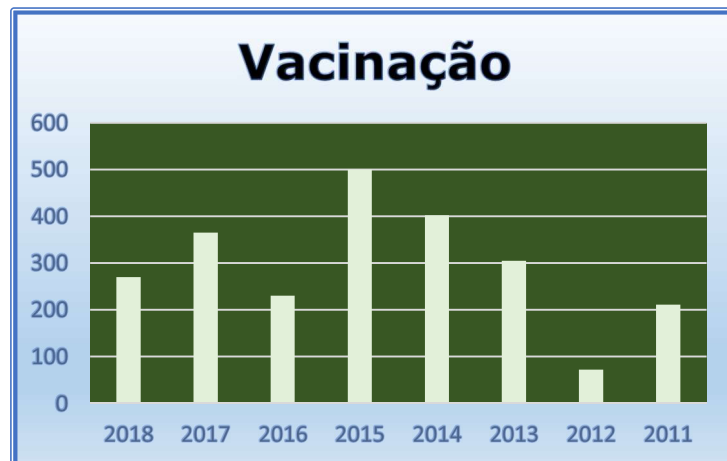


Gráfico 27 – Histórico de realização de Campanha de Vacinação
 Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.



Gráfico 28 – Histórico de realização de atendimento odontológico
 Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

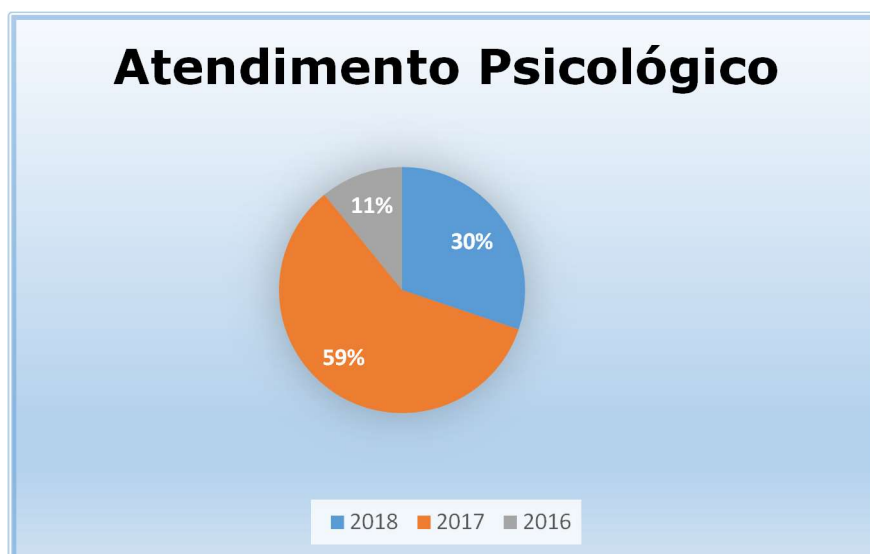


Gráfico 29 – Histórico de realização de atendimento psicológico
 Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

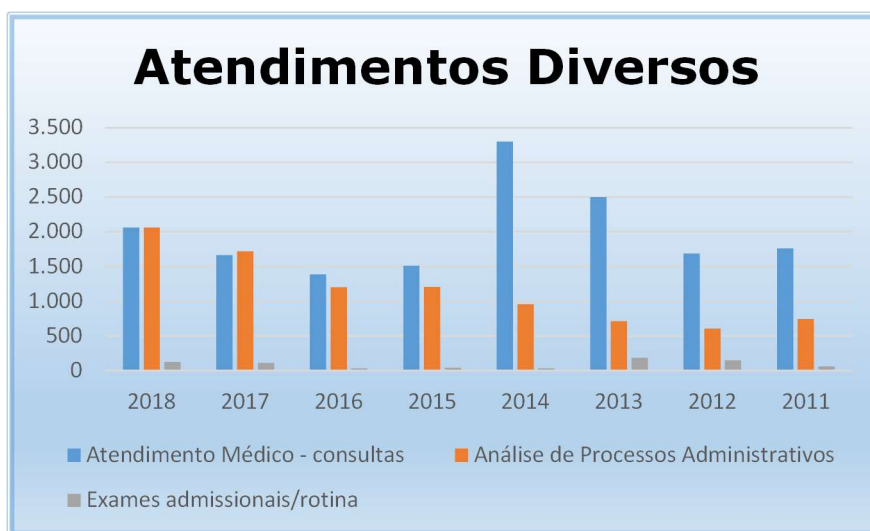


Gráfico 30 – Histórico de realização de atendimentos diversos
 Fonte: Seção de Saúde Funcional-CGP/PGJ, 2018.

7.5 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir:

a) Seção de Manutenção Predial

Tabela 96 - Manutenções Prediais no Interior do Estado

Nº Processo	Nota de Empenho	Localidade	Valor
166942017		EMERGENCIAL VIGGA	R\$ 51.359,57
179362017	2017NE03808	PJ TUNTUM	R\$ 54.111,47
179672017	2017NE03811	PJ RIACHÃO	R\$ 25.362,31
179782017	2017NE03809	PJ PASSAGEM FRANCA	R\$ 52.318,93
181862017	2017NE03796	PJ BALSAS	R\$ 150.316,24
TOTAL			R\$ 333.468,52
Nº Processo	Nota de Empenho	Localidade	Valor
10352018	2018NE00674	PJ OLHO D'ÁGUA	R\$ 11.636,11
10392018	2018NE00673	PJ VITORINO FREIRE	R\$ 20.892,56
23952018	2018NE00672	PJ TASSO FRAGOSO	R\$ 9.391,11
30532018	2018NE00919	PJ GRAJAÚ	R\$ 32.484,04
44512018	2018NE01237	PJ PAULO RAMOS	R\$ 19.034,53
46872018	2018NE01095	PJ AÇAILÂNDIA	R\$ 26.072,49
46882018	2018NE01239	PJ CAROLINA	R\$ 12.525,19
64312018	2018NE01440	PJ VITORINO FREIRE ADT	R\$ 11.138,90
71632018	2018NE01519	PJ PRESIDENTE DUTRA	R\$ 88.207,54
73952018	2018NE01726	PJ SUCUPIRA DO NORTE	R\$ 10.595,38
91442018	2018NE01921	PJ STO ANT LOPES	R\$ 21.663,25
91452018	2018NE01914	PJ ESTREITO	R\$ 41.982,06
91462018	2018NE01920	PJ BURITI BRAVO	R\$ 32.679,89
101502018	2018NE02085	PJ CAROLINA ADT	R\$ 21.776,62
101542018	2018NE02082	PJ TUNTUM ADT	R\$ 32.309,37
101562018	2018NE02052	PJ PAULO RAMOS ADT	R\$ 7.071,23
101572018	2018NE02068	PJ PASSAGEM FRANCA ADT	R\$ 34.993,49
138592018	2018NE02799	PJ PARAIBANO	R\$ 47.099,12
162202018	2018NE03786	PJ IMPERATRIZ	R\$ 86.419,16
165912018	2018NE03216	PJ COLINAS	R\$ 32.765,44
167462018	2018NE03258	PJ BURITI BRAVO ADT	R\$ 21.004,19
167482018	2018NE03384	PJ PRESIDENTE DUTRA ADT	R\$ 74.826,77

189782018	2018NE03587	PJ BALSAS ADT	R\$	124.198,93
189802018	2018NE03647	PJ BARÃO DE GRAJAÚ	R\$	12.235,24
193412018	2018NE03645	PJ S. MATEUS	R\$	38.500,49
194762018	2018NE03646	PJ S. LUÍS GONZAGA	R\$	30.675,26
194772018	2018NE03739	PJ S. DOMINGOS DO MA	R\$	17.610,54
197042018	2018NE03742	PJ S. R. DAS MANGABEIRAS	R\$	24.148,25
198102018	2018NE03741	PJ S. PEDRO DA ÁGUA BRANCA	R\$	32.263,13
206182018	2018NE03738	PJ S. DOMINGOS DO AZEITÃO	R\$	25.415,39
212952018	2018NE03822	PJ ESTREITO	R\$	54.336,84
213322018	2018NE03820	EMPENHO EMERGENCIAL LOTE 01	R\$	84.781,62
213342018	2018NE03819	EMPENHO EMERGENCIAL LOTE 02	R\$	120.312,27
TOTAL			R\$	1.261.046,40
Nº Processo	Nota de Empenho	Localidade	Valor	
17972/2017	1398	Viana	R\$	14.391,22
17938/2017	1397	Monção	R\$	39.864,96
842/2018	589	Arame	R\$	36.085,61
840/2018	591	Bacuri	R\$	5.122,46
837/2018	592	Cândido Mendes	R\$	4.384,17
834/2018	590	São João Batista	R\$	15.425,15
2863/2018	709	São Bento	R\$	30.075,10
2858/2018	912	Matinha	R\$	31.336,97
3537/2018	914	Viana (Serviços Adicionais)	R\$	24.752,29
	1152	Timon	R\$	23.099,50
5150/2018	1153	Caxias	R\$	29.171,55
6385/2018	1349	Bequimão	R\$	17.617,27
3536/2018	1238	Monção (Serviços Adicionais)	R\$	49.289,21
4385/2018	1207	São Vicente Férrer	R\$	31.413,60
15154/2017	3275	Mirinzal	R\$	12.364,19
15149/2017	3272	Guimarães	R\$	30.290,69
15153/2017	3274	Santa Helena	R\$	11.813,02
15151/2017	3273	Pinheiro	R\$	23.773,87
7367/2018	2031	São Bernardo e Tutoia	R\$	207.477,89
12276/2018	2697	Timon (sala shopping)	R\$	19.046,33
7367/2018	2031	Santa Rita	R\$	27.327,38
12482/2018	2609	Santa Luzia do Paruá	R\$	17.849,98
11133/2018	2527	Urbano Santos (Imóvel locado)	R\$	17.977,22
11111/2018	2526	Bequimão (devolução de Imóvel locado)	R\$	15.711,12
14483/2018		Olinda Nova	R\$	49.892,98
11406/2018	2696	Santa Luzia do Tide	R\$	27.868,87
12483/2018	2800	Alcântara	R\$	44.514,23
15612/2018	3648	Bacuri	R\$	22.932,79
20514/2018	3712	Serviços Adicionais - Tutoia e São Bernardo	R\$	133.607,64
TOTAL			R\$	941.651,49

Fonte: COEA/ PGJ, 2018.

Tabela 97 - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva da Capital

	Locais	Valor	Processo
POLC EMPREENHIMENTOS	Raposa	R\$ 19.078,63	17768/2018
	São José de Ribamar	R\$ 26.932,93	17770/2017
	Paço do Lumiar	R\$ 29.196,84	17766/2017
	São Luís	R\$ 197.197,99	17772/2017
	São Luís	R\$ 471.635,50	23722/2018
	São Luís	R\$ 498.507,93	8198/2018
	São Luís	R\$ 498.817,12	15827/2018
	São Luís	R\$ 195.595,95	19328/2018
	TOTAL	R\$ 1.936.962,89	

Fonte: COEA/ PGJ, 2018.

Tabela 98 - Manutenção Predial Corretivas no Interior do Estado

	Nº do Empenho	Valor	Medições
EMPENHOS	2018NE01474	R\$ 479.709,16	1ª Medição R\$ 80.690,42
	2018NE02220	R\$ 200.000,00	2ª Medição R\$ 43.886,11
	2018NE02528	R\$ 200.000,00	3ª Medição R\$ 45.068,32
	2018NE03524	R\$ 200.000,00	4ª Medição R\$ 110.057,93
	2018NE04139	R\$ 84.761,62	5ª Medição
	TOTAL	R\$ 364.470,78	TOTAL
	SALDO	R\$ 84.768,00	

Fonte: COEA/ PGJ, 2018.

b) Seção de Fiscalização de Obras

Quadro 15 - Situação de Obras e Reformas

OBRA E REFORMAS	SITUAÇÃO
1. Reforma Centro Cultural e Administrativo	Em andamento (falta Rec. Provisório)
2. Reforma Promotorias da Capital	Concluída
3. Reforma Urbano Santos	Concluída
4. Construção Santa Helena	Em andamento (falta Rec. Provisório)
5. Construção Rosário	Concluída (falta Rec. Definitivo)
6. Construção Matões	Concluída
7. Construção João Lisboa	Concluída (falta Rec. Definitivo)
8. Construção Coelho Neto	Em andamento
9. Construção Codó	Em andamento
10. Reforma e ampliação Açailândia	Em andamento
11. Construção Caxias	Em andamento
12. Construção anexo Timon	Em andamento
13. Construção da Sede da Promotoria de Bequimão	Em andamento

Fonte: COEA/ PGJ, 2018.

c) Seção de Avaliações e Perícias

Em 2018 foram avaliadas 25 unidades prediais do MPMA, quais sejam: Arame, Coroatá, São Pedro da Água Branca, Monção, Governador Nunes Freire, Poção de Pedras, São Francisco do Maranhão, Buriticupu, Rosário, Buriti Bravo, Araiões, São Bernardo, Carolina, Barão de Grajaú, Pastos Bons, Mirinzal, Olinda Nova, Parnarama, Bacuri, Galpão 23 - São Luís, Barreirinhas, São João dos Patos, Buriticupu, Galpão São Luís, Cururupu.

Quadro 16 - Avaliações e Perícias externas solicitadas por membros do MPMA

	Localidade/Objeto	PROMOTORIA SOLICITANTE
1	Residencial Nestor	2ª PJE
2	UEB Francisco Oliveira Dias	3ª PJ Paço do Lumiar
3	Asfaltamento Jardim São Cristóvão I e II	11ª PJE
4	Vistoria no Presídio Pedrinhas	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
5	Estacionamento Hospital São Domingos	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
6	Análise de Projeto de Acessibilidade Escola Crescimento	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
7	Análise de Projeto de Acessibilidade da Escola Reino Infantil	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
8	Vistoria de Acessibilidade Terminal Hidroviário de Passageiros da Ponta da Espera	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
9	Vistoria de Acessibilidade na Residência Inclusiva	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
10	Vistoria no Comercial Dal Plaza	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
11	Vistoria de Acessibilidade Banco do Brasil Pç. Deodoro	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
12	Vistoria de Acessibilidade Ginásio Georgiana Pflugler	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
13	Vistoria no Centro de Saúde Laura Vasconcelos	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
14	Vistoria Comercial Belo Center	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
15	Vistoria Delegacias Apicum, 1º DP, Delegacia de Trânsito	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
16	Vistoria Laboratório Gaspar	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
17	Vistoria Acessibilidade Escola Dra. Maria Amélia Bastos	3ª PJCSJR
18	Vistoria Abastecimento de Água Loteamento Saramanta	3ª PJPLU
19	Vistoria UEB Francisco Oliveira Dias	3ª PJPLU
20	Vistoria Avenida Principal Bairro Maracujá	8ª PJESLZ
21	Vistoria Casa de Acolhimento Temporário	11ª PJE
22	Vistoria Centro Pop - Cohab	11ª PJE
23	Vistoria Centro Pop - Centro	11ª PJE
24	Vistoria Realocação de Evento Madre Deus	11ª PJE
25	Vistoria Mercado Municipal da Cidade Operária	11ª PJE
26	Vistoria em Ruas Jardim São Cristóvão	11ª PJE
27	Vistoria em Ruas Cidade Operária Unidade 201	11ª PJE
28	Vistoria em Ruas Cidade Operária Unidade 203	11ª PJE
29	Vistoria em Ruas Cidade Operária Unidade 205	11ª PJE
30	Vistoria de Acessibilidade Residência na 4ª Centenário	16ª PJE
31	Vistoria Pavimentação Av. Getúlio Vargas - Benedito Leite	PJSDA

32	Vistoria em Terrenos da APACO e Igreja Assembleia de Deus	1ª PJEFES
33	Vistoria em Rede Coletora de Esgotos Ponta Da Areia	
34	Análise de Projeto de Fábrica de Ração em Balsas - MA	29ª PJE Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa
35	Vistoria de Pavimentação de Estradas em Poção de Pedras	
36	Análise de Processo Licitatório e Obras Estádios Jairzão e Beira Rio	28ª PJE Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa
37	Análise Documental de Indicação de parcelas de maior relevância em RDC 005/2017	Assessoria Especial de Investigação
38	Vistoria reforma de Escolas Municipais - Passagem Franca	Assessoria Especial de Investigação
39	Vistoria melhoramento de Estradas Vicinais	Assessoria Especial de Investigação
40	Vistoria Pavimentação AAUQ - Povoado Lucindo	Assessoria Especial de Investigação
41	Vistoria Pavimentação Asfáltica Pov. Canafistula João Pedro e Ludujero	Assessoria Especial de Investigação
42	Vistoria Ponte Estrut. Mista Pov. Alto Brilhante	Assessoria Especial de Investigação
43	Análise RDC SECID Liberdade	30ª PJE Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa
44	Vistoria Bueiros Sucupira do Riachão	Promotoria de São João dos Patos
45	Análise Quadra Poliesportiva Sucupira do Riachão	Promotoria de São João dos Patos

Fonte: COEA/ PGJ, 2018.

d) Seção de Projetos

Foram elaborados os seguintes projetos básicos para abertura de processo licitatório:

- Ampliação do Estacionamento das Promotorias da Capital;
- Construção da Sede da Promotoria de Governador Nunes Freire;
- Construção da Sede da Promotoria de Barra do Corda;
- Construção da Promotoria de São José de Ribamar;
- Licitação do Projeto Executivo da Passarela de Interligação entre os Prédios da PGJ e das Promotorias da Capital.

7.6 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)



A CSG administra a coleta seletiva no MPMA

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte e Análise de Custos. Concernente à limpeza e conservação predial para atender as Promotorias de Justiça do interior, licitamos e contratamos uma empresa especializada neste serviço, compreendendo também

cargos de motoristas, a fim de contemplar a Promotoria de Justiça de Imperatriz.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película; e fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso planejado para esses serviços.



O estacionamento integra o Programa de Sustentabilidade com a carona solidária

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços com maior qualidade.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na busca de novos imóveis com melhor estrutura para abrigar e funcionar as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria, através de locações, inclusive com a renegociação dos valores já contratados.



Reunião para adesão do MPMA ao Programa EcoCemar

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, aderimos aos Programas da CEMAR, “EcoCemar” que trabalha com a coleta de resíduos sólidos de maneira correta. Ainda na esteira da redução de gastos, a Administração Superior implantou o programa de redução de custos,

premiando as Promotorias de Justiça que conseguirem reduzir os custos de energia elétrica e água.

Deu-se continuidade no programa “Promotoria Legal”, onde os Coordenadores de Serviços Gerais, de Engenharia e de Informática, visitam juntos as Promotorias para verificar as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, acessibilidade, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, assim como a configuração da rede interna, além de atendimento de móveis e equipamentos em geral.

Seguem, em anexo, o demonstrativo realizado em 2018, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 99 – Demonstrativo de despesas fixas em 2018

DESPESAS FIXAS	VALOR (R\$)
Contrato de Locação de Imóveis	2.181.109,38
Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior	4.395.445,49
Serviço de Motorista	3.532.851,88
Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior	977.748,60
Manutenção de Elevadores	11.156,76
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	266.115,20
Fornecimento de Luz	3.520.281,09
Fornecimento de Água e Esgoto	415.062,47

Serviço de Telefonia Fixa	552.439,51
Serviço de Telefonia Móvel	975.898,47
Serviço de Postagem	548.997,14
Manutenção de Central Telefônica	153.300,00
Locação de Central Telefônica	51.382,54
Serviço de Seguro Total de Veículos	155.412,28
Fornecimento de Combustível	860.953,88
TOTAL DESPESAS FIXAS	18.598.154,69

Fonte: CSG/PGJ, 2018.

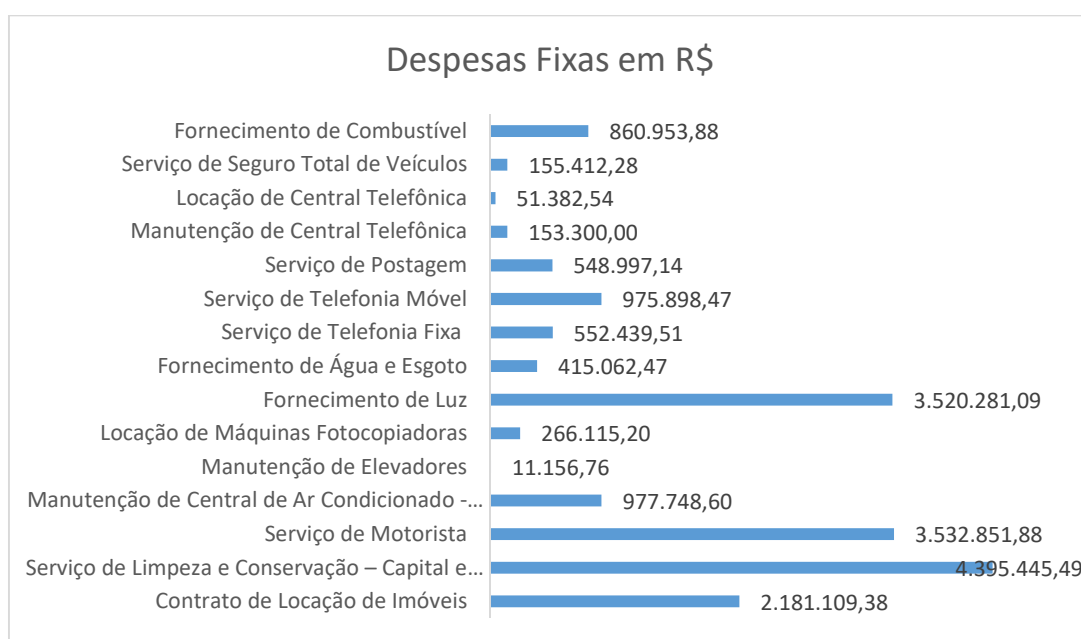


Gráfico 31 – Despesas Fixas

Fonte: CSG/PGJ, 2018.

Tabela 100 – Demonstrativo de despesas variáveis em 2018

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
Manutenção de Veículos	1.290.541,32
Confecção de Chaves e Carimbos	12.416,02
Fornecimento e Instalação de Cerca Elétrica	259.503,40
Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização	37.562,43
Instalação de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior	112.122,00
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	1.712.145,17

Fonte: CSG/PGJ, 2018.

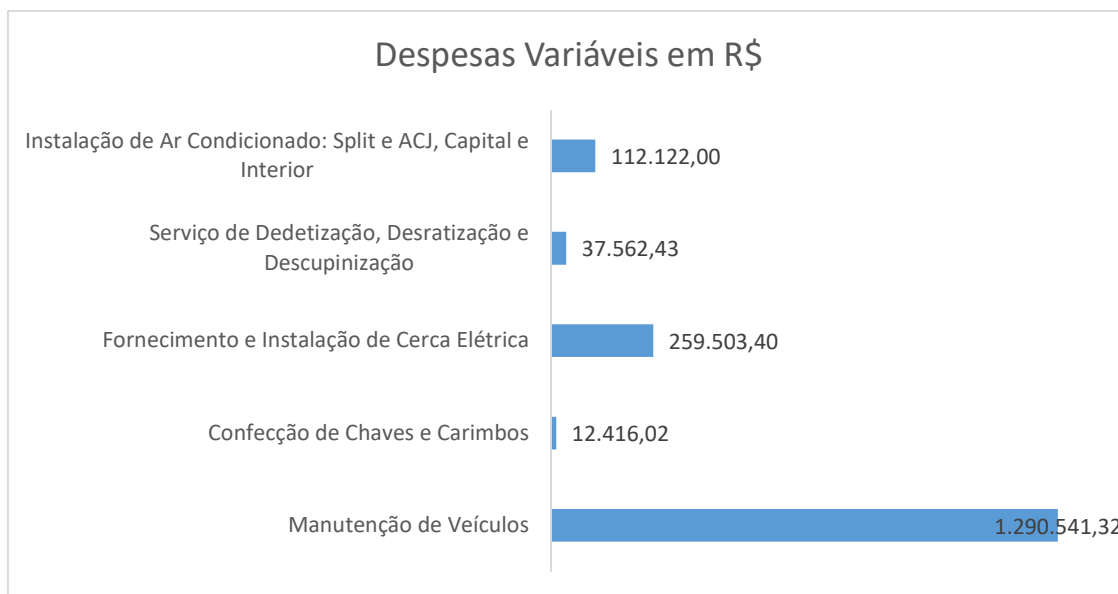


Gráfico 32 – Despesas Variáveis

Fonte: CSG/PGJ, 2018.

Tabela 101 – Despesas com frota de veículos do MPMA

DESPESAS – VEÍCULOS	VALOR (R\$)
Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	7.739,46
Manutenção de Veículos (serviços)	412.853,67
Aquisição de Peças	877.687,65
Fornecimento de Combustível	860.953,88
Serviço de Seguro Total de Veículos	155.412,28
TOTAL DE DESPESAS VEÍCULOS	2.314.646,94
LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	QUANTIDADE
Procuradoria Geral de Justiça	54
Promotorias de Justiça da Capital	15
Promotorias de Justiça do Interior	118
TOTAL DE VEÍCULOS	187

Fonte: CSG/PGJ, 2018.

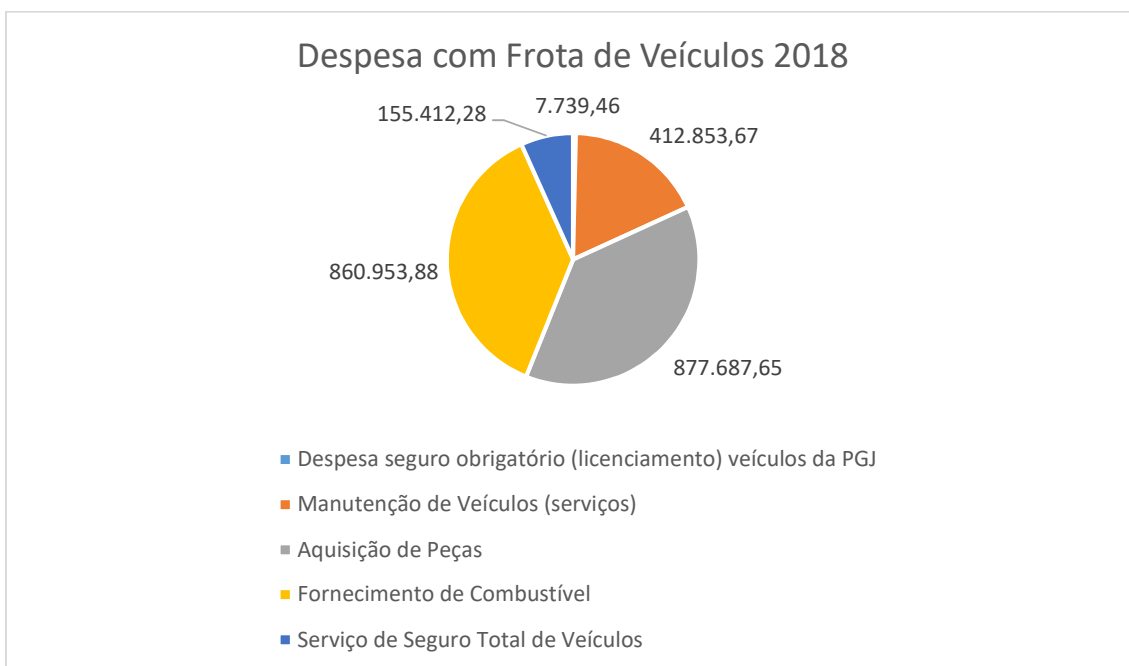


Gráfico 33 – Despesas com frota de veículos
 Fonte: CSG/PGJ, 2018.

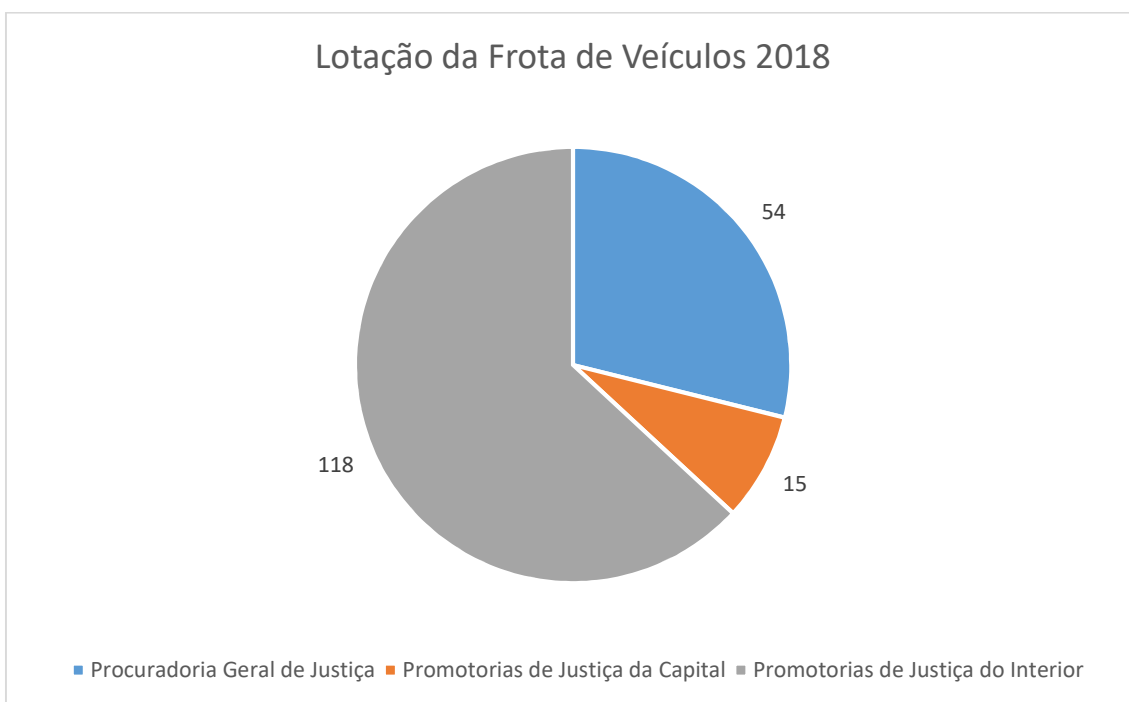


Gráfico 34 – Lotação da frota de veículos
 Fonte: CSG/PGJ, 2018.

7.7 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)



A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do *Parquet* Maranhense, visando garantir a

guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Esta coordenadoria secretaria a *Comissão Gestora do Programa Memória Institucional*, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Maranhense, em prol desse compromisso institucional do Procurador-Geral de Justiça.

Esta unidade administrativa também integra a *Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Programa de Gestão de Documentos*, responsável pela iniciativa e implementação de políticas voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Em 26.6.2018, foi lançado o *aplicativo “MPMA Cidadão”*, voltado principalmente para o cidadão e com o objetivo de promover maior interação com o órgão. Esse aplicativo foi idealizado pela Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), em parceria com a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca e desenvolvido pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, em quatro funcionalidades: Instituição, Manifestação, Processos e Promotorias.

Registra-se que esta coordenadoria recebeu da Administração Superior, em 17.12.2018, premiação de reconhecimento da *“Iniciativa Destaque: Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão - DEMP-MA”*, meio oficial de publicação, divulgação e comunicação de seus atos processuais e administrativos em ambas as instâncias, como iniciativa administrativa ecologicamente sustentável, que auxilia a resolutividade e a efetividade dos processos institucionais.

Portanto, ao longo do exercício de 2018, com o apoio, esta coordenadoria buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as

metas da Instituição, para contemplar as necessidades informacionais dos Membros, Assessores e Servidores e da comunidade em geral, por meio das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos:

a) Gestão e Fiscalização de Contratos

- Proposição de processos administrativos e acompanhamento da execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos, que visam a promover efetividade às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria;
- Veiculação de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em Jornais Locais;
- Fornecimento e assinatura de Jornais Locais;
- Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos;
- Aquisição de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);
- Formatação e diagramação de obras institucionais;
- Suporte técnico e manutenção ao Sistema de Automação de Bibliotecas - SIABI;
- Assinatura de plataforma virtual de consulta jurídica aos Membros do MPMA, Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Biblioteca/PGJ e à Biblioteca da Escola Superior do MPMA;
- Renovação de aplicativos de cálculos de correção monetária e liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd;
- Apoio para a aquisição de terminais de autoatendimento (“totens eletrônicos”) ao Memorial do MPMA;
- Contratação de serviços e de aquisição de bens, via adiantamento, em prol da reinauguração do Memorial, em 14.12.2018, no Centro Cultural e Administrativo do MPMA (antiga Sede PGJ – Rua Oswaldo Cruz, Centro).

b) Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais



Enfatiza-se que, no ano de 2018, sob a supervisão da Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais, promoveu-se intensa produção editorial e respectiva execução contratual de materiais gráficos, com o fito de suprir as necessidades de divulgação de diversas ações, programas e projetos da Instituição de relevante impacto social:

- Organização, normalização e distribuição da “Revista do MPMA - Juris Itinera”, nº. 24, 2017 (anual);
- Normalização e supervisão editorial do “Relatório de Atividades MPMA – 2017”;
- Normalização, editoração e distribuição do relatório “O Timbira: Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público” (2017);
- Normalização, editoração e distribuição da obra “Caso dos Meninos Emasculados do Maranhão”, do Plano Editorial do Programa Memória Institucional, como registro historiográfico de atuação institucional pela efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes;
- Confecção de exemplares da cartilha “Carne e Leite: de olho na qualidade”, requerida pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do

Consumidor (CAOP Consumidor);

- Confecção de exemplares da cartilha “Dinheiro custa dinheiro” do Banco Central do Brasil, requerida pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP Consumidor);
- Supervisão editorial e normalização da obra “Da Violência Doméstica à Alienação Parental: um debate necessário”, parte integrante do “Projeto OHANA”;
- Confecção de exemplares da cartilha “Projeto OHANA: restaurando a imagem da família e a dignidade da mulher”;
- Supervisão editorial do “Portfólio de Projetos MPMA”;
- Supervisão editorial e normalização do livro “Marcos Legais do Sistema de Proteção à vida”, organizado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos – CAOP/DH;
- Supervisão editorial do “Informativo MP Memória”, Nº 14 (Dez/2018) do Programa Memória Institucional, com registro de importantes marcos da história recente do MPMA;
- Organização e distribuição da “Agenda MPMA / AMPEM 2019”;
- Revisão e distribuição do “Calendário MPMA / AMPEM 2019” e do “MousePad MPMA 2019”.

c) Política de Atendimento ao Usuário

A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2017-2018) dos produtos e serviços oferecidos por esta coordenadoria aos seus clientes:

Tabela 102 - Utilização de Serviços e Produtos

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2017	2018
Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	655	818
Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos Membros, servidores e comunidade em geral)	623	654
Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “Legislação Interna”	170	212

(Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna)		
Consultas locais ao acervo bibliográfico	201	124
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	602	249
Pesquisa On Line (Sistema SIABI Web)	142	166*
Renovações On Line (Sistema SIABI Web)	65	48
Cadastro de usuários (Sistema SIABI Web)	34	25*
Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link virtual “Portal da Transparência”	104	127
Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (DJE/MA)	4.658	3.953*
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	4.658	4.940*
Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail das Resoluções, Atos Regulamentares, Portarias, Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta publicados no DEMP/MA à Administração Superior, Membros e respectivas Promotorias de Justiça)	3.156	3.348
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	239	238

* O SIABI estava em manutenção

Fonte: CDB/PGJ, 2018.

d) Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

Pela tabela abaixo, registra-se o comparativo anual do desenvolvimento das coleções bibliográficas:

Tabela 103 - Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2017	2018
Aquisição de livros (compra)*	-	-
Aquisição de livros (doação)	45	29
Renovação / assinatura de periódicos jurídicos impressos	1	1
Aquisição de periódicos jurídicos (doação)	20	20
Inclusão de fascículos de periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	6	6**
Inclusão de livros no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	25	25**

** O SIABI estava em manutenção

Fonte: CDB/PGJ, 2018.

e) Outras ações importantes

Nas tabelas abaixo, apresenta-se o comparativo anual das rotinas administrativas internas desenvolvidas por esta coordenadoria e outras atividades realizadas pelas Seções de Protocolo e de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão:

Tabela 104 – Rotinas administrativas internas desenvolvidas pela CDB/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
Movimentações e Despachos via Sistema DIGIDOC	615	498
Expedição de Correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	539	409

Fonte: CDB/PGJ, 2018.

Tabela 105 – Atividades realizadas pela Seção de Protocolo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
Recebimento/Autuação de Requisições e Processos no Sistema DIGIDOC (DIGIDOC - Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos do MPMA)	1.601	3.293
Registro e Autuação de Notícias de Fato, Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis, Peças de Informação e Procedimentos Preparatórios (SIMP) (SIMP - Sistema Integrado do Ministério Público)	2.452	1.644
Memorandos expedidos	22	6
Expedição de Correspondências (via Sistema SIGEP Web Correios)	176	212
Expedição de Certidão	-	3
Solicitação de Veículos	-	20

Fonte: Protocolo/PGJ, 2018.

Tabela 106 – Atividades realizadas pela Seção de Arquivo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
Recebimento de processos e caixas de documentos para guarda (Sistema de Protocolo administrativo e/ou Livro de Protocolo)	9.122	6.487
Consulta e remessa de processos e caixas de documentos arquivados (Sistema de Protocolo administrativo e/ou Livro de Protocolo)	1.663	403
Remessa de caixas-arquivo à Empresa contratada para prestação dos serviços de guarda e gerenciamento externo de documentos	304	516
Processos administrativos físicos recebidos pelo DIGIDOC	-	612
Processos (atividade-fim) físicos recebidos pelo SIMP	-	113

Fonte: Arquivo/PGJ, 2018.

7.8 Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

a) Do serviço de Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Imprensa, em linhas gerais, faz a ponte entre o Ministério Público e os veículos de comunicação. Inclui a divulgação de releases e sugestões de pauta; a postagem das matérias jornalísticas no site institucional, assim como o envio dessas matérias para toda a imprensa; o agendamento de entrevistas; a produção e realização de coletivas de imprensa e a redação de notas institucionais.

No ano de 2018, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional **842 matérias**. No mesmo ano, foram realizados **300 atendimentos** à imprensa. Tais atendimentos correspondem à solicitação e marcação de entrevistas com membros, além da prestação de informações e esclarecimentos de dúvidas. O total de acessos às matérias postadas no site do MPMA, no ano de 2018, foi de **377.913**. Foram divulgados **133 avisos**, com **52.112 visualizações**.

b) Programa de Rádio Estação MP



Membros participam do Estação MP

O programa de rádio **Estação MP** é produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação e veiculado aos sábados, na rádio Jovem Pan News – São Luís AM, de 9h às 10h. Em 2018, o programa Estação MP teve **27 edições**. Todos os programas são disponibilizados no site institucional. No total, foram **14.279 acessos**.

- Produção do informativo semanal para a Rádio Timbira

O informativo para Rádio Timbira é resultado de uma parceria do MPMA com a referida rádio. Na programação de sexta-feira, o informativo com resumo das notícias do MPMA era veiculado durante 5 minutos. Todo material foi produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação. No total, foram produzidas **54 edições** do informativo.

c) Gerenciamento das redes sociais do MPMA



O Ministério Público do Maranhão possui as seguintes redes sociais: *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e um canal no *YouTube*. Em 2018 observou-se a expansão das redes sociais do MPMA, tanto no número de seguidores quanto na quantidade de material produzido especificamente para tais canais.

- Facebook

A *fanpage* do MPMA, em 2018, teve **4.373 curtidas**. Um total de **256** curtidas a mais do que o registrado no ano anterior. Foram 572 novas publicações, com alcance de 2.496 visualizações.

- Instagram

Em 2018, foram feitas **672 postagens** no Instagram do MPMA. O número de seguidores aumentou significativamente: passou de 3.437 em 2017, para **11.472** em 2018. Média de 6.144 novos seguidores e 27 mil visualizações do perfil.

- Twitter

Em 2018, o número de seguidores passou de 346 (em 2017) para 610. Um aumento de **56,72%**. Foram 432 novos *tweets*, com 144 menções ao perfil do MPMA.

Fonte: Facebook, Twitter, Instagram e Planilha de Controle da Coord. Comunicação.

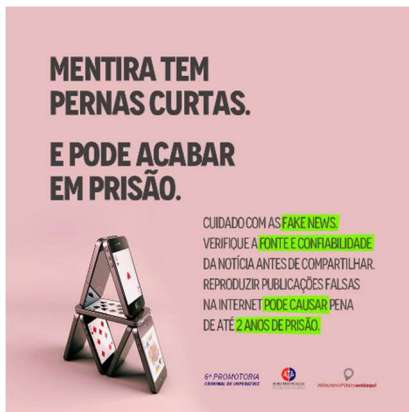
d) Apoio na realização de eventos internos

O suporte aos eventos internos é uma das atividades da CCOM, realizada em parceria com a Chefia de Cerimonial, Secretaria para Assuntos Institucionais e Seção de Saúde Funcional. Os eventos realizados em datas comemorativas como Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor Público e festa de confraternização de fim de ano, além das ações

promovidas pela Seção de Saúde Funcional (como Feirinhas de Nutrição, eventos do Mais Saúde e Sabadão da Saúde) são alguns dos exemplos de trabalhos realizados pela CCOM.

- **Campanhas/Ações Institucionais e Produção Gráfica**

- Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?
- Maria da Penha em Ação
- Campanha de Redução de Gastos
- 18 de maio – Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes
- Integrar
- Ler, Escrever, Pensar: conscientizar para transformar.
- Setembro Amarelo
- Promotoria do Idoso
- Prêmio André Arouche
- Prêmio MPMA de Jornalismo
- Maranhão na Prevenção às Drogas
- Campanha Municípios “Conte com a gente”
- Encontros Regionais de Gestão Estratégica
- Inauguração das Promotorias
- Diálogo Institucional
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – Informativos Mais Saúde
- Eventos institucionais
- Prêmio CNMP
- Campanha Chuva de Prêmios
- Promotoria Itinerante – audiências públicas de instalação e encerramento
- Campanha Violência contra a Mulher e alienação parental
- Rede de Controle da Gestão Pública
- Passeio Ciclístico Contra a Corrupção
- Projeto Conversando com Elas
- Servidor Destaque
- Natal
- Natal dos Correios
- Congresso Estadual do MPMA
- Medalhas
- Centro Cultural
- Certificados ESMP
- Reunião CNOMP
- Programa De Olho na Constituição
- Seminário de Municipalização do Trânsito
- Ações CAOp-Idoso
- Projeto Educação Financeira (CAOp-Consumidor)
- Coordenadoria de Administração
- Jornada Municipal de Políticas Públicas e Conselhos Municipais
- Seminário 30 anos da Constituição
- Concurso Estágio Pós-Graduação
- Caso Meninos do Trem
- I Simpósio das Promotorias Especializadas em Associações e Fundações
- Oficina Rotinas Administrativas
- Desafios de Prevenção e Combate à Alienação Parental
- Campanha Redes Sociais “Diga o que pensa sem ofender”
- Campanha Bebida Alcoólica
- Curso de Júri
- Audiência Pública – Poluição Sonora (Em Carolina)
- Campanha Sobre Divulgação Indevida de Imagens
- Seminário Estadual do Sistema de Proteção à Vida



- Produção do programa MPTV



O MPTV é o programa produzido pela Coordenadoria de Comunicação em parceria com a TV Assembleia. É veiculado semanalmente no canal 51.2 (TV aberta) e canal 17 (TVN). O programa também é disponibilizado no canal do MPMA no *YouTube*. Durante o ano de 2018, foram produzidas e veiculadas **38 edições** do programa, sendo 12 exclusivamente para o *YouTube* e 26 em parceria com a TV Assembleia. No total, os programas produzidos tiveram 2.209 visualizações, apenas no canal do *YouTube*.

- Produção de Vídeos Institucionais

Em 2018, foram produzidos vídeos sobre:

- Meninos do Trem
- Especial Fim de Ano
- Lançamento MP Cultural

- Diálogo Institucional com o PGJ

O Diálogo Institucional com o PGJ é um produto de comunicação especificamente eletrônico enviado semanalmente, através de lista de transmissão de *Whatsapp*, aos membros



Ministério Público do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça

do MPMA. O foco do informativo é divulgar as principais notícias da semana, disponibilizando um link para o acesso à matéria completa disponível no site do MPMA. Em 2018, foram produzidas **49 edições** do informativo.

e) Comunicação Interna (mídia indoor, murais, e-mails institucionais, avisos no sistema de som)

- Mídia Indoor

A mídia indoor é uma ferramenta de comunicação interna disponível na sede da PGJ, cujo material é produzido pela equipe da Coordenadoria. No ano de 2018, foram produzidos **158 cards** específicos para mídia indoor, relativos às ações institucionais, avisos, eventos e campanhas.

- Murais e e-mails institucionais e avisos no sistema de som

O fluxo de informação nos murais, e-mails institucionais e avisos no sistema de som é alto, visto que a atualização é praticamente diária.

- Clipping

A Coordenadoria de Comunicação realiza, diariamente, o clipping. Isso significa acompanhar tudo o que é veiculado na mídia impressa local sobre o Ministério Público, tanto fatos positivos quanto negativos. Atualmente, o clipping é disponibilizado no site.

- *Media Training* Jurídico

O *media training* jurídico foi estabelecido como meta para a Coordenadoria de Comunicação e tem base na necessidade de capacitar os membros do MPMA para o relacionamento com a imprensa. Assim, nos dias 20 e 21 de setembro, a Coordenadoria de Comunicação realizou a primeira edição do *Media Training* Jurídico, em Imperatriz.

f) Novo produto de comunicação: Rádio Web

O projeto de Rádio Web do MPMA foi planejado pela Coordenadoria de Comunicação durante todo o ano de 2018. Assim, em dezembro de 2018 foi montado, na sala do 7º andar, a estrutura da rádio. A empresa

responsável forneceu os equipamentos, o software e o treinamento necessário – conforme previsto em contrato. O conteúdo é de responsabilidade da CCOM.

Pelo sistema, a programação será veiculada 24h por dia, 7 dias por semana. A programação pode incluir coberturas de eventos institucionais ao vivo, entrevistas, boletins de notícias, programação musical, dentre outros. A rede possui 2.200 emissoras AM e FM de todo o Brasil cadastradas. Além disso, o sistema permite que o material produzido seja enviado para as rádios do interior do estado e fornece os dados para monitoramento da replicação das notícias. Isso amplia o alcance do trabalho realizado, contribui para o fortalecimento da imagem institucional, permite uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos e dá maior dinamicidade à comunicação institucional.

A rádio pode ser ouvida pelos computadores e por aplicativos de smartphone, além de poder ser veiculada internamente nos ambientes do MPMA. Entre dezembro/2018 e janeiro/2019 foram produzidas e distribuídas 70 matérias de interesse do MPMA. Essas matérias tiveram 2.470 veiculações em rádios AM e FM Comerciais, Comunitárias e Educativas. Considerando o tempo médio de 2 minutos por matérias, foram 82 horas de exposição dos assuntos de interesse o MPMA. A cobertura alcançou 833 rádios em todo o Brasil.

7.9 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos,

suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações, tudo isso alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, versão 2017-2021.

As atividades foram divididas pelas áreas de atuação desta Coordenadoria e suas seções.

Coordenadoria

a) Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2018

Foram 36 processos no total, evidenciando o resultado de esforços gerados pela equipe técnica da CMTI no planejamento, gestão e fiscalização das contratações de TI.

Tabela 107 - Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições

Nº.	Vigência	Objeto	Tipo
01/2018	43597	Impressora Laser	Investimento
02/2018	43568	Leitor Biométrico	Consumo
61/2017	43540	Memória RAM DDR3-1600Mhz	Consumo
60/2017	43439	Mouse e Multímetro	Consumo
38/2017	43293	Certificado Digital e visita técnica	Consumo
74/2017	43455	Ativos de Rede Local	Investimento
64/2017	43439	Hd sata notebook	Consumo
63/2017	43439	Fonte e Fusor de Impressora	Consumo
62/2017	43439	Placa de rede, placa mãe, teclado e hd 4tb	Consumo
59/2017	43439	Bateria Lítio e Pasta Térmica	Consumo
58/2017	43439	Fonte carregador notebook	Consumo
75/2017	43455	Scanner	Investimento
52/2017	43377	Cartões smartcard	Consumo
57/2017	43421	Atualização de licenças e Upgrade F-Secure (antivírus)	Serviço
24/2017	43232	Solução de Backup e Recovery	Investimento e Serviço
37/2017	43289	Link de Acesso à Internet	Serviço
25/2017	43244	Solução em nuvem	Serviço
23/2017	43231	Switches	Investimento
11/2017	43217	Soluções em Videoconferência	Investimento
49/2018	43727	Estabilizadores	Investimento
50/2018	43727	Transformadores	Investimento

57/2018	43776	Data Discovery/Business Discovery QlikSense/QlikView - BI	Investimento e Serviço
62/2018	43426	Impressoras Térmicas	Investimento

Fonte: CMTI/PGJ, 2018.

- **Adesões a Atas de Registro de Preços pela Procuradoria Geral de Justiça:**

Ao longo do ano de 2018 foram contabilizados 16 (dezesesseis) pedidos de adesão às atas de registro de preços oriundos de pregões eletrônicos previstos e planejados no PDTI, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 108 – Adesões a Atas de Registro de Preços

Nº.	PA	Origem	Assunto	Situação
1	53972018	Ofício N° 10/2018-DET - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) - ARP N° 11/2017	Bens de Videoconferência	Aceita
2	72252018	Ofício N° 6/2018/DTI Secretaria de Estado da Fazenda do Pará - Ata N° 024/2017	Solução de Backup	Aceita
3	3372018	Ofício DITEC/SUPRO/GETIS/2017/001 – Banco de Brasília - Adesão à ARP 24/2017 Pregão Eletrônico 11/2017	Solução de Backup	Aceita
4	14242018	Ofício N° 12/2018 - Ref. GP/AL – Assembleia Legislativa de Sergipe/AL – Ata N° 57/2017	Licenças e Upgrade F-Secure	Aceita
5	32332018	Ofício N° 18/SMF/2018-Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói – Ata N° 42/2017	Licenças e Upgrade F-Secure	Valores Foram Modificados
6	43232018	Ofício N°154/2018/DPGE/GAB - Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – Ata N° 37/2017	Serviço Continuado de Acesso à Internet	Em Deliberação
7	14912018	Ofício N° 550-SMF-2017 - Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói	Solução de Backup	Aceita
8	72962018	Ofício N° GTI-010/2018 Referente a Ata N° 24/2017 – Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Solução de Backup	Aceita
9	89782018	Ofício SEI N° 16/2018/DMP Adesão a Ata N° 01/2018 - MP Rondônia	Impressoras	Aceita
10	90632018	Ofício N° 047/2018-GLC Adesão a ARP N° 075/2017 – Prefeitura de Água Boa/ MT	Scanners	Aceita
11	101142018	Ofício N° 046/2018-SAF/PGE do Superintendente Administrativo e Financeiro de Recife/PE – ARP N° 75/2017	Scanners	Aceita

12	131012018	Ofício Nº 439/2018/CFFA do Conselho Federal de Fonoaudiologia – ARP Nº 75/2017	Scanners	Aceita
13	72972018	Ofício Nº 003/2018-DAP-Fortaleza/IFCE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – ARP Nº 46/2017	Seria pedido de Scanner, mas a Ata citada não é de Scanner	Indeferida
14	191582018	Ofício Nº 702/2018-GAB/SEAGP da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura de Recife – ARP Nº 75/2017	Scanners	Aceita
15	214362018	Ofício Nº 866/2018 - Prefeitura de Fortaleza/CE - ARP Nº75/2017	Scanners	Em Deliberação
16	210252018	Ofício Nº 156/2018-Gab - Procuradoria Geral do Município de Salvador - ARP Nº 57/2018	Bi Qliksense / Qlikview	Em Deliberação

Fonte: CMTI/PGJ, 2018.

b) Entrega da Infraestrutura de automação das Promotorias de Justiça da Capital (PJ Capital) – PA 13721AD/2016

Projeto e execução finalizados. Execução em fase de operação assistida.

- **Plataforma de Firewall para Segurança da Informação**

Implantação de solução avançada de segurança da informação *Fortigate 1500D*, naquilo que há de mais moderno na proteção contra múltiplas ameaças digitais e ferramentas de inteligência contra ataques complexos, como *antimalwares*, *antispywares*, *antiDDoS*, integrando funcionalidades indispensáveis para proteger a Instituição das ameaças atuais, com processamento de tráfego com baixa latência, filtro de conteúdo, possibilitando o controle de aplicações, tudo isso com alta disponibilidade e integração com a base de usuários do domínio do MPMA (*Active Directory*). Dentre as várias vantagens dessa solução em relação à anterior é a visibilidade de relatórios e informações que antes eram impossíveis de se obter.

- **Solução de Backup e Recovery**

A aquisição dessa solução possibilitou um maior nível de proteção aos dados críticos do MPMA, destacando-se as informações do SIMP, DIGIDOC, GESP, Folha de Pagamento, dentre outros, de forma segura, com alto grau de compressão e redução/eliminação de informações em duplicidade, em conformidade com as necessidades atuais e futuras da CMTI, além de atender à recomendação do CNMP.

- **Melhoria no Portal da Transparência**

As adequações no portal da transparência, de modo a automatizar a maior parte dos relatórios, exibindo-os de modo online a medida em que os sistemas internos são atualizados, sem a necessidade de intervenção humana para publicações dos relatórios no portal, contribuíram para otimizar o trabalho das unidades e atualizações do portal da transparência em tempo real, possibilitando 100% do atendimento às legislações vigentes e às exigências de transparência do Conselho Nacional do Ministério Público.

- **Aplicativo CNOMP – Registro de denúncias**

Aplicativo móvel desenvolvido para o Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), visando explorar a manifestação de impulso, capturando a motivação causada pela indignação autêntica diante de cenários de ruptura social. Permite ao cidadão realizar o reporte de maneira rápida, garantindo que as informações essenciais, como fotos, localização e informações temporais sejam fornecidas sem dificuldades. A plataforma é projetada para uso em *Android* e *iOS* e já está disponível na primeira. Foi desenvolvida em conjunto com um *Data Pump*, ferramenta de integração com os sistemas locais das Ouvidorias das unidades, tendo a cessão da solução como núcleo da etapa de planejamento da distribuição.

- **Aplicativo MP Cidadão**



MPMA Cidadão

Ministério Público do Estado do Mara..



INSTALAR

Aplicativo móvel desenvolvido para fortalecer a relação institucional com a sociedade. Oferece uma forma mais prática e rápida de acesso às notícias publicadas no portal e às principais páginas informativas institucionais, como: Colégio de Procuradores, Procuradoria Geral, Corregedoria, Ouvidoria e Escola Superior, bem como redes sociais oficiais. Conta ainda com mapa interativo das Promotorias e

mecanismo de busca rápida de processos (SIMP e Digidoc) e manifestações para a Ouvidoria, com foco na simplicidade e captura da ação por impulso.

- **Rede própria de Dados – Fase 01 (Comarca da Promotorias de Justiça da Ilha)**

Iniciado o projeto para implantação da rede própria de dados na Ilha de São Luís,

contemplando todas as unidades do Ministério Público do Maranhão, localizadas na Capital e municípios do entorno, como São José de Ribamar e Paço do Lumiar. O objetivo desse projeto é interligar todas as promotorias de justiça da grande ilha na fibra óptica da Secretaria de Segurança do Estado, convergindo para a sede da PGJ-MA onde se concentram a chegada dos demais circuitos. O objetivo é a redução de custos com link de dados, e aumento na qualidade/velocidade de acesso à rede internet e demais serviços de TI disponibilizados pela Instituição. Atualmente, encontra-se em fase final de celebração de convênio, já com mapeamento e memorial descritivo com os materiais e serviços a serem aplicados em cada unidade.

- **Aquisição de Distribuição de *Ultrabooks* e Maletas**

Adquiridos e distribuídos 350 equipamentos portáteis do tipo *ultrabooks*, acompanhados das maletas para uso nas atividades ministeriais por parte dos Membros da Instituição.

- **Implantação da nova Intranet**

A página da Intranet Institucional foi completamente redesenhada, ficando mais atraente e acessível. O novo *layout* foi concebido de forma a proporcionar uma navegação intuitiva, bem como facilitar a visualização em dispositivos móveis.

- **Aquisição de *webcams* e *headsets***

Para uso em gravação de oitivas de testemunhas e para reuniões através de recursos de videoconferência *hangouts*, os equipamentos permitiram o uso de treinamentos simultâneos e remotos de diversas promotorias de justiça, especificamente na implantação do SIMP.

- **Aquisição de Ativos de Rede para as Promotorias do Interior do Estado**

Adquiridos 200 novos switches para otimizar o acesso à rede lógica nas promotorias de justiça do Interior do Estado, permitindo a integração com o serviço de videomonitoramento e a interligação interna dos equipamentos. Estes novos equipamentos permitem a conexão de até 48 computadores, simultaneamente, à rede do MPMA, em cada promotoria.

- **Ferramenta de Gestão de Contratos Administrativos – ContratosGOV**

Implementada no início de 2018, a ferramenta de gestão de contratos administrativos ContratosGOV é um sistema inteligente que fiscaliza e avalia as execuções dos contratos praticados pela Administração conectando, de forma eficiente e profissionalizada, a atuação dos setores e agentes envolvidos na gestão e fiscalização contratual, disponibilizando informações fundamentais e otimizando as condições operacionais da gestão e da fiscalização. Essa

ferramenta traz economia e assertividade na tomada de decisões, podendo eliminar atrasos, perdas e multas relacionadas às rotinas de trabalho dos agentes envolvidos, além de permitir o controle de tudo o que acontece no âmbito dos diversos contratos existentes na Instituição. Com isso, há melhoria na racionalidade das rotinas, otimização do exercício das funções e segurança quanto ao enquadramento legal e resultados alcançados.

- **Projeto Integrar - Projetos CMTI vencedores**

O projeto **E-voto do Programa Integrar**, criado para viabilizar eleições online para escolha do servidor destaque em cada uma das promotorias de justiça do Interior do Estado e Capital, bem como o projeto **Check-in de Eventos**, bastante utilizado nos eventos promovidos pela Instituição, foram projetos premiados como iniciativas destaque do Programa Institucional Integrar. Cabe destacar que diversas Instituições, inclusive o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), celebraram termos de cooperação visando a obtenção dos códigos-fonte das citadas soluções.

- **Implantação da Central de Serviços (Service Desk) - Níveis 01 e 02**

Em alinhamento aos Objetivos Estratégicos Institucionais n. 13, 15, 25 e 26 do PEI 2017-2021, e em cumprimento aos projetos CMTI n. 24 a 27, 32, 36 e 39 dos objetivos de contribuição n. 01, 05 e 06, foram implementadas no mês de outubro/2018 a Central de Serviços (Help Desk) para atendimento remoto e presencial (Capital), Catálogo de Serviços, Base de Conhecimento e a ferramenta de Gestão de Chamados CitsMart. Para 2019, o projeto de atendimento presencial estender-se-á para algumas promotorias intermediárias do Interior do Estado, bem como a implantação do Nível 03 de atendimento, contemplando serviços técnicos especializados de TI.

- **Plataforma Caminhos – Aplicativo para Corregedoria**

Plataforma de orientação para atuação extrajudicial desenvolvida para que os promotores façam requisições *online* ao CAOp e à Corregedoria através de um sistema interativo, com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca dos melhores “caminhos” a serem seguidos para uma defesa mais eficiente do direito à saúde da população maranhense. O acesso é disponibilizado através do link <http://apps.mpma.mp.br/caminhos/>.

- **Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2021:**

Para o ano de 2019 está prevista a revisão do PDTI e realinhamento com as expectativas da Administração, haja vista as restrições financeiras/orçamentárias e as prioridades da nova gestão. Podemos destacar como ações essenciais: Instituição da Política de Segurança da Informação (*iniciado*); Implantação da rede própria na grande ilha (*iniciado*); início das tratativas

para atendimento ao plano nacional de tecnologia da informação – PNTI; ações voltadas para a segurança da informação (*iniciado*); e, implantação do *service desk/help desk* níveis 1, 2 e 3 (*iniciado*).

Foram previstos, para o exercício de 2018, 33 projetos dos quais, até o presente mês, 17 foram concluídos. Com relação ao índice de governança de TI, o valor apresentado foi realizado com base no último levantamento de Governança de TI.

- **Nova Rede de Dados**

Trata do andamento e *status report* referente ao projeto da nova rede de dados, objeto do Contrato n. 13/2016, no qual está previsto o aumento da velocidade dos circuitos de dados em todas as Promotorias de Justiça (Capital e Interior). Atualmente, temos 97% da migração concluída, restando apenas 3 (três) localidades que estão em fase de ampliação estrutural da rede básica da cidade. Estes últimos com previsão para conclusão até janeiro de 2019. Apresentamos a seguir, quadro resumo dos quantitativos e ações realizadas até o momento:

Quadro 17 - Resumo de atividades realizadas

STATUS LINK DE DADOS SIMPLES	VOLUME	SATATUS GERENCIAMENTO	VOLUME
Concluído	123	Modelado na ferramenta	123
Pendente OI	3	No aguardo da conclusão do link	3
Ampliação Estrutural de Rede Básica (Transmissão)	3	Em fase de modelagem Antena – desistência cliente	1
Cancelado	1	Antena – desistência do cliente	1
Total Geral	127	Total Geral	127

Fonte: CMTI/PGJ, 2018.

Paralelo ao projeto de migração dos circuitos, foram concluídos os projetos para: Upgrade na velocidade do concentrador de links, de 100MBPS para 300MBPS; Implantação da solução de *Firewall* de segurança da informação; e, upgrade no link do circuito de Imperatriz/MA, de 10MBPS para 100MBPS.

- **Controle de Saldo Orçamentário de TI**

Além das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e gestão/fiscalização de contratos administrativos, a CMTI também recebeu da Administração a carga de trabalho do setor de orçamento e finanças (COF), que inclui o controle de saldo orçamentário de todos os contratos e despesas referentes aos serviços, serviços continuados e aquisições de TI. Esse esforço é traduzido no detalhamento dos pagamentos, solicitações de reforço/cancelamento de notas de empenhos e respectivos saldos de empenho para o exercício de 2018, a seguir:

c) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Responsável por implementação, manutenção e melhorias de sistemas e aplicações, como: DIGIDOC, *Qlik Sense Business Intelligence* (BI), Folha, Ouvidoria, Ponto Eletrônico, SIMP, Portal institucional, GESP, Cadastro de membros CNMP (Resolução 78/2011), Portarias, Boletim interno, Sistemas de Frotas, Plataforma de seletivos de estagiários, **Cadastro Nacional de Violência Doméstica (Resolução 135/2016)** e demais atividade relacionadas à Fábrica de Software.

d) Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Suporte a plataforma de videoconferência (terminais e *hangouts*);
- Viagens técnicas para promotorias do Interior no intuito de reestruturar e amenizar problemas de conectividade;
- Implantação da solução de backup;
- Controle de pagamentos e fiscalização dos contratos das empresas RW3 - Suíte colaborativa de comunicação (GSUITE) e UNITECH - empresa responsável pelas manutenções dos equipamentos do Data Center, via sistema ContratosGov.
- Upgrade e customização da solução de antivírus *F-Secure* referente à renovação do contrato 77/2017, em parceria com a empresa contratada VTECH Comércio, Serviços e Equip. de Informática EIRELI – ME;
- Upgrade e customização da solução de virtualização de servidores *VMware vSphere*;
- Extração de planilhas mensais de monitoramento dos links de internet do contrato 13/2016, através do Nagios e aplicação desenvolvida pela Seção de Segurança e Redes para embasamento dos cálculos de SLA's;
- Virtualização do sistema de controle de acesso BIS em parceria com a Fonmart no ambiente VMware, deslocando um servidor físico e dando maior escalabilidade e disponibilidade à aplicação;
- Migração e criação de diretórios compartilhados dos setores da PGJ em servidor melhor integrado aos grupos de usuário do domínio mpma.mp.br (atividade em andamento);
- Fiscalização de manutenções corretivas dos servidores Dell PowerEdge M620 e M915, executadas in-loco no Data Center pelo suporte da contratada UNITECH;
- Apuração dos descontos mensais de SLA
- Realização de configuração, para gerenciamento remoto e monitoramento de problemas de rede, de todos os 200 novos switches de 48 portas instalados nas Promotorias de Justiça do interior, Prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital, novo Centro Cultural e Administrativo do MPMA (antigo prédio da PGJ no Centro) e na própria PGJ.

- Solicitação das mudanças de endereços dos circuitos das localidades abaixo relacionadas: Açailândia, Bequimão, Urbano Santos, Parnarama, Barão de Grajaú, Matões, ESMP / Casa da mulher, Rosário e Mirinzal.
- Remanejamento e substituição de hardware (memória RAM, discos de *storage* e servidores Blade) no ambiente do Datacenter da PGJ para suprir as demandas diárias.
- *Tuning* e reconfiguração da plataforma de monitoramento do ambiente virtual do Datacenter da PGJ e GAECO, *VMware™ vRealize Operations Manager®*, permitindo melhor proatividade contra possíveis falhas nestes ambientes.
- Migração do antigo firewall IPTABLES para o *appliance Fortigate*, ampliando as possibilidades de gerenciamento de acessos à rede institucional.
- Substituição do concentrador da rede MPLS pela operadora de internet na sede da PGJ.

e) Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

Considerando a implantação dos serviços de atendimento remoto e presencial aos usuários do MPMA, prestados pela Contratada Central IT Tecnologia da Informação LTDA., iniciados em 15/10/2018, foram gerados dois gráficos com períodos distintos, a saber: 02/01/2018 a 14/10/2018 e 15/10/2018 a 27/12/2018, a partir das duas ferramentas de registro de chamados, GLPI e Citsmart, respectivamente.

Destaque especial para o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos até a data de 14/10/2018, que atingiu a média de 96,54% de satisfação. A partir da data de 15/10/2018, dentre os chamados avaliados, foi atingido o percentual de satisfação de 84,76% avaliados como Ótimo; 7,28% avaliados como Bom; 1,98% avaliados como Regular; e 5,96% avaliados como Ruim.

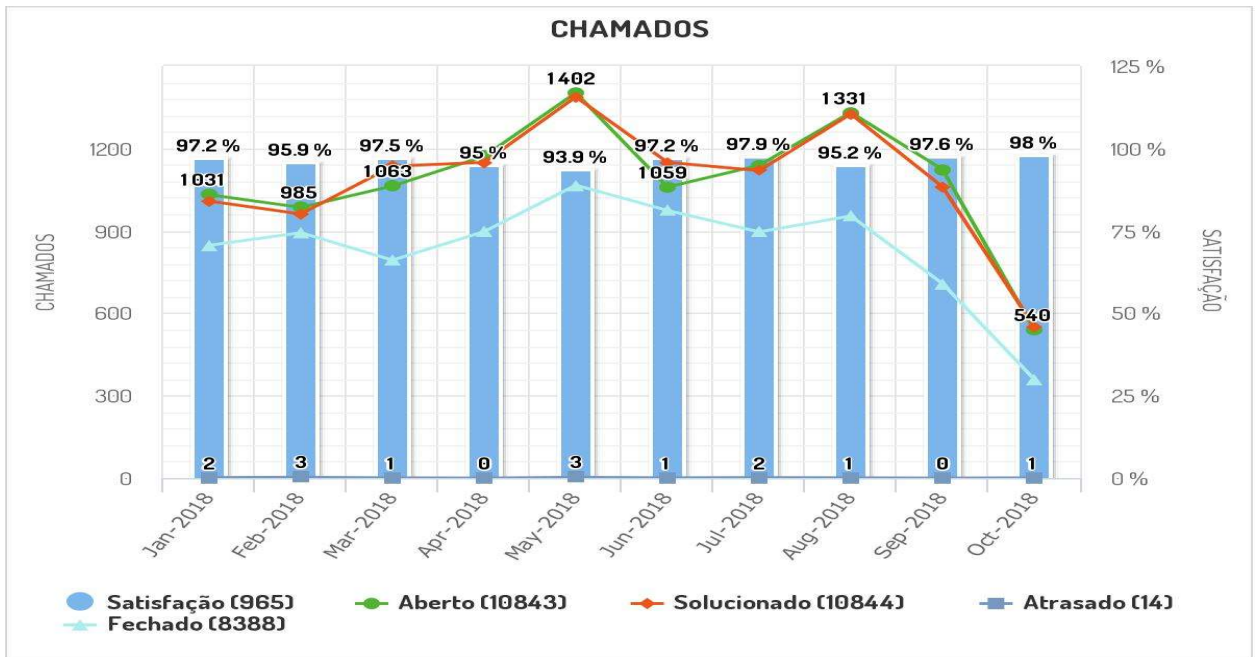
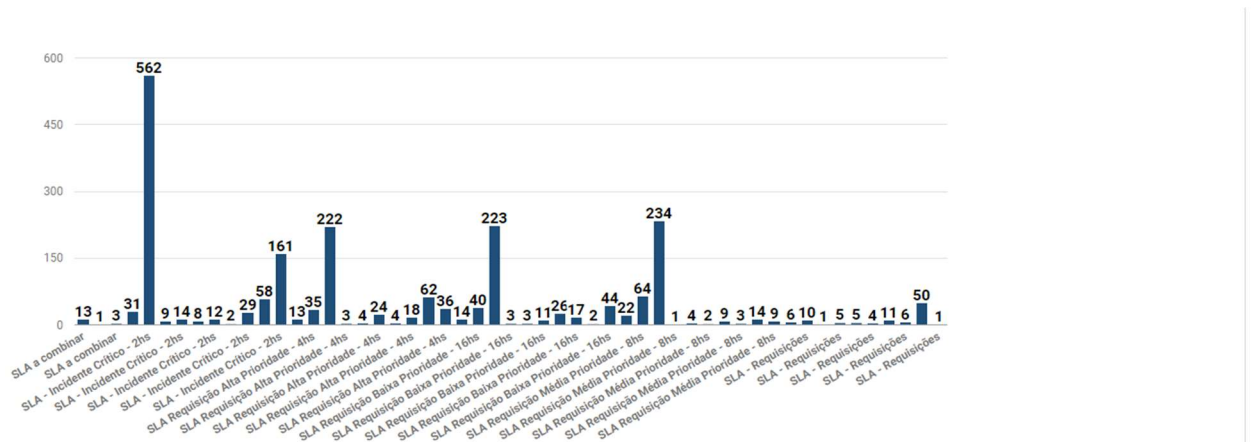


Gráfico 35 - Gerado através da ferramenta GLPI entre o período de: 02/01/2018 a 15/10/2018
 Fonte: CMTI/PGJ, 2018.



Total de chamados: 2168
 Total no Prazo: 1597
 Total Fora Prazo: 571
 Em até 24 Horas: 1949, 89.89 %
 Acima de 24 Horas: 219, 10.1 %

Gráfico 36 - Gerado através da ferramenta CITSMART entre o período de 15/10/2018 à 26/12/2018
 Fonte: CMTI/PGJ, 2018.

Nota da Avaliação	Quantidade de solicitações	%
Bom	11	0.5%
Ótimo	128	5.9%
Regular	3	0.13%
Ruim	9	0.41%
Sem Avaliação	2017	93.03%



● Bom(7,28%) ● Ótimo(84,76%) ● Regular(1,98%) ● Ruim(5,96%)

Total avaliado: 151
Total de chamados: 2168

Gráfico 37 - Gerado através da ferramenta CITSMART entre o período de 15/10/2018 à 26/12/2018

Fonte: CMTI/PGJ, 2018.

Esta seção também é responsável pelas atividades de suporte registradas na central de chamados, bem como: de suporte técnico ao DIGIDOC e GESP, suporte técnico ao SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público, suporte técnico ao sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE e Fiscalização do Contrato nº 035/2018 - Service Desk.

Capacitação

Esta coordenadoria participou de importantes capacitações no ano de 2018, a saber:

- Curso de Liderança (2 servidores);
- Capacitação em ferramenta de backup/recovery (5 servidores)
- Capacitação em ferramenta de comunicação e colaboração Google GSuite (5 servidores)

7.10 Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008.

A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção e proteção de conhecimentos. Inteligência e Contra Inteligência são os dois ramos da atividade.

No ano de 2018 foram confeccionados **122 (cento e vinte e dois)** documentos. Nestes, foram feitas **6294 (seis mil duzentos e noventa e quatro)** pesquisas relacionadas a pessoas físicas e jurídicas. Tais pesquisas foram realizadas através de buscas em **sistemas e operações em campo**.

a) Seção de Inteligência e Contra Inteligência

Tabela 109 - Produção de relatório da Seção de Inteligência e Contra Inteligência

ATIVIDADES	QUANTITATIVO
RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA PRODUZIDOS	53
RELATÓRIOS TÉCNICOS	28
RELATÓRIO DE BUSCA	30
RELATÓRIO DE MISSÃO	20
RELATÓRIO DE IMAGENS	12*
LEVANTAMENTOS INTELIGÊNCIA/CONTRA INTELIGÊNCIA	6294
OM	45
OB	84

Fonte: CAEI/PGJ, 2018.

* O Relatório Produzido para a Promotoria de Monção levou a identificação e prisão de um indivíduo que havia praticado furto na Promotoria de Justiça

Foram realizados atendimentos aos setores da Procuradoria Geral de Justiça, Unidades Ministeriais e a outros Órgãos, tais como: TJMA, GAECO-RN, GAECO-GO, MPAC, DIAEI-PMMA.

b) Seção de Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, setor subordinado à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, é responsável pelas ações de segurança institucional do Ministério

Público do Maranhão por meio do planejamento, coordenação e avaliação das atividades voltadas para a proteção dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e da informação no âmbito ministerial.

Durante o ano de 2018, este setor de segurança cumpriu **264 (duzentos e sessenta e quatro) Ordens de Missão e 147 (cento e quarenta e sete) Ordens de Serviço**, nas quais foram realizadas as seguintes atividades:

- Apoio de segurança aos Promotores de Justiça para a realização de visitas e inspeções em estabelecimentos prisionais, totalizando **16 missões de segurança em presídios**;
- Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal). Foram **realizadas 25 visitas de inspeção em Promotorias de Justiça e 07 visitas em residências dos promotores de justiça**;
- Manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais: **194 visitas técnicas**; e **REMOTAMENTE** foram realizadas **260 vistorias** no sistema de Videomonitoramento e **253 intervenções** no sistema de alarme;
- Orientações de Segurança Institucional e Pessoal, quando das visitas em unidades ministeriais e residências dos Promotores de Justiça. No exercício vigente, foram **realizados 32 atendimentos**;
- Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros Vila Embratel e Liberdade, sendo elaborados Relatório de Área de Risco;
- Segurança aproximada e escolta de **11(onze) Promotores de Justiça** em situação de risco (Ato Regulamentar nº18/2016);
- Apoio de segurança à Procuradores e Promotores de Justiça durante Audiências, Assembleias, Campanhas, Reuniões, Inspeções, visita em áreas de conflitos agrários, visita ao Fórum de São Luís-MA, funcionamento e atendimentos às comunidades em audiência da Promotoria de Justiça Itinerante, às Assistentes Sociais do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital durante visitas técnicas em estabelecimentos prisionais, locais de denúncias;
- Reforço de segurança na Escola Superior do Ministério Público durante realização de cursos e das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, durante o expediente funcional;

- Reforço de segurança para os Promotores Eleitorais da Grande Ilha e dos municípios de Coroatá, Itapecuru-Mirim, Santa Inês, Governador Nunes Freire, Buriticupu, Pinheiro, Balsas, Imperatriz e Bacabal, durante as Eleições 2018 (1º e 2º turnos);
- Segurança Institucional durante eventos: Reunião Nacional de Ouvidores do Ministério Público, IV Encontro de Prevenção ao Suicídio, 8º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, inauguração do Centro Cultural e Administrativo do MPMA;
- Apoio de segurança aproximada e escolta da Procuradora Geral da República, durante sua participação do 8º Congresso Estadual do MPMA;
- Escolta e Segurança aproximada do Procurador Geral de Justiça em eventos e atividades institucionais na capital e no interior do Estado;
- Remanejamento, manutenção e configuração de câmeras de segurança nas unidades ministeriais em processo de inauguração e reforma;
- Apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados;
- Atendimento de solicitação de apoio de segurança de Comissão da Infância e Juventude formada por Promotores de Justiça e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, em visita Técnica nas Unidades de Internação, Semiliberdade e Acolhimento de São Luís.

Quadro 18 - Comparativo de atividades desempenhadas

QUANTITATIVO	2016	2017	2018
ANÁLISE DE RISCO PROMOTORIAS	14	35	25
ANÁLISE DE RISCO RESIDÊNCIAS	4	7	7
MANUTENÇÃO CORRETIVA CFTV/ALARME – IN LOCO	123	133	198*
MANUTENÇÃO CORRETIVA CFTV/ALARME – REMOTA	23	426	513**
ORDENS DE MISSÃO	145	171	264

Fonte: CAEI/PGJ, 2018.

* Foram realizadas 154 visitas aos municípios do interior do Estado do Maranhão e na grande ilha 44 visitas técnicas

** Foram realizadas 260 vistorias remotas no sistema de Videomonitoramento e 253 intervenções remotas no sistema de alarme

c) Eventos e Capacitação



II Seminário de Inteligência e Segurança Institucional

Além dessas atividades, a Seção de Segurança Institucional também participou dos seguintes eventos: Reuniões do Comitê de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público, nas cidades de São Paulo e Brasília-DF, capacitação de membros e servidores na área de

Segurança Institucional, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

Quadro 19 – Capacitação

Tema	Descrição
I Curso de Sobrevivência Urbana-MPMA em parceria com o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Maranhão	Prática de tiro básico, montagem e desmontagem de armamentos, situações de exposição a riscos – 20 membros
II Seminário de Inteligência e Segurança Institucional-MPMA	Curso de Análise dos Seis Canais de Comunicação: Veracidade e Credibilidade da informação e Instrução sobre Segurança Orgânica com Ênfase em Proteção da Documentação - Membros e Servidores do Ministério Público do Maranhão
Curso de Formação da Brigada Voluntária de Incêndio do Prédio das Promotorias de Justiça da Capital: 1º Tenente Maikon Sousa, do 1º Grupamento de Bombeiros Militar-1º GBM, do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão-CBMMA	Habilitar servidores para que possam agir preventivamente com intuito de reduzir os riscos de incêndio e pânico e, além disso, executar o combate a princípios de incêndio e gerenciar emergências, a fim de salvaguardar vidas e bens. Ministrado técnicas de procedimentos de atendimento pré-hospitalar - 20 (vinte) servidores.

Fonte: CAEI/PGJ, 2018.

- **Curso de Sobrevivência Urbana e Brigada Voluntária de Incêndio-PROMOCAP**



Curso de Tiro



Curso de Brigada de Incêndio

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, como Treinamentos do Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, controle de acesso no prédio das Promotorias de Justiça da Capital, entrega de detectores de metais portáteis, fiscalização nos contratos de prestação de serviços de aluguel de rádios transceptores e empresa de vigilância armada, aquisição de 80 (oitenta) coletes balísticos, aumento no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, sendo incorporados 20 (vinte) Policiais Militares da Reserva e 03 (três) Policiais Militares da Ativa.

Tabela 110 – Número de Cursos de Capacitação realizados em 2018

QUANTITATIVO	2016	2017	2018
POLICIAIS ATIVA	25	25	26
POLICIAIS DA RESERVA	31	48	65
DETECTORES DE METAIS	-	40	50
COLETES BALÍSTICOS	-	-	80

Fonte: CAEI/PGJ, 2018.

Melhorias na legislação relativa à Segurança Institucional, tais como: a elaboração de propostas de regulamentação referente ao ingresso de Bombeiros Militares no Gabinete de Segurança Institucional-PGJ, publicação da Política de Segurança Institucional do MPMA, criação do Comitê de Segurança Institucional, proposta de Ato Regulamentar sobre o funcionamento do Sistema de Videomonitoramento, proposta de Ato de Reestruturação da CAEI, proposta de Ato Regulamentar para salvaguarda de documentos classificados.

Atuação, em âmbito nacional, de Comissões, Comitês e Secretarias direcionadas para assuntos de Segurança Institucional do Ministério Público, tais como: Vice Coordenadora do

Comitê de Políticas de Segurança Institucional-CPSI, do Conselho Nacional do Ministério Público, Membro Colaboradora da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP), do Conselho Nacional do Ministério Público, Membro integrante da Secretaria Executiva de Segurança Institucional-SESI, do Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

7.11 Comissão Permanente de Licitação (CPL)

As licitações realizadas contemplaram a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços e Convênio, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2018:

Tabela 111 - Licitações Realizadas no ano de 2018

Tipo	Quantidade
Pregão Eletrônico	41
Tomada de Preços	4
Concorrência	1
Convênio	1
Dispensa de Licitação	18
Inexigibilidade de Licitação	38
Adesão a Ata de Registro de Preços	9
Total	112

Fonte: CPL/PGJ, 2018.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2018, foram concluídas 46 (quarenta e seis) licitações, nas modalidades Pregão na forma Eletrônica, Tomada de Preços e Concorrência.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona) e Convênio, resultaram na formalização de 15 (quinze) Contratos Administrativos e 67 (setenta e sete) Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2018 encontram-se relacionados na tabela abaixo:

Tabela 112 - Valores contratados por Licitações em 2018

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto – R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	41	34.988.807,14	21.304.567,95	13.684.239,19	39,11%
Tomada de Preços	4	4.040.838,93	3.292.244,53	748.594,40	18,52%
Concorrência	1	2.702.804,47	2.160.200,00	542.604,47	20,11%
TOTAL	46	41.732.450,54	26.757.012,48	14.975.438,06	35,88%

Fonte: CPL/PGJ, 2018.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 14.975.438,06** (quatorze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e seis centavos), o que equivale **35,88%** (trinta e cinco, oitenta e oito por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2018.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2018 realizou **18** (dezoito) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 2.241.647,76 (dois milhões, duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e seis), e **38** (trinta e oito) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 1.979.425,04 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quatro centavos), para compras e serviços, tais como locação de imóveis, remanescente de obra, material de consumo, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda **09** (nove) contratações através de adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de R\$ 8.728.900,34 (oito milhões, setecentos e vinte e oito mil, novecentos reais e trinta e quatro centavos).

Tabela 113 - Valores contratados por Licitações em 2018

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão	41	21.304.567,95
Tomada de Preços	4	3.292.244,53
Concorrência	1	2.160.200,00
Convênio	1	232.280,00
Dispensa	18	2.241.647,76

Inexigibilidade	37	1.979.425,04
Adesão a ARP	9	8.728.900,34
TOTAL	111	39.939.265,62

Fonte: CPL/PGJ, 2018.

7.12 Chefia de Cerimonial (CER)

A comunicação pública e governamental propõe-se a estabelecer espaços de diálogo com os diversos agentes sociais. Objetivo este, que muitas vezes consegue ser atingido por meio da realização de eventos, uma vez que, a estratégia permite que as organizações estabeleçam maior proximidade com seus públicos em um ambiente acolhedor, convidativo ao debate e favorável para o compartilhamento de ideias, o setor é constituído por seis pessoas, sendo estas: quatro servidores, uma terceirizada e uma estagiária.

Entende-se que a Chefia de Cerimonial exerce uma função estratégica na realização das ações do Ministério Público do Maranhão e conseqüentemente nos resultados obtidos pela Instituição. Deste modo, o presente relatório apresenta as atividades institucionais desempenhadas por meio deste setor ao longo do ano de 2018.

Atividades de destaque realizadas pelo Cerimonial em 2018:

- Estruturação, requerimento e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Expedição de convites, elaboração e orientação de roteiros para as cerimônias, elaboração execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares

externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;

- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas e divulgação no portal da transparência.

a) Eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão em 2018

Quadro 20 - Eventos realizados pelo MPMA

Nº	EVENTO	DATA
JANEIRO		
1	Programa de Qualidade de Vida – MPMA. Palestra “O que você não resolve em sua mente, seu corpo transforma em doença” com Dr. Ruy Palhano	23/01/2018
2	Programa de Qualidade de Vida – MPMA - Educação Financeira para Qualidade de Vida e Eficiência no Serviço Público	24 a 25/01/2018
3	Outorga de Medalha Celso Magalhães ao Governador Flávio Dino	25/01/2018
4	Sessão Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão	25/01/2018
FEVEREIRO		
1	Inaugurações (GAECO, NATAR, Sala de Membros) em Imperatriz	02/02/2018
2	Workshop sobre perícias oficiais e monitoramento eletrônico	20/02/2018
3	Feirinha de Nutrição	20 a 21/02/2018
4	Reunião Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	22/02/2018
5	Aniversariantes do Mês	23/02/2018
6	Oficina de Gestão por Competência	26 a 27/02/2018
7	Oficina sobre Procedimentos Administrativos Ministeriais	26 a 27/02/2018
8	Vacinação	28/02/2018
9	Audiência de Instalação da Promotoria Itinerante – Forquilha	28/02/2018
MARÇO		
1	Encontro Regional sobre Municipalização do Trânsito – Imperatriz	01/03/2018
2	Projeto “Conversando com elas”	05/03/2018
3	Reunião para discutir as condições do abate de animais no município de Santa Rita	05/03/2018
4	Prêmio MPMA de Jornalismo	06/03/2018
5	Reunião Extraordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	07/03/2018
6	Comemoração dia Internacional da Mulher	08/03/2018
7	XXXVI Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público – CNOMP	14 a 16/03/2018
8	Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria	15/03/2018
9	Inauguração da sede das Promotorias da Capital	15/03/2018
10	Posse CNOMP	16/03/2018
11	Feirinha de Nutrição	20 a 21/03/2018
12	Reunião Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	22/03/2018
13	Posse da Procuradora de Justiça Lize de Maria Brandão de Sá Costa	22/03/2018
14	Curso de Sobrevivência Urbana	23 a 24/03/2018

15	Seminário " 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa: conquistas, desafios e perspectivas"	26 a 27/03/2018
ABRIL		
1	Oficina "Treinamento sobre formas adequadas de recepção e atendimento de pessoas com deficiência nos espaços do Ministério Público" em São Luís – MA	02/04/2018
2	Projeto - De olho na Constituição – a autocomposição no controle da constitucionalidade	03/04//2018
3	Oficina "Treinamento sobre formas adequadas de recepção e atendimento de pessoas com deficiência nos espaços do Ministério Público" em Imperatriz – MA	06/04/2018
4	Inauguração da Promotoria de Justiça de Tuntum	10/04/2018
5	Encontro Regional sobre Municipalização do Trânsito – Presidente Dutra	10/04/2018
6	Lançamento da Campanha: "quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?" em Capinzal do Norte e Dom Pedro	11/04/2018
7	Lançamento da Campanha: "quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?" em Arari	12/04/2018
8	Projeto - Escola no Memorial	12/04/2018
9	Seletivo de estágio não-obrigatório de pós-graduação	15/04/2018
10	Celebração - Promotorias da Capital	16/04/2018
11	Reunião de trabalho acerca das diretrizes estabelecidas para a correição temática da saúde instituída pela CGMP	16/04/2018
12	Audiência Pública da Rede de Controle da Administração Pública	19/04/2018
13	Curso Tribunal do Juri	20/04/2018
14	Reabertura do Núcleo de Mediação Comunitária Sol e Mar	23/04/2018
15	Oficina "Rotinas administrativas para a otimização das Promotorias da Infância e Juventude	26/04/2018
16	Reunião Ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	26/04/2018
MAIO		
1	Curso de Introdução à Mediação Social com o Professor Juan Carlos Vezzulla – São Luís	02 a 04/05/2018
2	I Simpósio das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social	04/05/2018
3	Palestra "Momento em Flagrante" - Imperatriz	04 a 05/05/2018
4	Abertura Semana da Saúde	08/05/2018
5	Projeto Escola no Memorial	10/05/2018
6	"I Jornada de Políticas Públicas e Conselhos Municipais de Santa Luzia e os Conselhos Municipais como Instrumentos de Controle Social dos Cidadãos" - Santa Luzia	10/05/2018
7	Seminário 30 Anos da Constituição Federal	10 a 11/05/2018
8	Outorga de Medalha Celso Magalhães ao Corregedor Nacional do Ministério Público, <i>Orlando Rochadel</i> Moreira	11/05/2018
9	Votação para eleição do Procurador-Geral de Justiça	14/05/2018
10	Homenagem ao Dia das Mães	14/05/2018
11	Inauguração da Promotoria de Justiça de Bequimão	16/05/2018
12	Lançamento da Campanha: "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?" - Bequimão	16/05/2019
13	Lançamento da Campanha "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?" - Mirinzal	16/05/2018

14	Oficina sobre “Controle Social” - Imperatriz	16 a 17/05/2018
15	Lançamento da Campanha: “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?” - Guimarães	17/05/2018
16	Lançamento da Campanha: “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas” - Santa Luzia do Paruá	17/05/2018
17	Lançamento do livro: “Meninos emasculados”	18/05/2018
18	III Seminário “Improbidade Administrativa e crimes contra a Administração Pública” - Movimento Maranhão contra a Corrupção	21/05/2018
19	Reunião do Egrégio Colégio de Procuradores	24/05/2018
20	Curso de Mediação Sanitária	25/05/2018
21	Lançamento da Campanha Ler, Escrever e Pensar – Pio XII e São Luís Gonzaga	25/05/2018
22	Encontro Regional Municipalização do Trânsito – Balsas	29/05/2018
23	Audiência Pública de Controle Social e Cidadania – Bom Jardim	29/05/2018
24	Lançamento da Campanha de Prevenção Contra as Drogas – Loreto	29/05/2018
25	Lançamento da Campanha de Prevenção Contra as Drogas – Sambaíba	30/05/2018
26	Lançamento da Campanha de Prevenção Contra as Drogas - São Raimundo das Mangabeiras	30/05/2018
JUNHO		
1	Curso promovido pelo Caop de Proteção à Pessoa Com deficiência e Idosa	04/06/2018
2	Inauguração Promotoria de Justiça de Urbano Santos	05/06/2018
3	Evento em alusão ao dia do Meio Ambiente	06/06/2018
4	Audiência Pública de encerramento da Promotoria Itinerante – Forquilha	07/06/2018
5	Sessão Solene do Projeto “Combate à corrupção: capacitando o cidadão”	07/06/2018
6	Reunião Extraordinária Egrégio Colégio de Procuradores	13/06/2018
7	Posse do Procurador-Geral de Justiça - (missa)	15/06/2018
8	Sessão Solene de Posse do Procurador-Geral de Justiça	15/06/2018
9	Roda de Conversa - “Desenvolvimento Pessoal e Carreira ” (Espaço Laboral)	19/06/2018
10	Roda de Conversa - “Desenvolvimento Pessoal e Carreira ” (Auditório Promocap)	19/06/2018
11	Aniversariantes do segundo trimestre	20/06/2018
12	Treinamento de Liderança do MPMA	21/06/2018
13	Arraial PGJ	21/06/2018
14	Lançamento do projeto "Quem escolhe seu caminho? Você ou as Drogas?" - Paço do Lumiar	26/06/2018
JULHO		
1	Workshops sobre Perícias Oficiais Criminais e Monitoração Eletrônica – Itapecuru-Mirim	03/07/2018
2	Workshop sobre Perícias Oficiais Criminais e Monitoração Eletrônica – Pinheiro	05/07/2018
3	Posse do novo Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão	05/07/2018
4	Oficina – Acordo de não persecução penal	05/07/2018
5	Seminário - Direito eleitoral: aspectos práticos da propaganda eleitoral, vedações e permissões dos dias que antecedem as eleições	05/07/2018
6	Reunião - “De olho na constituição”	09 e 11/07/2018
7	Sessão extraordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	18/07/2018
8	Sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	26/07/2018

9	Reunião de gestores do Ministério Público do Maranhão e Universidade Federal do Maranhão	30/07/2018
10	Reunião de Trabalho do Plano Nacional de Combate à Corrupção – Ação 1/2018 – Evento Público Regional	31/07/2018
AGOSTO		
1	Posse de Promotor de Justiça Substituto	06/08/2018
2	Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria	06/08/2018
3	Curso de Governança e Gestão estratégica	06 a 10/07/2018
4	Palestras Cira - Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos	07/08/2018
5	Sessão extraordinária do Colégio de Procuradores	08/08/2018
6	Sessão – Conselho Superior MPMA	09/08/2018
7	Evento comemorativo ao Dia dos Pais	10/08/2018
8	Reunião de Rede de controle e gestão pública	13/08/2018
9	Lançamento do projeto: “Pau de arara nunca mais”	13/08/2018
10	II Seminário de Inteligência e Segurança Institucional – MPMA	14/08/2018
11	Oficina – Integração na defesa da ordem tributária	14 a 17/08/2018
12	Premiação Educação Financeira – Passagem Franca	16/08/2018
13	Palestra “Instrução sobre segurança orgânica com ênfase na proteção de documentos em formato físico e no ambiente digital”	17/08/2018
14	Promoção de Promotores de Justiça	17/08/2018
15	Encontro Regional de Educação da Região Tocantina	20 a 21/08/2018
16	I Fórum Estadual da Promoção da Qualidade de produtos de origem Animal	28/08/2018
17	Reunião com prefeitos municipais para discutir sobre o transporte escolar (Campanha: “pau de arara nunca mais)	29/08/2018
18	Encontro Regional do Trânsito – Pinheiro	30/08/2018
19	Sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores	30/08/2018
20	Campanha Maria da Penha realiza caminhada no bairro Santo Antônio	31/08/2018
SETEMBRO		
1	Seminário Regional “Governo Aberto e Transparência do Código Florestal”	06/09/2018
2	Encontro de trabalho dos Procuradores-Gerais de Justiça da Amazônia Legal	06/09/2018
3	Audiência Pública para debater questões das queimadas em Passagem Franca	11/09/2018
4	Meeting de Saúde Mental - " Você Não Está Sozinho" - Prevenção ao Suicídio	13/09/2018
5	II Pedalada do Ministério Público " Quem escolhe seu caminho? Você ou as Drogas? - Açailândia	15/09/2018
6	Campanha – Setembro Dourado: juntos contra o câncer infantojuvenil	15/09/2018
7	Caminhada Lançamento da Campanha “Idoso Consciente: Voto Inteligente” - Imperatriz	17/09/2018
8	Programa Qualidade de Vida no Trabalho – Coroatá	17/09/2018
9	Lançamento do Projeto OHANA - Estreito/MA	17/09/2018
10	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - Codó e Timbiras	18/09/2018
11	Lançamento da Campanha “Quem Escolhe seu caminho? Você ou as drogas?” - Urbano Santos	19/09/2018
12	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - Caxias	19/09/2018
13	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - Matões e Parnarama	20/09/2018

14	Oficina Media Training	20 a 21/09/2018
15	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - Timon	21/09/2018
16	Sessão ordinária do Colégio de Procuradores	27/09/2018
17	Aniversariantes do terceiro trimestre	27/09/2018
18	Encontro Interinstitucional de prevenção ao suicídio	28/09/2018
19	Reunião sobre a "Mortalidade materna, infantil e fetal na Região Tocantina"	28/09/2018
OUTUBRO		
1	Semana da Saúde - Um olhar para o cuidado integral	02/10/2018
2	Semana da Saúde - Atividades de boas práticas de saúde	03 a 05/10/2018
3	Lançamento da Campanha "Idoso Consciente: Voto Inteligente" - Pinheiro	03/10/2018
4	Lançamento da Campanha "Idoso Consciente: Voto Inteligente" - Presidente Dutra	05/10;2018
5	Programa Qualidade de Vida no Trabalho – Paço do Lumiar	08/10/2018
6	Programa Qualidade de Vida no Trabalho – São José de Ribamar	09/10/2018
7	Palestra "Outubro Rosa"	10/10/2018
8	Programa Qualidade de Vida no Trabalho – PGJ	11/10/2018
9	Eleição – Diretor da Promotoria da Capital	18/10/2018
10	Comemoração do dia do servidor na Procuradoria Geral de Justiça e na Promotoria de Timon	29/10/2018
11	Instalação da Promotoria Itinerante no Cohatrac	30/10/2018
12	Outubro Rosa: palestra sobre o câncer de mama	30/10/2018
13	Seminário Estadual do Sistema de Proteção a Vida	31/10/2018
1	Seminário Estadual do Sistema de Proteção a Vida	01/11/2018
2	Posse do Diretor da Promotoria de Justiça da Capital	07/11/2018
3	Visita dos alunos da UNDB ao MPMA	07/11/2018
4	Curso de inteligência de fontes abertas - Imperatriz	08 a 09/11/2018
5	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - João Lisboa e Estreito	09/11/2018
6	Caminhada "Maria da Penha em Ação"	13/11/2018
7	Curso – Formalizando inquéritos civis: anotações práticas para a gestão de secretaria	13 a 14/11/2018
8	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Senador La Roque e Amarante do Maranhão	14/11/2018
9	I Seminário de Defesa da Ordem Econômica Social e dos Direitos do Consumidor - Combate à Formação de Cartéis e Crimes Tributários	19/11/2018
10	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Bernardo do Mearim e Igarapé Grande	21/11/2018
11	Inauguração da Promotoria de Justiça de Matões	22/11/2018
12	I Encontro de Promotores de Justiça Criminais PI/MA	22 a 23/11/2018
13	Premiação do projeto nas Redes Sociais: diga o que pensa... Sem ofensa - Estreito	27/11/2018
14	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Carolina	27/11/2018
15	Reunião com gestores das escolas públicas municipais e estaduais sobre prevenção ao suicídio e à automutilação de estudantes	27/11/2018
16	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Montes Altos, Ribamar Fiquene e Sítio Novo do Maranhão	28/11/2018
17	Vitalicamento de Promotor de Justiça	29/11/2018

18	Sessão ordinária do Colégio de Procuradores	29/11/2018
19	Palestra: O erro médico sob o olhar do MPMA: aspectos polêmicos, configuração dos crimes, e fluxo da investigação	30/11/2018
20	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Imperatriz, Governador Edson Lobão e Davinópolis	30/11/2018
DEZEMBRO		
1	Seletivo de estágio	02/12/2018
2	Assinatura do termo de cooperação entre município e o Ministério Público do Maranhão para a implantação do Projeto Ohana em Bacuri	03/12/2018
3	Homenagem do Ministério Público do Maranhão as vítimas de acidentes envolvendo o transporte pau de arara em Bacuri	03/12/2018
4	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Arari	03/12/2018
5	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Penalva e Olinda Nova do Maranhão	04/12/2018
6	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - São Vicente Ferrer e Cajapió	05/12/2018
7	Congresso Estadual do MPMA	06 a 07/12/2018
8	Confraternização de final de ano dos servidores do MPMA	08/12/2018
9	Seminário de Saúde Materno-Infantil	10/12/2018
10	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Nova Olinda, Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici, Zé Doca, Araguanã e Governador Newton Bello	10/12/2018
11	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Bacabal, Coroatá, Pio XII, Satubinha e São Luís Gonzaga	11/12/2018
12	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Morros, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino	12/12/2018
13	Encerramento da Campanha Ler, Escrever e Pensar - Ribamar Fiquene	14/12/2018
14	Inauguração Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão	14/12/2018
15	Premiação Anual do MPMA	17/12/2018
16	Prêmio de Jornalismo MPMA	18/12/2018
TOTAL DE EVENTOS:		182

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

Fazendo uma análise geral dos eventos durante o ano, podemos constatar que o segundo e o quarto trimestre foram os mais movimentados do ano, justificado pela liberação do orçamento público anual e encerramento de projetos desenvolvidos ao longo do ano, o Congresso Estadual do Ministério Público e as comemorações de final de ano.

b) Eventos apoiados pelo Ministério Público do Maranhão em 2018

Compreende-se como eventos apoiados pelo Ministério Público do Maranhão, toda ocasião idealizada por um conjunto de Instituições, dentre estas, o Ministério Público Estadual, que necessitou de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial.

Quadro 21 – Eventos realizados tendo o MPMA com parceiro

Nº	EVENTO	DATA
MARÇO		
1	XII Colóquio Diálogos Críticos: direitos humanos, identidades e subjetividades	5 a 7/03/2018
ABRIL		
1	Diálogos do IBDFAM/MA - 4ª edição "Desafios da prevenção e combate à alienação parental"	26/04/2018
JUNHO		
1	Seminário de Direito Eleitoral - Reforma e Crise Política: Desafios da Justiça Eleitoral	21/06/2018
AGOSTO		
1	Ler, escrever e pensar – Coroatá	27/08/2018
2	O princípio do processo equitativo no âmbito da Convenção Europeia dos Direitos do Homem	27/08/2018
3	Oficina da Saúde/Reunião Institucional - CAOp/Saúde - Secretaria de Estado da Saúde - SES	31/08/2018
SETEMBRO		
1	Audiência Pública em Paço do Lumiar	19/09/2018
2	IV Encontro de prevenção ao suicídio. "A vida vale mais"	22/09/2018
3	Semana da pessoa com deficiência (SEDUC)	24/09/2019
4	Seminário de prestação de serviço à comunidade	26/09/2018
OUTUBRO		
1	III Circuito Informal de Palestras: Mentis Criminosas 2	18 a 19/10/2018
NOVEMBRO		
1	Construção do Planejamento Estratégico Nacional	05 a 06/11/2018
2	Reunião com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – OEA	08/11/2018
	Audiência Pública de Controle Social e Cidadania - Aldeias Altas	22/11/2018
TOTAL DE EVENTOS:		14

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

c) Acompanhamento de Membros do Ministério Público do Maranhão em eventos externos em 2018

Compreende-se como acompanhamento de membros do Ministério Público do Maranhão em eventos externos, a presença do MP em eventos não executados pela instituição.

Quadro 22 – Eventos em que o Cerimonial acompanhou Membro do MPMA

Nº	NOME	DATA
JANEIRO		
1	Reunião no Palácio dos Leões com o Vice-Governador do Estado do Maranhão	09/01/2018
2	Visita ao Tribunal de Justiça	11/01/2018
3	Posse do Presidente da AMPPEM	12/01/2018
ABRIL		
1	Solenidade de Posse dos novos Secretários e Presidentes de Órgãos	02/04/2018
MAIO		
1	Acompanhamento no evento de 28 anos da Universidade CEUMA no Espaço Renascença	15/05/2018

JUNHO		
1	Solenidade de posse da defensora pública Isabella Miranda da Silva ao cargo de diretora da ESDEP -MA	08/06/2018
2	Abertura da III Semana estadual de Valorização da Mulher	08/06/2018
AGOSTO		
1	Abertura - Seminário Nacional de DNA e Laboratório Forenses	15/08/2018
2	Seminário "Panoramas da previdência privada"	24/08/2018
OUTUBRO		
1	Celebração dos 30 anos da Constituição Federal realizada no auditório da OAB	01/10/2018
2	Abertura da VII da Semana Maranhense de Execução Penal da Defensoria Pública do Estado do Maranhão no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa	16/10/2018
3	Festival Maranhense de Coros no Teatro Arthur Azevedo	26/10/2018
4	Conferência de abertura do V Congresso Nacional de Direito – CEUMA realizada no Espaço Renascença	30 a 31/10/2018
NOVEMBRO		
1	Sessão Solene comemorativa aos 250 anos de instalação do Tribunal de justiça	09/11/2018
2	Solenidade de inauguração do prédio anexo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	23/11/2018
3	Plano de trabalho Observatório de Direitos Humanos	27/11/2018
4	Congresso dos 30 anos da Constituição Federal Brasileira promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	28/11/2018
5	Solenidade de entrega da Medalha de Honra ao Mérito "Manuel Beckman" no Palácio Manuel Beckman	30/11/2018
6	Acompanhamento em audiência pública na Assembleia Legislativa	30/11/2018
DEZEMBRO		
1	Solenidade em alusão aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no Palácio Henrique de La Rocque	10/12/2018
2	Diplomação dos eleitos	18/12/2018
TOTAL DE EVENTOS:		21

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

O maior número de convites para solenidades e, principalmente, o maior número de comparecimentos a estas solenidades corrobora com o protagonismo do Ministério Público Estadual no cenário maranhense e demonstra o reconhecimento da sociedade ao trabalho desempenhado pela Instituição.

d) Tipos de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão em 2018

Abaixo classificamos os eventos realizados ou que contaram com a participação do Ministério Público do Maranhão nas categorias descritas a seguir:

Quadro 23 – Tipo de eventos realizados pelo MPMA em 2018

CATEGORIA	QUANTIDADE
Ação Social	0
Encontros	7
Eventos Dialogais (Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos)	19

Lançamento de Livros	1
Premiações e Homenagens	11
Campanhas e Projetos	40
Concursos e Seleções	2
Eventos em vias públicas (Caminhada, Corrida, Pedalada)	2
Eleição	2
Posse	6
Vitaliciamento	1
Reunião	25
Pedra Fundamental	0
Inaugurações	7
Eventos Fúnebres (Velórios e Missa de 7º dia)	0
Audiência Pública	8
Visitas Guiadas	1
Acompanhamentos externos	16
Programa de Qualidade de Vida	14
Comemorações	10
Capacitações (Cursos, Oficinas, Workshop)	24
Eventos religiosos	2

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

Assim como no ano de 2017, os principais tipos de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão consistem em “Projetos e Campanhas”, “Eventos Dialogais”, “Capacitações” e “Reuniões”. É importante destacar, que enquanto a categoria “Projetos e Campanhas” são majoritariamente realizados nos municípios do continente do Maranhão, as categorias “Eventos Dialogais” “Capacitações” e “Reuniões” são majoritariamente realizadas na sede da Procuradoria de Justiça em São Luís.

e) Passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão em 2018

Tabela 114 – Passagens aéreas emitidas pelo MPMA em 2018

Mês	Bilhetes Emitidos			Total Mensal	Nº Faturas	Valor Mensal (R\$)
	Membros	Servidores	Outros			
Janeiro	24	7	0	31	181929	R\$ 35.314,29
Fevereiro	43	24	1	68	182721	R\$ 62.254,29
Março	21	30	10	61	183846	R\$ 64.513,70
Abril	67	27	17	111	184880	R\$ 124.372,15
Maiο	63	19	13	95	186087	R\$ 107.428,95
Junho	39	15	1	55	186996	R\$ 66.053,88
Julho	28	14	1	43	188161	R\$ 53.048,42
Agosto	58	29	10	97	189361	R\$ 130.956,34

Setembro	37	8	4	49	191692	R\$ 52.786,44
Outubro	41	10	3	54	194063	R\$ 48.472,01
Novembro	22	3	2	27	197354	R\$ 27.596,28
Dezembro	3	3	4	10	197759/197912	R\$ 13.243,79
TOTAL ANUAL DE BILHETES	446	189	66	701	VALOR TOTAL	R\$ 786.040,54
Valor investido em Capacitação (DESEMP)						R\$ 426.562,78
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)						R\$ 359.477,76

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

Quadro 24 – Comparativo de passagens aéreas emitidas pelo MPMA 2017/2018

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS	
Passagens em 2017	618
Passagens em 2018	701
Diferença/Percentual	83 = 13,65% > 2017
Total Geral de Passagens em 2018	701

Fonte: Cerimonial/PGJ, 2018.

No ano de 2018 o Cerimonial do Ministério Público do Maranhão, setor responsável pelas passagens aéreas do Ministério Público do Maranhão, emitiu **701 bilhetes**, registrando um aumento de 13,65% em relação ao ano anterior (2017).

Essa crescente demanda é fruto do aumento da quantidade de eventos promovidos pelo Ministério Público do Maranhão, e, ou, em parceria com outras instituições na sede da Procuraria Geral de Justiça e também no interior do Estado.

8 PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA



Reinauguração do Memorial do MPMA

O Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas:

- a) O Memorial do Ministério Público Estadual;
- b) O Concurso Celso Magalhães de Monografia;
- c) O Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá;
- d) A Política de Conservação e Preservação da Documentação.

Durante o exercício de 2018, a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional, coordenada pelo Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, com o apoio da Administração Superior do MPMA e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (na secretaria das atividades e relatoria das reuniões), efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial, além da continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao Parquet maranhense, tais como:

- Reuniões de trabalho junto ao Procurador-Geral de Justiça e sua equipe auxiliar para debate, planejamento e análise das ações, projeto arquitetônico e respectiva programação cultural em prol da reinauguração do Memorial do MPMA, além de outras iniciativas do Programa Memória;
- Inscrições e participações do Memorial em eventos, tais como: 12ª Semana da Primavera dos Museus com o tema: “Celebrando a educação em Museus”, “Semana Nacional de Museus”, com o tema “Museus Hiperconectados: Novas abordagens, novos públicos”, dentre outros;
- Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Memória, de autoria do escritor e Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, Coordenador da Comissão Gestora;
- Pesquisa nos Boletins Informativos da Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (1980 a 1995) e nos Dossiês Funcionais de cinco Membros ativos e três inativos, com posterior realização de contatos telefônicos para agendamento de entrevistas para a “História Oral do MPMA”;
- Início da “História Oral do Ministério Público do Maranhão”: como mais uma linha de atuação do Programa Memória Institucional, objetiva resgatar a memória do entrevistado por meio da coleta de depoimentos, relacionando sua narrativa aos fatos

e personagens marcantes em sua trajetória e da instituição. Nesta fase inicial do trabalho de “reconstrução do passado”, foram entrevistados o ex-Procurador-Geral de Justiça, anterior à Constituição Federal de 1988, Roque Pires Macatrão; a primeira Procuradora-Geral de Justiça pós-Constituição Federal de 1988, Elimar Figueiredo de Almeida Silva; os ex-Procuradores-Gerais de Justiça, Jamil de Miranda Gedeon Neto, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro e Regina Lúcia de Almeida Rocha; os ex-Coordenadores da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional e membros honorários, Procuradores de Justiça aposentados, Reinaldo Campos Castro e João Raymundo Leitão; o atual Coordenador do Programa Memória, Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto; e os Procuradores de Justiça aposentados Raimundo Ferreira Marques, Helena Barros Heluy e Eliza Brito Neves dos Santos.

- Concepção e organização do “Informativo MP Memória, nº 14 (Dez/2018)”, com homenagens aos Procuradores de Justiça Suvamy Vivekananda, Ilzé Vieira e José Pereira Gomes, recentemente falecidos e que participaram ativamente da trajetória do Parquet maranhense; dos trabalhos de “História Oral do MPMA”, de movimentação na carreira ministerial, além de eventos marcantes relativos ao Programa Memória;
- Realização de pesquisas no setor de jornais e obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, na Supervisão do Diário Oficial, no arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão e no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão para subsidiar as informações constantes na “Linha do Tempo do MPMA” e disponibilizadas nos totens eletrônicos no Memorial, reinaugurado no Centro Cultural e Administrativo do MPMA;
- Reinauguração do Memorial: este espaço museológico funcionou desde 9.8.2013, na Rua Newton Prado, nº 53 (Montanha Russa), Centro. No dia 14.12.2018, em alusão às comemorações institucionais pelo Dia Nacional do MP, o Memorial e suas salas de apoio administrativo e de História Oral foram reinaugurados no Centro Cultural e Administrativo do MPMA, localizado no antigo prédio-sede da PGJ (Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro).
- Iniciativa e implementação do Projeto “A Escola no Memorial do MPMA”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas do ensino médio (Unidade Integrada Desembargador Sarney, Centro de Ensino Nerval Lebre, Centro de Ensino João Evangelista Serra dos Santos e Centro de Ensino Professora Maria Helena Duarte) ao Memorial do MPMA, visando estimular o desenvolvimento cultural, a promoção da

cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes.

A estatística anual do Memorial contabilizou o total de 313 visitantes, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.

9 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO

O setor de operações e investigações do GAECO é composto pelos membros: **Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues**, Promotor de Justiça titular da 8ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís, **Klycia Luiza Castro de Menezes**, Promotora de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal;; e **Marcos Valentim Pinheiro Paixão**, Promotor de Justiça titular da 28ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís.

a) Investigações

- **Investigações conduzidas pelo GAECO em andamento (até 31/12/2018)**

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018, foram instaurados *08 (oito)* procedimentos investigatórios pelo GAECO, por determinação do Procurador-Geral de Justiça. Além disso, há outros *32 (trinta e dois)* procedimentos pregressos em andamento, totalizando **40 (quarenta)** feitos cujas ações investigativas estão sob a condução deste Grupo.

Tabela 115 – Demonstrativo das Investigações do GAECO em andamento até 31/12/2018

Número SIMP	Data instauração	Classe	Valores Investigados (R\$)
017761-750/2015	12/11/2015	Procedimento Investigatório Criminal*	185.199.290,94
021226-750/2015	16/11/2015	Procedimento Investigatório Criminal*	6.997.146,39
028103-500/2015	16/12/2015	Procedimento Investigatório Criminal*	4.450.687,11
028141-500/2015	11/02/2016	Procedimento Investigatório Criminal*	12.331.550,00
028105-500/2015	03/03/2016	Procedimento Investigatório Criminal*	50.000,00
003829-254/2016	23/09/2016	Procedimento Investigatório Criminal*	0,00
026477-500/2016	18/10/2016	Procedimento Investigatório Criminal*	20.402.253,30
012544-750/2017	13/06/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	41.948.395,62
018830-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	8.770.851,48
018844-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	2.108.290,00

018846-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	708.348,00
018861-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	4.428.215,95
018865-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	4.324.258,89
018876-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	736.581,83
018910-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.796.997,80
019039-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	5.694.458,98
019055-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.359.167,33
019078-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	3.098.640,27
019167-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	275.373,00
019187-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	213.400,00
019190-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.172.656,68
019192-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.727.000,00
019194-750/2017	30/08/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	357.850,18
016027-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	2.989.950,00
027901-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	984.851,10
027730-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	78.750,00
027731-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	7.232.390,00
027886-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.988.850,00
027887-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	5.899.624,56
027890-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	3.862.551,20
027905-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	1.680.000,00
027909-750/2017	29/11/2017	Procedimento Investigatório Criminal*	2.079.221,10
000414-750/2018	11/01/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	3.444.083,42
022637-500/2018	17/09/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	2.190.432,00
005531-750/2018	09/10/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	0,00
011660-750/2018	19/10/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	16.946.333,97
031740-500/2018	25/10/2018	Notícia de Fato***	76.590,00
027532-750/2018	07/11/2018	Notícia de Fato***	0,00
035679-500/2018	09/11/2018	Notícia de Fato***	3.822.275,61
030518-750/2018	10/12/2018	Notícia de Fato***	468.154,31
TOTAL		40	361.895.471,02

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

* Procedimentos investigatórios pregressos em andamento

** Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs), instaurados pelo GAECO em 2018

*** Notícias de Fato instauradas pelo GAECO em 2018

- **Investigações por auxílio e/ou atuação conjunta do GAECO com outros órgãos ministeriais em 2018**

No ano 2018, em atendimento às solicitações de auxílio do GAECO pelos outros órgãos que compõem o Ministério Público do Estado do Maranhão, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, foram expedidas 28 (vinte e oito) portarias de designação/delegação de poderes a este Grupo para atuação em investigações, seja por ação conjunta com os requerentes ou com o acompanhamento dos trabalhos investigatórios, conforme tabela abaixo:

Tabela 116 – Investigações por auxílio ou atuação conjunta com outros órgãos ministeriais

Nº Portaria	Tipo Procedimento(s)	Requerente	Comarca
131/2018	Inquérito Civil*	Promotoria de Justiça de Cândido Mendes	Cândido Mendes
532/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	Promotoria de Justiça de Cândido Mendes	Cândido Mendes
650/2018	Inquérito Policial*	2ª Promotoria de Justiça de Viana	Viana
1090/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	Promotoria de Justiça de Santa Quitéria	Santa Quitéria
1240/2018	Notícia de Fato*	Promotoria de Justiça de Governador Nunes Freire	Governador Nunes Freire
1624/2018	Processo da 1ª Vara Criminal de São Luís*	13ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís	São Luís
1787/2018	Processo Administrativo**	Promotoria de Justiça de Tuntum	Tuntum
2355/2018	Notícia de Fato**	Promotoria de Justiça de São João Batista	São João Batista
3265/2018	Inquérito Civil*	Promotoria de Justiça de Esperantinópolis	Esperantinópolis
3360/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	3ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz	Imperatriz
3820/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	Promotoria de Justiça de Santa Quitéria	Santa Quitéria
4193/2018	Processo da 1ª Vara Criminal de São Luís***	Promotoria de Justiça de Governador Nunes Freire	Governador Nunes Freire
5254/2018	Processos da 1ª Vara Criminal de Imperatriz*	1ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz	Imperatriz
5910/2018	Inquérito Policial**	32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís	São Luís
5914/2018	Ação Penal*	32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís	São Luís
5954/2018	Notícia de Fato**	Assessoria Especial de Investigação – PGJMA	São Luís
6059/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	Assessoria Especial de Investigação – PGJMA	São Luís
6805/2018	Notícia de Fato**	28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís	São Luís
6983/2018	Ação Penal*	2ª Promotoria de Justiça de Santa Luzia	Santa Luzia
7310/2018	Inquérito Policial*	2ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais de São Luís	São Luís
7911/2018	Procedimento Investigatório Criminal**	Assessoria Especial de Investigação – PGJMA	São Luís
8741/2018	Procedimento Investigatório Criminal***	Promotoria de Justiça de Santa Quitéria	Santa Quitéria
9526/2018	Inquérito Policial*	1ª Promotoria de Justiça Criminal de São José de Ribamar	São José de Ribamar

9630/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	Promotoria de Justiça de Esperantinópolis	Esperantinópolis
10402/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar	Paço do Lumiar
10839/2018	Procedimento Investigatório Criminal*	1ª Promotoria de Justiça de Caxias	Caxias
12162/2018	Ação Penal***	1ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís	São Luís
12163/2018	Ação Penal***	1ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís	São Luís

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

* Atuação conjunta

** Auxílio / Acompanhamento em investigação

*** Instrução / Apoio em diligências



Gráfico 38 – Investigações por auxílio ou atuação conjunta com outros órgãos ministeriais – Por tipo de atuação

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.



Gráfico 39 – Investigações por auxílio ou atuação conjunta com outros órgãos ministeriais – Por Comarca

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

- **Investigações por auxílio e/ou atuação conjunta do GAECO com outros órgãos da administração pública**

O GAECO também foi requisitado por outros órgãos de investigação do poder público do Maranhão para auxílio ou atuação em procedimentos investigatórios, conforme tabela abaixo:

Tabela 117 – Demonstrativo de Investigações por auxílio ou atuação conjunta com outros órgãos públicos

Nº Portaria	Tipo Procedimento(s)	Requerente	Comarca
4132/2018	Investigação Preliminar*	1º DECCOR / SECCOR (DICRIF)	São Luís
4778/2018	Inquérito Policial*	1º DECCOR / SECCOR	São Luís
5483/2018	Inquérito Policial**	Polícia Civil – 15º DP	São Luís
6869/2018	Inquérito Policial**	1º DECCOR / SECCOR	São Luís

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

* Atuação conjunta

** Auxílio/Acompanhamento em investigação

b) Atividade Não Procedimental

- Promotora: Klycia Luiza Castro de Menezes**

Tabela 118 – Atividade Não Procedimental 2018

Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimento ao público	1	1	1	0	3	1	5	3	1	0	2	0	18
Audiência Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Consulta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Convites	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curso	0	3	0	0	0	0	0	3	0	1	2	0	9
Diligências	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0	2	0	7
Inspeção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Notificações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ofícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Part. em Grupo Trabalho	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4
Repres. Institucional	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Reunião	5	8	7	1	1	7	5	16	9	6	2	6	73
TAC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Visita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vistorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	6	15	10	1	4	8	14	23	12	8	8	6	115

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

- Promotor de Justiça: Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues**

Tabela 119 – Atividade Não Procedimental 2018

Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set*	Out*	Nov	Dez	Total
Atendimento ao público	0	6	0	0	20	11	11	9	-	-	2	0	59
Audiência Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Consulta	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Convites	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Diligências	0	0	0	0	0	0	1	0	-	-	1	0	2
Inspeção	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Notificações	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Ofícios	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Part. em Grupo Trabalho	0	0	1	0	0	0	0	0	-	-	0	0	1

Repres. Institucional	0	4	0	0	0	0	0	1	-	-	0	0	5
Reunião	3	6	7	0	17	21	9	18	-	-	2	8	91
TAC	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Visita	0	0	2	0	0	1	0	0	-	-	0	0	3
Vistorias	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
TOTAL	3	16	10	0	37	33	21	28	-	-	5	8	161

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

*Férias

• **Promotor de Justiça: Marcos Valentim Pinheiro Paixão**

Tabela 120 – Atividade Não Procedimental 2018

Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul*	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimento ao público	0	1	2	0	2	0		4	4	2	5	0	20
Audiência Pública													0
Consulta													0
Convites													0
Curso		3						3					6
Diligências									1				1
Inspeção													0
Notificações													0
Ofícios													0
Participação em Grupo Trabalho			1										1
Repres. Institucional		2											2
Reunião	5	8	7	2	1	1		17	12	7	4	0	64
TAC													0
Visita			2										2
Vistorias													0
TOTAL	5	14	12	2	3	1		24	17	9	9	0	96

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

*Férias

c) Produtividade – Setor Administrativo

O setor administrativo do GAECO é composto por **quatro** servidores, sendo dois Técnicos Administrativos, um Técnico Execução de Mandados e um Auxiliar Administrativo.

Abaixo, algumas das atividades executadas pelo setor administrativo:

- Expedição de documentos pelo sistema DIGIDOC;
- Auxílio técnico em procedimentos investigatórios;

- Controle de movimentações de processos nos sistemas DIGIDOC e SIMP;
- Cumprimento de diligências externas (entrega de ofícios e mandados);
- Levantamento de informações;
- Realização de inventário de equipamentos e mobiliário;
- Auxílio em audiências e oitivas;
- Atendimento ao público;
- Recebimento, registro e distribuição de documentação interna e externa.

- **Documentos Expedidos pelo Setor Administrativo em 2018**

Tabela 121 – Demonstrativo de documentos expedidos pelo GAECO

Tipo Doc	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ofícios	56	16	18	20	9	10	17	21	13	14	7	9	210
Memorandos	13	14	18	20	12	28	26	18	24	17	33	12	235
Pareceres	2	2	1	2	5	4	3	1	4	8	3	1	36
Manifestações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
Despachos	44	8	13	10	10	4	16	3	14	19	16	7	164
Decisões	2	13	8	1	8	20	-	7	15	2	10	7	93
Certidões	6	12	19	20	29	34	16	29	17	22	17	7	228
Relatórios	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Notificações	4	4	-	2	14	6	-	9	2	-	-	-	41
Indicações	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Precatórias	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Informativo	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3
Portarias	10	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	13
Juntadas	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Requisições	-	-	4	-	3	2	-	-	-	1	-	-	10
Cancelados	3	1	1	4	4	2	1	6	4	2	2	1	31
TOTAL	138	68	80	74	87	106	77	83	87	84	85	43	1012

Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

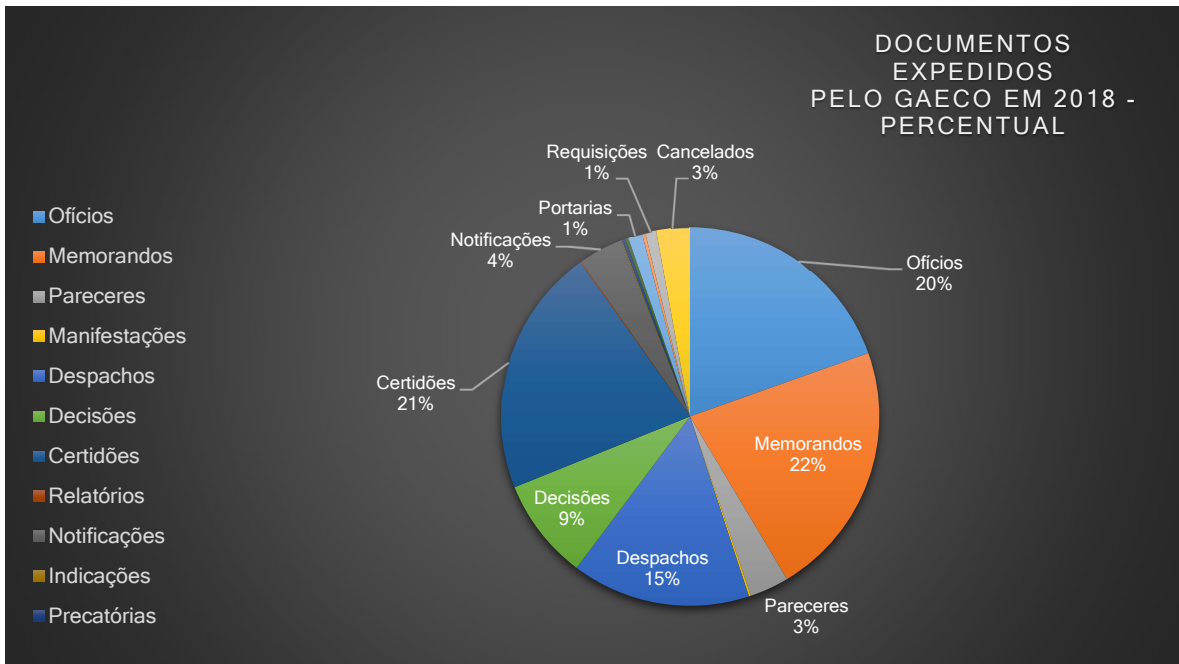


Gráfico 40 – Expedição de documentos pelo GAECO em 2018 - Percentual
 Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

• **Processos do sistema DIGIDOC tratados pelo GAECO em 2018:**

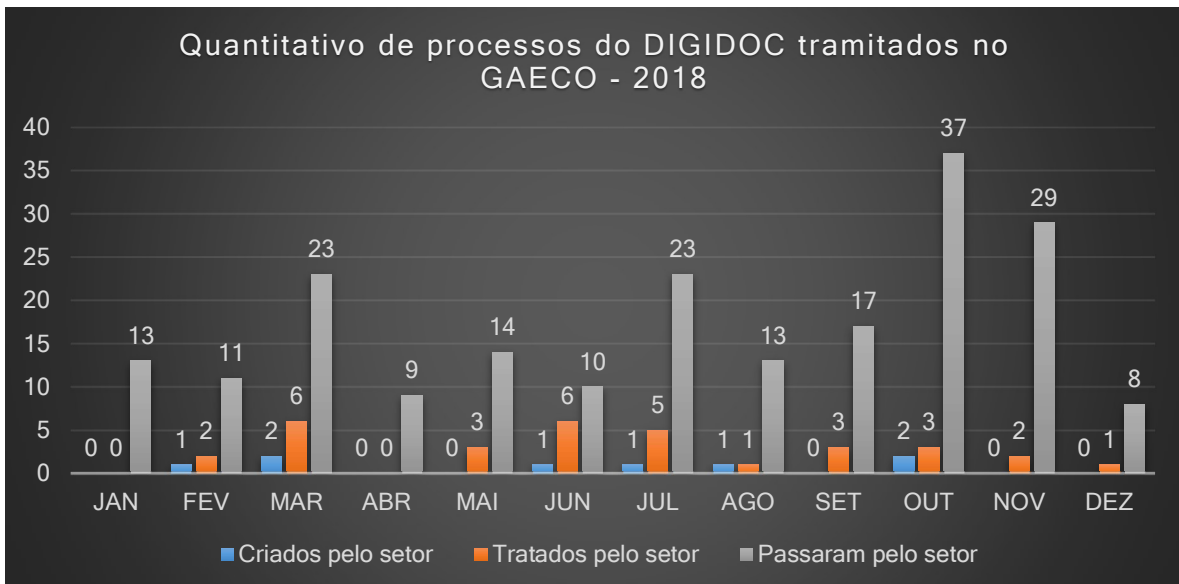


Gráfico 41 – Quantitativo de processos do Sistema DIGIDOC tramitados no GAECO
 Fonte: GAECO/PGJ, 2018.

10 ATOS NORMATIVOS – 2018

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 211 (DOE 20/07/2018) - Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Planejamento, CAOP, substituição de Diretor da ESMP).

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 54/2018-CPMP (DJE 31/01/2018) - Altera as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas (18ª, 19ª e 20ª) de Defesa da Saúde de São Luís e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 55/2018-CPMP (DJE 31/01/2018) - Cria a 6ª Turma Cível de Procuradores de Justiça e define as suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 56/2018-CPMP (DJE 19/02/2018) - Estabelece a classificação das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 57/2018-CPMP (DJE 57/03/2018) - Estabelece as Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica e as Promotorias de Justiça Regionais respectivas, disciplina a Mediação Tributária no âmbito do Ministério Público, fixa atribuição para o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 58/2018-CPMP (DEMP-MA 16/03/2018) - Extingue as Promotorias de Justiça de Tasso Fragoso e de Sucupira do Norte e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 59/2018-CPMP (DEMP-MA 26/03/2018) - Dispõe sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2018/2020.

RESOLUÇÃO Nº 60/2018-CPMP (DEMP-MA 23/03/2018) - Redefine as atribuições no âmbito das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz/MA, com alteração das Resoluções nº 02/2009-CPMP e 29/2015-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 61/2018-CPMP (DJE 07/04/2018) - Distribui atribuições quanto à presidência do Procedimento Investigatório Criminal (art. 26, da Lei 8.625/93 e o art. 8º, da Lei Complementar 75/93), nos casos de organizações criminosas, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 62/2018-CPMP (DEMP-MA 16/05/2018) - Altera o item 91 do anexo da Resolução 02/2009-CPMP para redefinir as atribuições da 43ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude de São Luís).

RESOLUÇÃO Nº 63/2018-CPMP (DEMP-MA 28/05/2018) - Proceda mudança nas atribuições da 1ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena, cria mais uma Promotoria de Justiça militar e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 64/2018-CPMP (DEMP-MA 05/07/2018) - Altera os itens 75 e 76 do anexo aprovado pela Resolução nº 53/2017-CPMP, para redefinir as atribuições da 21ª Promotoria de Justiça Especializada (1º Promotor de Justiça da Mulher) e da 22ª Promotoria de Justiça Especializada (2º Promotor de Justiça da Mulher) de São Luís e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 65/2018-CPMP (DEMP-MA 05/07/2018) - Promove a adequação das atribuições da 31ª à 34ª Promotorias de Justiça Criminais da Comarca da Ilha de São Luís, no Termo Judiciário da Capital, titularizadas pelo 1º, 2º, 3º e 4º Promotores de Justiça de Execuções Penais e dá outras providências. O COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 23, da Lei Complementar nº 13/91, conforme processo administrativo nº 10016/2018.

RESOLUÇÃO Nº 66/2018-CPMP (DEMP-MA 09/07/2018) - Adequa a Resolução nº 37/2016-CPMP em face do advento da condição prevista pelo parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 55/2018-CPMP, com a criação da 6ª Turma Cível, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 67/2018-CPMP (DEMP-MA 19/10/2018) - Disciplina a designação de membros do Ministério Público para participação em mutirões organizados pelo Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº 68/2018-CPMP (DEMP-MA 19/10/2018) - Dispõe sobre o acesso às informações necessárias à defesa técnica em processos administrativos e judiciais por ex-gestores do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 69/2018-CPMP (DEMP-MA 30/11/2018) - Redefine as atribuições da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, com modificação do anexo II da Resolução nº 02/2009-CPMP, alterado pela Resolução nº 29/2015-CPMP.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 01/2018-CSMP (DEMP-MA 06/12/2018) - Aprova por unanimidade o Enunciado nº 21 –CSMP, referente aos autos nº 20236/2018 (DIGIDOC), com a seguinte redação: “A comprovação do período mínimo de 1 (um) ano para remoção, previsto no Inciso I, do art.87, da LC nº 13/91, deve se dar até a data final das inscrições referentes ao respectivo edital.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA Nº 01/2018 (DJE 22/02/2018) - Dispõe sobre a situação dos Promotores de Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais cujas sedes foram remanejadas

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2018-GPGJ (DJE 25/01/2018) - Altera o art. 15 da Resolução nº 003/2005 que dispõe sobre o desenvolvimento, na carreira, do servidor ocupante de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico Administrativo do Ministério Público Estadual, no que se refere à composição da Comissão de Avaliação e Desempenho.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2018-GPGJ (DJE 30/01/2018) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público Estadual e dá outras providências e cria vagas de estágio não-obrigatório de pós-graduação, lato ou stricto sensu, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2018-GPGJ (DJE 19/03/2018) - Altera o Anexo do Ato Regulamentar nº 07/2013 - PGJ, que dispõe sobre a organização dos órgãos administrativos e de execução do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2018-GPGJ (DJE 07/02/2018) - Altera o Ato Regulamentar n. 08/2017 -GPGJ que regulamenta as atividades da Assessoria Técnica, estabelece os Núcleos de Assessoria Técnica Regional (NATARs), e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2018-GPGJ (DJE 07/02/2018) - Dispõe sobre a comunicação dos atos processuais, via WhatsApp, no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2018-GPJG (DJE 09/04/2018) - Altera o art. 6º do Ato Regulamentar nº 07/2016 para garantir o acesso às dependências do Ministério Público do Estado do Maranhão das pessoas que utilizam vestimentas culturais, pessoas cujo nível socioeconômico não permita adequação à norma ou pessoas em situação de rua.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2018-GPGJ (DJE 20/02/2018) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 18/2017-GPGJ, de 14 de julho de 2017, que dispõe sobre a lotação dos cargos do quadro de pessoal de apoio técnico-administrativo do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2018-GPGJ (DJE 14/03/2018) - Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o procedimento para contratação de perícias utilizando recursos oriundos do Fundo Estadual FEPDD e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2018-GPGJ (DJE 14/05/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 34/2017 para acrescentar a alínea "c" ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2018, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2018-GPGJ (DEMP-MA 15/06/2018) - Altera o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos dias de jogo da seleção brasileira durante a Copa do Mundo.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2018-GPGJ (DJE 09/07/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 03/2013-GPGJ, que disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91).

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2018-GPGJ (DJE 18/07/2018) - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público Estadual e dá outras providências e cria vagas de estágio não obrigatório de pós-graduação, lato ou stricto sensu, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2018-GPGJ (DJE 23/08/2018) - Regulamenta as rotinas das Promotorias de Justiça Regionais de Defesa das Ordens Tributária e Econômica e do Centro de

Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público, da Probidade Administrativa e da Ordem Econômica e Tributária, para os fins da Resolução nº 57/2018-CPMP e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2018-GPGJ (DJE 31/08/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ para incluir § 6º ao art. 4º nos termos seguintes.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2018-GPGJ (DJE 10/09/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 03/2013-GPGJ, que disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91)

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2018-GPGJ (DJE 20/09/2018) - Dispõe sobre a regulamentação do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2018-GPGJ (DJE 20/09/2018) - Dispõe sobre a composição da Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris* e promove alteração nos Atos Regulamentares nº 17/2015 - GPGJ, respectivamente e 20/2008 - GPGJ, respectivamente.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2018-GPGJ (DJE 24/09/2018) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2018/2019.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2018-GPGJ (DEMP-MA 18/10/2018) - Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão às empresas contratadas para prestarem serviços de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Ministério Público, quando for conveniente para a Administração, sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial por meio de conta vinculada.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2018-GPGJ (DEMP-MA 19/10/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 34/2017 para acrescentar a alínea “d” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2018 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2018-GPGJ (DEMP-MA 01/11/2018) - Institui o programa TALENTOS DO MP e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2018-GPGJ (DEMP-MA 14/11/2018) - Institui o programa INOVA MP e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2018-GPGJ (DEMP-MA 19/11/2018) - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, dispendo sobre a compensação de plantão pelos Promotores de Justiça no exercício da função eleitoral.

ATO REGULAMENTAR Nº 27/2018-GPGJ (DEMP-MA 19/11/2018) - Altera o Ato Regulamentar 17/2013 –GPGJ, dispendo sobre o pagamento da função de direção de Promotoria de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2018-GPGJ (DEMP-MA 27/11/2018) - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2018 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2018-GPGJ (DEMP-MA 13/12/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 34/2017 para acrescentar as alíneas “e” e “f” ao art. 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2018 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2018 (DEMP-MA 28/12/2018) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2019 e dá outras providências.

ATOS

ATO Nº 01/2018-GPGJ (DJE 12/01/2018) - Cria o prêmio Servidor Destaque "André Arouche Fontoura" do Ministério Público do Estado do Maranhão

ATO Nº 06/2018-GPGJ (DJE 23/01/2018) - Implementa a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 06/2018-GPGJ (DEMP-MA 06/11/2018) - Altera o Ato Regulamentar nº 138/2017-GPGJ, que institui o prêmio “Promotor Parceiro da Ouvidoria”.

ATO Nº 08/2018-GPGJ (DEMP-MA 27/11/2018) - Altera do Ato 01/2018-GPGJ que cria o prêmio Servidor Destaque “André Arouche Fontoura” do Ministério Público do Estado do Maranhão

ATO Nº 16/2018-GPGJ (DJE 30/01/2018) - Dispõe sobre a criação do Programa de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA.

ATO Nº 119/2018-GPGJ (DJE 05/04/2018) - Dispõe sobre a criação do Projeto "De Olho na Constituição" no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA.

ATO Nº 136/2018-GPJ (DJE 25/06/2018) - Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão e confere providências.

ATO Nº 155/2018-GPGJ (DJE 25/06/2018) - Dispõe sobre a Criação do Comitê Gestor de Segurança (CGS) do Ministério Público do Estado do Maranhão e confere providência

ATO Nº 163/2018-GPGJ (DEMP-MA 16/05/2018) - Dispõe sobre a concessão de diploma e estatueta aos parlamentares integrantes da bancada maranhense na Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 5 de outubro de 1988.

ATO Nº 177/2018-GPGJ (DJE 25/07/2018) - Dispõe sobre o programa para implantação do e-Social no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão-MPMA.

ATO Nº 182/2018-GPGJ (DJE 29/05/2018) - Dispõe sobre a concessão de diploma e estatueta à Universidade Federal do Maranhão - UFMA em alusão ao centenário do Curso de Direito.

ATO Nº 206/2018-GPGJ (DJE 18/06/2018) - Institui e regulamenta o Concurso "Desafio MP Sustentável - 2018", para redução do consumo de energia e água nas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

ATO Nº 271/2018-GPGJ (DEMP-MA 17/07/2018) - Denomina Edifício Promotor Celso Magalhães a sede das Promotorias de Justiça da Capital.

ATO Nº 272/2018-GPGJ (DJE 10/08/2018) - Institui o programa MP CULTURAL e dá outras providências.

ATO Nº 295/2018-GPGJ (DJE 12/07/2018) - Dispõe sobre a criação do Plano Editorial da Escola Superior do Ministério Público

ATO Nº 298/2018-GPGJ (DJE 18/07/2018) - Dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 457/2018-GPGJ (DEMP-MA 04/12/2018) - Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 460/2018 (DEMP-MA 10/12/2018) - Institui o Selo Ouro de reconhecimento institucional às Promotorias de Justiça e setores por sua atuação destacada nos projetos do Planejamento Estratégico.

ATO Nº 491/2018-GPGJ (DEMP-MA 27/12/2018) - Determina o uso do rodapé dos documentos produzidos no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, com a mensagem: "2019 – O Ministério Público na indução de políticas públicas".

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2018-DG, DE 08 DE MARÇO DE 2018 - Disciplina a logística de mudança para a sede reinaugurada das Promotorias da Capital

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2018-DG, DE 26 DE MARÇO DE 2018 - Disciplina a utilização das Tomadas no âmbito da PGJ e dá outras providências.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2018-DG (DJE 03/07/2018) - Veda a comercialização de alimentos nas dependências internas da Procuradoria Geral de Justiça, exceto por pessoas e estabelecimentos previamente autorizados pela Administração Superior, sendo permitida a entrega de volumes contendo alimentos na recepção do térreo.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 01/2018-CGMP (DJE 10/04/2018) - Ficam instituídas as presentes diretrizes de orientação e fiscalização dos membros titulares ou substitutos em promotorias com atribuição de defesa da saúde, como forma de sistematizar a fiscalização do trabalho desenvolvido nessa área de atuação, de acordo com o que recomenda a Corregedoria Geral (CGMP) e o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde), bem como com a finalidade preparatória para a fiscalização das unidades do Ministério Público do Maranhão, em correição temática a ser realizada pelo CNMP.